

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO

DADOS CONSOLIDADOS / ANO 2017



CIDADE PARA **TODOS**



PREFEITURA DE
BELÉM

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

Relatório Anual de Gestão

RAG 2017

Belém / Pará
Janeiro / 2018

PODER LEGISLATIVO

Presidente da Câmara Municipal de Belém: **Mário Freitas**

PODER EXECUTIVO

Prefeito Municipal de Belém: **Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior**

Vice - Prefeito Municipal de Belém: **Orlando Reis Pantoja**

GAB - Gabinete do Prefeito: **Maria Lucilene Rebelo Pinho**

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

SEMAD - Secretaria Municipal de Administração: **Evanilde Gomes Franco Coelho**

SEFIN - Secretaria Municipal de Finanças: **José Batista Capeloni Junior**

SEMAJ - Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos: **Rui Frazão de Souza**

SEMEC - Secretaria Municipal de Educação: **Marcelo Roberto Garcia Mazzoli**

SEURB - Secretaria Municipal de Urbanismo: **Adinaldo Sousa de Oliveira**

SESMA - Secretaria Municipal de Saúde: **Sérgio de Amorim Figueiredo**

SESAN - Secretaria Municipal de Saneamento: **Thalles Costa Belo**

SECON - Secretaria Municipal de Economia: **Mário Gomes de Freitas Junior**

SEGEF - Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão: **Maria de Nazaré Rodrigues da Costa**

SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação: **Maikenn Emanuel Santos Souza**

SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente: **Carlos Fabrício Crescente Dias**

COMUS - Coordenadoria de Comunicação Social: **Igor Raphael Magalhães da Fonseca**

SEJEL - Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer: **Wilson Cordeiro de Albuquerque**

BELEMTUR - Coordenadoria Municipal de Turismo: **Victor Hugo Moreira da Cunha**

GMB - Guarda Municipal de Belém: **Almir Augusto Ferreira da Silva**

AGM - Auditoria Geral do Município: **Eliana de Nazaré Chaves Uchoa**

OGM - Ouvidoria Geral do Município: **Amanda Pompeu de Andrade**

ADIC - Agencia Distrital de Icoaraci: **José Maria Silva da Costa**

ADMOS - Agencia Distrital de Mosqueiro: **Benedito Martinho de Souza Cavalléro**

AROUT - Administração Regional do Outeiro: **Carol Lobato Rezende Alv**

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

IPAMB - Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém: **Paula Barreiros e Silva**

SEMOB – Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém: **Ana Paula Gouvêa Grossinho**

FUNPAPA - Fundação Papa João XXIII: **Adriana Monteiro Azevedo**

FMAE - Fundação Municipal de Assistência ao Estudante: **Walmir Nogueira Moraes**

FUMBEL - Fundação Cultural do Município de Belém: **Fábio Atanásio de Moraes**

FUNBOSQUE - Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental - Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira:
Margarida Costa Parente Barros

CINBESA - Companhia de Tecnologia da Informação de Belém: **João Bosco Vasconcelos de Miranda Junior**

CODEM - Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém: **João Cláudio Klautau Guimarães**

AMAE – Agência Municipal de Água e Esgoto de Belém: **Antônio de Noronha Tavares**

PREFEITURA DE BELÉM

ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JUNIOR
PREFEITO DE BELÉM

ORLANDO REIS PANTOJA
VICE-PREFEITO DE BELÉM

MARIA DE NAZARÉ RODRIGUES DA COSTA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E
GESTÃO

MAURO CARLOS CRUZ GAIA
DIRETOR GERAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

LUIZ FLÁVIO MOURA DE CARVALHO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

ALICE DA SILVA RODRIGUES ROSAS
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

HENRIQUE CORREA PINTO DE OLIVEIRA
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

MONIQUE KELLY TAVERES GOMES
DIVISÃO DE PESQUISA E INFORMAÇÃO

EQUITE TÉCNICA

DAVINA BERNADETE OLIVEIRA LIMA

HENRIQUE GABRIEL FERNANDES DA MOTA

MARTA GONÇALVES DA SILVA

SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS	VII
ÍNDICE DE FIGURAS	XI
ÍNDICE DE QUADROS	XIV
IGUALDADE ECONÔMICA E SOCIAL	1
PROGRAMA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIALSA.....	1
PROGRAMA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	39
PROGRAMA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E MODELO ECONÔMICOS	73
PROGRAMA SEGURANÇA MUNICIPAL.....	83
INFRAESTRUTURA E ORDENAMENTO URBANO.....	91
PROGRAMA ORDENAMENTO, INFRAESTRUTURA URBANA E GESTÃO AMBIENTAL.....	91
PROGRAMA SANEAMENTO AMBIENTAL	115
PROGRAMA MOBILIDADE URBANA	125
GESTÃO E GOVERNANÇA COM TRANSPARÊNCIA.....	132
PROGRAMA GESTÃO INOVADORA PARA HOJE E AMANHÃ.....	132
PROGRAMA GENTE QUE INOVA E TRANSFORMA.....	172
PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA.....	183

Índice de Tabelas

Tabela 01: Incidência das 10 Doenças de maior Importância Epidemiológica em Residentes no município de Belém - 2010 a Out/2017.

Tabela 02: Nº Casos Notificados e Confirmados de Chikungunya em Residentes de Belém - 2014 a outubro/2017.

Tabela 03: Nº Casos Notificados e Confirmados de Zika Vírus em Residentes de Belém - 2015 a outubro/2017*.

Tabela 04: Campanha Nacional de Vacinação Contra Influenza Belém - PA - 2013 a Out/2017.

Tabela 05: Doses aplicadas da vacina contra o Papiloma Vírus Humano- HPV por faixa etária em Belém – PA, 2014 e Out/2017.

Tabela 06: Cobertura Vacinal em Crianças menores de 1 ano em Belém por Imuno e ano de 2013 a Out/2017*.

Tabela 07: Casos de Leptospirose Humana em Belém de 2014 a Out /2017.

Tabela 08: Profilaxia da raiva humana em Belém – 2014 a outubro/2017.

Tabela 09: Castração de cães e gatos no CCZ de Jan a outubro/ 2017.

Tabela 10: Número de óbitos de Mulheres em idade Fértil, segundo cinco principais causas residentes em Belém - 2013 a 2017*.

Tabela 11: Número de óbitos de Mulheres em idade Fértil, segundo Faixa Etária residentes em Belém - 2013 a 2017*.

Tabela 12: Nº de Inspeções realizadas nos Estabelecimentos pela VISA no Município de Belém – 2013-2017*.

Tabela 13: Nº de Licenciamentos realizados nos Estabelecimentos pela VISA no Município de Belém – 2013-2017*.

Tabela 14: Produção das Unidades Básicas Municipais de Saúde. Quantidade apresentada por grupo de Procedimentos, Belém, 2015 a 2017.

Tabela 15: Produção Ambulatorial da Rede SUS de Belém. Quantidade apresentada por grupo de procedimentos de Média Complexidade de 2015 a 2017.

Tabela 16: Produção Ambulatorial da Rede SUS de Belém. Quantidade apresentada por grupo de Alta Complexidade de 2015 a 2017.

Tabela 17: Produção Ambulatorial de U/E da Rede de Atenção às Urgências e Emergências nos anos de 2013 a outubro/2017.

Tabela 18: Internações Hospitalares nos Hospitais Municipais de U/E de Belém – 2013 a agosto/ 2017*.

Tabela 19: Internações Hospitalares da Rede SUS Municipais de Belém de 2013 a 2017*.

Tabela 20: Número de famílias atendidas pelos 12 CRAS do Município, 2013-2017.

Tabela 21: Número de famílias acompanhadas pelos PAIF, por CRAS, em 2017 e evolução do atendimento de 2013 a 2017.

Tabela 22: Encaminhamentos realizados pela equipe do PAIF para a rede do sistema de garantia de direito de 2013 a 2017.

Tabela 23: Número de usuários atendidos no SCFV, por ciclo de vida, pelos 12 CRAS do município de Belém, em 2017 e no acumulado de 2013 a 2017.

Tabela 24: SCFV às pessoas idosas promovido pelo C.C. Zoé Gueiros, 2013-2017.

Tabela 25: Número de vagas ofertadas pelo CIP/PRONATEC entre os anos de 2013 e 2017.

Tabela 26: Quantitativo de atendimento às famílias pela Proteção Social Especial de Média Complexidade, 2013 – 2017.

Tabela 27: Modalidade de violências ou violações atendidas nos CREAS, 2013 a 2017.

Tabela 28: Quantificação e Modalidade de violências ou violações de direitos identificadas pelo SEAS, 2014 a 2017.

Tabela 29: Total de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa através dos CREAS, 2013 a 2017.

Tabela 30: Quantitativo de atendimentos realizados pelos Centros Pop, no município de Belém, 2014 a 2017

Tabela 31: Quantitativo de encaminhamentos à Rede Intersetorial realizados pelos Centros Pop, no município de Belém, 2014 a 2017.

Tabela 32: Atendimento espaços de acolhimento no município de Belém, 2013 a 2017.

Tabela 33: Principais Modalidades de Atendimentos Técnicos Realizados na CAERD, 2017.

Tabela 34: Atendimentos técnicos CAMAR I e II, 2017.

Tabela 35: Demonstrativo da Ocorrência de Sinistros e das Pessoas Vitimizadas, 2013 a 2017.

Tabela 36: Concessão de benefícios eventuais pelo SICAPE, 2013 a 2017.

Tabela 37: Número de Unidades Educacionais, em Belém, nos Anos de 2004, 2012, 2015 e 2016.

Tabela 38: Número de Alunos Matriculados por Modalidade de Ensino e Ano na RME, 2012 a 2017.

Tabela 39: Matrícula na Educação Infantil por Etapa 2012-2017.

Tabela 40: Número de Matrículas de alunos por turno na RME-2013-2017.

Tabela 41: Clientela atendida pelo PNAE, 2017.

Tabela 42: Demonstrativo de atendimentos realizados por atividade realizada, 2017.

Tabela 43: Quantitativo de Bibliotecas em funcionamento, 2013 a 2017.

Tabela 44: Número de professores/alunos/oficinas realizadas no período de 2013 a 2017.

Tabela 45: Demonstrativo das despesas realizadas com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), 2012 a 2017.

Tabela 46: Demonstrativo do valor (R\$) das obras e serviços executados, 2013 a 2016.

Tabela 47: Demonstrativo do valor (R\$) das obras e serviços executados, em 2017.

Tabela 48: Evolução do IDEB nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 2009 a 2015.

Tabela 49: Evolução do IDEB nos Anos Finais do Ensino Fundamental, 2009 a 2015.

Tabela 50: Relação dos serviços ofertados no SINER/Belém – Portal do Trabalhador de 2013 a novembro de 2017.

Tabela 51: Ocorrências atendidas no mesmo período nos anos de 2012 a 2017.

Tabela 52: Natureza das 07 (sete) maiores ocorrências atendidas pela GMB de janeiro a outubro de 2017.

Tabela 53: Resultados do Programa Chão Legal de 2013 a outubro 2017.

Tabela 54: Resultados da Regularização Patrimonial por atividade realizada até outubro de 2017.

Tabela 55: Comparativo da arrecadação com regularização patrimonial de 2014 a outubro de 2017.

Tabela 56: Áreas Protegidas de responsabilidade do município de Belém por dimensão, em hectares (ha) e em m², 2017.

Tabela 57: Produtos obtidos com a execução do Programa PROMABEN (Sub-bacia 1)

Tabela 58: Produtos obtidos com a execução da Infraestrutura em Saneamento Sub-bacias 3 e 4.

Tabela 59: Relação dos Indicadores do Plano Plurianual 2014-2017 avaliados.

Tabela 60: Total de Atendimentos por Órgão, Entidade e Parceiro da Ação “Prefeitura no Bairro” – 2017.

Índice de Figuras

Figura 01: Nº Casos Notificados e Confirmados de Dengue em Residentes de Belém - 2010 a 2017.

Figura 02: Taxa de Mortalidade Prematura (30<70 anos) - Belém 2013 a 2017.

Figura 03: Nº de Nascidos Vivos por Faixa Etária da Mãe Residentes em Belém - 2015 a 2017.

Figura 04: Nº de Nascidos Vivos segundo peso ao nascer da Mãe Residente em Belém - 2015 a 2017.

Figura 05: Quantidade e percentual de consultas pré-natal realizada pelas mães residentes em Belém, no período de 2013 a 2017.

Figura 06: Taxa de Mortalidade infantil em residentes de Belém por mil Nascidos Vivos - 2013 a 2017.

Figura 07: Mortalidade infantil por componente Neonatal em residentes de Belém - 2013 a 2017.

Figura 08: Proporção de amostra de água para consumo humano em Belém - 2013 a agosto/2017.

Figura 09: Acolhida em grupo no PAIF e Reunião do Grupo das famílias em situação de descumprimento de condicionalidade do Programa Bolsa Família.

Figura 10: Atividades do calendário anual da Proteção Social Básica

Figura 11: Demonstrativo de atendimento, 2012 a 2017.

Figura 12: Evolução da Nota da Prova Brasil (5º ano), RME – 2005 a 2015.

Figura 13: Evolução do Rendimento (Anos Iniciais), RME – 2005 a 2015.

Figura 14: Evolução do IDEB (5º ano), RME – 2005 a 2015.

Figura 15: Demonstrativo da Prova Belém Ciclo II (1º e 2º ano), 2015 e 2016.

Figura 16: Demonstrativo da Prova Belém Ciclo II (1º e 2º ano), 2016 e 2017.

Figura 17: Investimentos realizados com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), 2012 a 2017.

Figura 18: Resultado operacional da capacitação, 2017.

Figura 19: Resultado da pesquisa “Perfil do Usuário(a) do Restaurante Popular de Belém - Desembargador Paulo Frota, 2017.

Figura 20: Variação do número de postos atendidos pela GMB nos anos de 2013 a 2017.

Figura 21: Esferas de Atendimento referente aos meses de janeiro a outubro de 2017.

Figura 22: Servidores que concluíram e em processo de tramitação ao Porte de Arma em 2017.

Figura 23: Obras promovidas pela PMB, 2017.

Figura 24: Etapas do processo de regularização fundiária (CODEM, 2016).

Figura 25: Comparativo de arrecadação com regularização patrimonial de 2014 a outubro de 2017.

Figura 26: Quantidade de plantio realizada pela SEMMA nos anos de 2013 a novembro de 2017, Belém/PA.

Figura 27: Quantidade de mensal de mudas produzidas por espécie nos anos de 2013 a novembro de 2017, Belém/PA.

Figura 28: Quantidade de Arbóreas Podadas pela SEMMA nos anos de 2013 a outubro de 2017, Belém/PA.

Figura 29: Quantidade de logradouros públicos por tipo, cujo paisagismo foi revitalizado pela SEMMA, nos anos de 2013 a outubro de 2017.

Figura 30: Quantidade de licenças realizadas pela SEMMA nos anos de 2013 a outubro de 2017, Belém/PA.

Figura 31: Mapeamentos do CAR. Atualização - Belém/ PA 2017

Figura 32: Delimitação da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova subdivida em quatro Sub-bacias

Figura 33: Serviços de drenagem, 2017.

Figura 34: Serviços de conservação ou “tapa-buraco” em CBQU/metro realizados por distrito administrativo, 2017.

Figura 35: Serviços de conservação ou “tapa-buraco” em CBQU /tonelada realizados por distrito administrativo, 2017.

Figura 36: Serviços de coleta, transporte e destinação do lixo domiciliar (ton.) por mês, 2017.

Figura 37: Serviços de coleta, transporte e destinação de entulhos (m³) por mês, 2017.

Figura 38 – Demonstrativo das manifestações/mês recebidas pela OGM nos anos 2014, 2015, até outubro de 2016 (OGM, 2016).

Figura 39 – Percentual das manifestações atendidas pela OGM nos anos 2014, 2015, até outubro de 2016. Figura 40: Receita Arrecadada Própria, no Município de Belém - 2012 - 2016.

Figura 41: Atendimentos por Bairro de Ocorrência da Ação "Prefeitura no Bairro" – 2017.

Figura 42: Atendimentos realizados por órgão e bairro de ocorrência da Ação “Prefeitura no Bairro”, 2017.

Figura 43: Comparativo de média mensal de combustível entre 2016 e 2017.

Figura 44: Comparativo de média anual na prestação de vale transporte entre 2016 e 2017.

Figura 45: Comparativo de média anual na prestação de vale alimentação entre 2016 e 2017.

Figura 46: Comparativo de média mensal de telefonia móvel entre 2016 e 2017.

Figura 47: Comparativo de média mensal de telefonia fixa entre 2016 e 2017.

Figura 48: Demonstrativo das transferências constitucionais de 2016 à outubro de 2017 (valores reais até outubro de 2017).

Figura 49: Comparativo da receita entre 2016 e outubro de 2017 por fonte de tributos municipais.

Índice de Quadros

Quadro 01: Ações/Eventos realizadas anualmente em datas alusivas nas campanhas educativas de 2013 a 2017.

Quadro 02: Participação dos usuários em atividades de convívio, por tipologia, 2017

Quadro 03: Beneficiários do BPC no município de Belém, 2013 a 2017.

Quadro 04: Número de famílias inscritas no CadÚnico e no PBF no município de Belém, 2013-2017.

Quadro 05: Beneficiários do BPC idoso no CadÚnico, 2017.

Quadro 06: Execução dos cursos do PRONATEC, janeiro a agosto de 2017.

Quadro 07: Oferta de cursos, via parceria gratuidade, às unidades da FUNPAPA, janeiro a agosto de 2017.

Quadro 08: Modalidade de violências ou violações atendidas nos CREAS, 2013 – 2017.

Quadro 09: Total de Crianças e Adolescentes Atendidos nos Espaços de Acolhimento Temporário do município de Belém, 2013 a 2017.

Quadro 10: Principais Modalidades de Violações de Direitos que Geraram os Acolhimentos, 2013 a 2017.

Quadro 11: Quantitativo de Mulheres e Acompanhantes Acolhidos no CAERD, 2013 a 2017.

Quadro 12: Pessoas acolhidas no CAMAR I e II, 2013 a 2017.

Quadro 13: Demonstrativo em orçamentário por programa no atendimento à merenda escolar e participação em % da agricultura familiar, 2017.

Quadro 14: Número de participantes no projeto “Escola de Esporte” e Espaços Esportivos, até outubro 2017.

Quadro 15: Quantitativo de Academias ao Ar participantes do Projeto Saúde e Qualidade de Vida por bairro.

Quadro 16: Espaços de atuação do projeto “Despertar na 3ª Idade”, até outubro de 2017.

Quadro 17: Participação da Escola Municipal De Dança em festivais no ano de 2017.

Quadro 18: Quantitativo de ventos e participação por modalidade nos Jogos de Verão, julho de 2017.

Quadro 19: Relação de permissionários por logradouro público no Centro comercial de Belém (bairro da Campina), até novembro de 2017.

Quadro 20: Relação das ações/atividades desenvolvidas para o apoio à produção no ano de 2017.

Quadro 21: Percentagem de unidades de abastecimento cadastradas monitoradas até novembro de 2017.

Quadro 22: Relação de projetos/estudos realizados e situação atual.

Quadro 23: Acompanhamento de obras, 2017.

Quadro 24: Cooperação técnica FVOS e CREDCIDADÃO/Governo do Estado, 2017.

Quadro 25: Número de atendimento ao turista durante a quinzena da Festividade do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, outubro de 2017.

Quadro 26: Relação de projetos/estudos realizados, em andamento e situação atual.

Quadro 27: Demonstrativo geral dos processos de regularização de obras no período 2013 a outubro de 2017.

Quadro 28: Demonstrativo geral dos processos de fiscalização de obras irregulares no período 2013 a outubro de 2017.

Quadro 29: Demonstrativo geral dos empreendimentos habitacionais contratados com a CAIXA.

Quadro 30: Demonstrativo geral do Programa Chão Legal até outubro 2017.

Quadro 31: Totalização da rede de ciclofaixas (m) e ciclovias no município de Belém, existente e a ser implantada. Dados até 2017 (SEMOB, 2017).

Quadro 32: Rede de ciclofaixa implantada até outubro de 2017 (SEMOB, 2017).

Quadro 33: Rede cicloviária implantada até outubro de 2017 (SEMOB, 2017).

Quadro 34: Comparativo da estimativa das receitas do Município entre o PPA 2014 – 2017 e o PPA 2018 – 2021 (valores a R\$ 1,00).

Quadro 35: Comparativo entre o PPA 2014-2027 e o PPA 2018-2021 (valores a R\$ 1,00).

Quadro 36: Demonstrativo de principais serviços (três primeiros) ofertados por órgão e entidade participante e total de atendimentos realizados, 2017.

Quadro 37: Resumo de iniciais protocoladas em regime de mutirão apurado até dezembro de 2017.

Quadro 38: Resumo das execuções fiscais até dezembro de 2017.

Quadro 39: Resumo das ações do PJE até dezembro de 2017.

Quadro 40: Evolução do quantitativo de consultas médicas eletivas no Ambulatório Central e Postos Avançados, de 2016 a setembro de 2017.

Quadro 41: Evolução do quantitativo de consultas médicas eletivas na rede credenciada, de 2016 a setembro de 2017.

Quadro 42: Evolução do quantitativo de consultas de enfermagem no Ambulatório Central e Postos Avançado, de 2016 a setembro de 2017.

Quadro 43: Evolução do quantitativo de atendimentos de urgência e emergência no Pronto Atendimento e encaminhados à rede credenciada, de 2016 a setembro de 2017.

Quadro 44: Evolução do quantitativo de procedimentos de enfermagem* em urgência/emergência, de 2016 (até agosto) a setembro de 2017.

Quadro 45: Evolução do quantitativo de consultas odontológicas no Ambulatório Central e Postos Avançado, de 2016 a setembro e 2017.

Quadro 46: Evolução do quantitativo de procedimentos odontológicos no Ambulatório Central e Postos Avançado, de 2016 a setembro de 2017.

Quadro 47: Evolução do quantitativo de consultas odontológicas na rede credenciada, de 2016 a setembro de 2017.

Quadro 48: Evolução do quantitativo de procedimentos ginecológicos e mastológicos no Ambulatório Central, de 2016 a setembro de 2017.

Quadro 49: Evolução do quantitativo de procedimentos na Sala de Pequenas Cirurgias no Ambulatório Central, de 2016 a setembro 2017.

Quadro 50: Evolução do quantitativo de exames e procedimentos ambulatoriais na rede credenciada, de 2016 a setembro de 2017.

Quadro 51: Evolução do quantitativo de exames realizados no Ambulatório Central, de 2013 a agosto de 2016.

Quadro 52: Demonstrativo da evolução da receita tributária disponível (RTD) de 2016 à outubro de 2017.

Quadro 53: Demonstrativo da evolução da arrecadação municipal por tipo de fonte de 2016 à outubro de 2017.

IGUALDADE ECONÔMICA E SOCIAL

PROGRAMA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Secretaria Municipal de Saúde (SESMA), gestora da Política Pública de Saúde SUS Municipal, pautada nas diretrizes do Ministério da Saúde, conforme Decreto Federal Nº 7.508/2011, busca as ações estratégicas para a qualificação das práticas gerenciais do Sistema Único de Saúde (SUS) e para o fortalecimento da gestão. O processo de monitoramento e avaliação por meio dos Planos Operativos das ações prioritárias das Programações Anuais de Saúde (PAS) e Agenda Mínima de Governo, traça estratégias para o alcance dos objetivos do Plano Municipal de Saúde (PMS) e do Plano Plurianual – PPA 2014/2017, e o cumprimento das metas preestabelecidas para o alcance dos Indicadores de Saúde do Município.

As ações de promoção à saúde desenvolvida pela SESMA no período de 2013 a outubro de 2017 vem sendo intensificando, através das políticas de saúde da (mulher, criança, homem, pessoa com deficiência, pessoa idosa, na atenção psicossocial, saúde bucal, nas DSTs/AIDS e hepatites virais, política nutricional e humanização) objetivando a estimulação às ações que buscam melhoria na qualidade de vida dos usuários do Sistema Municipal de Saúde, onde se destacam as **ações/eventos prioritários** realizadas em **datas alusivas nas campanhas educativas**

Quadro 01: Ações/Eventos realizadas anualmente em datas alusivas nas campanhas educativas de 2013 a 2017.

Dia Nacional pela Redução da Mortalidade Materna
Campanha “Outubro Rosa” para Prevenção do Câncer Cérvico Uterino e de Mama nas mulheres
Implementação das ações da Saúde da Mulher: no pré- natal, parto e nascimento na Rede SUS Municipal.
Implementação do Planejamento Reprodutivo nas Unidades de Saúde
Intensificação do exame Preventivo do Câncer do Colo Uterino (PCCU)
Realização de evento alusivo ao Dia Internacional da Mulher
Semana do BEBÊ no município de Belém
Semana Mundial do Aleitamento Materno – Implantação de 1(um) posto de coleta de leite humano e de 2 (duas) salas de apoio a mulher trabalhadora que amamenta
Implantação em 10 (dez) unidades de Saúde a Triagem Neonatal (teste do pezinho)
Campanha “Novembro Azul” para Prevenção do Câncer de Próstata em Atenção à Saúde do Homem
Ações educativas em saúde bucal
Oferta de Testes Rápidos nas Unidades de Saúde

Atualização do Calendário Vacinal – 1026 doses dispensadas
Implantação do Projeto Piloto da Triagem Auditiva, no Distrito do Guamá
Campanhas Educativas de Promoção, Prevenção e Testagem das DSTs/AIDS e Hepatites Virais: (Aniversário de Belém, Carnaval, Dia Internacional da Mulher, Verão e Aniversário do Distrito de Outeiro e apoio as ações de prevenção na Parada LGBT de Belém)
Realização em massa da Testagem da Sífilis nas Unidades de Saúde (Icoaraci, Marambaia, Bengui II, Providência, Telégrafo, Tapanã, Guamá, Jurunas e Terra Firme)
Campanhas de Testagem e Fluido oral de HIV em parceria com as ONGs, Oficinas de Capacitação em Teste Rápido e Aconselhamento de HIV e Sífilis, aos profissionais saúde
Programação alusiva ao Dia Mundial de Pessoas com Deficiência, no Portal da Amazônia
Ação do SPE na Escola da Pesca, com grande ênfase na saúde do Adolescente
Programação alusiva ao Dia Mundial de Combate à Sífilis (19/10), com grande ênfase no Dia Nacional de Combate à Sífilis
Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho - SIPAT nas empresas Andrade Gutierrez, SILNAVE, Athenas Construtora, Camargo Corrêa, Urbana Engenharia (01 a 29/11)
Dia Nacional de Combate à Dengue
Campanha do dia Mundial de Combate a AIDS
Dia Mundial de Combate à AIDS, Caminhada da Prevenção com falas direcionadas a prevenção das DST/AIDS e Hepatites Virais e ao tratamento as pessoas que vivem com HIV/AIDS
Campanha de Testagem Rápida para HIV nas Unidades de Saúde (UMS)

Fonte: NUPS/SESMA, outubro de 2017.

De 2013 a outubro de 2017 foram efetivadas ações/atividades de Vigilância em saúde e medidas de controle e de monitoramento nas áreas prioritárias de promoção à saúde, proteção e prevenção das doenças e/ou agravos à saúde da população, por meio da Vigilância Epidemiológica, Controle de Endemias, Informações e Análises Epidemiológicas em Saúde e Centro de Controle de Zoonoses (CCZ). Em todas as áreas de atuação foram desenvolvidos programas, projetos e ações de orientação, educação, intervenção e fiscalização; além da verificação situações epidemiológicas das doenças de notificação compulsória sobre os agravos inusitados de saúde, como é o caso da Febre do Chikungunya e Zika vírus no período analisado.

No período de 2013 a outubro de 2017 foi observado o avanço no controle da incidência de Dengue que em 2015 era de 95,65/100.000 hab, passando para 170,47/100.000 hab em 2016, apresentando um incremento de 44% quando comparado 2015/2016, chegando a uma taxa de incidência decrescente em 2017 na ordem de 89,86/100.000 hab.

Observou-se também a redução dos casos importados de Malária e dos casos autóctones que estão sem registro (zero) desde 2016, apresentando somente 2 (dois) casos importados em 2016.

Em relação aos casos de Tuberculose houve ligeiro acréscimo de 2015 para 2016, passando de 95,72/100.000 hab para 108,43/100.000 hab, com redução em 2017, que atingiu até outubro, taxa de 71,13/1000.000 hab.

Tabela 01: Incidência das 10 Doenças de maior Importância Epidemiológica em Residentes no município de Belém - 2010 a Out/2017.

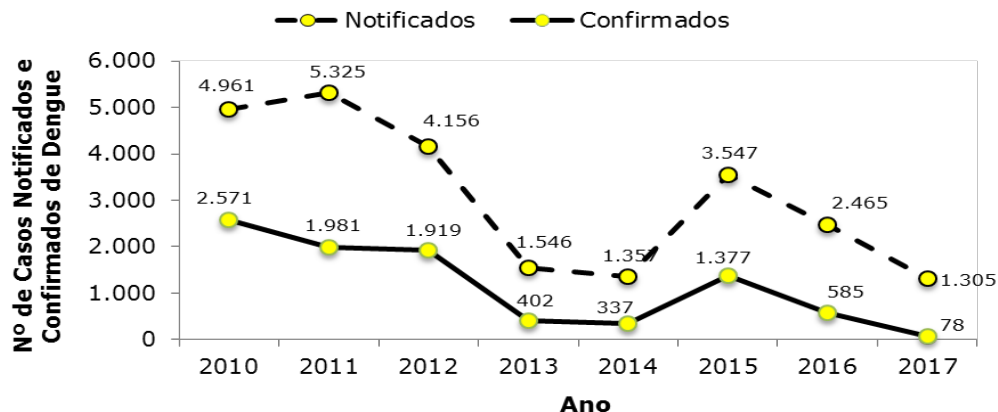
Agravos	2013		2014		2015		2016		2017*	
	(Pop: 1.425.922)		(Pop: 1.432.844)		(Pop.: 1.439.561)		(Pop.: 1.446.042)		(Pop.: 1.452.275)	
	Casos	Tx.Incid	Casos	Tx.Incid.	Casos	Tx.Incid	Casos	Tx.Incid	Casos	Tx.Incid
Dengue	402	28,2	337	23,5	1.377	95,65	2.465	170,47	1.305	89,86
Malária	12	0,84	0	0	0	0	2	0,14	2	0,14
AIDS	273	19,15	170	11,86	292	20,28	341	23,58	291	20,04
Doenças de Chagas Aguda	26	1,82	25	1,7	39	2,71	38	2,63	42	2,89
Hanseníase	326	22,86	242	16,9	241	16,74	267	18,46	228	15,70
Hepatites Virais	120	8,42	48	3,35	150	10,42	223	15,42	191	13,15
Leptospirose	61	4,28	64	4,32	60	4,17	102	7,05	102	7,02
Meningite	109	7,64	123	8,5	158	10,98	162	11,20	160	11,02
Tétano Acidental	0	0	4	0,28	6	0,42	3	0,21	3	0,21
Tuberculose	1662	116,5	1.399	97,6	1.378	95,72	1.568	108,43	1.033	71,13

Fonte: IBGE/SINAN / DEVS/SESMA

Notas: Dados sujeito a alterações. (1) outubro/2017, (2) Aguda. Taxa de incidência por 100.000 habitantes.

A Vigilância Epidemiológica, com o objetivo de monitorar o agravos desenvolve as seguintes atividades: investigação de todos os casos suspeitos notificados, coleta de amostra de sangue dos casos suspeitos para realização de exame específico para o diagnóstico da Dengue, busca ativa de casos suspeitos nos Hospitais e Prontos-Socorros, realização de treinamento para os técnicos e de atividades de educação em saúde.

Figura 01: Nº Casos Notificados e Confirmados de Dengue em Residentes de Belém - 2010 a 2017.



Fonte: SINAN/Dengue on line/DEVS/SESMA

Nota: Dados de 2017 considerou-se mês de competência janeiro a outubro/2017, sujeitos a retificação.

De janeiro a outubro de 2017 os casos notificados e confirmados de Dengue apresentaram um declínio em relação aos anos de 2015 e 2016.

A definição de casos da enfermidade Febre do Chikungunya obedece aos seguintes critérios: Caso suspeito - paciente com febre de início súbito maior de 38,5°C e artralgia ou artrite intensa com início agudo, não explicado por outras condições.

Com base neste diagnóstico, em 2016 foram notificados 521 casos sendo 280 confirmados, todos importados. No período de janeiro a outubro de 2017 foram notificados 1.407 casos de residentes em Belém. Destes, 843 casos importados foram confirmados, sendo a incidência da doença em residentes de Belém na ordem de 564 casos.

Tabela 02: Nº Casos Notificados e Confirmados de Chikungunya em Residentes de Belém - 2014 a outubro/2017.

Ano	Notificados	Confirmados
2014	25	8
2015	151	2
2016	521	280
2017	1.407	843

Fonte: SINAN/Dengue on line/DEVS/SESMA

Nota: Dados de 2017 considerou-se mês de competência janeiro a outubro/2017, sujeitos a retificação.

No município de Belém o primeiro caso de ZIKA Vírus foi atestado em maio 2016 (doença inusitada), sendo notificados 2.626 casos, com 2.101 casos confirmados. De janeiro a agosto de 2017 foram notificados 102 casos de casos suspeitos de ZIKAV, sendo 26 casos confirmados.

Tabela 03: Nº Casos Notificados e Confirmados de Zika Vírus em Residentes de Belém - 2015 a outubro/2017*.

Ano	Confirmados	Notificados
2015	25	169
2016	2.101	2.626
2017	26	102

Fonte: SINAN/Dengue on line/DEVS/SESMA

Nota: Dados de 2017 considerou-se mês de competência janeiro a outubro/2017, sujeitos a retificação.

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) desenvolve ações de vacinação de rotina, promove as Campanhas Nacionais de Vacinação, a vacinação de bloqueio e outras estratégias, refletindo na redução dos indicadores epidemiológicos pertinentes às doenças imuno-previníveis no perfil do município de Belém.

Foram realizadas ações de vacinação contra Influenza apresentando excelentes resultados. Em 2013 a cobertura vacinal para Influenza foi de 103,26%, passando para 101,21% em 2015, mostrando resultados positivos para 2017 que atesta uma cobertura de 95,54%, podendo superar o ano anterior se considerarmos que os dados apresentados datam de outubro de 2017.

Tabela 04: Campanha Nacional de Vacinação Contra Influenza Belém - PA - 2013 a Out/2017.

Ano	População	Vacinação	Cobertura %
2013	195.304	201.680	103,26
2014	263.739	257.376	97,59
2015	264.950	255.632	96,48
2016	264.091	267.284	101,21
2017	284.013	271.341	95,54

Fonte: SIPNI / DEVS/SESMA- outubro/2017

Nota: Dados de 2017, considerou mês de competência outubro/2017, sujeitos a retificação

A vacinação quadrivalente contra o papiloma vírus humano 6, 11, 16 e 18 (recombinante) foi introduzida no SUS em março de 2014 e integra o Calendário Nacional de Vacinação tendo como população alvo as meninas de 11 a 14 anos de idade.

No ano de 2016, a vacinação foi ofertada para meninas de 09 a 14 anos de idade e ampliada para as mulheres de 14 a 26 anos portadoras do HIV, sendo atestado acréscimo da população alvo vacinada, passando de 54,14% em 2016 para 89,61% em 2017.

Tabela 05: Doses aplicadas da vacina contra o Papiloma Vírus Humano- HPV por faixa etária em Belém – PA, 2014 e Out/2017.

Ano	Faixa etária	Meta	Vacinados	%
2014	11 - 13 anos	34.135	37.187	108,94
2015	09 - 14 anos	34.242	16.396	49,61
2016	09 - 14 anos	23.175	18.144	78,29
2017	11 - 14 anos	11.771	10.549	89,61

Fonte: SIPNI / SESMA/DEVS

Nota: Dados provisórios sujeitos a alterações out/2017.

Contudo, a cobertura vacinal em crianças menores de 1 ano para o controle/eliminação e/ou erradicação das doenças, manteve-se com os indicadores abaixo do preconizado pelo Sistema de informação do Programa Nacional de Imunização (PNI/MS), se considerarmos a série histórica no período de 2015 a outubro de 2017.

Tabela 06: Cobertura Vacinal em Crianças menores de 1 ano em Belém por Imuno e ano de 2013 a Out/2017*.

Imunobiológicos	2013	2014	2015	2016	2017*
BCG	146,43	140,94	110,87	92,37	49,97
Hepatite B < 1mês	83,91	127,81	102,32	71,47	49,02
Rotavírus Humano	83,95	86,24	59,55	71,98	54,43
Meningococo C	84,4	86,41	59,07	76,21	54,81
Pentavalente	81,60	84,07	52,31	71,46	49,02
Pneumocócica 10 V	71,5	74,3	44,32	77,36	58,25
VIP e VOP	88,89	78,47	58,31	65,13	51,28
Febre Amarela	75,23	56,83	41,16	61,62	45,03

Fonte: Programa Nacional de Imunizações/DATASUS/MS

Nota: Data de atualização dos dados até outubro/2017 dados sujeitos a alterações

O CCZ promove o controle da população de animais de pequeno porte (cães e gatos), especialmente portador de zoonoses; além de mordedores viciosos e roedores que representam risco à saúde humana.

No período de 2014 a outubro de 2017, foram realizadas 926 ações de desratizações a fim de reduzir a população de roedores e os casos de Leptospirose à população no município de Belém.

Esta ação, combinada com a busca ativa dos casos de Leptospirose em hospitais de referência resultou na redução do número de casos notificados e confirmados no período de 2014 a outubro de 2017.

Tabela 07: Casos de Leptospirose Humana em Belém de 2014 a Out /2017.

Nº Casos	Notificados	Confirm.	Diag. Laborat.	Diag. Epidemiol.	Curados	Óbitos
2014	110	43	36	07	30	13
2015	121	44	23	21	32	0
2016	52	32	2	30	27	5
2017*	47	39	4	27	24	0

Fonte: CCZ/DEVS/SESMA, Out/2017*

Nota: Dados Sujeitos a alterações – Outubro/2017*

No controle da Raiva humana é importante ressaltar que, todos os exames foram negativos com a manutenção zero dessa enfermidade ao longo dos anos. Contudo, a profilaxia da Raiva humana, é monitorada permanentemente pela equipe técnica do CCZ por meio da busca ativa dos casos nos hospitais de referência de Belém, conforme ilustra a tabela a seguir.

Tabela 08: Profilaxia da raiva humana em Belém – 2014 a outubro/2017.

Profilaxia da Raiva Humana										
Mês	Atendimento	Tratamento			Abandono tratamento	Vac. Aplicadas (Doses)	Animal agressor			
		Vac.	Vac/Soro	Total			Cão	Gato	Morcego	Outros
2014	3.224	2.829	246	3.075	1.184	5.929	2.587	499	10	12
2015	3.279	2.755	258	3.031	1.316	5.976	2.775	447	1	38
2016	2.227	1.964	155	2.119	919	4.013	1.877	310	17	22
2017	3.764	3.157	278	3.658	1.663	6.508	3.224	574	28	37

Fonte: CCZ/DEVS/SESMA, Out/2017.

Nota: Dados Sujeitos a alterações – outubro/2017.

Para o efetivo controle reprodutivo de cães e gatos, o CCZ promove a castração cirúrgica no local de funcionamento do centro e em campanhas periódicas realizadas ao longo do ano.

De 2016 a outubro de 2017 houve um acréscimo no número de castrações realizadas, sendo 2.762 em 2016 e 4.179 em 2017.

Tabela 09: Castração de cães e gatos no CCZ de Jan a outubro/ 2017.

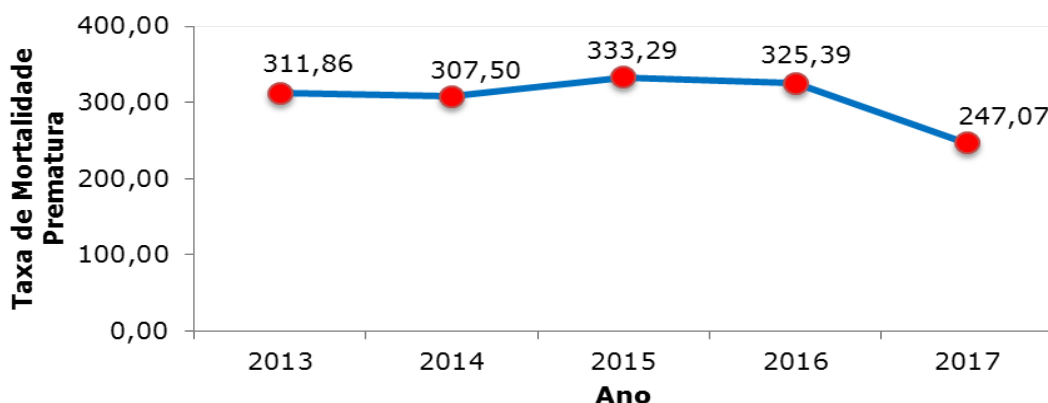
Mês	Controle Reprodutivo de Cães e Gatos				
	Cão		Gato		Total
	M	F	M	F	
2016	246	650	568	1.298	2.762
2017	389	922	1.069	1.799	4.179

Fonte: CCZ/DEVS/SESMA, Out/2017*

Nota: Dados Sujeitos a alterações – outubro/2017*

Durante o período de 2013 a 2017, a mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) na faixa etária de 30 a < 70 anos, apresentou uma redução na taxa de mortalidade prematura, de 311,86/100.000 hab (2013) para 247,07/100.000 hab (até outubro de 2017).

Figura 02: Taxa de Mortalidade Prematura (30<70 anos) - Belém 2013 a 2017.



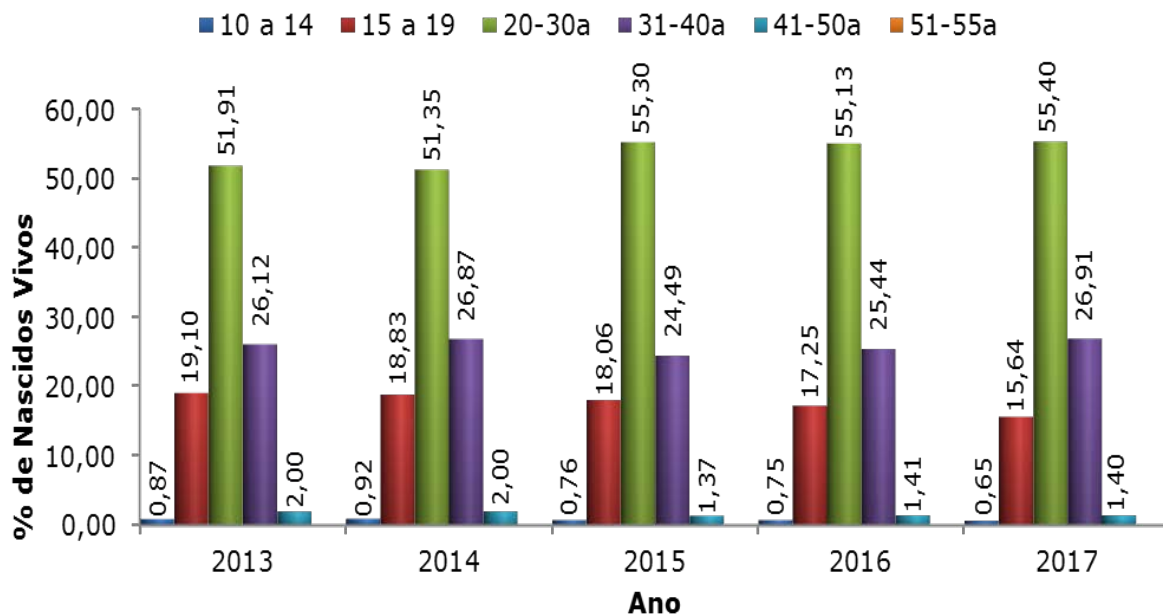
Fonte: SIM/DEVS/SESMA.

Nota: Dados de 2017 considerou-se mês de competência janeiro a outubro/2017, sujeitos a retificação.

Estes índices refletem a qualificação das ações de promoção à saúde na redução de seus fatores de risco, além da melhoria no serviço de detecção precoce e tratamento oportuno das DCNT à população de Belém.

O percentual de partos e nascimentos ocorridos em residentes de Belém apresentou redução de 13% no período de 2013 a 2016. Verificou-se que em 2016, 55,13% dos partos de mães residentes ocorreram na faixa etária de 20 a 30 anos e 55,40% registrados no ano de 2017, mantendo-se estável. A gravidez na adolescência reduziu na proporção de 19,97% em 2013 para 18,01% em 2016, atingindo 16,29% até outubro de 2017. Importante também verificar a redução de casos de gravidez precoce na faixa etária de 10 a 14 anos, passando de 087 em 2013 para 0,65 em 2017. Ressalta-se ligeira redução, de 9,96% para 9,09% de nascidos vivos com baixo peso ao nascer.

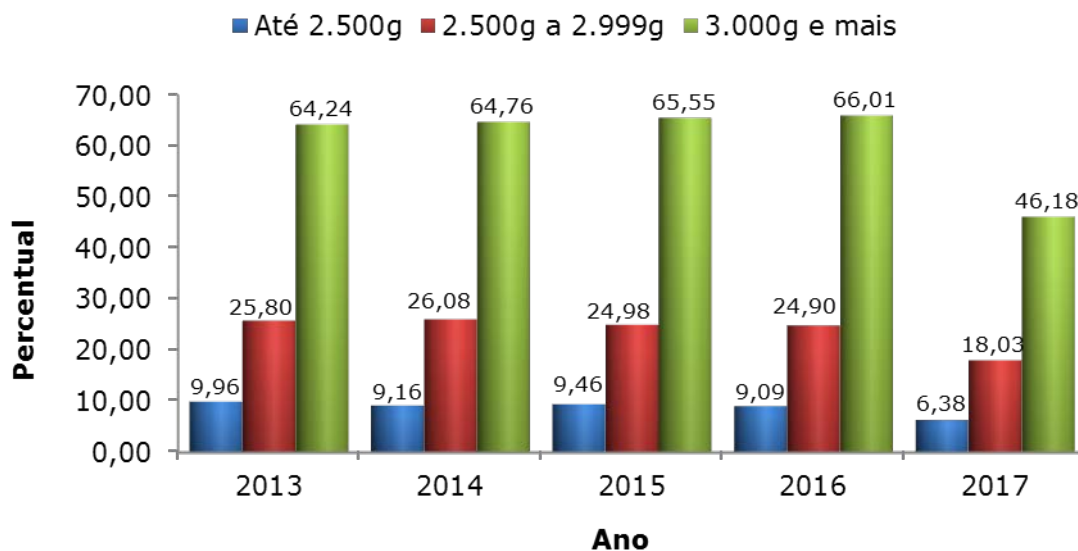
Figura 03: Nº de Nascidos Vivos por Faixa Etária da Mãe Residentes em Belém - 2015 a 2017.



Fonte: SINASC/DVE//DEVS/SESMA.

Nota: Dados de 2017 considerou-se mês de competência janeiro a outubro/2017, sujeitos a retificação.

Figura 04: Nº de Nascidos Vivos segundo peso ao nascer da Mãe Residente em Belém - 2015 a 2017.

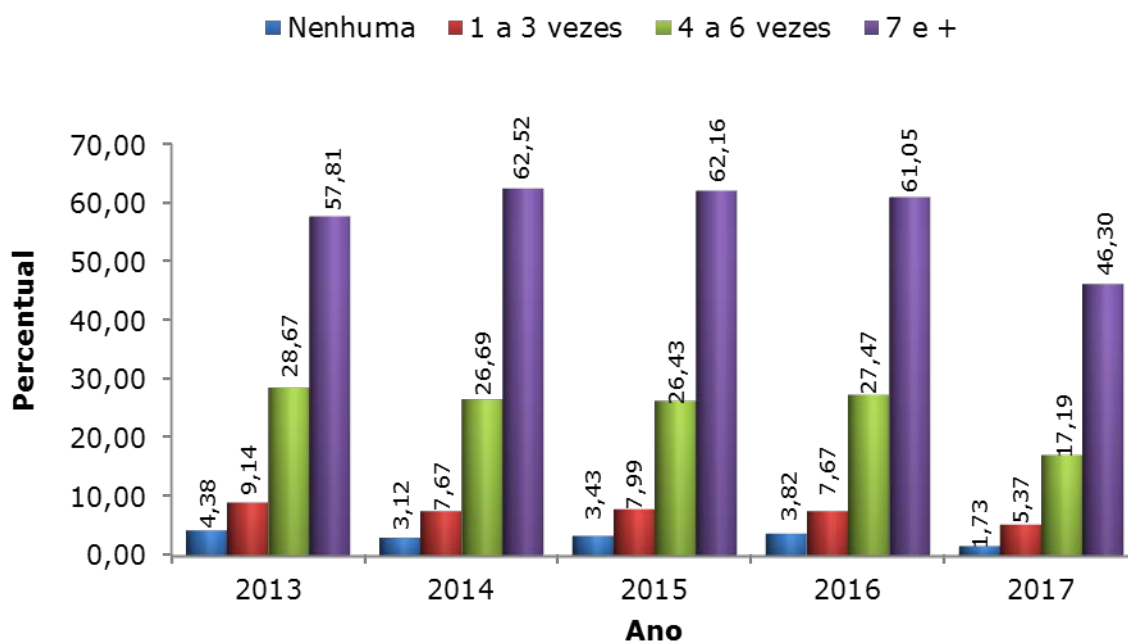


Fonte: SINASCDIAES/DEVS/SESMA.

Nota: Dados de 2017 considerou-se mês de competência janeiro a outubro/2017, sujeitos a retificação.

No que se refere à quantidade de consultas de pré-natal de mães residentes em Belém, houve acréscimo no número daquelas que realizaram mais de 07 consulta, passando de 57,81% (2013) para 61,05% (2016). Até outubro de 2017, este percentual atingiu valor de 46,30%, podendo ultrapassar o quantitativo do ano anterior quando contemplada todas as consultas realizadas até o final de 2017. Em 2016, o percentual de mães que não realizaram nenhuma consulta pré-natal foi da ordem de 3,82%.

Figura 05: Quantidade e percentual de consultas pré-natal realizada pelas mães residentes em Belém, no período de 2013 a 2017.



Fonte: SINASCDIAES/DEVS/SESMA.

Nota: Dados de 2017 considerou-se mês de competência janeiro a outubro/2017, sujeitos a retificação.

No período de 2016 a outubro de 2017 houve redução no número de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) na faixa etária de 30 a 39 anos, passando de 182 casos em 2016 para 128 em 2017. A maior causa de MIF continua sendo agressões por meio de disparo de armas de fogo, seguidas por neoplasias malignas da mama e do colo do útero, respectivamente.

Tabela 10: Número de óbitos de Mulheres em idade Fértil, segundo cinco principais causas residentes em Belém - 2013 a 2017*.

Causa (CID10 3D)	2013	2014	2015	2016	2017
Agres disparo outr arma de fogo ou NE	35	37	34	54	37
D p/HIV result doenc infecc e parasit	39	42	42	43	15
Neopl malig da mama	23	27	42	33	30
Neopl malig do colo do utero	20	30	38	31	29
Pneumonia p/microorg NE	30	27	22	21	17
Total	147	163	178	182	128

Fonte: SIM/DIAES/DEVS/SESMA.

Nota: Dados atualizados até 21/11/2017

Considerando todas as faixas etárias de MIF, constata-se redução de 557 casos em 2013 para 406 casos até novembro de 2017.

Tabela 11: Número de óbitos de Mulheres em idade Fértil, segundo Faixa Etária residentes em Belém - 2013 a 2017*.

Ano	Faixa Etária					Total
	10-14a	15-19a	20-29a	30-39a	40-49a	
2013	14	32	111	155	245	557
2014	12	35	121	153	239	560
2015	18	35	97	154	286	590
2016	12	28	107	162	264	573
2017	13	18	64	124	187	406

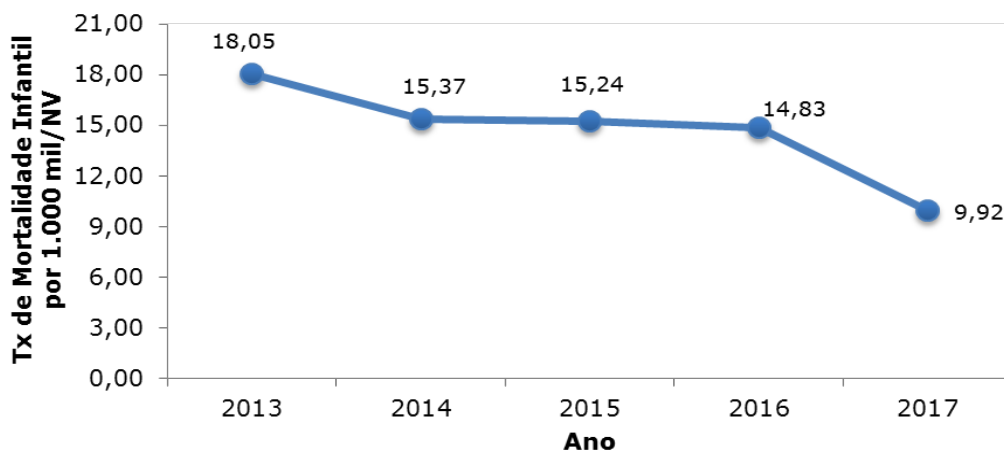
Fonte: SIM/DIAES/DEVS/SESMA.

Nota: Dados atualizados até 21/11/2017

O comportamento da mortalidade materna em Belém mostra uma redução de 41,13% no período analisado de 2013 a 2017, com taxas de 123,2/100.000 nascidos vivos (NV) em 2013, para 59,40/100.000 NV em 2017,

No período de 2013 a outubro de 2017, a mortalidade infantil (óbitos de crianças antes de completar 1 ano de vida) decaiu em 50% (de 18,05/ 1.000 Nv em 2013 para 9,92/1.000 NV em 2017).

Figura 06: Taxa de Mortalidade infantil em residentes de Belém por mil Nascidos Vivos - 2013 a 2017.

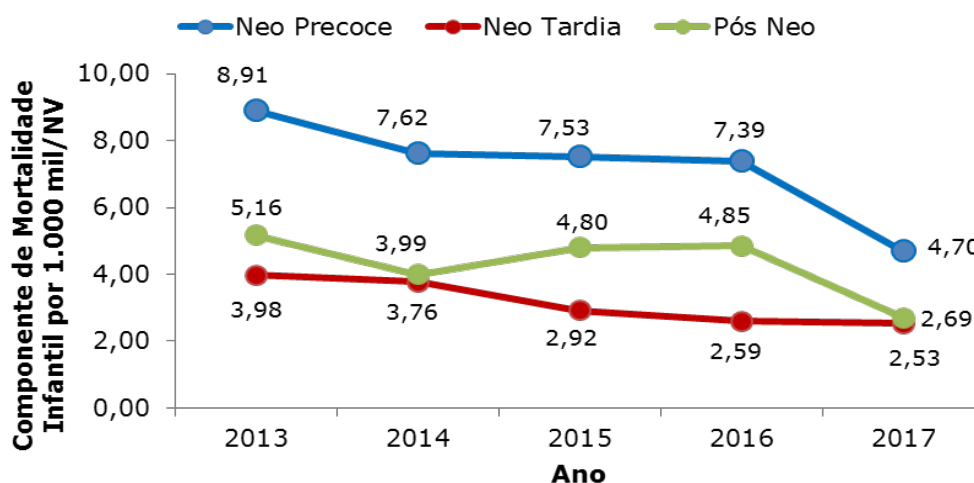


Fonte: SIM/DIAS/DEVS/DESMA.

Nota: Dados de 2017 considerou-se mês de competência outubro/2017, sujeitos a retificação.

O grupo neonatal precoce concentrou o maior número de óbito. Em 2013, 195 bebês morreram antes de completar 6 dias de nascido, equivalente a uma taxa de 8,91/1.000 NV; enquanto que em 2016 houve uma redução, passando para 97 óbitos e taxa de 7,39/1.000 NV. Até outubro de 2017, o comportamento da taxa indica redução (4,7/1.000 NV).

Figura 07: Mortalidade infantil por componente Neonatal em residentes de Belém - 2013 a 2017.



Fonte: SIM/DIAS/DEVS/DESMA.

Nota: Dados de 2017 considerou-se mês de competência outubro/2017, sujeitos a retificação.

No período de 2013 a 2016 a Vigilância Sanitária realizou em média 4.680 inspeções sanitárias. As áreas de maior destaque foram vigilância de alimentos com 1.858 inspeções em 2013 e 996, até outubro de 2017, com média 1.859

(2013 a 2016); e a área de Exercício Profissional que registrou 1.271 em 2013 e até outubro de 2017 607 inspeções, com média 1.471 (2013 a 2016).

Tabela 12: Nº de Inspeções realizadas nos Estabelecimentos pela VISA no Município de Belém – 2013-2017*.

Vigilância Sanitária e Ambiental	Nº Inspeções				
	2013	2014	2015	2016	2017*
Drogas e Medicamentos	530	755	385	497	401
Engenharia Sanitária	973	877	823	559	634
Exercício Profissional	1.271	1.793	1.618	1.202	607
Vigilância de Alimentos	1.858	2.442	2.007	1.129	996
Total	4.632	5.867	4.833	3.389	2.638

Fonte: Fonte: DATASUA/SIA/ DEVISA/SESMA

Nota: (*) Dados até outubro/2017

No mesmo período foram realizadas média de 3.228 licenciamentos, correspondendo a uma média anual de Drogas e Medicamentos (282); Engenharia Sanitária (692); Exercício Profissional (1.155) e Vigilância de Alimentos (1.101).

Tabela 13: Nº de Licenciamentos realizados nos Estabelecimentos pela VISA no Município de Belém – 2013-2017*.

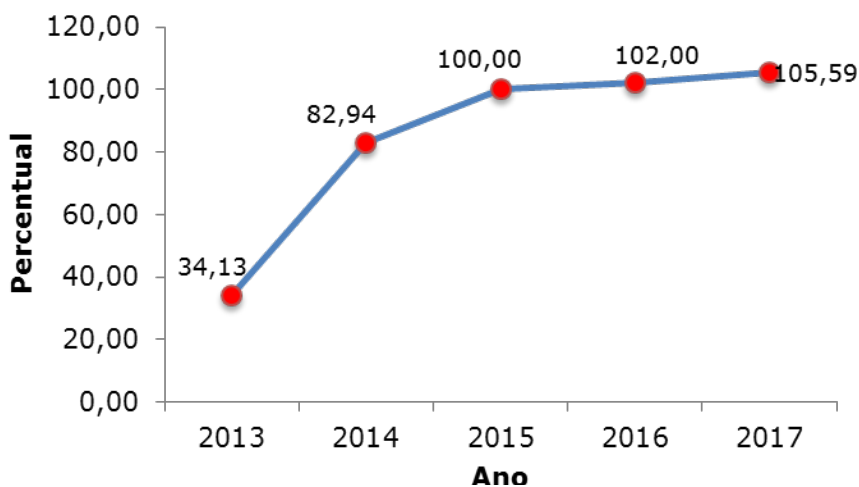
Vigilância Sanitária/Ambiental	Nº Licenciamento				
	2013	2014	2015	2016	2017
Drogas e Medicamentos	120	289	405	313	418
Engenharia Sanitária	324	844	953	648	631
Exercício Profissional	1.073	1.242	1.373	932	501
Vigilância de Alimentos	609	1.403	1.292	1.099	528
Total	2.120	3.778	4.023	2.992	2.078

Fonte: DATASUA/SIA/ DEVISA/SESMA

Nota: (*) Dados até Outubro/2017

Nas ações de Vigilância em Saúde Ambiental correspondente ao controle de qualidade da água, foram realizadas uma proporção de coletas de amostra de água para o consumo humano de 34,13% (2013), 102,00% (2016) a 105,59% até outubro de 2017, apresentando um acréscimo nas atividades desenvolvidas.

Figura 08: Proporção de amostra de água para consumo humano em Belém - 2013 a agosto/2017.



Fonte: DATASUS/SISPACTO

Nota: (*) Dados até outubro/2017.

Até outubro de 2017 a Rede do Sistema Municipal de Belém (Rede SUS) é composta por 255 estabelecimentos de saúde cadastrados no (SCNES), sendo 98,3% dos serviços atendidos pela Gestão Municipal de Saúde Pública. A Rede SUS conta 22 hospitais (2.613 leitos SUS), dos quais 2 Hospitais de Pronto Socorros Municipais (HPSM Humberto Maradei Pereira - HPSM Guamá e HPSM Mário Pinotti - HPSM 14 de Março), 1 Hospital Geral de Mosqueiro; 1 (um) Serviço Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) com 24 Unidade Móvel Pré-Hospitalar cadastradas e 21 unidades habilitadas em funcionamento, tais como: 16 ambulâncias, sendo 12 Unidades de Suporte Básico (USB), 04 Unidades de Suporte Avançado (USA); 2 Ambulanchas, sendo 1 em funcionamento e 4 motolâncias; 2 Unidades de Pronto Atendimento (UPA) no Distrito DAICO e DASAC; 55 Unidades de Saúde da Família (USF) cadastradas no SCNES; 29 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e 10 Casas Especializadas.

Atualmente o Município de Belém possui 112 Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) das quais 107 encontram-se cadastradas no SCNES, com 98 ESF habilitadas no sistema e cobertura de atenção básica na ordem de 51,46%. O Município conta com 10 Equipes de Saúde Bucal habilitadas e 9 equipes implantadas em funcionamento apresentando, uma cobertura populacional de 18,85%. Possui 11 Núcleos de Apoio a Estratégia Saúde da Família (NASF) implantados e em funcionamento, sendo 10 credenciados e habilitados pelo Ministério da Saúde, cobrindo 6 Distritos Administrativos (DAMOS, DAICO,

DABEN, DAENT, DASAC e DAGUA), 1 Equipe de Consultório na Rua, 2 Equipes Multidisciplinar de Atendimento Domiciliar (EMAD) e 1 Equipe Multidisciplinar de Apoio (EMAP).

No período de 2013 a outubro de 2017 as UBS realizaram em média 10.800.967 procedimentos/ano, correspondendo a um acréscimo em torno de 54,78% do total realizado no ano de 2016 em relação a 2013. Até outubro de 2017 foi realizado 5.473.483 da produção total em relação ao ano anterior, correspondendo a 52%.

Tabela 14: Produção das Unidades Básicas Municipais de Saúde. Quantidade apresentada por grupo de Procedimentos, Belém, 2015 a 2017.

Grupo de Procedimento	Quantidade Apresentada				
	2013	2014	2015	2016	2017
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	1.687.966	1.967.412	3.903.154	1.574.079	799.273
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	1.131.680	402.731	1.803.229	467.821	1.052.104
03 Procedimentos clínicos	5.291.052	5.956.917	7.002.401	7.564.198	3.543.442
04 Procedimentos cirúrgicos	1.049.768	1.182.712	1.295.630	922.863	78.664
08 Ações complementares da atenção à saúde	76	0	179	0	0
Total	9.160.542	9.509.772	14.004.593	10.528.961	5.473.483

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SAI/SUS).

Nota: Dados de 2017 considerou-se mês de competência janeiro a outubro/2017, sujeitos a retificação.

De 2013 a outubro de 2017 a atenção ambulatorial especializada apresentou redução de -1,30% nos procedimentos com finalidade diagnóstica de média complexidade, demonstrando o incremento das ações de prevenção e promoção à saúde desenvolvidas na rede de atenção básica.

Tabela 15: Produção Ambulatorial da Rede SUS de Belém. Quantidade apresentada por grupo de procedimentos de Média Complexidade de 2015 a 2017.

Grupo de Procedimento	Quantidade Apresentada				
	2013	2014	2015	2016	2017
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	42.236	46.707	114.523	203.461	77.395
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	9.694.469	9.877.913	10.287.780	9.175.793	8.091.176
03 Procedimentos clínicos	7.832.730	7.091.363	6.082.988	7.954.437	8.344.652
04 Procedimentos cirúrgicos	152.577	143.698	133.424	154.738	106.206
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células.	2.860	1.992	5.693	6.872	6.008
07 Órteses, próteses e materiais especiais.	0	26	9	0	0
Total	17.726.885	17.161.699	16.624.417	17.497.317	16.627.454

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SAI/SUS).

Nota: Dados de 2017 considerou-se mês de competência janeiro a outubro/2017, sujeitos a retificação.

No mesmo período, observou-se um acréscimo de atendimento na ordem de 40,31%, sendo que destes, 90,25% correspondem a procedimentos de medicamentos, comprovando o aumento da capacidade do Município na aquisição e dispersão medicamentosa.

Tabela 16: Produção Ambulatorial da Rede SUS de Belém. Quantidade apresentada por grupo de Alta Complexidade de 2015 a 2017.

Grupo de Procedimento	Quantidade Apresentada				
	2013	2014	2015	2016	2017
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	78.560	81.503	121.363	125.944	84.007
03 Procedimentos clínicos	267.799	275.271	257.408	260.109	215.497
04 Procedimentos cirúrgicos	6.782	7.056	8.484	8.552	6.295
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	24.987	9.496	15.329	13.290	7.224
06 Medicamentos	2.117.784	2.972.505	3.950.096	3.773.422	2.165.046
Total	2.495.912	3.345.831	4.352.680	4.181.317	2.478.069

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SAI/SUS).

Nota: Dados de 2017 considerou-se mês de competência janeiro a outubro/2017, sujeitos a retificação.

Até outubro de 2017, a Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) realizou no HPSM Humberto Maradei Pereira (HPSM-HMP / HPSM do Guamá), uma média mensal de 116.873 atendimentos/procedimentos na área ambulatorial, sendo que no HPSM Mário Pinotti (HPSM – MP / HPSM da 14 de março), a média mensal foi de 104.421 procedimentos.

As Urgências e Emergências na área pré-hospitalar fixo de atendimento intermediário a nível ambulatorial, apresentou média mensal de 154.904 atendimentos na UPA DAICO e 69.901 de média mensal de atendimento na UPA DASAC.

O pré-hospitalar móvel (SAMU 192) atendeu 15.894 ocorrências até outubro de 2017, com uma média mensal de 1.589 atendimentos. No mesmo período, o Centro de Informações Toxicológicas (CIT) realizou 1.044 atendimentos com média mensal.

Tabela 17: Produção Ambulatorial de U/E da Rede de Atenção às Urgências e Emergências nos anos de 2013 a outubro/2017.

Unidades - U/E	Atendimentos de U/E									
	2013	Média/ mensal	2014	Média/ mensal	2015	Média/ mensal	2016	Média/ mensal	2017	Média/ mensal
HPSM - MP	939.678	78.307	956.263	79.689	439.328	36.611	833.207	69.434	835.367	104.421
HPSM - HMP	1.397.201	116.433	1.854.696	154.558	1.623.106	135.259	1.010.248	84.187	934.985	116.873
HG Mosqueiro	325.416	27.118	508.487	42.374	682.688	56.891	560.420	46.702	593.072	74.134
UPA DAICO	59.010	4.918	443.311	36.943	874.912	72.909	1.235.078	102.923	1.549.036	154.904
UPA DASAC*	-	-	-	-	-	-	288.525	24.644	699.009	69.901
SAMU	20.445	1.704	26.511	2.209	15.021	1.252	21.427	1.786	15.894	1.589
CIT	1532	128	773	64	1.007	84	1.427	119	1.044	104
Total	2.741.750		3.789.268		3.635.055		3.949.795		4.628.407	

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA/SUS).

Nota: Dados de 2017 - considerou mês de competência out/2017, sujeitos a retificação.

No geral, a RUE realizou um total de 2.741.750 procedimentos/atendimentos ambulatoriais em 2013, passando para 3.949.795 em 2016, representando acréscimo de 31%, chegando a outubro de 2017 com 4.628.407 procedimentos/atendimentos realizados.

No período de 2013 a 2016, a Rede Hospitalar SUS Municipal de Urgência e Emergência (U/E) apresentou média anual de 12.555 internações. De janeiro a outubro de 2017 foram realizadas 11.259 internações. Ressalta-se que a redução de -2% no número de internações HPSM Mário Pinotti - HPSM da 14 de Março, entre 2015 e 2016 é considerada positiva, confirmada os esforços a nível municipal na consolidação de uma política de saúde pública que prioriza a atenção básica.

Tabela 18: Internações Hospitalares nos Hospitais Municipais de U/E de Belém – 2013 a agosto/ 2017*.

Hospital	2013	2014	2015	2016	2017
Hospital Pronto Socorro Municipal Mario Pinotti	8.001	9.112	8.005	7.766	7.817
Hospital Municipal de Mosqueiro	766	742	753	333	50*
Hospital Pronto Socorro Municipal Dr. Humberto Maradei Pereira	3.189	4.011	3.542	4.001	3.292
Total	11.956	13.865	12.300	12.100	11.259

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalar do SUS (SIH/SUS)SIH/DATASUS

Nota: Dados de 2017 considerou-se mês de competência outubro/2017, sujeitos a retificação.

*Em 2017 o Hospital Geral do Mosqueiro estava em reforma.

A atenção hospitalar realizou média de 105.856 internações/ano por especialidades clínicas, sendo que séria “especialidade cirúrgica” representou um total de 41,40% do total das internações considerando o período de 2013 a outubro de 2017.

Tabela 19: Internações Hospitalares da Rede SUS Municipais de Belém de 2013 a 2017*.

Leitos/Especialidade	2013	2014	2015	2016	2017*
01-Cirúrgico	39.174	38.614	43.386	45.555	34.477
02-Obstétricos	26.439	24.086	25.015	24.109	18.803
03-Clínico	20.875	22.691	20.509	20.037	15.835
05-Psiquiatria	2.095	2.531	2.610	2.348	1.631
06-Pneumologia Sanitária (Tisiologia)	134	206	200	190	149
07-Pediátricos	14.694	13.631	15.741	17.604	14.803
09-Leito Dia / Cirúrgicos	283	269	168	0	0
12-Leito Dia / Intercorrência Pós-Transplante	1	0	44	186	148
Total	103.695	102.028	107.673	110.029	85.846

Fonte: SIH/DATASUS

Nota: Dados de 2016 considerou-se mês de competência de outubro/2016, sujeitos a retificação.

Na qualificação da infraestrutura física de suporte à Política Municipal de Saúde diversas ações foram desenvolvidas para a ampliação do número de equipamentos públicos na rede de atendimento com consequente ampliação da capacidade dos serviços ofertados. Desta forma, no período de 2013 a outubro de 2017 foram realizadas construções, reformas e/ou ampliações e aquisições de equipamentos/materiais em 22 UBS e 21 ESF; implantação da Casa de Endemias em Mosqueiro e do Centro de Zoonoses (CCZ), de 3 Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS) e estruturação de mais 3 com novas instalações; 3 Casas Especializadas com, reforma e instalações em novos prédios; reforma, ampliação e reaparelhamento do Novo Hospital de Pronto Socorro Mário Pinotti (HPSM – HMP ou HPSM da 14 de março); estruturação de 40 Salas de Vacinas das Unidades de Saúde, equipadas com câmaras frias e reaparelhamento dos consultórios odontológicos nas UBS com aquisição de 50 equipamentos odontológicos.

Houve a implantação da UPA DAICO e UPA DASAC, das Academias de Saúde Carananduba e Tapanã, de 5 bases do SAMU (Bengui, Icoaraci, UFPA, Mosqueiro e Cotijuba), 2 Sala de Estabilização na UMS Cotijuba e Carananduba, de 4 novos consultórios odontológicos na rede básica (2 na UBS do Tenoné, 1 na UBS Combu e 1 na UBS Fidélis), de 2 Equipes de Saúde Bucal, da UBS Tenoné

II e da Casa do Açaí, para o controle da qualidade e certificação do produto disponibilizado à população.

Foram adquiridas 8 veículos tipo “vans” para transporte social de pacientes do Programa Renais Crônicos , 1 unidade castra móvel do CCZ, para o controle reprodutivo da população animal (cães e gatos) , 1 veículo tipo “lancha” para o fortalecimento das ações de vigilância sanitária à população ribeirinha, 01 mamógrafo e 01 aparelho de ultrassonografia para ampliação de serviços e da capacidade de atendimento da Casa da Mulher.

A Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA, enquanto gestora da política de assistência social buscou, no ano de 2017, garantir em seu planejamento ações pautadas na perspectiva de implementar o trabalho socioassistencial já em curso com a ampliação do número de CRAS e de concessão de benefícios eventuais, assim como a implantação de novos serviços demandados como o serviço em família acolhedora e o serviço de proteção social básica domiciliar para pessoas com deficiência e idosos. Embora se constituam em grandes desafios para a gestão, são indispensáveis para a adequada cobertura da proteção social em Belém, dada a contínua necessidade de atendimento das pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social no Município e o contingenciamento orçamentário que acabou por limitar o raio de ação da assistência social, assim como das demais políticas públicas.

A despeito dessas dificuldades, a FUNPAPA atendeu durante o ano de 2017 aproximadamente 87.356 famílias por meio de programas, serviços e benefícios da proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade.

Em 2017, através dos 12 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), foram prestados 83.878 atendimentos às famílias que receberam orientações gerais, atendimentos particularizados e em grupo, encaminhamentos para demais espaços socioassistenciais e/ou rede intersetorial assim como a inserção nos serviços ofertados pelos CRAS, a saber: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Na continua melhoria do atendimento, ressalta-se a transferência do CRAS Jurunas (setembro/2017) e CRAS Terra

Firme (novembro/2017), para novos espaços físicos e a realização de concurso público prevista para 2018.

Tabela 20: Número de famílias atendidas pelos 12 CRAS do Município, 2013-2017.

Ano	Total
2013	44.472
2014	75.871
2015	103.740
2016*	53.932
2017**	83.878
Total	361.893

Fonte: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 20176.

*Acumulado até agosto de 2016.

**Acumulado até novembro de 2017.

No Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) foram inseridas um total de 2.806 famílias, como mostra a Tabela 21. Por meio deste serviço, é oportunizado às famílias o fortalecimento de sua função protetiva, preservação dos vínculos familiares e comunitários, desenvolvimento das suas potencialidades e aquisições, por meio de atendimentos particularizados ou em grupo.

Tabela 21: Número de famílias acompanhadas pelos PAIF, por CRAS, em 2017 e evolução do atendimento de 2013 a 2017.

CRAS				Nº de famílias	
Aurá				198	
Barreiro				378	
Benguí				226	
Cremação				197	
Guamá				210	
Icoaraci				377	
Jurunas				222	
Mosqueiro				71	
Outeiro				452	
Pedreira				97	
Tapanã				219	
Terra Firme				159	
Total				2.806	
ANO	2013	2014	2015	2016	2017
Nº de famílias	14.266	10.929	9.921	5.538	2.806

Fonte: SEVISA/FUNPAPA, 2017.

Nota: Dados acumulados até set./2017.

Figura 09: Acolhida em grupo no PAIF e Reunião do Grupo das famílias em situação de descumprimento de condicionalidade do Programa Bolsa Família.



Fonte: CRAS Mosqueiro, 2017.



Fonte: CRAS Outeiro, 2017

De 2017, foram realizados 1.632 encaminhamentos, descritos na tabela a seguir.

Tabela 22: Encaminhamentos realizados pela equipe do PAIF para a rede do sistema de garantia de direito de 2013 a 2017.

Rede	Ano				2017**	Total
	2013	2014	2015	2016*		
Habitação	-	-	-	-	236	236
Saúde	401	680	532	245	373	2.231
Educação	100	181	287	182	165	915
Documentação Civil	451	548	419	221	230	1.869
Defensoria Pública	170	342	415	121	154	1.202
Ministério Público	63	417	278	42	36	836
Conselho Tutelar	308	417	296	109	162	292
Delegacias	50	67	92	32	38	279
Outros	-	-	-	-	238	238
Total	1.543	2.652	2.319	952	1.632	9.098

Fonte: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2017.

*Acumulado até agosto de 2016. **Acumulado até novembro de 2017.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) destina-se a complementar o trabalho social do PAIF, incluindo os membros das famílias, por ciclo de vida, em atividades voltadas a defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades, atendendo um total de um total de 2.798 usuários no ano de 2017.

Tabela 23: Número de usuários atendidos no SCFV, por ciclo de vida, pelos 12 CRAS do município de Belém, em 2017 e no acumulado de 2013 a 2017.

CRAS	Ciclos de vida					Total
	0 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 59 anos	Idosos	
Aurá	18	33	43	26	36	156
Barreiro	25	128	86	0	30	269
Benguí	13	52	18	20	30	133
Cremação	0	31	32	30	96	189
Guamá	41	155	192	88	64	540
Icoaraci	22	18	73	24	24	161
Jurunas	8	42	8	12	47	117
Mosqueiro	41	53	14	0	43	151
Outeiro	0	61	19	34	16	130
Pedreira	11	50	3	0	45	109
Tapanã	18	61	40	51	489	659
Terra Firme	0	44	35	24	81	184
Total/2017	197	728	563	309	1.001	2.798

Ano	Ciclos de vida					Total
	0 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 59 anos	Idosos	
2013	180	505	360	-	1.323	2.368
2014	317	859	494	-	1.098	2.768
2015	289	1.229	472	-	1.104	3.094
2016*	196	1.022	423	-	1.102	2.743
2017**	197	728	563	309	1.001	2.798
Total	1.179	4.343	2.312	309	5.628	13.771

Fonte: SEVISA/FUNPAPA, 2017.

Nota 1: Dados acumulados até setembro/2017

Nota 2: Foi considerado o quantitativo do mês com maior número de usuários frequentes.

*Acumulado até agosto de 2016. **Acumulado até novembro de 2017

Ainda no SCFV, o Centro Convivência da 3ª Idade Zoé Gueiros atendeu 539 usuários, sendo 489 pessoas idosas e 50 na faixa etária de 18 a 59 anos que, embora não constitua o público-alvo do Centro, é um grupo que apresenta continuidade de atendimento de anos anteriores e que paulatinamente é reconduzido para outros espaços socioassistenciais.

Tabela 24: SCFV à pessoas idosas promovido pelo C.C. Zoé Gueiros, 2013-2017.

Ano	Ciclos de vida				Total
	8 a 11 anos	12 a 17 anos	Adultos (18 a 59 anos)	Idosos	
2013	54	9	84	676	823
2014	17	4	81	505	607
2015	0	0	82	487	569
2016*	0	0	58	484	542
2017**	0	0	50	489	539
Total	71	13	355	2.641	2.990

Fonte: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2017.

*Acumulado até agosto de 2016. **Acumulado até novembro de 2017

Os usuários do centro são inseridos em atividades de convívio, conforme o quadro a seguir, além de participarem de campanhas preventivas, festividades, passeios, participação em conselhos de defesa de direitos, fóruns e seminários.

Quadro 02: Participação dos usuários em atividades de convívio, por tipologia, 2017

Tipologia	Nº de participantes
Atividade Aquática	30
Ativ. Física Funcional	117
Alongamento	32
Dança Coreografada	19
Dança de Salão	140
Memória	91
Canto/coral	42
Seresta	55
Dança Rítmica	18
Dança Circular	16
Recreação	100
Turismo cidadão	33

Fonte: SEVISA/FUNPAPA, 2017.

Nota: Foi considerado o mês com maior número de participantes.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) garante um salário mínimo mensal às pessoas idosas e com deficiência, cuja renda familiar *per capita* não ultrapasse $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente. Até outubro de 2017, o benefício foi concedido a 54.683 beneficiários, sendo 29.250 pessoas idosas e 25.433 pessoas com deficiência.

Quadro 03: Beneficiários do BPC no município de Belém, 2013 a 2017.

Usuários	2013	2014	2015	2016*	2017**
Pessoas Idosas	25.669	26.713	28.200	28.846	29.250
Pessoas com Deficiência	22.227	23.149	24.087	24.798	25.433
Total	47.896	49.862	52.287	53.644	54.633

Fonte: MDSA, 2017.

*Acumulado até agosto/2016. **Acumulado até outubro de 2017

No município de Belém, até setembro de 2017 havia 174.068 famílias inscritas no CadÚnico, das quais 113.113 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF).

Quadro 04: Número de famílias inscritas no CadÚnico e no PBF no município de Belém, 2013-2017.

Programa	2013	2014	2015	2016*	2017**
CadÚnico	154.696	160.862	157.569	165.603	174.068
PBF	93.231	101.226	111.324	114.743	113.113
% PBF/Cad	60%	63%	71%	69%	65%

Fonte: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2016.

*Acumulado até agosto de 2016. **Acumulado até novembro de 2017

Para a manutenção do cadastro, torna-se necessário que a família efetue, no máximo a cada dois anos, a atualização de seus dados. Em 2017, o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS sinalizou que 88.612 famílias, em Belém, precisam atualizar seus cadastros até março de 2018. Deste total, até 31/10/2017, 37.611 famílias já tiveram seus cadastros atualizados.

Referente ao cumprimento de condicionalidades do programa, 88,19% de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e 85,84% dos jovens de 16 a 17 anos estão cumprindo a condicionalidade Educação (SEMEC, maio/2015). Na condicionalidade Saúde, mensurada a cada seis meses, cuja meta é a cobertura é de, no mínimo, 30% das famílias com perfil, o Município alcançou 35,25% das famílias (SESMA, 1ª vigência/2017).

A partir do Decreto nº 8.805, de 7 de julho de 2016 os beneficiários do BPC devem ser incluídos no CadÚnico tornando a inscrição requisito para a concessão, manutenção e revisão do benefício. O município de Belém iniciou o cadastro com o BPC idoso e outubro de 2017 foram incluídas 2.725 pessoas

idosas no CadÚnico., com ampla campanha e busca ativa do público-alvo para a devida inclusão.

Quadro 05: Beneficiários do BPC idoso no CadÚnico, 2017.

Idosos não identificados no CadÚnico		Incluídos no CadÚnico (abr/out 2017)	Total BPC Idoso incluído no CadÚnico
abr/17	out/17		
24.041	21.316	2.725	6.749

Fonte: SEVISA/FUNPAPA, 2017.

Em 2017, foi firmado termo de cooperação técnica entre a FUNPAPA e a Rede Celpa no intuito de implementar medidas para facilitar e ampliar o cadastro de famílias de baixa renda no CadÚnico para que as mesmas tenham acesso, à tarifa social nas contas de energia elétrica.

No campo da assistência social no Município, o Programa de Inclusão Produtiva (PIP) realiza a condução das atividades do Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho) e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Até agosto de 2017, no âmbito do PRONATEC modalidade Brasil Sem Miséria foram ofertadas 22 turmas, com 626 pessoas matriculadas, de acordo com o quadro a seguir

Quadro 06: Execução dos cursos do PRONATEC, janeiro a agosto de 2017.

Cursos	Nº de matrículas	
	Inseridas no sistema	Confirmadas
Instalador e reparador de redes de computadores	12	7
Auxiliar de nutrição e dietética	70	39
Auxiliar de arquivo	10	6
Assistente de secretaria escolar	46	27
Assistente administrativo	55	30
Cuidador de idoso	54	42
Montador e reparador de computadores	44	32
Almoxarife	22	16
Agente de informações turísticas	27	13
Agente de alimentação escolar	49	30
Assistente de recursos humanos	99	50
Mestre de cerimônias	11	7
organizador de eventos	16	7
Promotor de vendas	24	16
Recepcionista em serv. de saúde	49	27
Recepcionista	38	22
Total	626	371

Fonte: SEVISA/FUNPAPA, 2017.

Tabela 25: Número de vagas ofertadas pelo CIP/PRONATEC entre os anos de 2013 e 2017.

Ano	Total
2013	2.852
2014	1.879
2015	252
2016*	170
2017**	626
Total	5.779

Fonte: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2017.

*Até setembro de 2016. **Acumulado até novembro de 2017.

Em parceria com o SENAC foram ofertadas 150 vagas para às unidades da FUNPAPA na modalidade gratuidade. Ressalta-se, também a parceria com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) para encaminhamento de adolescentes e jovens atendidos pela FUNPAPA para seleção no Programa Aprendiz Legal, com 72 encaminhamentos até agosto/2017.

Quadro 07: Oferta de cursos via parceria gratuidade, às unidades da FUNPAPA, janeiro a agosto de 2017.

Cursos	Nº de vagas
Operador de supermercado	30
Recepcionista	35
Assistente de RH	35
Gestão ambiental	25
Garçom/garçonete	25
Total	150

Fonte: SEVISA/FUNPAPA, 2017.

No âmbito da Proteção social Básica foi realizado em março Carna CRAS, que contou com a participação dos usuários dos CRAS e também do Centro Convivência Zoé Gueiros, que percorreram as ruas do bairro do Jurunas chamando a atenção da comunidade para os vários tipos de violência e as formas de prevenção. No mês maio, entre os dias 22 e 27, foi realizada a VI Semana do Bebê, onde os CRAS promovem palestras sobre temas pertinentes à primeira infância, oficinas, chá de bebê coletivo e atividades externas com os usuários. Em junho, outra campanha comunitária de destaque foi o Arrastão Educativo Contra o Trabalho Infantil, realizado no bairro do Marco, onde estiveram presentes os usuários atendidos tanto pelos CRAS quanto pelos espaços da proteção social

especial, acompanhados pelo grupo Arraial do Pavulagem. Para dezembro de 2017 está programada a I Mostra do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que contará com a participação dos CRAS e de Centros de Convivência que apresentarão as manifestações artísticas e culturais produzidas pelos grupos do SCFV.

Figura 10: Atividades do calendário anual da Proteção Social Básica



Atividade física funcional no Bosque Rodrigues Alves



Arrastão educativo contra o trabalho infantil



Carna CRAS 2017



Semana do Bebê 2017, chá de bebê coletivo

No atendimento das famílias atendidas pela Proteção Social Especial de Média Complexidade existem no município de Belém oito equipamentos socioassistenciais, os quais são cinco Centros de Referências Especializados de Assistência Social (CREAS), dois Centros de Referência Especializados para População (CENTRO POP) em Situação de Rua e um Centro de Referência para Pessoas com Deficiência (CENTRO DIA). Aos dispor destas unidades foi possível atender ao todo, em 2017, 2.513 famílias/indivíduos.

Tabela 26: Quantitativo de atendimento às famílias pela Proteção Social Especial de Média Complexidade, 2013 – 2017.

Equipamento	Ano					Total
	2013	2014	2015	2016	2017	
CREAS	1.243	1.856	1.775	1.419	2.042	6.293
CENTRO POP	-	1.460	3.028	480	412	4.968
CENTRO DIA	-	58	84	109	59	251
Total	1.243	3.374	4.887	2.008	2.513	11.512

Elaboração: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2017.

Fonte: Relatórios Mensais, 2013, 2014, 2015 e Agosto/2016* / Relatórios Mensais, Setembro/2017**.

Os Centros de Referência Especializado De Assistência Social (CREAS) operacionalizam os serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS); e o Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço a Comunidade (PSC).

O PAEFI abrange diversas modalidades de violências direcionando o foco para atendimento individual e coletivo fornecendo orientação e acompanhamento para aqueles que se encontram fragilizados em decorrência de violações de direitos. No ano de 2017, foram acompanhadas 883 situações de violências que foram acometidas a uma ou várias pessoas.

Quadro 08: Modalidade de violências ou violações atendidas nos CREAS, 2013 – 2017.

Situações de violências ou violações de direitos	Ano					Total
	2013	2014	2015	2016	2017*	
Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar(física ou psicológica)	185	156	155	103	117	716
Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual	80	67	97	69	62	375
Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual	2	7	9	8	8	34
Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono	80	66	129	124	191	590
Crianças ou Adolescentes em situação de trabalho infantil	28	47	52	20	23	170
Idosos em situação de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	4	6	14	3	9	36
Idosos em situação negligência ou abandono	4	8	13	1	17	43
Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física,psicológica,sexual)	6	5	4	1	1	17
Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono	0	6	3	3	0	12
Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	65	45	69	49	39	267
Pessoas vítimas de tráfico de seres humanos	3	5	2	1	0	11
Pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual	2	9	7	8	11	37
Pessoas em situação de rua	14	44	58	13	72	201
Adolescentes com cometimento de ato infracional	357	474	449	303	333	1.916
Total	830	945	1.061	706	883	4.425

Elaboração: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2017.

Fonte: Relatórios Mensais, Setembro/2017*.

Para o atendimento integral e sistemático das diversas tipologias de violação de direitos os CREAS, através do PAEFI, procederam a constantes articulações com a rede de políticas públicas para as quais foram encaminhadas 1.116 famílias à rede intersetorial de acordo com a tabela a seguir.

Tabela 27: Modalidade de violências ou violações atendidas nos CREAS, 2013 a 2017.

Rede de Serviço	Ano					Total
	2013	2014	2015	2016	2017	
Educação	155	167	185	140	163	810
Documentação Civil	125	163	229	187	195	899
CAPS	-	162	307	134	144	747
Outros de Saúde	477	250	360	171	240	1.498
Defensoria Pública	54	57	104	115	85	415
Conselho Tutelar	23	29	69	46	47	214
Ministério Público	9	21	35	18	54	137
Delegacias	14	20	56	45	82	217
Outras articulações	276	177	152	38	106	749
Total	1.133	1.046	1.497	894	1.116	5.686

Elaboração: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2016.

Fonte: Relatórios Mensais, 2013, 2014, 2015 e Agosto/2016* / Relatórios Mensais, Setembro/2017**.

O SEAS atua por meio de profissionais especializados que, diretamente no espaço da rua, identificam, por meio da abordagem, crianças e adolescentes que estão em situação de trabalho infantil, exploração sexual; jovens, adultos e pessoas idosas que estão em situação de rua ou outras violências. Nesse sentido, o SEAS abordou 1.285 situações, procedendo com encaminhamentos ao PAEFI, aos Centros Pop ou outras políticas conforme a necessidade.

Tabela 28: Quantificação e Modalidade de violências ou violações de direitos identificadas pelo SEAS, 2014 a 2017.

Situações de violências ou violações de direitos	Ano				Total
	2014	2015	2016**	2017***	
Crianças ou Adolescentes em Situação de trabalho de infantil	316	1.774	463	556	3.109
Crianças ou Adolescentes em Situação de exploração sexual	0	0	6	-	6
Crianças ou Adolescentes usuárias de crack e outras drogas	21	19	15	2	57
Pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas	190	919	127	239	1.475
Migrantes	53	59	15	36	163
Moradores de Rua	319	1.066	202	275	1.862
Só trabalhadores de rua (possui residência fixa)	150	1.575	277	147	2.149
Só perambulante (possui residência fixa)	84	24	14	30	152
Total	1.133	5.436	1.119	1.285	8.973

Elaboração: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2017.

Fonte: Relatórios Mensais CREAS, 2013, 2014, 2015, *Sem visibilidade para o ano de 2013. Agosto/2016* - Relatórios Mensais, Setembro/2017***.

O Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) visa prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, sentenciados pelo Juizado da Infância e Juventude. Para a oferta do serviço faz-se necessário à observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida. Neste contexto, no ano de 2017 a FUNPAPA atendeu 333 participantes das modalidades socioeducativas.

Tabela 29: Total de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa através dos CREAS, 2013 a 2017.

Medida Socioeducativa	Ano					Total
	2013	2014	2015	2016*	2017**	
Liberdade Assistida - LA	231	42	186	151	193	803
Prestação de Serviços à Comunidade - PSC	126	14	18	12	20	190
LA e PSC	-	259	245	140	120	764
Total	357	315	449	303	333	1.757

Elaboração: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2017.

Fonte: Relatórios Mensais CREAS, 2013, 2014, 2015, Agosto/2016* - Relatórios Mensais, Setembro/2017**.

Objetivando a ressocialização e impedir a reincidência do cometimento do ato infracional do adolescente, a FUNPAPA foi atendida com 100 vagas em atividades educativas e profissionalizantes de adolescentes e suas famílias por meio do projeto “Reescrevendo Nossa História” desenvolvido pelo em parceria com Ministério Público do Trabalho (MPT). Junto ao MPT foi possível a destinação de 30 vagas para adolescentes no Projeto Jovem Aprendiz que, lotados no Supermercado Formosa, passaram a receber uma bolsa no valor de R\$ 400,00 reais. Ainda em articulação com o MPT e a escola Salesiana do Trabalho foram selecionado 30 adolescentes para realização de cursos profissionalizantes na referida escola juntamente com uma bolsa no valor de R\$ 400,00 reais.

Essas e outras atividades visam reduzir o os índices de trabalho infantil no Município. No âmbito do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, foram abordadas aproximadamente 3 mil pessoas nas campanhas de

conscientização contra o trabalho infantil e identificadas 44 situações de risco nas praias dos Distritos de Mosqueiro e Outeiro.

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua desenvolvido nos Centros Pop atendeu 412 pessoas com a realização de 633 encaminhamentos para a rede das políticas públicas e de defesa de direitos.

Entre as atividades operacionalizadas pelo Centro Pop Icoaraci vale destacar a peça de auto de natal chamada “Um Natal na rua de Belém”. Com a realização de duas apresentações no ano 2017, no Ver-o-Rio e na orla de Icoaraci, a ação envolveu todos os atendidos no Centro Pop que trabalharam na confecção das roupas e cenários e atuaram nas apresentações.

Tabela 30: Quantitativo de atendimentos realizados pelos Centros Pop, no município de Belém, 2014 a 2017.

Centro Pop	Ano				Total
	2014	2015	2016*	2017**	
Belém	1.331	2.761	300	199	4.591
Icoaraci	129	225	180	213	747
Total	1.460	2.986	480	412	5.338

Elaboração: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2017

Fonte: Relatórios Mensais, 2014, 2015 e *Agosto/2016* - Relatórios Mensais, Setembro/2017**.

Tabela 31: Quantitativo de encaminhamentos à Rede Intersetorial realizados pelos Centros Pop, no município de Belém, 2014 a 2017.

Rede de Serviço Intersetorial	Ano				Total
	2014	2015	2016 *	2017**	
Educação	44	13	1	6	64
Documentação Civil	223	210	133	219	785
Saúde/CAPS	-	85	71	82	238
Pacto Belém pela Vida	-	36	1	-	37
Outros de Saúde	840	728	260	230	2.058
Defensoria Pública	196	125	13	15	349
Conselho Tutelar	18	4	1	0	23
Ministério Público	11	0	1	0	12
Delegacias	1	4	10	23	38
Outros Órgãos de Garantia de Direitos	32	10	2	-	44
Espaço de Acolhimento CAMAR I	66	25	22	37	150
Espaço de Acolhimento CAMAR II	2	21	13	21	57
Albergue Domingos Zahluth	14	10	0	-	24
Total	1.447	1.271	528	633	3.879

Elaboração: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2017.

Fonte: Relatórios Mensais, 2014, 2015 e Agosto/2016* - Relatórios Mensais, Setembro/2017**

As pessoas adultas com deficiência em situação de dependência ou autonomia reduzida são atendidas no Centro Dia para Pessoas com Deficiência, equipamento socioassistencial voltado para retirada do isolamento social e para fornecer acesso um conjunto de atividades e tecnologias assistivas, importantes tanto para o usuário quanto para o cuidador familiar. No ano de 2017 foram acompanhadas 59 pessoas com deficiência.

Os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSEAC) garantem acolhimento às famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares e/ou comunitários rompidos ou extremamente fragilizados, garantindo-lhes proteção integral e acesso a demais direitos. Essa ação é efetivada através do Serviço de Acolhimento Institucional e do Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e Emergências, que juntos, no ano de 2017, atenderam aproximadamente 965 pessoas.

O acolhimento institucional é desenvolvido em sete espaços socioassistenciais da FUNPAPA, havendo a subdivisão entre espaços de acolhimento para crianças e adolescentes; espaço de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e espaços de acolhimento para pessoas em situação de rua. O quantitativo de atendimentos em 2017 apresentou um total de 403 indivíduos, registrando-se o maior quantitativo nos espaços de acolhimento infanto-juvenil (199), e o segundo maior número nos espaços que acolhem pessoas em situação de rua (106).

Tabela 32: Atendimento espaços de acolhimento no município de Belém, 2013 a 2017.

Espaço	Ano					Total
	2013	2014	2015	2016*	2017**	
Espaço de Acolhimento Crianças e Adolescentes	660	540	430	228	199	2.057
Espaço de acolhimento mulheres em situação de violência doméstica	94	125	100	87	98	504
Espaço de Acolhimento Pessoas em Situação de Rua	130	215	229	136	106	816
Total	884	880	759	451	403	3.377

Fonte: SEVISA/NUSP/Relatórios Espaços de Acolhimento, 2013-2017.

*Acumulado até agosto/2016. Acumulado até setembro/2017.

O Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes efetivado em quatro espaços busca garantir ambiente e condições favoráveis ao processo de desenvolvimento peculiar da criança e do adolescente, atendendo 199 acolhidos no ano de 2017. O Espaço Recomeçar apresentou o maior quantitativo de indivíduos acolhidos (63 usuários), logo em seguida, com o segundo maior quantitativo, registra-se o E.A Dulce Accioli (61 acolhimentos).

Quadro 09: Total de Crianças e Adolescentes Atendidos nos Espaços de Acolhimento Temporário do município de Belém, 2013 a 2017.

Espaço Socioassistencial	Usuários	Ano					Total
		2013	2014	2015	2016*	2017**	
E.A. Euclides Coelho	Crianças na faixa etária de 0 a 6 anos. Atendimento misto; inclusive para grupos de irmãos.	14	13	59	55	34	175
E.A. Dulce Accioli	Crianças e adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos incompletos. Atendimento misto; inclusive para grupos de irmãos.	57	55	57	36	61	266
E.A. Ronaldo Araújo	Adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos incompletos; inclusive para grupos de irmãos.	45	39	39	56	41	220
E.A Recomeçar	Crianças e adolescentes de 7 a 18 anos incompletos. Atendimento misto; inclusive para grupos de irmãos.	544	433	275	81	63	1.396
Total		660	540	430	228	199	2.057

Fonte: SEVISA/NUSP/Relatórios Espaços de Acolhimento, 2013-2016.

Nota: Acumulado até agosto/2016*. Acumulado até setembro/2017**.

Ainda sobre o acolhimento infanto-juvenil, destaca-se, no espaço de acolhimento Euclides Coelho, a inauguração da Brinquedoteca Aquarela, um espaço de intervenção lúdica onde os profissionais exercem práticas de cuidado e estímulos do desenvolvimento global das crianças acolhidas. Ainda no Euclides também foi inaugurado o “escovódromo”, espaço especialmente planejado para garantir a correta higiene bucal dos acolhidos.

No quadro a seguir, têm-se as principais modalidades de violações de direitos que geraram os acolhimentos em 2017.

Quadro 10: Principais Modalidades de Violações de Direitos que Geraram os Acolhimentos, 2013 a 2017.

Modalidades de Violações de Direitos	Ano					Total
	2013	2014	2015	2016*	2017**	
Fuga do lar	281	217	129	31	29	687
Conflito familiar	243	211	136	45	31	666
Negligência familiar	131	61	48	49	19	308
Envolvimento com uso de entorpecentes	91	88	45	40	37	301
Estupro de vulnerável	0	3	12	12	15	42
Situação de rua	140	60	60	19	23	292
Violência doméstica	47	39	32	12	18	148
Suspeita de envolvimento com ato infracional	61	57	30	25	35	208
Ameaça de morte por traficantes	50	19	20	16	22	127
Trabalho infantil	22	4	5	0	4	35
Exploração sexual	32	12	21	5	12	82
Discriminação familiar por orientação sexual	13	8	6	3	-	30
Provenientes de outros estados/munic. Sem responsável legal	-	-	-	-	21	21
Sem responsável legal	-	-	-	-	15	15
Envolvimento com grupos violentos	-	-	-	-	9	9
Abuso sexual	-	-	-	-	6	6
Outros	-	-	-	-	16	16

Fonte: SEVISA/NUSP/Relatórios Espaços de Acolhimento, 2013-2017.

Nota: Acumulado até agosto/2016*. Acumulado até setembro/2017**.

O Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar promovido na Casa Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz (CAERD). Referente à evolução no quantitativo de atendimento em 2017, se constata o acolhimento de um total de 98 pessoas, sendo 49 acompanhantes e 49 mulheres acolhidas.

Quadro 11: Quantitativo de Mulheres e Acompanhantes Acolhidos no CAERD, 2013 a 2017.

Acolhidos	Ano					Total
	2013	2014	2015	2016*	2017**	
Mulheres	55	60	43	41	49	248
Acompanhantes	65	65	57	46	49	282
Total	120	125	100	87	98	530

Fonte: SEVISA/ NUSP/Relatórios CAERD, 2013-2017.

Tabela 33: Principais Modalidades de Atendimentos Técnicos Realizados na CAERD, 2017.

Modalidade	Quant
Acolhimento/avaliação inicial dos casos	49
Construção do plano de atendimento	44
Acompanhamento psicossocial	251
Atendimento pedagógico	37
Acompanhamento pedagógico	56
Atendimento jurídico (NAEM)	5
Atendimento Terapia Ocupacional	19
Contato telefônico familiar	246
Contato telefônico institucional	301
Discussão de casos c/ outros profissionais da rede	28
Visita domiciliar	26
Visita Institucional	51
Encontro com grupos de familiares das usuárias	11
Encaminhamento de relatório sobre a acolhida ao sistema de garantia de direito	10
Acompanhamento de mulheres e filhos em procedimentos externos	196
Acompanhamento pós-desligamento	21
Mídias sociais	69
Total	1.420

Fonte: SEVISA/ NUSP/Relatórios CAERD, 2017.

Nota: Acumulado até setembro/2017.

O Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas em Situação de Rua é desenvolvido em dois espaços socioassistenciais: CAMAR I e CAMAR II. Nesses espaços busca-se garantir condições de acolhida na rede socioassistencial, contribuir para a construção de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento, bem como contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua, promovendo, ainda, ações para a reinserção familiar e/ou comunitária. No ano de 2017 foram atendidas 166 pessoas em serviços técnicos (individuais e coletivos).

Quadro 12: Pessoas acolhidas no CAMAR I e II, 2013 a 2017.

Espaço Socioassistencial	Ano					Total
	2013	2014	2015	2016*	2017**	
CAMAR I	202	159	106	70	41	578
CAMAR II	-	56	123	77	65	321
Total	202	215	229	147	106	899

Fonte: SEVISA/NUSP/Relatórios Espaços CAMAR I e II, 2013-2017.

Nota: Acumulado até agosto/2016*. Acumulado até setembro/2017**.

Tabela 34: Atendimentos técnicos CAMAR I e II, 2017.

Atendimentos técnicos	CAMAR I	CAMAR II	Total
Acolhimento/avaliação inicial dos casos	41	65	106
Acompanhamento socioassistencial	236	187	423
Orientação familiar	9	4	13
Discussão de casos c/ outros profissionais da rede	18	16	34
Visita domiciliar	6	2	8
Contato com familiar	15	7	22
Contato com pessoa conhecida/amigo	12	0	12
Contatos institucionais	55	48	103
Discussão de casos em equipe	9	26	35

Fonte: SEVISA/NUSP/Relatórios Espaços CAMAR I e II, 2017.

Nota: Acumulado até setembro/2017.

O Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (SICAPE) destina-se ao atendimento de famílias e indivíduos que enfrentam situações de calamidade pública e eventualidades que provocam desalojamento e outras tipologias de perdas e danos atingindo e interferindo negativamente na vida das pessoas envolvidas. No ano 2017 foram tipificados 107 sinistros e 378 pessoas vitimizadas. O sinistro “incêndio” registrou o maior quantitativo de casos (39), seguido pelo sinistro “desabamento”, com 31 ocorrências. A concessão de auxílio alimentar representou o maior quantitativo de concessões (210), com o segundo maior número aparece a concessão de auxílio funeral (184).

Tabela 35: Demonstrativo da Ocorrência de Sinistros e das Pessoas Vitimizadas, 2013 a 2017.

Especificação	Ano					Total
	2013	2014	2015	2016*	2017**	
Risco Desabamento	76	81	105	4	56	322
Desabamento	7	12	42	6	122	189
Alagamento	72	8	13	0	2	95
Incêndio	17	23	60	17	139	256
Imóveis Atingidos	198	205	323	74	59	859
Pessoas Vitimizadas	617	721	926	296	378	2.938

Fonte:SEVISA/NUSP/Relatório SICAPE, 2013-2017.

Nota: Acumulado até agosto/2016*. Acumulado até setembro/2017**.

Tabela 36: Concessão de benefícios eventuais pelo SICAPE, 2013 a 2017.

Procedimento	Ano				2017***	Total
	2013*	2014	2015	2016**		
Concessão de Auxílio Aluguel	45	98	181	80	101	505
Concessão de Apoio Alimentar	149	102	137	145	210	743
Concessão Auxílio Funeral	-	106	323	220	184	833

Fonte: SEVISA/NUSP/Relatório SICAPE, 2013-2017.

Nota: *Auxílio funeral não contabilizado em 2013.

Acumulado até agosto/2016 - Acumulado até setembro/2017*.

Torna-se relevante mencionar ainda a realização do I Prêmio de Boas Práticas dos Espaços Socioassistenciais da Fundação Papa João XXIII, ocorrido durante o IV Encontro de Vigilância Socioassistencial de Belém e que teve por objetivos identificar, disseminar e reconhecer práticas exitosas desenvolvidas pela Política de Assistência Social Municipal no âmbito da FUNPAPA que estejam contribuindo para inovação, eficácia e eficiência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Entre as 12 práticas premiadas, 07 foram desenvolvidas por espaços de acolhimento (E.A Recomeçar, E.A Euclides Coelho, E.A CAERD, E.A CAMAR I, E.A Ronaldo Araújo, E.A Dulce Accioli).

PROGRAMA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, baseada no princípio do direito universal à educação para todos, estabelece a responsabilidade prioritária ao governo municipal pelo atendimento com qualidade à Educação Infantil (EI), Ensino Fundamental regular e à modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Neste sentido, a Gestão Municipal por meio da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), consolida a implantação de uma política educacional inclusiva com a elevação da qualidade da oferta e do ensino oferecido na Rede Municipal de Educação (RME), baseada nos princípios e diretrizes da Lei nº 9.129/15, que institui o Plano Municipal de Educação (PME) e demais marcos legais e pactos federativos.

No Município com base no Plano Municipal de Educação (Lei nº 9.129/15) que orienta o Projeto de Desenvolvimento Institucional da SEMEC, atuando no sentido de implementar e consolidar políticas educacionais com a elevação da qualidade da oferta e da qualidade do ensino oferecido pela rede municipal de educação.

Considerando as ações efetivadas nos anos de 2013 a 2017, a SEMEC avançou no atendimento à demanda por educação na RME, ampliando o quantitativo de unidades escolares conforme tabela a seguir.

Tabela 37: Número de Unidades Educacionais, em Belém, nos Anos de 2004, 2012, 2015 e 2016.

Unidades Educacionais	2004	2012	2015	2016	Variação (2004-2016)	Variação (2012-2016)
Unidade de Educação Infantil	34	35	38	38	12%	9%
Termo de Colaboração	0	42	45	43	-	2%
Unidade Pedagógica/anexos	62	46	46	46	-26%	0%
Escolas	59	66	73	82	39%	24%
Total	155	189	202	209	8%	11%

Fonte: SEMEC, 2016.

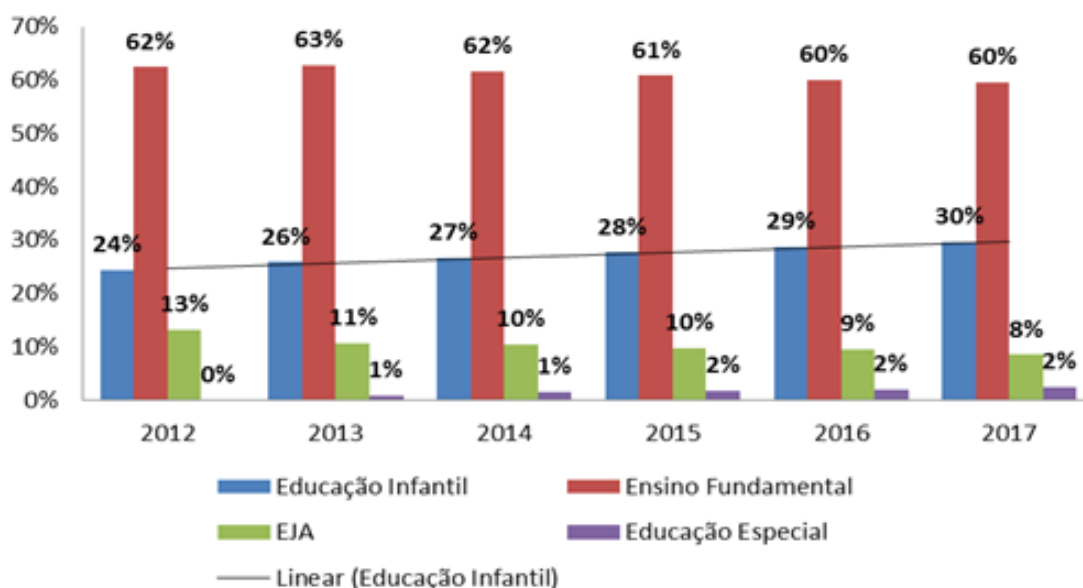
O acréscimo do quantitativo de unidades escolares refletiu no avanço do número de matrículas para o atendimento da demanda educacional conforme a seguir.

Tabela 38: Número de Alunos Matriculados por Modalidade de Ensino e Ano na RME, 2012 a 2017.

Modalidade de Ensino	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Educação Infantil (Creche e Pré-escola)	17.209	17.898	18.530	18.891	19.909	20.768
Ensino Fundamental	43.973	43.365	42.784	41.508	41.700	41.778
Educação de Jovens e Adultos - EJA Fundamental	9.307	7.410	7.209	6.610	6.563	5.963
Educação Especial - em regime de inclusão	-	533	1.029	1.234	1.320	1.667
Sub total	70.489	69.206	69.552	68.243	69.492	70.176
PROJOVEM	1.878	1.701	2.271	2.689	-	-
Total	72.367	70.907	71.823	70.932	69.492	70.176

Fonte: SIGA (Sistema Integrado de Gestão Acadêmica).

Figura 11: Demonstrativo de atendimento, 2012 a 2017.



Fonte: SEMEC, 2017.

O atendimento prioritário à Educação Infantil na faixa etária de 0 a 5 anos pelo município está previsto no Plano Nacional de Educação (PNE - Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LBD/96), no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI/2009) e nas Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Infantil (DCMEI/2012).

A Educação infantil está organizada em duas etapas: Creche e Pré-Escola, conforme a faixa etária dos alunos. A creche (0 a 3 anos) é composta por berçários I e II e maternais I e II. A pré-escola (04 e 05 anos) é composta de jardins I e II.

Tabela 39: Matrícula na Educação Infantil por Etapa 2012-2017.

Educação Infantil	Anos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Variação % (2017/2012)
Creche (0 a 3 anos)	Berçário I	69	59	61	46	25	29	-57,97
	Berçário II	252	269	328	282	379	324	28,57
	Maternal I	875	875	923	1.024	1.331	1.334	52,46
	Maternal II	2.326	2.403	2.405	2.801	3.271	3.486	49,87
	Sub total	3.522	3.606	3.717	4.153	5.006	5.173	46,88
Pré-Escola (4 e 5 anos)	Jardim I	6.272	6.714	6.744	6.703	6.883	7.169	14,30
	Jardim II	7.415	7.578	8.069	8.035	8.020	8.417	13,51
	Sub total	13.687	14.292	14.813	14.738	14.903	15.586	13,87
Total		17.209	17.898	18.530	18.891	19.909	20.759	20,63

Fonte: SIGA (Sistema Integrado de Gestão Acadêmica)

No período em questão houve um crescimento na matrícula da Educação Infantil da ordem de 20,63%, devido ao investimento na manutenção das unidades escolares, e construção de creches e pré-escolas, passando de 17.209 (2012) para 20.759 (2017).

No Berçário I, que atende crianças de 0 a 1 ano, observa-se uma redução de atendimento entre os anos 2013 a 2017. Esta redução, entretanto, não representa alunos fora da escola devido a impossibilidade por falta de vagas ou por baixa qualidade do serviço, posto que esta é uma fase da infância em que não há obrigatoriedade em matricular crianças nesta faixa etária, sendo uma opção da família.

A modalidade Educação Infantil estava presente em 122 unidades de educacionais no ano de 2012, passando para 174 no ano de 2017, o que representa um acréscimo na ordem de 43%. Atualmente, 67 unidades atendem crianças em regime integral, indicando um acréscimo de 37% se comparamos com o ano de 2012, quando 49 unidades ofereciam este tipo de serviço.

Na promoção da Educação Infantil são desenvolvidos projetos extracurriculares com destaque para o “Direito de Ser Criança e Adolescente” que envolve 2.286 participantes e atividades promovidas durante a Semana do Bebê (maio de 2017), onde 5.710 pessoas participaram das campanhas “Todos Juntos pela Primeira Infância” (Mamaço), “Relação Humanizada entre Mãe e bebê” (Danças com mães e filhos) e arrecadação de vidros com tampas para incrementar a doação de leite materno à Santa Casa de Misericórdia.

No período de 2012 a 2017 houve uma redução de 5% no número de matrículas no Ensino fundamental, passando de 43.973 (2012) para 41.778 (2017). Essa redução não significa menor oferta de vagas, e sim um fenômeno explicado por Ruben Klein: *"... trata-se de uma questão demográfica. De uns anos para cá, o número de crianças na faixa dos 06 aos 14 anos vem diminuindo e, conseqüentemente, entra menos gente na escola, ou seja, essa redução se caracteriza como um fenômeno nacional"*. O autor também alerta para os efeitos de um Censo Escolar mais criterioso: *"Por muitos anos, havia duplicidade de matrícula em muitas redes e uma série de 'alunos fantasma' que inflavam os números"*. À medida que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) melhora esse controle, a tendência natural é que haja uma redução nos números.

Belém ganha destaque no Atendimento Educacional Especializado (AEE), responsável pela educação inclusiva, com ampliação do atendimento de 533 alunos matriculados em 2013 para 1.667 no ano de 2017.

Com a inauguração da sede própria em 2015, o Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel Lima Mendes (CRIE), oferece apoio educacional, psicológico e social aos alunos e suas famílias. Com capacidade média para o atendimento de 20 famílias/dia, promove também promovendo formação continuada aos profissionais da rede.

Alunos regularmente matriculados, seus familiares e/ou cuidadores recebem semanalmente atendimentos especializados no CRIE e nas próprias unidades de educação por meio das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), que contam com profissionais da com assistência social, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, pedagogos, professores especializados, psicólogos e psicopedagogos. Para tanto, o número de SEM foi ampliado de 35 (2012) para 63 unidades escolares que possuem este equipamento no ano de 2017.

Esta ampliação acarretou também um aumento do quantitativo de professores, de 77 em 2013 para 112 em 2017; além de estagiários 340 estagiários devidamente contratados de acordo com o convenio de cooperação técnica entre Centro Integrado Empresa (CIE/Escola) e SEMEC.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), na modalidade ensino fundamental, apresentou queda de 12,9% entre os anos de 2013 e 2016, sendo que no mesmo

período, o PROJOVEN cresceu 20,8%. Contudo, em 2017, por ausência de repasses do Governo Federal para a continuidade do programa, o mesmo deixou de atender a clientela demanda.

O quadro a seguir apresenta o movimento de matrícula/alunos e turno/nível, respectivamente, na RME.

Tabela 40: Número de Matrículas de alunos por turno na RME-2013-2017.

Turno	Quantitativo de Alunos por Turno RME					
	2013	2014	2015	2016	2017	Variação % (2017/2013)
Manhã	24.142	25.030	25.865	26.347	26.780	10,93
Intermediário	9.631	7.921	5.336	3.564	3.022	-68,62
Tarde	23.115	23.853	24.536	25.729	26.547	14,85
Noite	9.164	8.863	8.807	8.759	5.885	-35,78
Tempo Integral	4.617	4.703	4.898	6.212	6.468	40,09
Total	70.669	70.370	69.442	70.611	68.702	-2,78

Fonte: INEP MEC /Deed-Dados preliminares.

Verifica-se um aumento no quantitativo de matrículas nos turnos da manhã e tarde e uma diminuição no turno intermediário. Tal quadro é decorrente da SEMEC ter adotado medidas para extinguir gradativamente o turno intermediário, considerado improdutivo e prejudicial aos alunos e professores conforme estudos e pesquisas educacionais. A SEMEC investiu na construção de escolas, proporcionando a ampliação de vagas, o remanejamento de alunos entre escolas da própria rede, a migração de alunos do turno intermediário para os turnos da manhã e tarde, e a ampliação à oferta em tempo integral.

Quanto ao EJA, observa-se uma diminuição das matrículas (-36%), fenômeno esse nacional, que recai sobre o grau de abandono escolar causado, principalmente, pela entrada precoce desses jovens no mercado de trabalho, adoção de metodologias de ensino inadequadas a essa modalidade e distante do conteúdo da realidade vivida por eles, dentre outras. Para amenizar ou evitar essa evasão, a SEMEC investiu em ações e projetos educacionais, tais como: Iniciação para o Mundo do Trabalho e Geração de Renda, Projeto Letramento, EJA Cultural, Projeto Extraclasse, Mutirão Pedagógico, além do assessoramento e acompanhamento técnico pedagógico.

A SEMEC por meio da Fundação Municipal de Assistência ao Estudante (FMAE), responsável pela execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), contribui para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, desenvolvendo ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais do alunado durante o período letivo.

Atualmente são fornecidas alimentação em todas as modalidades de ensino para 74.691 alunos. Destes, aproximadamente 10 mil, recebem complementação alimentar a partir da efetivação do Projeto Café da Manhã, destinado aos alunos de residem na região insular ou em áreas de orla que precisam se deslocar muito cedo para as unidades escolares. O projeto hoje está presente em 68 unidades de ensino.

Tabela 41: Clientela atendida pelo PNAE, 2017.

Programa	2017
PNAE Fundamental	42.732
PNAE Creche e UEI's	4.137
PNAE Pré-escola e UEI's	17.369
PNAE Mais Educação	1.390
Educação de Jovens e Adultos	6.802
Educação Especial	86
Ensino Médio	158
Total	72.674

Fonte: Departamento de Suprimentos, 2017.

Para o atendimento da demanda, foram realizadas 2 aquisições de gêneros perecíveis e de gêneros não perecíveis; além de 2 chamadas públicas para aquisição de gêneros oriundos da agricultura familiar, cumprindo a Resolução CD/ do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) nº 26/2013, atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04/2015, que determina que 35% dos gêneros alimentícios fornecidos na merenda escolar sejam provenientes da agricultura familiar.

Quadro 13: Demonstrativo em orçamentário por programa no atendimento à merenda escolar e participação em % da agricultura familiar, 2017.

Programas do PNAE	Total da Receita prevista no Exercício	Recursos do FNDE gastos de gêneros alimentícios	Previsão de Saldo para 2018	Gêneros alimentícios Adquiridos da Agric. Familiar	Participação da Agric. Familiar por programa
PNAE Creche	1.167.458	-1.119.054	48.404	418.562	35,85%
PNAE Pré-Escolar	1.996.633	-1.924.870	71.763	715.988	35,86%
PNAE Fundamental	3.248.940	-3.107.145	141.796	1.162.141	35,77%
PNAE Programa Mais Educação	137.338	-132.012	5.326	48.010	34,96%
PNAE Eja	638.865	-613.206	25.659	229.113	35,86%
PNAE Médio	31.375	-30.014	1.361	11.222	35,77%
PNAE AEE	150.949	-140.854	10.094	54.125	35,86%
Total	7.371.557	-7.067.155	304.402	2.639.160	35,80%

Fonte: FMAE, 2017.

No ano de 2017 adotou-se uma padronização na distribuição dos gêneros alimentícios com 2 entregas mensais a cada 12 dias, sendo utilizados 4 caminhões, atendendo 200 dias letivos/ano, perfazendo um total de 218 unidades escolares, sendo 167 escolas de ensino fundamental e 51 de ensino infantil.

Como instrumento de acompanhamento escolar é desenvolvido o Projeto “Cozinha Legal” que incentiva as unidades escolares a adotarem boas práticas de higiene no manuseio e preparo das refeições, destacando-se aquelas unidades que durante o ano letivo desempenharam a excelência na operacionalização da merenda escolar. Neste sentido, equipes de nutricionistas e assistentes do projeto realizaram 1.237 vistorias, abrangendo um total de 960 unidades escolares visitadas, incluindo retornos, durante os meses de janeiro a novembro de 2017. Tais vistorias técnicas ocorrem com a cobertura total da rede de ensino, tanto na zona urbana como na zona rural (região insular do Município).

Atendendo a Resolução RDC nº 216/2004 e a Lei 11.947/2009, a FMAE realizou no período de 2013 a 2017 cursos de Capacitação aos Manipuladores de Alimentos atuantes nas unidades de educação no município, atingindo um total de 3.411 profissionais (607 em 2017).

Complementarmente são realizadas atividades educativas de cunho alimentar e nutricional. Em 2017 foram atendidas 3.762 pessoas, destacando-se o atendimento à 1.447 munícipes na ação “Prefeitura nos Bairros”.

Tabela 42: Demonstrativo de atendimentos realizados por atividade realizada, 2017.

Evento	Clientela	Quantidade
Semana do Bebê	Comunidade	160
Palestras	Alunos	90
Cozinha Brasil	Comunidade	337
Formação continuada	Manipuladores de alimentos	607
Técnicas básicas de gastronomia	Manipuladores de alimentos	40
	Professores	35
Brasil Sabores	Comunidade	338
Feira Internacional de Turismo da Amazônia - FITA	Comunidade	600
Dia Mundial da Alimentação	Comunidade	108
Prefeitura nos Bairros	Comunidade	1.447
Total		3.762

Fonte: FMAE-2017.

Os cardápios com utilização de gêneros alimentícios fornecidos pelo PNAE foram avaliados por 634 alunos (faixas etárias: 4 a 5, 6 a 10, 11 a 15 e 16 a 19 anos) de 8 unidades escolares, atestando uma aceitabilidade variando de 77% a 100%.

O cardápio da merenda escolar diferencia-se também pelo atendimento aos alunos com necessidades alimentares especiais. No ano de 2017, 24 alunos foram atendimentos, sendo 16 estudantes com intolerância à lactose e os demais com dieta vegetariana restrita, alergia alimentar, intolerância a glúten e pré-diabetes.

A avaliação antropométrica do tipo transversal descritivo foi realizada no ano de 2017 nas unidades de ensino fundamental das zonas urbana e rural, e a do tipo prospectivo comparativo, em duas coletas, abrangeram as unidades de ensino infantil. Foram coletadas as médias de peso, estatura, faixa etária, e informações sobre as condições de moradia, emprego, renda e alimentação da família. De junho à novembro de 2017 foram pesquisados 596 alunos, sendo 359 da educação infantil (0 a 5 anos) e 237 do ensino fundamental, abrangendo os distritos do DABEL, DABEN, DAICO, DAGUA, DASAC e DAENT.

Inicialmente implantado em 40 unidades escolares, o Projeto “Educando com a Horta Escolar e a Gastronomia” (PEHEG) atende atualmente 51 unidades beneficiando aproximadamente 15.700 estudantes. O projeto objetiva a promoção do hábito saudável e a educação ambiental no ambiente escolar com práticas

pedagógicas e gastronômicas, e a dinamização do currículo, através da implantação de hortas escolares.

O projeto foi contemplado no currículo pedagógico das unidades e as hortaliças colhidas na horta foram inseridas na alimentação escolar, de modo a enriquecer o valor nutricional das preparações servidas e promover hábitos alimentares saudáveis para as crianças.

Complementando a qualificação das práticas saudáveis na alimentação escolar e na manipulação dos alimentos, em maio de junho de 2017 foi realizada a Formação de Agentes para a dinamização da Alimentação Escolar no Espaço Educativo a partir da Gastronomia e Sustentabilidade tendo como público alvo os 35 servidores em educação, entre manipuladores da merenda escolar e professores das unidades escolares contempladas com o PEHEG; tendo como tema: “Gastronomia e cálculo per capita aplicado aos cardápios do PNAE/PEHEG”, instruindo os profissionais direta e indiretamente envolvidos na operacionalização do programa para a execução de boas práticas no fornecimento de uma alimentação segura e de qualidade aos alunos da rede municipal de ensino.

Para a efetivação da política educacional, foram implantadas bibliotecas em todas as 209 escolas da rede de ensino, sendo Belém a primeira capital da Região Norte a cumprir a lei federal que prevê uma biblioteca por escola.

Nas unidades educacionais de educação infantil o atendimento é feito por meio do Projeto Baú das Histórias, que funciona como uma minibiblioteca, onde o acervo é levado até as salas de aula dentro de um baú itinerante. Iniciou em 2013 com 17.898 crianças atendidas e chegando em 20.768 em 2017.

Tabela 43: Quantitativo de Bibliotecas em funcionamento, 2013 a 2017.

Tipo	Até 2004	2012	2014	2015	2016	2017
Biblioteca	40	69	70	78	79	80
Baú das Histórias (B.Itinerante)	0	54	54	54	54	96
Total	40	123	124	132	133	176

Fonte: DEMA / DIAD / SEMEC, 2017.

Na promoção do incentivo à leitura e ações de acesso ao livro, são desenvolvidos projetos “Memória da Literatura” e “Parada da Leitura”, além de ações volantes.

O Projeto Memória da Literatura visa o reconhecimento da literatura por meio de pesquisa biobibliográfica sobre 80 autores, entre escritores paraenses já falecidos e autores contemporâneos, nacionais e universais, com exposição dos trabalhos resultantes na Feira Pan-Amazônica do Livro. De 2013 a 2016, o público alcançado foi de 121.590 pessoas entre alunos, professores e comunidade. Como parte integrante do projeto, foram realizadas visitas dos autores contemporâneos nas escolas municipais, alcançando 42 mil envolvidos da comunidade escolar e da área de entorno; além da realização de oficinas literárias com a participação de 322 professores e bibliotecários sobre performance literária amazônica, e a expressão da literatura do Pará em quadrinhos aplicadas ao alunado.

O Projeto Parada da Leitura tem por objetivo o incentivo e a democratização do acesso à leitura para a população. Em quatro anos (2014 a 2017), o projeto já distribuiu um acervo total de 28.649 livros e revistas que são doados, expostos e trocados/substituídos por outros em ponto de apoio localizado na parada de ônibus em frente ao Terminal Rodoviário de Belém.

As ações de promoção à leitura ocorrem por meio de apresentação dos principais projetos desenvolvidos ao longo do ano letivo quando da realização da Feira Pan Amazônica do Livro. De 2013 a 2017, o *stand* da SEMEC apresentou um público visitante de 400 mil pessoas. Ao longo de 2017, a ação também foi desenvolvida nas 9 edições da “Prefeitura no Bairro”, com 54 mil visitantes; e na Praça da República (novembro a dezembro de 2017) com dois mil visitantes.

Durante a realização da Feira Pan Amazônica do Livro, a PMB disponibiliza aos profissionais da educação (professores, pedagogos e diretores) o Bônus Livro no valor de R\$ 200,00 cada. Este bônus foi disponibilizado nos anos de 2014 a 2015 com retorno em 2017, sendo suspenso em 2016 devido à aguda crise na economia do país. No ano de 2017 foram investidos R\$ 700.00,00 com o projeto, que objetiva facilitar o acesso a leitura dos profissionais que fazem a diferença no processo educativo, dando a eles condições de acessibilidade aos novos

conhecimentos que refletem em novas didáticas e ampliação do saber dos alunos da rede.

Como apoio à política de incentivo à leitura, o Programa de Informática Educativa objetiva garantir o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) aos sujeitos da comunidade escolar, especialmente aos alunos e professores, favorecendo a autonomia, o trabalho interdisciplinar e a construção do conhecimento.

As diretrizes do programa estão alicerçadas no uso de ferramentas auxiliares no processo de aprendizagem a partir da produção e da pesquisa, de Instrumentos que possibilitam ações interdisciplinares nas escolas municipais e recursos que potencializam a formação continuada de professores.

Em 2017 o programa atendeu a 3.921 alunos da rede de ensino. No mesmo período foram realizadas 19 oficinas de informática educativa atendendo a 2.591 pessoas, entre alunos e professores.

No período de 2013 a 2017 foram criados 31 novos espaços educacionais, sendo 17 unidades escolares inauguradas (6 unidades pedagógicas – UP, 4 unidades de educação infantil – UEI e 7 escolas de ensino infantil – EMEI) e 14 unidades escolares construídas (1 unidade de educação infantil - UEI, 4 escolas fundamentais – EM, 8 escolas de ensino infantil – EMEI e 1 escola de ensino infantil e fundamental - EMEIF) que hoje recebem aproximadamente 3.445 crianças. Foram realizados 91 serviços de reformas e adequações atendendo a mais de 50.000 crianças e 6 unidades ampliadas.

Em 2017 concluiu-se a climatização de 19 unidades escolares melhorando a qualidade da oferta educacional para 6.234 alunos, sendo 18 EMEIF e 1 UEI. De 2014 a 2017 foram construídas quadras esportivas em 14 unidades escolares perfazendo um total de 90% da rede atendida pelo equipamento. Número este superior à média nacional que é de 30%.

Baseado no Programa de Educação Física Curricular – Novos Rumos para as Escolas Municipais de Belém são desenvolvidas ações voltadas para as práticas corporais, além da promoção e do acompanhamento direcionado aos docentes em educação física para a construção e o desenvolvimento dos conteúdos programáticos da disciplina.

Como mecanismos para consolidar a valorização do profissional de Educação Física são realizadas formações continuadas, ministradas durante as Horas Pedagógicas (HP) aos professores, além do assessoramento em projetos de extensão e programas que oportunizam o direito ao acesso da inclusão social pelas vivências esportivas e recreativas aos alunos da rede. A proposta da Educação Física no âmbito escolar não se dissocia às demais disciplinas, e, portanto, possui compromisso com o projeto de escolarização construído na escola, tendo como principais projetos: Programa Portas Abertas para Inclusão (57 alunos com AEE), Tênis Júnior (1.000 alunos de 2013 a 2017), Capoeira nas Escolas (2.450 alunos de 2014 a 2017), Programa Forças no Esporte - PROSFESP (900 alunos de 2014 a 2017), dentre outros.

Outra preocupação diz respeito ao rendimento escolar a partir da necessidade de locomoção do alunado à sala de aula. Desta forma, entre os anos de 2013 e 2017, a Gestão Municipal adquiriu 35 ônibus escolares, sendo 6 por emenda parlamentar e 29 novos veículos via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), totalizando uma frota atual de 40 ônibus distribuídos entre as unidades escolares que utilizam os mesmos não somente para o transporte residência-escola-residência, mas também como instrumento pedagógico no dia a dia das atividades curriculares e extracurriculares desenvolvidas, beneficiado diretamente 1.209 alunos por dia. No Distrito de Mosqueiro, os ônibus escolares fazem o transporte de 726 alunos diariamente. No atendimento ao PROSFESP são transportados semanalmente 418 alunos, enquanto que em atividades extracurriculares são mais de 400 alunos transportados diariamente.

O investimento em transporte escolar, além de oferecer um caminho mais seguro, possibilita a participação em eventos e ações externas de cunho educativo como visita ao teatro, museu, cinemas, que contribui no desenvolvimento dos alunos, de forma a construir uma educação com mais qualidade.

A Prefeitura de Belém beneficiou estudantes do 6º ao 9º ano das escolas dos distritos de Mosqueiro, Icoaraci e Outeiro e da comunidade de Santana do Aurá, no bairro de Águas lindas, com a doação de 5 mil bicicletas para serem utilizadas na locomoção do aluno até a unidade em que estuda. Além de reduzir o

tempo de deslocamento até a sala de aula, a bicicleta contribui no incremento da frequência escolar.

Para garantir o transporte escolar de 608 alunos residentes na região insular e regularmente matriculados nas 6 UP's (Combu, Nossa Senhora dos Navegantes, Santo Antônio, São José, Nazaré e a EMEIF Milton Monte), são disponibilizados 20 barcos alugados e 4 lanchas próprias.

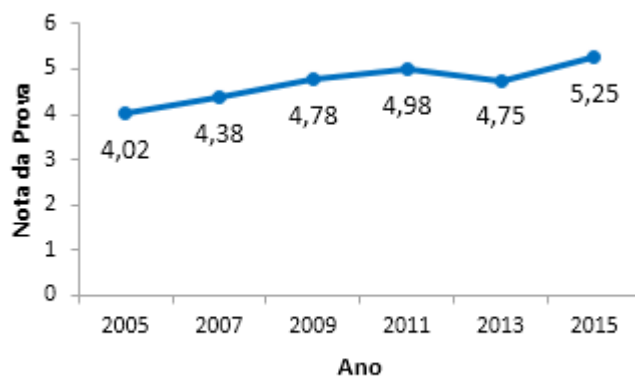
Os avanços exemplificados são possíveis devido ao intenso compromisso da Administração Municipal com a formação e contínua qualificação dos servidores da área educacional. Em avaliação realizada pelo Ministério da Educação (MEC, 2017), no período de 2013 a 2016 houve um crescimento de 42% no aprendizado da leitura, escrita e matemática, fruto da formação continuada de professores, incluindo a avaliação da aprendizagem do aluno em leitura, escrita e matemática e o assessoramento à prática docente, que atendeu no ano de 2017, cerca de 700 professores/mês e 120 coordenadores pedagógicos/mês, atuantes dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, tendo em vista a alfabetização e o letramento de aproximadamente 20.000 crianças nas escolas municipais de Belém.

O resultado do trabalho de formação dos professores repercute diretamente na aprendizagem dos alunos do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental, tanto no estudo da avaliação diagnóstica mensal em leitura, escrita e matemática, quanto na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), que atestou o crescimento de 42% obtido pelas escolas municipais de Belém, superando os obtidos na região metropolitana e no Pará.

O programa de formação continuada de professores, intitulado Alfabetização Matemática, Leitura e Escrita (ALFAMAT), desenvolvido pelo Núcleo de Informática Educativa (NIED/SEMEC) desde 2009, objetiva integrar as ações dos professores do Ciclo II e das salas de informática com vistas à aprendizagem dos alunos do Ciclo II (4º e 5º anos) em Língua Portuguesa e Matemática e, assim, refletir positivamente nos resultados da Prova Brasil, no rendimento e, conseqüentemente, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos alunos do 5º ano da RME.

De 2013 para 2015, o percentual de crescimento da nota da Prova Brasil dos alunos do 5º ano foi de 10,5%.

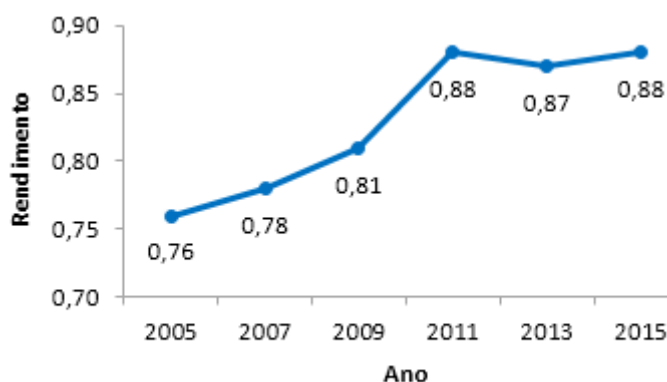
Figura 12: Evolução da Nota da Prova Brasil (5º ano), RME – 2005 a 2015.



Fonte: INEP, 2106.

De 2013 para 2015, o percentual de crescimento da taxa de rendimento/aprovação dos alunos do 5º ano foi de 1,1%.

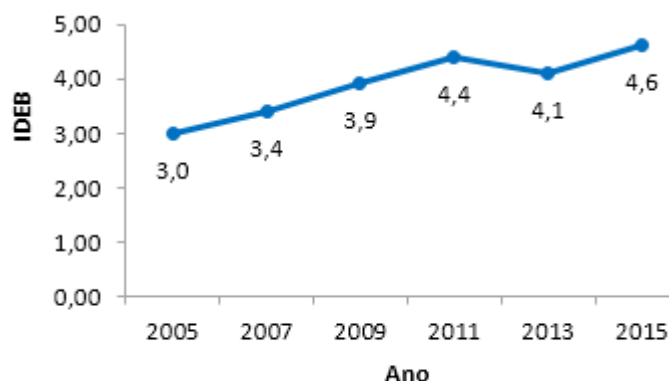
Figura 13: Evolução do Rendimento (Anos Iniciais), RME – 2005 a 2015.



Fonte: INEP, 2106.

De 2013 para 2015, o percentual de crescimento do IDEB dos alunos do 5º ano foi de 12,2%.

Figura 14: Evolução do IDEB (5º ano), RME – 2005 a 2015.



Fonte: INEP, 2106.

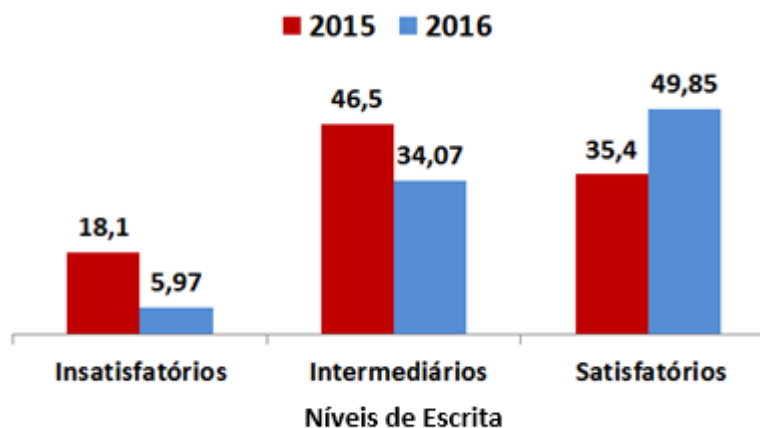
Como etapa preparatória para a PROVA BRASIL, o Município de Belém realiza a PROVA BELÉM de Língua Portuguesa e Matemática aos alunos do Ciclo II (4º e 5º anos), assim como, a PROVA BELÉM de Escrita. A Prova Belém de Língua Portuguesa (leitura) e Matemática apresentam questões de múltipla escolha sendo 22 de Língua Portuguesa e 22 de Matemática, no mesmo formato da Prova Brasil, utilizando inclusive o modelo de folha de resposta, identificada com código de barras.

Os resultados das Provas Belém de Língua Portuguesa e Matemática tem revelado que os alunos do Ciclo II, ao ingressarem no 1º ano, conseguem acertar, em média, 44% das questões de Língua Portuguesa e 41% das questões de Matemática. No ano seguinte, no 2º ano, este percentual se eleva para 53% em Língua Portuguesa e 50% em Matemática.

A Prova Belém de Escrita é realizada a partir da contação de uma narrativa. Em seguida, os alunos são orientados a recontá-la por escrito em uma folha-resposta personalizada com código de barras. Os testes de escrita começaram a ser realizados em 2015.

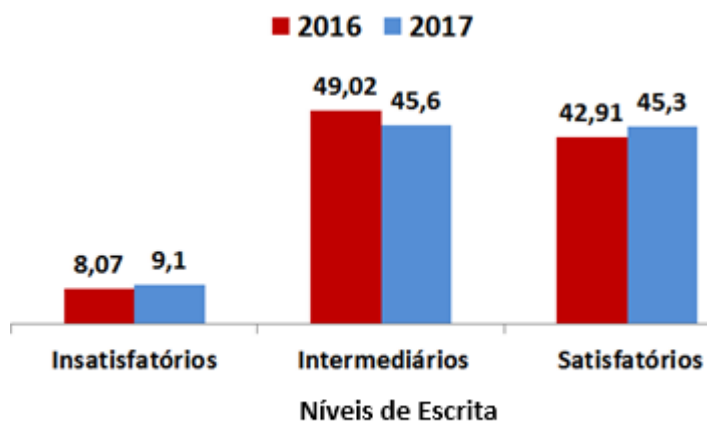
A seguir, as figuras indicam os níveis de escrita dos alunos do Ciclo II em cada ano do ciclo.

Figura 15: Demonstrativo da Prova Belém Ciclo II (1º e 2º ano), 2015 e 2016.



Fonte: NIED/DIED/SEMEC,2017.

Figura 16: Demonstrativo da Prova Belém Ciclo II (1º e 2º ano), 2016 e 2017.



Fonte: NIED/DIED/SEMEC,2017.

O ALFAMAT realiza oficinas durante todo o ano letivo. Estas oficinas têm como foco as matrizes de referência e os 15 descritores de Língua Portuguesa e os 28 de Matemática avaliados pela Prova Brasil. É importante ressaltar que, apesar da ênfase do programa ser em leitura, escrita e matemática, as propostas metodológicas trabalhadas nas oficinas envolvem também temas de Artes, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

Tabela 44: Número de professores/alunos/oficinas realizadas no período de 2013 a 2017.

Nº	Nº de Professores participantes	Nº de alunos envolvidos	Nº de oficinas desenvolvidas	Nº de Provas Belém aplicadas
013	450 (345 de CII e 105 de sala de informática)	12.000	3	3 (Língua Portuguesa e Matemática)
014	440 (325 de CII e 115 de sala de informática)	13.000	6	4 (02 de Língua Portuguesa e Matemática e 02 de Ciências da Natureza e Ciências Humanas)
015	420 (315 de CII e 105 de sala de informática)	13.000	6	6 (03 de escrita e 03 de Língua Portuguesa e Matemática)
016	385 (285 de CII e 100 de sala de informática)	11.705	1	4 (02 de escrita e 02 de Língua Portuguesa e Matemática)
017	406 (322 de CII e 84 de sala de informática)	12.651	4	3 (02 de escrita e 01 de Língua Portuguesa e Matemática)

Fonte: NIED/DIED/SEMEC, 2017.

Entendendo que a valorização dos profissionais em educação também envolve o constante estímulo ao valor da remuneração, a Gestão Municipal cumpre com a Lei Federal nº 11.738/2008 e remunera os professores conforme determina o MEC (2016), estabelecendo o piso salarial na ordem de R\$ 2.135,64. Contudo, o valor do piso salarial acrescido das vantagens de escolaridade (100%) eleva o vencimento médio para R\$ 5.149,21, pagos para professores recém-concursados com 200 horas/aula.

Para atender as demandas advindas com os avanços na educação, como a construção e a ampliação de escolas e outras unidades educacionais e pedagógicas, de 2013 a 2017, 1.990 profissionais foram aprovados e nomeados nos concursos públicos Nº 01/2011 e Nº 01/2012, onde se ofertou vagas para a categoria grupo auxiliar, nível médio e nível superior.

Do certame realizado em 2011, que contemplou vagas com lotação em unidades educacionais localizadas nos distritos de Belém, Mosqueiro e Outeiro, as convocações foram para os cargos de técnicos pedagógicos; professores licenciados nas áreas de atuação da educação infantil, séries iniciais do ensino fundamental e/ou educação de jovens e adultos (EJA), nas disciplinas de Artes, Geografia, História, Educação Física, Matemática, Língua Portuguesa e Ciências.

Para suprir a crescente demanda por novos profissionais para atuarem na rede municipal de ensino, mais 500 candidatos aprovados em regime de cadastro

reserva dos dois últimos concursos realizados, foram chamados para assumirem os cargos de nível médio e superior.

Visando a necessidade de ampliar o quadro de servidores em educação, em 2017 foram ofertadas 622 vagas distribuídas entre os cargos de Assistente de Administração, Técnico Pedagógico e de Professor de Educação Infantil e do Ensino Fundamenta I - Anos Iniciais; além de vagas para professores de Ciências, Educação Artística, Ensino Religioso, Filosofia, Matemática, Língua Portuguesa, Sociologia, Inglês, História, Geografia e Educação Física. A seleção para o preenchimento das vagas ocorreu por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS), no qual foram efetuadas mais de 21 mil inscrições.

Os vencimentos para os aprovados no PSS (2017) variam de R\$ 1.300 para os cargos de nível médio a R\$ 3.931,43 para os cargos de nível superior, incluindo vagas para as regiões de Belém, Mosqueiro e Outeiro. Os aprovados serão convocados para atuar nas unidades de educação da Rede Municipal de Ensino em fevereiro de 2018.

Os investimentos na área educacional realizados no período de 2013 a 2017 superaram o limite constitucional previsto para aplicação na área educacional (25% do orçamento geral dos municípios), conforme tabela a seguir.

Tabela 45: Demonstrativo das despesas realizadas com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), 2012 a 2017.

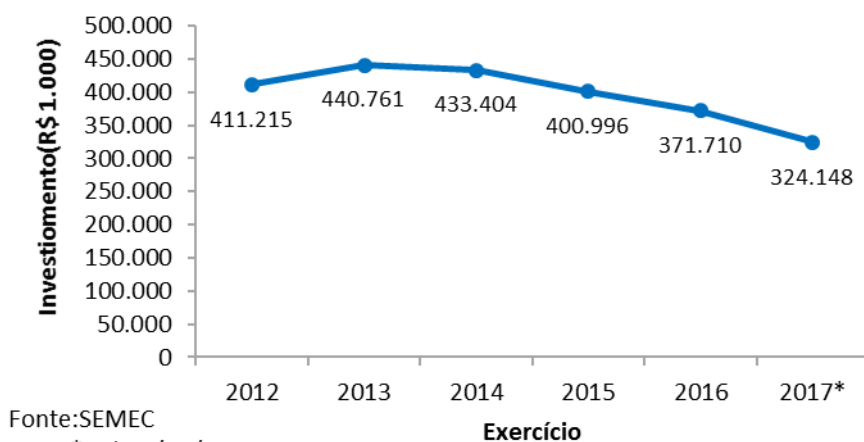
Modalidade	2012	2013	2014	2015	2016	2017 *
Educação Infantil	49.992.788,79	53.817.646,91	62.775.890,83	73.057.098,40	72.469.849,44	74.844.414,51
Ensino Fundamental	274.155.429,47	317.892.611,02	338.219.784,14	360.346.460,57	368.291.555,84	336.370.465,92
Total	324.148.218,26	371.710.257,93	400.995.674,97	433.403.558,97	440.761.405,28	411.214.880,43
Educação 25% (Aplicação)	25,60%	27,86%	28,01%	27,36%	26,52%	-

Fonte: GIIG / SEMEC

Dados até 07/dez/2017

Observa-se que a Prefeitura Municipal de Belém, já aplicou mais de 1,3 bilhão de reais na educação, com recursos próprios das receitas tributárias, e das transferências constitucionais e voluntárias.

Figura 17: Investimentos realizados com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), 2012 a 2017.



Os principais investimentos realizados estão relacionados às obras e serviços de engenharia para a ampliação e manutenção da rede de ensino, que de 2013 a 2017 totalizou um montante de R\$ 46.065.079,02, sendo que 20% (R\$ 9.163.374,22) deste valor foram investidos no ano de 2017.

Tabela 46: Demonstrativo do valor (R\$) das obras e serviços executados, 2013 a 2016.

Obras e Serviços 2013 - 2016	Valor (R\$)
Reformas, adequações e ampliações de unidades escolares	19.601.400,61
Construções e reconstruções de unidades escolares	10.888.079,10
Unidades escolares adquiridas	398.780,23
Climatização das unidades escolares	311.529,07
Construção de quadras de esportes	3.639.841,55
Serviços diversos realizados nas unidades escolares	1.351.872,41
Elaboração de projetos de engenharia	710.201,83
Total	36.901.704,80

Fonte: DEMA / DIAD / SEMEC, 2017.

Tabela 47: Demonstrativo do valor (R\$) das obras e serviços executados, em 2017.

Obras e Serviços 2017	Valor (R\$)
Reformas, adequações e serviços de manutenção preventiva e corretiva	4.432.803,24
Construção e reconstrução de unidades escolares	4.600.975,06
Climatização das unidades escolares	129.595,92
Total	9.163.374,22

Fonte: DEMA / DIAD / SEMEC, 2017.

Ao eleger a melhoria da qualidade da educação como uma das diretrizes para o desenvolvimento municipal, a Gestão monitora os avanços da política educacional a partir das variáveis estudadas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), sendo este o indicador de referência para análise dos resultados educacionais da rede municipal de educação.

A divulgação dos resultados do IDEB pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais de Educação (INEP), referente aos anos de 2003 a 2015, registra o crescimento do IDEB da rede municipal e das escolas que as compõem. Esta evolução pode ser observada nos dados que seguem.

Tabela 48: Evolução do IDEB nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 2009 a 2015.

Rede	IDEB observado				Metas Nacionais			
	2009	2011	2013	2015	2009	2011	2013	2015
Estadual	3,8	4,1	3,7	4,3	3,5	3,9	4,2	4,5
Federal	5,8		6,2	6,5	5,6	5,9	6,1	6,4
Municipal	3,9	4,4	4,1	4,6	3,4	3,8	4,1	4,4

Fonte: INEP/MEC, 2016.

Nota: Foi destacado o IDEB que atingiu ou ultrapassou a meta.

Tabela 49: Evolução do IDEB nos Anos Finais do Ensino Fundamental, 2009 a 2015.

Rede	IDEB observado				Metas Nacionais			
	2009	2011	2013	2015	2009	2011	2013	2015
Estadual	3,0		2,9	3,1	3,2	3,5	3,9	4,3
Federal	5,5		5,2	5,8	5,3	5,5	5,8	6,1
Municipal	3,5	3,7	3,8	4,0	3,3	3,6	4	4,3

Fonte: INEP/MEC, 2016.

Nota: Foi destacado o IDEB que atingiu ou ultrapassou a meta.

Os dados indicam o crescimento do IDEB no período aferido entre os anos de 2009 a 2015. Nos Anos Iniciais, a tabela evidencia que, em todos os anos, as notas ficaram iguais ou acima da meta estabelecida pelo INEP/MEC. Com relação aos Anos Finais, em todos os anos observados na tabela, a média ficou acima da meta estabelecida pelo INEP/MEC, decorrentes do crescimento dos resultados da Prova Brasil aplicada aos alunos da rede municipal de ensino, que foi de 4,54 em 2013, passando para 4,79 em 2015, e da estabilidade do rendimento escolar que ficou na ordem de 84%. Desta forma, demonstra-se que os investimentos para

ofertar educação com qualidade tem alcançado êxito, especialmente melhoria da aprendizagem dos alunos.

Integrada à política municipal de educação, a Fundação Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira - FUNBOSQUE, localizada na ilha de Caratateua (Outeiro), é responsável pela educação no campo na região insular do município, com inserção de práticas ambientais sustentáveis no currículo escolar, atendendo todos os níveis da educação básica, incluindo Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio-Técnico Profissionalizante em Meio Ambiente e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Atualmente a FUNBOSQUE atende a 1.943 alunos regularmente matriculados na rede de ensino, distribuídos entre a sede da fundação (Ilha de Caratateua/Outeiro), no anexo Casa Escola da Pesca (Ilha de Caratateua/Outeiro) e nas Unidades Pedagógicas (UP) da Faveira, Flexeira e Seringal; e nas unidades localizadas nas ilhas de Cotijuba, Jamaci, Paquetá e Jutuba.

Do total de alunos matriculados, 653 estão lotados nas 5 UP localizadas nas ilhas Cotijuba, Paquetá e Jutuba, que oferecem vagas da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental.

A FUNBOSQUE desenvolve projetos extracurriculares integrados à grade curricular do ensino formal, compatíveis com o Projeto Político-Pedagógico (PPA) definido pela instituição.

O Projeto “AMA” tem como objetivo possibilitar hábitos e atitudes à formação cidadã com ênfase na Educação Ambiental promovendo novos pensares sobre o ambiente e as políticas sustentáveis. Atua nos eixos “Homem, Natureza e Sociedade” e “Trabalho e Cultura” que sustentam a ação construtiva e a participação dos alunos enquanto monitores voluntários, professores e funcionários.

A partir das linhas de pesquisa, são desenvolvidas atividades como reflorestamento de áreas degradadas, visitas orientadas no parque ambiental, cursos e oficinas, participação em feiras e eventos externos, manutenção do viveiro de mudas, compostagem, reciclagem de papel e reutilização de embalagens, produção artesanal de sabão artesanal e recuperação de móveis e objetos de madeira; além de estágio supervisionado para alunos do curso técnico

da fundação e de outras instituições. Atualmente o projeto possui 62 monitores e 16 estagiários.

De 2013 a 2017 o Projeto “Shinzen Karatê-Do” atendeu a 170 pessoas, entre crianças, adolescentes e jovens residentes da região insular, principalmente das ilhas de Caratateua (Outeiro), Cotijuba e Paquetá. Dentre os resultados obtidos desde a implantação do projeto podemos citar 3 primeiros lugares geral (2 no Campeonato Paraense de Karatê, anos 2013 e 2015; e 1 na Copa Taizen, ano de 2017); 3 segundos lugares geral (Copa dos Campeões de Karatê em 2013, Campeonato Brasileiro de Karatê em 2013 e Campeonato Paraense de Karatê em 2017) e 4 terceiros lugares geral (Campeonato Paraense Estilo Genseiryu em 2013, Campeonato Paraense de Karatê em 2015, Copa Nacional de Karatê Budô-Kan e Copa Estadual Kids, ambos em 2017).

Citamos ainda o Projeto “Horta” Tem como objetivo a apropriação do conhecimento, por meio da educação ambiental, desde a educação infantil ao ensino médio profissionalizante (com estágios supervisionados), favorecendo desse modo, a integração de teoria e prática pedagógica no cotidiano escolar, utilizando as atividades de cultivo de olerícolas como um recurso didático interdisciplinar numa ação pedagógica comprometida com a qualidade de ensino.

A Casa Escola da Pesca integra a estrutura organo-funcional FUNBOSQUE e oferece a modalidade Ensino Médio Técnico em Recursos Pesqueiros, em regime de tempo integral com metodologia pedagógica da alternância; além da oferta do ensino na modalidade EJA do ensino fundamental integrado à Formação Profissional em Pesca e Aquicultura. Atualmente existem 98 alunos matriculados, distribuídos em 4 turmas.

Os alunos residem no ambiente escolar durante 15 dias e em outros 15 dias aplicam os conhecimentos adquiridos nas suas comunidades, enquanto técnicos e professores realizam a visita de alternância para acompanhar o desenvolvimento dos alunos. A Casa Escola da Pesca também oferta qualificação para a comunidade por meio de cursos e oficinas de reaproveitamento do pescado, fabricação de sabão caseiro, confecção de matapi, manejo sustentável de viveiros de piscicultura e Formação de Condutor Aquaviário, em parceria com a Marinha do Brasil.

Ao longo de 2017 foram desenvolvidos ainda estudos técnicos e de viabilidade econômica para a implantação da Escola de Gastronomia – Casa Escola da Pesca, oficinas de panificação, artesanato de escamas de peixe e de adubo orgânico; emissão de carteira marítima de aquaviário e a realização da III Semana de Qualificação Profissional.

Até julho de 2017 todas as UP passaram por reformas. Por meio de parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), que cedeu a madeira necessária para as manutenções, foi construída a nova ponte da UP Jamaci, reconstrução da ponte/trapiche de acesso à UP Jutuba e concluiu-se a reforma da ponte e realinhamento do piso da UP Jutuba. Foram realizados ainda serviços de revitalização na pintura interna das salas de aula da sede da fundação e da UP Faveira, ampliação dos pontos de iluminação das trilhas ecológicas da sede e aquisição de 3 bebedouros industriais.

Na gestão escolar, a instituição promoveu a reestruturação do conselho Escolar, implantou a Formação Continuada do Ensino Médio Técnico, a revisão e atualização do PPP. Para tanto, foi realizado no mês de maio de 2017 o I Fórum de Atualização do PPP, que contou com a participação de representantes da Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). O fórum resultou em direcionamentos que guiaram a educação ambiental como eixo norteador da FUNBOSQUE.

Ao efetivar uma política que busca promover a produção cultural e a preservação do patrimônio histórico e artístico, bem como o acesso da população aos bens culturais, a Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL se consolida como uma grande incentivadora das manifestações culturais e artísticas; da preservação do patrimônio material e imaterial, inclusive na museologia; no estímulo ao desenvolvimento do hábito da leitura; na implantação de projetos no segmento do audiovisual; na execução e apoio a eventos do calendário cultural do município e em conceder incentivos fiscais à criação de Projetos Culturais através da Lei Tó Teixeira.

Desta forma proporciona um ambiente cultural e artístico renovado, estimulando o respeito e a valorização às diversidades culturais de Belém e

Distritos, tendo como meta principal a concretização do Sistema Municipal de Cultura por meio da efetivação do Conselho Municipal de políticas Culturais - CMPC, solidificando assim as ações da Fundação, realizando fóruns setoriais e as conferências de cultura para o fortalecimento da política cultural em consonância com as diretrizes nacionais e as metas estabelecidas no Plano Plurianual – PPA.

A FUMBEL, de forma permanente promove as manifestações artísticas que integram o Calendário Oficial do Município, mantendo durante o ano de 2017 extensa programação que incentiva a apresentação de produções artístico-culturais locais em eventos públicos que ocorrem de forma descentralizada, privilegiando os distritos de Mosqueiro, Outeiro e Icoaraci, com participação irrestrita de todos os cidadãos.

Tais eventos representam a culminância de projetos culturais desenvolvidos com os segmentos representativos de nossa cultura e promovem a democratização do saber e do conhecimento cultural. Dentre estes podemos destacar o Aniversário de Belém (janeiro); o Pré-Carnaval e Carnaval – “Belém Folia” (de fevereiro à março); o Aniversário do Ver-o-Peso (março) quando se concretiza o Projeto Ver-o-Peso da Cultura; Semana Santa com apresentações do Auto da Paixão de Cristo e a Malhação de Judas (março a abril); as festividades da Quadra Junina – “Arraiá da Capitá” (junho) que conta com grupos juninos, grupos parafolclóricos e de pássaros juninos, shows musicais, concursos de quadrilhas, de misses caipira e caipira gay; Programação Verão (Julho na ilha de Mosqueiro); Festividade do Círio de Nazaré (outubro) com Coral Metropolitano e Romaria Poética; dia Nacional da Cultura e do Cinema Brasileiro com apresentações artísticas regionais no Complexo Ver-o-Rio e exibição de filmes no Cinema Olympia; e Réveillon da Orla do Portal da Amazônia (dezembro).

Além destas atividades culturais em espaços públicos, a FUMBEL promove em caráter permanente e contínuo a exibição de mostras nacionais e internacionais de cinema, de curta, média e longa metragem, no Cine Olympia, em parceria com a Cinemateca da Aliança Francesa do Rio de Janeiro, Cinemateca do Instituto Goethe de São Paulo e os Consulados de Portugal,

Japão, México, Venezuela, Instituto Camões, Canal Brasil, produtoras nacionais e locais entre outras.

No espaço do Cinema Olympia são desenvolvidos os projetos “Cinema e Música” (1.095 espectadores), “A Escola Vai Ao Cinema” (4.411 espectadores), “A Universidade Vai ao Cinema” (401 espectadores), “Curta Olympia” (458 espectadores) e o “Cinema Olympia Itinerante”, realizado na ilha do Combu no mês de setembro/2017 com público total de 560 pessoas. Este público somado com o número de espectadores que frequentaram o espaço durante sua programação normal (de terça a sexta-feira as 18:30 horas e sábado, domingo e feriado as 17:30 horas), totalizaram 19.518 espectadores atendidos pelas atividades desenvolvidas no cinema.

O Cinema Olympia funciona também como espaço de visitação e recebe turistas nacionais, internacionais e visitantes locais, guiados por estudantes bilíngues do curso de graduação de turismo da UFPA.

Na preservação do patrimônio cultural do Município, foram desenvolvidas ações de fiscalização dos bens tombados sob a esfera de atuação do Município e a aprovação de projetos de restauração e reforma de bens de interesse à preservação, contabilizando:

- Aprovação do Tombamento do Conjunto arquitetônico da Av. Senador Lemos;
- Vistoria na obra de recuperação do calçamento da Praça da República;
- Vistoria técnica no Palácio Antônio Lemos;
- Proposta de projeto para implantação da Escola de Musica no espaço do Memorial dos Povos;
- Avaliação, identificação, conferência e elaboração de parecer de 42 quadros pertencentes ao acervo de obras de arte da CINBESA em doação à FUMBEL;
- Visitas guiadas no Palacete Bolonha com atendimento à 45 estudantes e pesquisadores;
- 13 atendimentos a estudantes e pesquisadores na sede da FUMBEL;
- 15 pessoas atendidas na consulta sobre a classificação dos imóveis de interesse a preservação no Centro Histórico e entorno;

- 421 processos de Isenção de IPTU analisados;
- 59 pareceres de cessão de espaços públicos para eventos;
- 20 Notificações de Obras Irregulares emitidas;
- 8 Certidões de Comparecimento emitidas;
- 12 Certidões de Não Comparecimento emitidas;
- 51 Processos de Aprovações de Projetos;
- 32 Processos de Autorização de Serviço;;
- 30 Processos de Consultas Prévias;
- 141 Vistorias Técnicas realizadas;
- 35 Manifestações Técnicas emitidas;
- 70 processos de tombamento em análise com organização da documentação processual;
- 1 Processo de tombamento finalizado;
- 1 Notificação de tombamento emitida;
- 2 Relatórios Circunstanciados elaborados;
- Elaboração do Relatório de inventário de Bens Móveis / Equipamentos DEPH- FUMBEL.

As ações museais desenvolvidas pelo Museu de Arte de Belém – MABE/FUMBEL receberam até 12/12/2017 um público de 7.204 visitantes, sendo 2.361 visitas agendadas, 2.848 não agendadas e 2.040 pessoas na visitação das exposições de longa duração.

Em comemoração aos 401 anos de Belém, o MABE iniciou o ano de 2017 com a mostra “Imagens de Belém, Acervo Modernista do MABE” composta de obras modernistas presentes no acervo. Como mostra de longa duração, a exposição recebeu até 12/12/2017, 5.154 visitantes, entre 2.306 agendadas e 2.848 não agendadas, permanecendo em visitação no ano de 2018.

Promovidas pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/MINC), o MABE participou da XV Semana Nacional de Museus, realizada no mês de maio de 2017, com o tema: Museus e Histórias Controversas, Dizer o Indizível em Museus; e da XI Primavera de Museus, que ocorreu em setembro de 2017 com programação interna de oficinas direcionadas ao público escolar. Em dezembro de 2017, o

MABE realizou a vernissage da exposição “Il Natureza Viva nas Gravuras de Hans Steiner”, permanecendo em visitação no ano de 2018.

Ainda no ano de 2017, três obras da pintora modernista Antonieta Feio (A Vendedora de Cheiro, A Vendedora de Tacacá e A Mendiga), pertencentes ao acervo do MABE, participaram da exposição “Artistas do Moderno – A Invenção da Mulher” realizada no Instituto Tomie Ohtake em São Paulo.

Atualmente, o acervo museológico do MABE possui 1.639 obras numeradas e catalogadas. Destas, passaram por limpeza e tratamento técnico, 44 pinturas à óleo, 3 lustres de cristal, 2 lustres de bronze, 1 lustre de metal e 8 esculturas; além de peças do mobiliário e objetos de decoração diversos. O acervo museológico que compõe as salas Waldemar Costa, Ismael Nery, Carmem Souza, Grande Auditório e Hall Superior, recebeu limpeza especializada realizada entre os meses de gosto e setembro.

No incentivo ao livro e a leitura, a Biblioteca Pública Municipal Avertano Rocha (BPMAR), localizada no distrito de Icoaraci, atendeu um público médio de 33.879 visitantes. Destes, 8.059 foram atendidos nas obras de referência e acervo geral, 7.372 usuários circulantes, 6.120 participantes do Projeto “Chalé Literário” e 5.812 atendimentos ao público infanto-juvenil; além de demais pessoas que participaram de outros projetos desenvolvidos pela biblioteca e em ações externas demandadas pela comunidade.

A BPMAR atende a comunidade de 14 bairros da grande Belém integrantes, principalmente dos distritos administrativos de Icoaraci – DAICO, Bengui – DABEN e Entroncamento – DAENT, além de estudantes universitários, pesquisadores, demanda espontânea de usuários e escolas públicas ou particulares.

A Biblioteca Pública Municipal Maria Lúcia Medeiros, localizada no distrito de Mosqueiro, atendeu um público médio de 9.865 visitantes. Destes, 2.053 atendimentos foram realizados ao público infanto-juvenil, 1.978 participantes do Projeto “Maré Literária e 1.731 foram atendidos nas obras de referência e acervo geral; além de demais pessoas que participaram de outros projetos desenvolvidos pela biblioteca e em ações externas demandadas pela comunidade

A Biblioteca Pública Municipal Maria Lúcia Medeiros atua de forma setorial no distrito administrativo de Mosqueiro atendendo 13 bairros da ilha e os assentamentos rurais da localidade. Tem afluência de público similar ao da BPMAR e notadamente representantes de organizações não governamentais – ONGs e grupos de missionários.

A Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer (SEJEL) ao objetivar a inclusão social e a qualidade de vida da população por meio do acesso a políticas de esporte e lazer estabeleceu a convergência de ações intersetoriais e sociopedagógicas, à população no resgate a sua identidade, respeito dos seus direitos e cumprimento dos deveres sociais.

Desta forma, atua no fomento ao desenvolvimento do esporte e lazer em projetos de alcance social que priorizam crianças, adolescentes, a juventude e a terceira idade em várias modalidades esportivas e linguagens artísticas. Neste contexto, estão inseridas pessoas com limitações físico-funcionais e as vitimadas por alto risco e/ou violência social, incluídas em programas institucionais de assistência, acompanhamento e recuperação socioeducativa, proporcionadas por instituições especializadas.

O projeto “Escola de Esporte” proporciona à população de Belém a oportunidade da experiência esportiva, de cunho essencialmente educacional, com ênfase no significado de lazer, incluindo o aprimoramento técnico aos alunos de maior potencial, como contribuição, sobretudo, à plenificação da vida. O atendimento alcança todas as camadas sociais e faixas etárias, com destaque às crianças e jovens de até 18 anos, inclusos nessa população, os portadores de limitações físico-funcionais e aqueles vitimados por alto risco de violência social, desde que estejam incluídas em programas assistenciais de acompanhamento e recuperação sócio-educativa, promovidos por instituições especializadas.

O público beneficiário recebe formação em modalidades esportivas como atletismo, danças folclórica, futebol de campo e salão, ginástica geral e artística, handebol, hidroginástica, judô, nado sincronizado, natação. Estas atividades são realizadas em 12 espaços, e totalizaram 1.317 participantes até outubro de 2017. Desde a sua criação em 2013, o projeto já beneficiou 17.586 pessoas.

Quadro 14: Número de participantes no projeto “Escola de Esporte” e Espaços Esportivos, até outubro 2017.

Distritos	Espaços esportivos	Bairros	Modalidades				
DABEL	Ginásio Altino Pimenta	Umarizal	Futsal e Vôlei.				
	Paysandu Sport Clube (não houve atendimento em 2017)	Nazaré	Futsal				
DAICO	E. M. Avertano Rocha	Icoaraci	Futsal e Handebol				
	Liceu Mestre Cardoso	Icoaraci	Futsal				
	E. M. Alfredo Chaves (não houve atendimento em 2017)	Icoaraci	Ginástica e Danças Folclóricas				
DAENT	E.M. Palmira L. Carvalho	Marambaia	Futsal, Voleibol e Ginástica				
	Hospital da Aeronáutica	Souza	Futebol de Campo				
	Paróquia I. Conceição	Marambaia	Ginástica				
	E. M. Palmira Lins	Icoaraci	Futsal, Vôlei, Ginástica Geral				
DAGUA	Arena Stadium Indoor	Jurunas	Futsal				
	E. M. Stelina Valmont	T. Firme	Futsal				
	Centro Social S. Antônio (não houve atendimento em 2017)	Canudos	Ginástica e Danças Folclóricas				
	Iate Clube do Pará (não houve atendimento em 2017)	Condor	Hidroginástica e Natação				
	Rancho N. P. Amofiná (não houve atendimento em 2017)	Jurunas	Judô				
	UEPA – Campus III	Guamá	Atletismo, Ginástica Geral e Artística, Natação, Hidroginástica, Pilates, Condicionamento Físico.				
		2013	2014	2015	2016	2017	Total
		4.000	4.800	4.915	2.2554	1.317	17.586

Fonte: SEJEL, 2017.

O projeto “Brinca Belém”, tem por objetivo proporcionar momentos de lazer e cidadania e levar entretenimento aos bairros do município, notadamente aqueles carentes de área de convívio social e de maior vulnerabilidade, promovendo atividades como jogos com travinha, cama elástica, minhocão, piscina de bolinha, vôlei, queimada, tênis de mesa, futebol de salão, pintura corporal, oficinas de origami e desenho, entre outras.

O projeto é desenvolvido em unidades educacionais e em espaços públicos como praças e parques, praias da região insular, bem como integra as programações especiais realizadas pela PMB e aquelas do Calendário Oficial.

Desde a sua implantação, 35.650 pessoas foram beneficiadas com as atividades desenvolvidas pelo projeto, sendo realizadas em média 55 programações/ano. Em 2013 participaram 8.980 pessoas, 6.800 em 2014, 7.901 em 2015 e 7.571 em 2016. Até o mês de outubro de 2017, foram realizados 41 ações, com 4.395 participantes. Destes atendimentos, 1.800 foram realizados como atividade integrante da Ação “Prefeitura nos Bairros”.

O projeto “Saúde e Qualidade de Vida” funciona de 2ª a 6ª feira e atende ao público que frequenta as Academias ao Ar Livre implantadas nos logradouros públicos do município. Nestes espaços as pessoas recebem orientações de condicionamento físico por professores especializados durante o período de 07 as 09 horas e das 17 as 20 horas, onde são praticadas atividades físicas, ginástica, caminhadas e atividades de lazer como jogos recreativos e gincanas.

O número de Academias ao Ar Livre implantadas apresentou sugestivo crescimento, passando de 12, em 2013, para 23, em 2017. Além disso, a revitalização, com a troca de equipamentos, e reurbanização dos espaços, proporcionou um aumento no quantitativo de pessoas beneficiadas. Em 2013 foram 400 pessoas/dia, passando para 1.500 pessoas/dia em 2014, 1.720 pessoas/dia em 2015, atingindo 3.940 pessoas/dia em 2016. Até outubro de 2017, foram atendidas 1.410 pessoas/mês

Quadro 15: Quantitativo de Academias ao Ar participantes do Projeto Saúde e Qualidade de Vida por bairro.

Nº	Academias	Bairro
01	Praça Brasil	Umarizal
02	Av. João Paulo II	Marco
03	Av. Rômulo Maiorana	Marco
04	Ipê Roxo	Terra Firme
05	Médici I	Marambaia
06	Médici II	Marambaia
07	Icoaraci	Icoaraci
08	Mosqueiro	Mosqueiro
09	Praça Amazonas	Jurunas
10	Praça Jaú	Telegrafo
11	Zoe Gueiros	Tapanã
12	Conjunto Promorar	Pratinha
13	Conjunto Pedro Teixeira	Coqueiro
14	Tapanã Alameda 8	Tapanã
15	Satélite – Canteiro Central	Coqueiro
16	Praça Dom Alberto Ramos	Marambaia

Nº	Academias	Bairro
17	Academia Canteiro - COHAB	Icoaraci
18	Praça Benguí	Benguí
19	Praça Dalcídio Jurandir	Guamá
20	Conjunto Ariri Bolonha	Coqueiro
21	Praça Benedito Monteiro	Guamá
22	Praça Geraldo Magela	Val-de-Cans
23	Praça das Castanheiras	Cúrio-Utinga

Fonte: SEJEL, 2017.

O projeto “Despertar na 3ª Idade” tem por objetivo garantir a participação do idoso em programas de atividades físicas, esportivas, sociais e de lazer, de forma regular, na expectativa da qualidade de vida retardando as alterações associadas à idade, melhorando suas capacidades físicas, além de desenvolver ações de socialização, beneficiando um total de 3.639 idosos no período de 2014 a 2017. Em 2014 o projeto beneficiou 760 idosos/ano, passando para 1.322 em 2015, atingindo um total de 941 idosos/ano em 2016. Até outubro de 2017, o projeto beneficiou 616 idosos.

Quadro 16: Espaços de atuação do projeto “Despertar na 3ª Idade”, até outubro de 2017.

Distrito	Espaços	Bairro	Modalidade	Qtd.
DABEN	Unidade Saúde Maguari	Tenoné	Ginástica, Caminhada e Alongamento	234
DAENT	Paróquia I. Conceição	Marambaia	Ginástica	----
DAGUA	Centro S. S. Agostinho (não houve atendimento em 2017)	Canudos	Dança Folclórica e Ginástica	152
	Iate Clube do Pará (não houve atendimento em 2017)	Condor	Hidroginástica	----
DAICO	E. M. Alfredo Chaves	Icoaraci	Ginástica	230
DABEL	UEPA (não houve atendimento em 2017)	Marco	Ginástica	----

Fonte: SEJEL, 2017.

O programa “Dança Belém” desenvolve suas atividades a partir da manutenção dos projetos executados pela Companhia de Dança e Escola Municipal de Dança como espaço de referência do desenvolvimento da linguagem corporal e a formação da criança, com aspectos educativos globais do aluno: disciplina, solidariedade, formação de valores e atitudes ético-sociais, estímulo ao conhecimento e integração de diferentes linguagens artísticas.

A Escola Municipal de Dança de Belém tem como propósito fomentar a prática da dança no eixo sócio-artístico-educacional, de forma contextualizada e sistemática, de modo que o aluno-Bailarino, intérprete e criador desse processo, enverede de forma participativa, crítica e transformadora nos caminhos da arte-educação. No exercício de 2017 foram atendidos 333 alunos, sendo 276 na Sede Aldeia Amazônica David Miguel e 57 no Polo Pro Paz Sacramento.

Integrados ao Programa Dança Belém, os projetos “Hora da Arte” e “Encontro com as Famílias”, têm como objetivos, respectivamente: (a) difundir o trabalho realizado pela Escola Municipal e Companhia Municipal de Dança, bem como levar a arte da linguagem da dança para escolas, creches, instituições filantrópicas localizadas na capital e distritos do município e (b) dispor aos pais e responsáveis dos alunos da Escola de Dança, momentos de acolhimento e troca de informações sobre o ambiente escolar e o desenvolvimento de seus filhos. Durante o exercício foram realizados 02 (dois) encontros no Auditório da Aldeia Amazônica David Miguel com a participação de aproximadamente 300 famílias.

Em 2017 a Escola Municipal de Dança participou de 06 (seis) Festivais, o que proporcionou ao aluno bailarino o acesso a diferentes espaços culturais e o enriquecimento de sua práxis artística educacional.

Quadro 17: Participação da Escola Municipal De Dança em festivais no ano de 2017.

Festivais 2017	Local
Festival de Dança Auxiliadora Monteiro	Teatro da Paz - PA
Festival Internacional de Dança de Fortaleza - FENDA FOR	Fortaleza - CE
Festival Internacional de Dança da Amazônia/ FIDA	Espaço São José Liberto - PA
Festival de Dança Olímpio Paiva	Teatro Margarida Schiwazzap - PA
Festival de Dança Studio Volê	Teatro Claudio Barradas - PA
Festival de Dança Studio Auxiliadora Monteiro	Teatro Gasômetro - PA

Fonte: SEJEL, 2017.

A SEJEL promove anualmente eventos esportivos que integram o Calendário Oficial do Município. Dentre estes eventos destacamos os Jogos do Ver-o-Peso que tem por finalidade o envolvimento e participação de todos os segmentos e trabalhadores da feira em competições de cunho recreativo e competitivo. Durante os jogos foram realizadas 5 provas de agilidade, como despolpar cupuaçu, descascar castanhas, peneirar goma de tapioca e tomar açaí

com peixe frito e farinha. Em 2017, o evento contou com a participação de 120 trabalhadores e um público assistente em torno de 2.000 pessoas.

Os **Jogos Internos** realizados nas dependências do Polo Altino Pimenta reuniram o público atendido pelo projeto “Escola de Esportes”, e representa a culminância de todas as atividades práticas desportivas repassadas aos alunos em competições de futsal, vôlei feminino e masculino, basquete em cadeira de rodas e futsal de surdos. A realização dos Jogos Internos contou com a participação de 201 jovens, na faixa etária de 14 a 25 anos.

Durante as férias escolares no mês de julho de 2017 foi desenvolvido o Projeto “**Verão Radical**” que **incentivou** a prática esportiva das modalidades de esportes radicais urbanos, como skateboard, patins in-line e BMX. Foram realizados 2 eventos nas na região das ilhas e em Belém, com a participação de 180 jovens e adultos na faixa etária de 15 a 45 anos.

Ainda no mês de julho de 2017 foram realizados os **Jogos do Verão** com a finalidade dinamizar, facilitar e incentivar o fortalecimento do desporto comunitário, como forma de permitir ao munícipe e/ou turista o estreitamento da convivência social e o incentivo de práticas esportivas que contribuam com a melhoria da qualidade de vida. Os jogos foram realizados em Belém e nos distritos de Outeiro, (abrangendo as ilhas de Caratateua/Outeiro e Cotijuba), Icoaraci e Mosqueiro.

Quadro 18: Quantitativo de ventos e participação por modalidade nos Jogos de Verão, julho de 2017.

Eventos/Modalidades	Participantes	Quantidade de Jogos
Distrito de Mosqueiro		
Corrida do Verão	5000	01
Passeio Ciclístico	1.000	-
Futevôlei	16	08
Brinca Belém	650	-
Hidroginástica	100	-
Aeróbica	4.000	-
Gin. Praça	500	-
Futebol de Praia	252	30
Travessia	92	-
Box	26	-
Skate	400	-
Banho de Cadeira de Rodas	50	-
Belém (Capital)		
Brinca Belém	2000	-
Distrito de Icoaraci		
Vôlei 4 x 4	32	07
Brinca Belém	250	-
Futebol de Praia	360	32
Distrito de Outeiro/Cotijuba		
Vôlei 4X4	48	10
Brinca Belém	250	-
Futebol de Praia	240	22

Fonte: SEJEL, 2017.

Durante o exercício de 2017, foram **realizados 35 eventos** integrantes do Projeto **“Mala do Esporte”** que incentiva a a prática de atividades esportivas nas escolas da rede pública municipal, e nas comunidades da região insular e dos distritos de Belém. Tendo como público alvo crianças e adolescentes, o projeto atendeu a 5.800 pessoas, proporcionando lazer e melhoria da saúde.

No incentivo à utilização dos espaços públicos para a prática de esportes radicais e ao fomento da cultura, foi realizado o evento **“Ação no meu Bairro”** com atividades de skateboard, longboard, slack line, patins in-line, BMX, graffiti e, break, e com participação de MC's e DJ's. A ação ocorreu no Canteiro Central do bairro da Marambaia e teve participação estimada de 800 pessoas, entre crianças, jovens e adultos.

PROGRAMA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E MODELO ECONÔMICO

A Secretaria Municipal de Economia (SECON) objetiva o fortalecimento e o desenvolvimento da economia do Município de Belém por meio de ações e projetos de apoio e fomento à produção e à geração de emprego e renda à população. Atua no fortalecimento e desenvolvimento do Sistema Municipal de Abastecimento de Feiras, Mercados e Portos, no disciplinamento, controle e licenciamento do comércio em vias e logradouros públicos, da propaganda comercial em ambientes externos.

A economia do Município de Belém baseia-se, primordialmente, nas atividades do comércio, prestação de serviços e no turismo, embora sejam também desenvolvidas atividades industriais com destaque para as indústrias alimentícias, navais, metalúrgicas, pesqueiras, químicas e madeireiras.

É importante salientar que a conjuntura econômica e política ensejou a adoção de medidas, visando o equilíbrio das contas públicas municipais, conforme o Decreto Municipal n.º83.410/2015 que institui medidas de racionalização e de contenção de despesas no âmbito dos órgãos do Poder Executivo do Município de Belém.

O disciplinamento e controle do comércio no uso do espaço público estão permanentemente presentes na Praça Batista Campos, entorno dos shoppings Pátio Belém e Castanheira, na Avenida Presidente Vargas e no Centro Comercial (bairro da Campina). Equipes volantes com 5 fiscais cada realizam rondas sistemáticas em demais locais da cidade na verificação de denúncias que exigem o cumprimento das medidas expressas no Código de Posturas Municipal, expedindo notificações para posterior instauração do processo de licenciamento da atividade informal, quando constatada, conferindo-lhe a formalidade legal.

As equipes volantes monitoram também áreas críticas da cidade com alto índice de trabalhadores irregulares para manter as vias públicas de acordo com as prescrições da legislação local.

Quando da efetivação de apreensões de equipamentos e mercadorias irregulares, os itens perecíveis são doados para entidades sociais regularizadas, como asilo, creches e outras; enquanto os itens não perecíveis são recolhidos ao

depósito próprio, podendo os proprietários resgatá-los caso possuam Nota Fiscal, mediante pagamento de multa decorrente da infração à legislação municipal.

Desde a data de publicação da Lei n.º 9.005/2013, que dispõe sobre o prazo máximo de atendimento aos consumidores que utilizam os serviços bancários, foram realizados levantamentos técnicos em 90 agências bancárias, atestando que, aproximadamente 90% não cumprem as prescrições legais.

Dado o alto índice de não cumprimento, no ano de 2017 foi concedido novo prazo de 180 dias para que todas as agências bancárias se adequassem ao regulamento legal. Contudo, as denúncias referentes ao descumprimento das mesmas, podem ser realizadas pelos telefones 3073-3106 ou 3073-3107.

A operação intitulada “Cliente Cidadão” realizou 91 fiscalizações em 2017 mediante acolhimento de denúncias protocoladas, notificando e advertindo agências bancárias que não cumprem o tempo máximo de 20 minutos em dias normais e 30 minutos em véspera ou após feriado.

As atividades comerciais promovidas por veículos “*food-trucks*” e assemelhados são regulamentadas pelo Decreto nº 85.056/2016, devendo os proprietários desses equipamentos obter licenciamento de uso e operação mediante cumprimento das normas instituídas.

O controle dos permissionários de comércio ambulante no Centro Comercial de Belém, principalmente aqueles localizados no bairro da Campina, e em áreas do entorno, é realizado continuamente nas ruas Conselheiro João Alfredo e Santo Antônio e travessas Padre Eutíquio e Campos Sales. As listas de frequências são analisadas e compatibilizadas às listas disponibilizadas pelas associações dos ambulantes e, quando constatada inconformidades, o trabalhador informal é notificado a promover a regularização para o devido licenciamento do equipamento e da atividade ambulante conforme Lei nº 7.862/1997.

Até novembro de 2017 tem-se registrado 1.298 permissionários para o uso dos espaços públicos em atividade de comércio ambulante no Centro comercial, distribuídos por logradouros conforme quadro a seguir.

Quadro 19: Relação de permissionários por logradouro público no Centro comercial de Belém (bairro da Campina), até novembro de 2017.

Localização	Quantidade de permissionários
João Alfredo	249
Santo Antônio	80
Padre Eutíquio	120
Campos Sales	87
7 de setembro	52
Portugal	68
13 de maio	60
Castilho França	63
15 de novembro	49
Frutuoso Guimarães	09
Praça das Mercês	70 (102) equipamentos
Praça Barão do Guajará	54
Complexo Espaço Palmeira	332 boxes

Fonte: SECON, 2017

O Programa de qualificação e Capacitação do Trabalhador ao Mercado de Trabalho é desenvolvido pelo Portal do Trabalhador que oferece cursos gratuitos ou com desconto de 50%, quando realizados por entidades da iniciativa privada.

Foram ofertados os seguintes cursos: Manutenção de computadores; Cozinheiro industrial; Carpinteiro; Operador de caixa; Mecânico de motos; Auxiliar de contabilidade; Analista de telecomunicação; Ceramista modelador; Atendente de farmácia; Assistente de R.H; Operador de equipamento de movimentação de cargas (empilhadeira); Mecânico de manutenção e instalação em refrigeração; Camareira de hotel; Massoterapia e auxiliar de jardinagem.

De 2016 a novembro de 2017 houve um acréscimo do número de trabalhadores inscritos no Sistema Nacional de Emprego (SINE) e no total de vagas captadas. Se considerarmos o período de 2013 a 2017, temos um total de 28.826 trabalhadores inscritos, com 2.237 encaminhamentos e 1.263 vagas captadas.

Tabela 50: Relação dos serviços ofertados no Siner/Belém – Portal do Trabalhador de 2013 a novembro de 2017.

Situação	2014	2015	2016	2017	Total
Atendimento	27.314	23.601	15.121	12.524	78.380
Colocações	32	177	81	78	368
Encaminhamentos	303	1.328	477	129	2.237
Vagas captadas	22	750	170	321	1.263
Trabalhadores Inscritos	7.320	5.501	3.182	9.357	28.826

Fonte: SECON, 2017

O fomento e apoio às atividades produtivas, bem como o estímulo à criação de espaços econômicos para a comercialização, racionalização do processo produtivo e geração de emprego e renda, é desenvolvido pelo Projeto “Desenvolvimento Econômico Geral”, tendo realizado no ano de 2017 as atividades relacionadas no quadro a seguir.

Quadro 20: Relação das ações/atividades desenvolvidas para o apoio à produção no ano de 2017.

Ações/Atividades Realizadas
Apoio e atendimento ao Microempreendedor Individual e Cooperativas na Ação” Prefeitura nos Bairros”
Mapeamento das Atividades em Vias Públicas em Belém
II Festival Tacacazeiras
IV Festival do Açaí
II Fórum do Açaí
Feira Móvel de Agricultura Familiar
Participação na Feira de Negócios Agropecuários de Belém (FENABEL)
Projeto da Central de Trabalhadores Autônomos CTA
Projeto Hortas Orgânicas em Pequenos Espaços
Projeto de Educação Básica para Alfabetização de Feirantes da Região Metropolitana de Belém
Projeto Agricultura Orgânica em Quintais para o fundo de Cooperação Brasileira – China
Aquisição de Máquinas de Branqueamento para Processamento do Suco do Açaí
Aquisição de uma Patrulha Agrícola Mecanizada

Fonte: SECON, 2017

A SECON promove a gestão das unidades de abastecimento e de obras em espaços públicos comerciais administrados pela Gestão Municipal. O monitoramento das 57 unidades abastecimento cadastradas é realizado conforme percentagem por tipo de unidade, segundo os dados a seguir.

Quadro 21: Percentagem de unidades de abastecimento cadastradas monitoradas até novembro de 2017.

Unidade	Quantidade	%
Complexos	5	8,77
Feiras	31	54,39
Mercados e Horto mercados	17	29,82
Portos	4	7,02
Total	57	100

Fonte: SECON

Além dessas unidades, tem-se o acompanhamento de espaços destinados ao ordenamento de agentes informais nas seguintes localidades: Praça da República, Praça Barão de Guajará, Rua João Alfredo e Praça de Alimentação localizada na Avenida Assis de Vasconcelos.

Quadro 22: Relação de projetos/estudos realizados e situação atual.

Espaço	Situação atual
Mercado da Sacramenta (Interno)	03 estudos técnicos desenvolvidos
Complexo do Mercado de São Brás	Elaboração de projeto e nova concepção de requalificação urbana em parceria público-privada
Marina Pública (área do late Clube)	01 estudo técnico desenvolvido
Espaço Basa	02 estudos técnicos desenvolvidos
Fábrica de Açaí (Solicitante FECAF)	01 estudo técnico desenvolvido
Praça Amazonas (Feira Agricultura Familiar)	01 estudo técnico desenvolvido
Feira Batista Campos	Projeto de revitalização com equipamentos novos e remanejamento dos feirantes para rua Dr. Moraes
Mercado da Sacramenta	Aguardando recursos para conclusão da obra com a construção de 20 (vinte) equipamentos no interior do prédio para remanejamento dos feirantes localizados na área externa. Essa área é prevista para construção de uma praça
Feira São João do Bruno (Telégrafo)	Remanejamento dos feirantes localizados na Av. Senador Lemos para a rua Magno de Araújo
Feira do Porto Açaí	Obra de reforma em execução
Complexo do Jurunas	Obras emergenciais
Feira da 08 de Maio (Icoaraci)	Remanejamento dos feirantes da rua 08 de maio, para melhor acesso ao Hospital Abelardo Santos, instalações com entrega prevista para agosto de 2018
Feria do Jardim Rosália (Aeroporto – Ilha de Mosqueiro)	Elaboração do beneficiando 60 (sessenta) permissionários
Feira da Teófilo Condurú (Canudos/Guamá)	Elaboração do projeto de construção da feira fixa
Mercado de Ferro/ Mercado de Peixe (Complexo Ver-o-Peso)	Recadastramento de todos os feirantes
Complexo do Ver-o-Peso	Elaboração dos projetos de coordenação e fiscalização dos eventos da Semana Santa e Círio no Complexo do Ver o Peso. Realização de recadastramento de todos os feirantes, incluindo Pedra do Peixe e Feira do Açaí
Praça da República	Obra de requalificação urbanística e paisagística concluída. Plano de Ocupação concluído e entregue à sociedade
Mercado de Santa Luzia	Obra concluída e entregue à sociedade

Fonte: SECON, 2017.

Quanto ao acompanhamento de obras de construção, requalificação urbanística e/ou reformas, e Revitalizações (Reforma), quatro unidades de abastecimento foram priorizadas fazendo parte da programação Belém 400, sendo 03 com processo de licitação concluído e 01 com projeto em elaboração.

Quadro 23: Acompanhamento de obras, 2017.

Espaço	Valor da obra R\$	Status
Mercado de Santa Luzia (1)	2.653.910,41	Obra em Andamento
Porto do Açaí (1)	4.292.917,95	Obra em Andamento
Mercado Juruninha (2)	149.361,00	Concluído
Mercado do Telégrafo (2)	149.561,07	Concluído
Portal do Trabalhador (2)	148.247,24	Obra em Andamento
TOTAL	7.393.997,67	

Fonte: SECON, 2017

(1) Obra Programada Belém 400

(2) Obras em parceria com SEURB/FVOS

O fomento de atividades produtivas por meio da concessão de microcrédito e a promoção da capacitação profissional são de responsabilidade do Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-O-Sol (FVOS), fundamentado pelo compromisso firme no combate à pobreza, na inclusão social e melhoria na qualidade de vida da população de Belém.

De janeiro a novembro de 2017 o Programa de Microcrédito atendeu 1.195 usuários, resultado dos atendimentos na sede própria do FVOS e na participação da Ação “Prefeitura no Bairro”. No mesmo período, o programa estabeleceu parcerias com o CREDCIDADÃO do governo do Estado resultando em financiamentos de empreendedores residentes do bairro do Tenoné e do Distrito de Icoaraci, resultando em um total de R\$ 124.900,00 em créditos concedidos.

Quadro 24: Cooperação técnica FVOS e CREDCIDADÃO/Governo do Estado, 2017.

<i>ATENDIMENTO</i>	<i>EMPREENDEDORES BENEFICIADOS</i>	<i>BAIRROS</i>	<i>TOTAL LIBERADO</i>
	23	ICOARACI	R\$ 51.700,00
	22	TENONE	R\$ 73.200,00
TOTAL	45	02	R\$ 124.900,00

Fonte: FVOS, 2017.

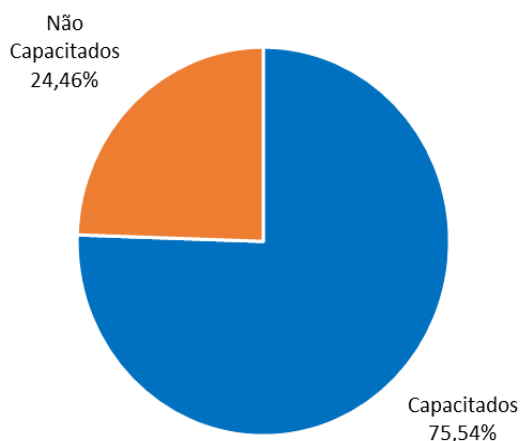
Por meio de parcerias institucionais com o Centro Universitário do Pará (CESUPA, a Universidade Federal da Amazônia (UFRA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), foi dada continuidade ao Programa de Capacitação Profissional – Inclusão Digital com a execução dos cursos de

informática básica e avançada, sendo as aulas realizadas nos laboratórios digitais das instituições de ensino e pesquisa parceiras.

Os programas “Desenvolvimento de Competências Gerenciais” e “Aperfeiçoamento Profissional” foram renovados em parceria com Serviço Social do Transporte (SEST), com o Serviço Nacional de aprendizagem Comercial (SENAC) e com o Serviço Nacional de aprendizagem Rural (SENATR), oportunizando em maior número de beneficiários. Nesta modalidade são ofertados cursos gratuitos voltados à capacitação e qualificação profissional objetivando o fomento à geração de trabalho, emprego e renda.

Os cursos realizados no período de maio a novembro de 2017 totalizaram 1.161 pessoas inscritas, sendo que dessas, 877 foram qualificadas recebendo certificação, apresentando índice de aproveitamento total de 75,5%.

Figura 18: Resultado operacional da capacitação, 2017.



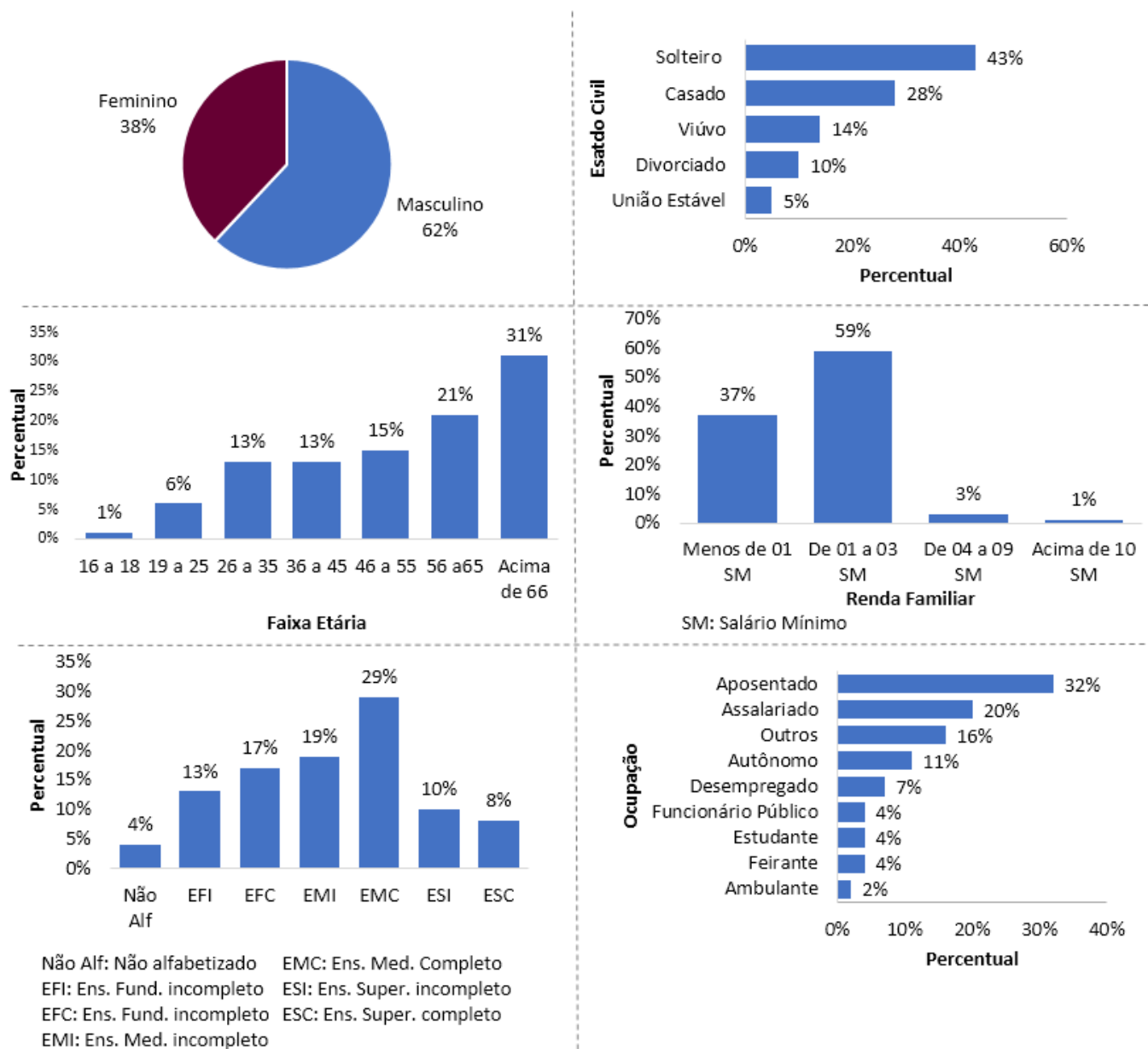
Fonte: FVOS, 2017.

O Restaurante Popular de Belém, Desembargador Paulo Frota, serve diariamente 1.200 refeições de segunda à sexta-feira, ao custo de R\$ 2,00 (dois reais) para a população, sendo que a Prefeitura subsidia o valor de R\$ 5,80 (cinco reais e oitenta centavos). Ao todo são servidas 288.000 (duzentos e oitenta e oito mil) / ano.

Pesquisas realizadas com os clientes indicam que a maioria dos usuários do Restaurante Popular é do sexo masculino (62%), solteiros (43%), com idade acima de 65 anos (31%), de renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos (59%) e

com ensino médio completo (29%). Chama a atenção o percentual de aposentados (32%) que frequentam o restaurante diariamente.

Figura 19: Resultado da pesquisa Perfil do Usuário(a) do Restaurante Popular de Belém - Desembargador Paulo Frota, 2017.



Fonte: FVOS, 2017.

A Coordenadoria Municipal de Turismo (BELEMTUR), gestora da política de fomento e apoio ao turismo no Município de Belém, em parceria com a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) realizou no período de dezembro de 2016 a maio de 2017 o receptivo de navios cruzeiros atingindo 100% do quantitativo de

turistas que desembarcaram na cidade. A maior quantidade é de origem europeia (alemães e franceses, principalmente), seguidos de norte-americanos e asiáticos.

O cadastro de equipamentos e serviços turísticos totalizou 352 cadastros, dentre bares, hotéis, cooperativas de táxi, agências de viagens, guias turísticos e outros, no Sistema CADASTUR do Ministério do Turismo (MT). O cadastro dos equipamentos e serviços turísticos integra a continuidade do Inventário Turístico do Município de Belém que está em fase conclusão com 90% inventariado.

Em 2017, o gerenciamento dos Centros de Atendimento ao turista (CAT) do Terminal Hidroviário e do Aeroporto foi repassado à SETUR, cabendo à BELEMTUR a administração dos CAT da Ilha do Mosqueiro e do Hangar - Centro de Convenções e Feiras da Amazônia. Segundo o Convention Bureau, o turismo de negocio é o mais ativo hoje em nossa cidade. Dentre os eventos captados em 2017 podemos XVII Congresso Nacional do Fisco Estadual e Distrital – CONAFISCO/2017.

Enquanto gerenciadora do Espaço Ver-o-Rio, a BELEMTUR promoveu ao longo de 2017 competições náuticas de caiaque e r, festivais de música e teatro, além de apresentações culturais. No espaço foi realizado o Festival Brasil Sabor com público estimado de 10 mil pessoas em 3 dias de atrações.

Em parceria com a SKY foi dado continuidade ao Projeto “Amigo do turista” que em 2017 completou sua 21ª edição atingindo cerca de 104 mil turistas dos mais de 2 milhões que visitam a cidade no mês de outubro por conta das festividades do Círio de Nossa Senhora de Nazaré. O projeto proporcionou a capacitação de 33 estudantes de Turismo, distribuídos em doze Postos de Informações Turísticas (PIT), que funcionaram no período 05 à 11 de outubro de 2017.

Quadro 25: Número de atendimento ao turista durante a quinzena da Festividade do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, outubro de 2017.

Local	Nº de Atendimento
Basílica	5.326
Polo Joalheiro	890
Mangal	1.912
Ver-o-Peso	1.372
Estação das Docas	1.233
Terminal Rodoviário	723
Terminal Hidroviário (SETUR)	902
Aeroporto (BELEMTUR)	3.423
Complexo Feliz Luzitânia	1.121
Espaço Ver-o-Rio	402
Palacete Bolonha	211
Centro de Convenções e Feiras da Amazônia - HANGAR	2.248
Total	19.763

Fonte: BELEMTUR, 2107

Somados os dados de atendimentos realizados nos PIT's com aqueles realizados no dia da Trasladação e da procissão o Círio (19.000 pessoas). Dando um total aproximadamente 38.763 pessoas.

Por meio do Projeto “Ilhas de Belém”, está em fase de conclusão o desenvolvimento de um projeto de extensão educacional e tecnologia, desenvolvido em parceria com o ICB/UFPA e o projeto de construção de um hotel na Ilha de Cotijuba pela ADDICT Amazônia.

Em novembro de 2017, Belém sediou o Encontro Mundial das Cidades Criativas da Gastronomia que reuniu 15 países da delegação da UNESCO. Dentre os demais eventos promovidos em fomento ao turismo, temos a Feira Internacional da Amazônia - FITA, os festivais do Tacacá e do Açaí no Portal da Amazônia e a 5ª Feira do Pará Negócios.

Em parceria com a SETUR, ao longo de 2017 foram realizadas capacitações, voltadas para a qualificação do profissional do setor turístico e dos serviços ofertados em áreas como segurança pública, taxistas, garçons, guarda da santa, permissionários dos quiosques do Ver-o-Rio e outros. Com custo total de R\$ 20.200,00, os cursos de qualificação promoveram a capacitação de cerca de 9 mil trabalhadores do setor de turismo, a custo de R\$ 3,01 reais/cursista.

PROGRAMA SEGURANÇA MUNICIPAL

Segundo dados do 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública/2017, Belém apresentou uma variação a maior de 21,1% nos casos de homicídios dolosos sendo em 2014 (694), 2015 (722) e 2016 (878). Com relação ao latrocínio, ocorreu uma variação a menor de 5,1% se comparado a 2015 passando de 38 em 2014, 43 em 2015 e 41 em 2016. Quanto a lesão corporal seguida de morte, houve um aumento de 231,8% comparado ao ano de 2015, passando de 6 para 20 vítimas/ano. Os crimes violentos letais intencionais sofreram uma variação de 210,2%, passando de 771 em 2015 para 939 em 2016. O índice de vítima de estupro manteve os registros, sendo 479 vítimas em 2015 e 481 em 2016. O estudo também mostra que Belém teve uma variação a menor de 8,3% se comparado ao ano de 2015, para crimes contra o patrimônio, especialmente para roubo de carros com registro de 1.828 em 2014, 2.016 em 2015 e 1.912 em 2016. O furto à veículos teve uma variação de 230%, passando de 618 em 2015 para 990 em 2016. Os dados apontam queda nos registros de tráfico de entorpecentes, com uma redução de 34,3%, sendo que em 2014 foram 1.024 registros, 1.048 em 2015 e 692 casos em 2016. O uso/porte de entorpecentes apresentou variação a menor de 28,7%, sendo 374 casos registrados em 2014, 427 em 2015 e 306 registros em 2016. No Mapa Infográfico da Violência 2017 Belém aparece em 2º lugar em crimes na Capital com taxa de 64,9% por cada 100 mil habitantes, ficando atrás apenas de Aracaju com uma taxa de 66,7%.

A Secretária de Estado de Segurança Pública (SSP/PA) e Defesa Social do Estado do Pará, por meio do Sistema de Informação de Segurança Pública (SISP), disponibilizou os registros dos principais delitos do ano de 2017, em que apontam aumento de 15,9% dos casos de furtos se compararmos os 27.056 furtos em 2016 com os 31.357 registros até 19 de outubro. Para o mesmo período, os dados mostram aumento no número de homicídios com 657 ocorrências, 146 a mais que em 2016. Foram registrados 28 latrocínios, sendo que em 2016 ocorreram 19. As ocorrências de roubo tiveram um aumento de 2.576 casos se comparado ao mesmo período de 2016, totalizando 41.989 roubos (SSP/PA, outubro de 2017). O bairro do Jurunas lidera o ranking com 2.733 casos, seguido pelo bairro do Marco (2.701) e Guamá (2.384).

De 2014 a outubro de 2017, tem-se um total de 76.393 ocorrências registradas, representando um aumento de 6,66% se comparado aos delitos registrados em 2015 (71.305).

Avaliando os três últimos anos com registros de ocorrências no município de Belém, temos um total de 71.305, ocorrendo um aumento de 6,66% se comparados com os mesmos delitos registrados em 2015, no total de 76.393, já em 2017 ocorreram 74.031 mil atos de crimes contra a pessoa e o patrimônio.

Os números apresentados são preocupantes, mas, apesar de a segurança pública não ser responsabilidade única e direta do Município, a Gestão atua no enfrentamento à violência investindo em uma política de segurança pública preventiva que fomente a Cultura de Paz. Esse novo modelo de Segurança Pública que possibilita a integração das políticas públicas com a integração das ações de segurança pública em prol do objetivo comum que é a sociedade, entendemos ser o melhor caminho para a redução da criminalidade no município de Belém.

Nas ações e projetos que estruturam a Segurança Pública Integrada no município de Belém, a Guarda Municipal (GMB) atua em três eixos estruturadores: uso da tecnologia por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Prevenção Primária à Violência e Estratégias Articuladas. Os três eixos contemplam o novo cenário de mudanças e de paradigmas. Assim, o Município atua cada vez mais Integrado aos demais poderes policiais e judiciários, uma consolidação que a cada dia traz grandes resultados para a sociedade.

A Segurança Cidadã e o fomento à Cultura de PAZ é a premissa da Gestão Municipal que tem como prioridade a observância do equilíbrio entre a segurança coletiva e os direitos individuais. A Política de Segurança Pública Municipal orienta-se pelos princípios de integração das Instituições de Segurança Pública e de participação da sociedade nas ações combinadas de promoção de uma cultura de paz e prevenção à violência.

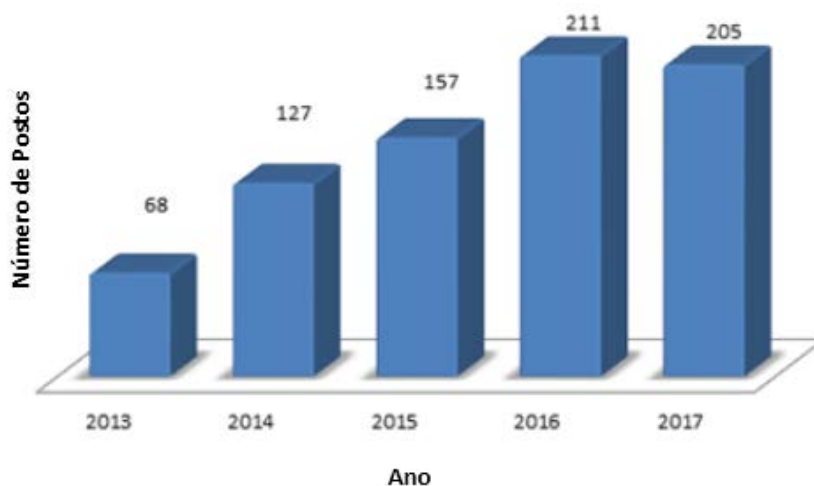
Neste sentido, a GMB, atua na prevenção e fiscalização conjunta com a Polícia Militar do Estado do Pará em grande parte dos 71 bairros, mediante rondas 24 horas com viaturas, rondas periódicas comunitárias e escolares, em

postos fixos localizados em equipamentos/prédios/imóveis e logradouros públicos; nas ações realizadas em conjunto com os diversos órgãos da administração direta e indireta municipal, na segurança permanente nos principais locais sob a responsabilidade do Município, na Segurança do Executivo Municipal, na proteção de áreas ambientais e em eventos sociais, educacionais e culturais desenvolvidos no âmbito do Calendário Oficial; além de participar, quando solicitada, nos eventos de âmbito Estadual. Participa ainda nas ações de segurança em parcerias com a Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e outras instâncias de controle, no monitoramento, intervenção, enfrentamento e prevenção à violência.

Por meio do Ministério da Justiça (MJ), o município de Belém aderiu ao Programa “Crack é Possível Vencer”, que, de forma articulada com a Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SSP/Pa, atua no enfrentamento e prevenção ao uso de drogas e no combate à violência. Por meio desse programa foi possível a instalação de vinte (20) câmeras de vídeo monitoramento no Bairro do Barreiro e outras 16 câmeras nos bairros de Terra-firme e Guamá, respectivamente. Está em fase de instalação mais de mais 48 câmeras que possibilitará o monitoramento na Praça da República, sendo a GMB o gerenciador do monitoramento das imagens e nos atendimentos das ocorrências.

A GMB possui um efetivo de 1.172 servidores, sendo que 85% deles atuam diretamente nos logradouros, prédios públicos, nos eventos sociais e culturais do município. Em 2013 a instituição atuava em torno de 68 postos municipais, distribuídos em várias áreas do município. Nos anos de 2014 e 2015, a área de atuação foi ampliada para 157 postos, chegando a 205 bases próprias em novembro de 2017.

Figura 20: Variação do número de postos atendidos pela GMB nos anos de 2013 a 2017.



Fonte: Divisão de Operações da GMB, novembro de 2017.

Apesar da redução de 2,93% do quantitativo de efetivos em relação a 2016, por motivos diversos (aposentadoria, cessão a outros órgãos, invalidez, dentre outros), houve um acréscimo no atendimento às ocorrências por demanda de rua, passando de 767 em 2016 para 802 em 2017, e 1.778 originadas do Sistema Integrado de Monitoramento.

Tabela 51: Ocorrências atendidas no mesmo período nos anos de 2012 a 2017.

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ocorrências	668	843	683	666	767	2.580

Fonte: Divisão de Operações da GMB e SIM/GMB, até novembro de 2017.

As ações de prevenção do crime e policiamento ostensivo realizado pela GMB registraram no período de janeiro a outubro de 2017, 2.580 ocorrências, sendo 802 por demanda de rua e 1.778 oriundas do Sistema Integrado de Monitoramento, das quais 1.184 foram acionadas pelo 153, 548 pelo Videomonitoramento, 23 pelo SOS Mulher e 23 pelo SOS da Paz.

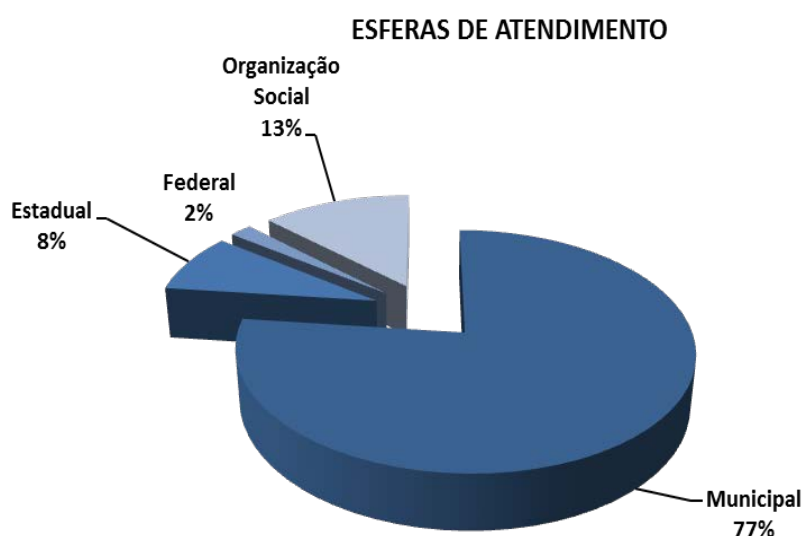
Tabela 52: Natureza das 07 (sete) maiores ocorrências atendidas pela GMB de janeiro a outubro de 2017.

Natureza	Quantidade
Agente Suspeito	284
Auxílio ao Público	243
Roubo - assalto	206
Acidente de Trânsito sem vítima	145
Furto	88
Acidente de trânsito com Vítima	83
Agressão	74
Outras (entorpecente, medida de proteção, dano/depredação, auto localizado, homicídio...)	1457

Fonte: Divisão de Operações da GMB e SIM/GMB, até novembro de 2017.

Além dos atendimentos às diversas ocorrências, a Instituição realiza ações por ordem de serviço, quando solicitada, nas esferas Municipal (3.092), Estadual (338), Federal (76), Organizações Sociais (515), totalizando 4.021 ordens e serviço até outubro de 2017.

Figura 21: Esferas de Atendimento referente aos meses de janeiro a outubro de 2017.



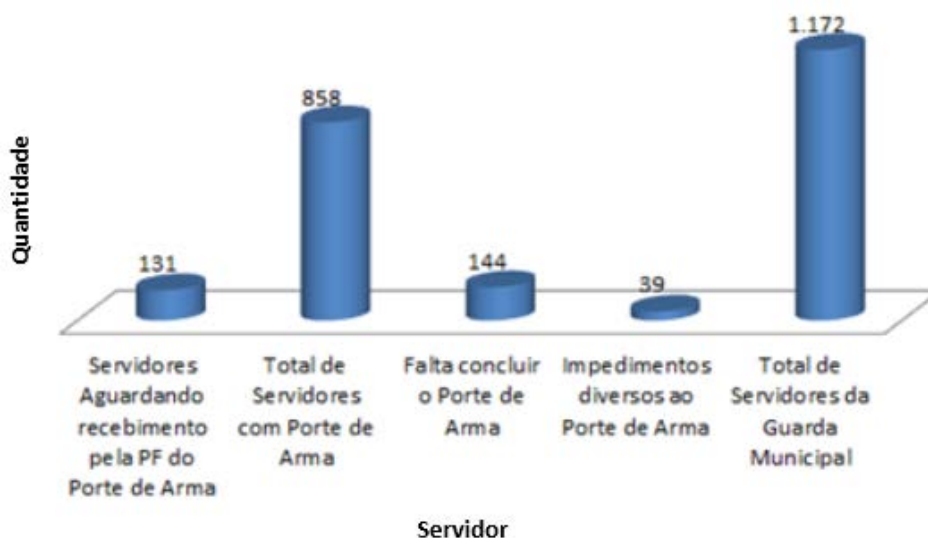
Na implantação de uma política de prevenção e combate à violência e segurança cidadã, a GMB realizou 10 palestras, em 10 unidades escolar, envolvendo o corpo técnico das escolas, pais e alunos. Além das palestras, a

Instituição, desenvolve trabalhos preventivos por meio do Projeto Social Anjos da Guarda que atende crianças e adolescentes na faixa etária de 7 aos 17 anos em vulnerabilidade de risco social levando noções de cidadania, civilismo, arte, música, dança, dinâmica de grupo e esporte atualmente a Instituição conta com 01 (um) polo de atendimento Bairro do Tapanã envolvendo 213 alunos.

Quanto ao programa de qualificação e capacitação continuada do efetivo da GMB, de 2013 a 2017 foram realizados 95 cursos de capacitação e 23 palestras, contemplando um total de 1.405 servidores. No ano de 2017 foram realizados 24 cursos e 03 palestras que contaram com a participação de com 255 servidores.

Dos cursos promovidos destaque-se: Curso de Spark, Curso de Libras, Curso de Socorrista Militar, Curso de Atualização de Código Q, Curso de Atualização de Defesa Pessoal, Curso de Policiamento Ambiental, Curso de Ações de Choque e o Curso de Aperfeiçoamento e Treinamento Técnico ao Porte de Arma cumprindo as determinações do Estatuto do Desarmamento, entre outros.

Figura 22: Servidores que concluíram e em processo de tramitação ao Porte de Arma em 2017.



Fonte: Divisão de Ensino/GMB, até novembro de 2017.

Aliança pela Paz (incluído pela COMUS)

O programa Aliança pela Paz foi lançado pela Prefeitura de Belém no ano de 2017 e é um pacto interinstitucional, estabelecido sob a liderança da Prefeitura Municipal de Belém e corresponsabilização de poderes constituídos e organizações da sociedade civil, nos diferentes níveis federativos, para o enfrentamento da violência letal na Região Metropolitana de Belém.

Segundo o Atlas da Violência de 2017 do IPEA, o índice de Belém é de 60,8 homicídios por 100 mil habitantes. O principal objetivo do programa é reduzir a violência letal na Região Metropolitana de Belém a padrões considerados não endêmicos, isto é, que esse índice chegue a menos de 10 homicídios por cada 100 mil habitantes.

As propostas da agenda da “Aliança pela Paz” são apoiadas em quatro pilares: Educação e Cultura; Saúde; Assistência Social; e Segurança Pública e Direitos Humanos.

Educação e Cultura - A política de Educação e Cultura para os municípios da Região Metropolitana de Belém deve expressar os compromissos estratégicos de curto, médio e longo prazos do poder público com a sociedade, e prever a universalização do Ensino Básico; a expansão da oferta de educação infantil para a criança de zero a três anos; aprovar, em diálogo com a sociedade, o programa Escola Cidadã que consiste na efetivação de atividades culturais, esportivas e de lazer aos finais de semana nas escolas; garantir biblioteca em 100% das escolas públicas municipais; restaurar e expandir espaços públicos que garantam expressões da cultura popular e o lazer comunitário; e resgatar os diferentes espaços de expressão artística, cultural e esportiva geridos pela juventude.

Saúde - Uma das principais conquistas da sociedade brasileira no âmbito da proteção social foi o direito universal à saúde, principalmente porque é reconhecida como um bem público e como um estado de bem-estar social.

No segmento da Saúde, as propostas da Agenda são a de garantir o acesso aos três níveis de atenção à saúde: básica, de média e alta complexidade; a adequação das Unidades de Saúde às demandas da população envolvendo revitalização da estrutura física, acessibilidade, instalação dos equipamentos essenciais ao funcionamento e garantia das equipes multiprofissionais; e

desenvolver mecanismos políticos e institucionais para assegurar, por meio do programa “Estratégia Saúde da Família”, o atendimento adequado em toda Região Metropolitana de Belém.

Assistência Social - A Assistência Social é uma política pública estratégica para a redução da pobreza e da exclusão social, por meio dela é possível a incorporação de novas demandas ao campo das responsabilidades do poder público, bem como o reconhecimento dos direitos básicos de cidadania àqueles que durante séculos ficaram à mercê da caridade, da filantropia e da benemerência.

No âmbito da Assistência Social, a Agenda propõe melhorar a infraestrutura dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) existentes, em condições adequadas para o fortalecimento de vínculo familiar em projetos de esporte, de cultura e de educação em direitos humanos; desenvolver nos CRAS, em articulação com as escolas e unidades de saúde em todos os Distritos Administrativos e bairros da Região Metropolitana de Belém, atividades culturais, artísticas, de esporte e lazer aos finais de semana; ampliar e aprimorar as ações de proteção social às famílias pobres e, com especial atenção, às famílias monoparentais, especialmente aquelas chefiadas por mulheres; e criar observatórios de cidadania a partir de comitês de juventude vinculados às políticas de CRAS nos bairros.

Segurança Pública e Direitos Humanos – A Segurança Pública que preside a gestão municipal em uma perspectiva democrática apoia-se em valores e compromissos éticos e políticos condizentes com os direitos humanos, sendo que a segurança precisa estar diretamente relacionada com a justiça social.

Os compromissos com a Segurança Pública e com os Direitos Humanos da agenda são os de aprimorar e implementar o conceito de polícia comunitária cidadã, a partir da leitura crítica de modelos semelhantes egressos de experiências exitosas; e manter e aprimorar os Conselhos Comunitários de Prevenção à Violência já existentes.

INFRAESTRUTURA E ORDENAMENTO URBANO

PROGRAMA ORDENAMENTO, INFRAESTRUTURA URBANA E GESTÃO AMBIENTAL

SEURA PMB por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo – SEURB é responsável pela gestão e execução das obras de infraestrutura urbana em termos de mobilidade e acessibilidade, iluminação pública, ordenamento territorial e requalificação de logradouros e de imóveis públicos prestadores de serviços à população.

Neste sentido, a SEURB, em conjunto com a Superintendência de Mobilidade Urbana de Belém – SEMOB, executa o projeto de mobilidade municipal *Bus Rapid Transport* – BRT, atuando em duas frentes: obras físicas no sistema viário com a implantação da rede central de vias para a operacionalização do sistema de transporte integrado, e a requalificação urbanística da área de influência do projeto e do entorno, com a construção de equipamentos urbanos (estações de transbordo e terminais de integração), alargamento do calçamento com destinação para área de circulação de pedestre e locação de ciclovias; asfaltamento das vias laterais e de acesso ao sistema central; dotação de sistema de drenagem pluvial e esgotamento sanitário; e ampliação dos pontos de iluminação pública.

De 2013 a 2016, o projeto *Bus Rapid Transport* – BRT concluiu a etapa São Brás – Entroncamento com a implantação da rede central de vias para a operacionalização do sistema e o conjunto de elevados do Entroncamento, no valor de R\$ 140.533.476,34. Nos anos de 2014 e 2016 foi iniciada e concluída a etapa Entroncamento - Mangueirão com a construção da rede central em dois sentidos e requalificação urbanística da área, com obras de drenagem, asfaltamento, alargamento do calçamento e ciclovias, além da construção do Terminal de Integração Mangueirão e do Terminal de Integração São Brás. Paralelamente foi dada continuidade às obras da etapa Centenário – Icoaraci, com implantação da infraestrutura básica de suporte ao sistema de tráfego e transporte proposto pelo projeto e o início dos serviços de engenharia civil e viária para a construção dos elevados na altura do cruzamento da Av. Centenário com a Av. Augusto Montenegro, e edificação do Terminal de Integração Tapanã/Satélite.

Esta fase do projeto, que inclui o trecho Mangueirão – Icoaraci apresenta investimentos na ordem de R\$ 263.686.972,19, com término previsto para o 1º trimestre de 2018.

Em continuidade à infraestrutura de suporte ao sistema, foi concluída a edificação de 19 Estações de Transbordo e de Passageiros. Estas estações estão localizadas na área central do bairro de São Brás (2 estações, sendo 1 de embarque e 1 de desembarque), próximo ao Terminal Rodoviário da cidade; ao longo da Av. Almirante Barroso (14 estações, sendo 7 de embarque e 7 de desembarque), e no trecho compreendido entre o Entroncamento e o Terminal do Mangueirão (3 estações de embarque/desembarque), totalizando investimentos de R\$ 29.964.220,43.

Atualmente, o Sistema *Bus Rapid Transport* – BRT opera da seguinte forma:

➤ Terminal de Integração Mangueirão: 5 linhas regulares do tipo EXPRESSO (Cordeiro de Farias – Presidente Vargas, Jardim Sideral – Pça. Dom Pedro II, Conjunto Maguari – Ver-o-Peso (via Almirante Barroso), Tenoné – Centro (via Conselheiro Furtado) e Tapanã – Ver-o-Peso) que fazem a integração física e tarifária com a linha regular dos coletivos articulados próprios do BRT;

➤ Terminal de Integração São Brás: 4 linhas regulares (As linhas Conjunto Maguari – Ver-o-Peso, Icoaraci – Almirante Barroso/Presidente Vargas, Icoaraci - São Brás e Outeiro – São Brás) que fazem a integração física e tarifária, com opção de transbordo de passageiros entre essas as linhas com os veículos articulados do BRT .

Integrado ao Projeto BRT foi realizada a reforma da Praça da Leitura (proximidade com o Terminal de Integração São Brás) com a recuperação do calçamento, destinação de baias cicloviárias e recuperação do paisagismo, garantindo maior fluidez e trafegabilidade de pedestres, ciclistas e das linhas integradoras ao sistema BRT.

A Superintendência de Mobilidade Urbana de Belém (SEMOB) em parceria com a SEURB, também executa ações integradas ao projeto *Bus Rapid Transit* Belém (BRT), cabendo a essa superintendência a implantação do plano operacional de serviços, o estudo de viabilidade econômica e tarifária, definição

do modelo de Certificado de Conclusão de Obra (CCO) do sistema tronco-alimentador rodoviário com previsão de integração com o transporte fluvial - BRT Belém; além do detalhamento de atividades de planejamento e operação do serviço básico, convencional e complementar, integrando-os ao escopo que compreende o sistema tronco-alimentador. Atualmente, projeto técnico para a implantação do BRT Centenário encontra-se com aviso de licitação publicado para contratação de empresa especializada no desenvolvimento dos projetos básico e executivo.

Em novembro de 2017 foi concluída e entregue à população a obra de requalificação urbanística e ambiental do Complexo da Praça da República (conjunto formado pelos bens imóveis integrados que compõem o Parque João Coelho e praças da Sereia e República), que se configura como importante espaço de lazer e convivência social da população, com atividades culturais e comerciais realizadas principalmente nos fins de semana e feriados.

Por meio do Decreto nº 89.906/2017, que disciplina o uso do espaço para fins comerciais e culturais, a PMB implantou o Plano de Ocupação do Complexo da Praça da República para a promoção de atividades de lazer, artísticas, esportivas e comerciais; bem como a disponibilização de serviços de saúde e assistenciais de caráter preventivo, com ocorrência contínua a partir de um calendário próprio, aprovado pelos órgãos reguladores do espaço, proporcionando uso mais amplo, democrático e organizado.

No período ocorreu a revitalização do Complexo do Ver-o-Rio com a recuperação da pavimentação em pedra portuguesa, de passarelas e alambrados, do Memorial dos Povos Indígenas e da casa da Guarda Municipal, dos brinquedos e quadra poliesportiva; além da cobertura completa dos monumentos, reparos na infraestrutura dos quiosques, paisagismo e complementação da iluminação pública. A revitalização deste espaço foi um grande passo na valorização da memória e preservação de um importante ponto turístico.

Outro importante ponto turístico de Belém, a Feira do Ver-o-Peso recebeu, às margens da Baía do Guajará, novo guarda corpo metálico para garantir a segurança dos trabalhadores, usuários, visitantes locais e turistas que transitam no local.

Foram concluídas as obras de requalificação do Mercado de Santa Luzia (bairro do Umarizal) e a restauração do Chalé Tavares Cardoso (Distrito de Icoaraci), legítimo representante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Município, que passará a abrigar novamente a Biblioteca Pública Municipal, devolvendo ao espaço sua importância no desenvolvimento da cultura paraense.

Encontra-se em andamento, a requalificação urbanística do Porto do Açaí com padronização da estrutura física para a comercialização do açaí, organização do espaço da feira e entorno, construção de box's e regularização de permissionários; e execução das obras de recuperação da orla da ilha de Mosqueiro (praias da Baía do Sol, Paraíso, Marahú, Ariramba, Murubira, Porto Arthur, Chapéu virado, bispo, Praia Grande e Areião) com a construção de muros de arrimo para garantir a segurança de usuários, moradores e visitantes nos referidos logradouros.

Figura 23: Obras promovidas pela PMB, 2017.





Fonte: SEURB, 2017

Encontram-se em fase de elaboração os projetos identificados no quadro a seguir.

Quadro 26: Relação de projetos/estudos realizados, em andamento e situação atual.

Espaço	Situação atual
Projeto de requalificação da FERIA da Mundurucus (Rua Teófilo Condurú. Bairros Canudos e Guamá)	Área total = 4.000m ² Implantação de feira coberta com 50 equipamentos para venda de produtos
Feira da Estrada do Aeroporto (Ilha de Mosqueiro)	Área total = 900m ² Implantação de feira com equipamentos de venda desmontáveis em estrutura de ferro tubular e cobertura em lona
Praça Marajó (Conjunto CDP, ruas NE – 1, WE – 4 e Trav. Miramar. Bairro Val de Cans)	Área total = 10.713m ² Implantação de quadra poliesportiva, vestiários, quadra de areia, Academia ao Ar Livre, bancos, lixeiras, área verde e nova iluminação
Praça no Bairro de Fátima (Pass. Diogo Moia e Pass. Só Vendo)	Área total = 1.042m ² Implantação de espaço infantil, bancos, lixeiras, área verde e nova iluminação
Praça no Loteamento Açai (Bairro Tapanã)	Área total = 2.917m ² Implantação de quadra poliesportiva, espaço infantil, bancos, lixeiras, área verde e nova iluminação
Praça na Comunidade Pinheirinho (Bairro Tapanã)	Área total = 342m ² Implantação de espaço infantil, bancos, lixeiras, área verde e nova iluminação
Praça da Olaria (Bairro Tapanã)	Implantação de espaço infantil, bancos, calçamento, lixeiras, área verde e nova iluminação
Barracas da Orla da praia do Paraíso (Ilha de Mosqueiro)	Área total = 126m ² Padronização das barracas da orla da praia do paraíso com estrutura e fechamento em madeira, contemplando área de atendimento coberta, cozinha e sanitários públicos
Calçamento da área de entorno da Escola Bosque (Ilha de Carateua/Outeiro)	Área total = 1.400m ² Implantação de calçada, contemplando baias para estacionamento, bancos, jardineiras e meio-fio
Instalação de <i>Parklet's</i>	Área total = 20m ² /cada equipamento Implantação de pequena área de convívio localizada em vagas de estacionamento de veículos nas vias públicas integrado a calçada, contemplando bancos, bicicletário, área verde e contenção de proteção

Fonte: SEURB, 2017

A Iluminação Pública (IP) é essencial para a qualidade de vida da comunidade por constituir um dos vetores para o desenvolvimento social e econômico, sendo um dos fatores que contribui no reforço da segurança pública, tanto na questão do tráfego de veículos e de pedestres quanto na prevenção contra a criminalidade.

Além do contínuo serviço de manutenção e operação do parque de iluminação pública, a Gestão Municipal introduziu o uso de lâmpadas de cor branca e das luminárias LED, destacando assim o emprego consciente do Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (CIP) no atendimento das demandas e expectativas da sociedade. De janeiro a novembro de 2017 foram investidos R\$28.779.378,54 na manutenção do sistema de IP.

Atualmente, o Município de Belém possui cerca de 91 mil pontos de iluminação/luminárias nas vias e logradouros públicos. No período de janeiro a novembro de 2017 foram recuperados 37.635 pontos de IP e efetuadas 16.976 trocas de padrão (substituição de lâmpadas amarelas por brancas) nos bairros Castanheira, Parque Guajará, Marambaia, Parque Verde, São Clemente, Cabanagem e nos distritos de Mosqueiro e Icoaraci; contabilizando ainda a realização de 2.326 podas em arbóreas que estavam prejudicando a eficiência da iluminação pública no espaço urbano.

Na fiscalização do cumprimento das normas contidas no Código de Posturas Municipal foram emitidas 471 notificações até novembro de 2017, resultantes de 337 levantamentos sistemáticos, 68 denúncias e 66 solicitações via ofício. Foram realizadas 332 vistorias, sendo 84 sanadas e 238 em processo de adequação.

Quando constatada a irregularidade às normas edílicas vigentes ou contrárias ao Código de Posturas Municipal e, sendo necessária demolição, remoção ou apreensão do bem, contabilizou-se 230 ações dessa natureza no ano de 2017, sendo 84 correções espontâneas, 76 apreensões de publicidade irregular, 60 demolições e 10 apreensões de equipamentos diversos.

Na ação de análise e fiscalização de projetos de obras (edificações e civis), de janeiro a outubro de 2017 foram emitidos 355 alvarás de obra e 1.352 HABITE-SE, que somados com outros serviços totalizaram 2.176 procedimentos administrativos.

Quadro 27: Demonstrativo geral dos processos de regularização de obras no período 2013 a outubro de 2017.

Serviço	2013	2014	2015	2016	2017
Alvará de obras	397	510	491	371	355
Renovação de alvará	112	160	148	131	110
Habite-se de obra	2.370	3.070	3.131	2.312	1.352
Certidão	54	73	86	46	91
Consulta prévia	22	29	20	22	19
Indeferimento de processo	54	47	125	135	105
Informações	73	52	59	92	116
Outros	322	71	94	24	28
Total	3.414	4.012	4.154	3.133	2.176

Fonte: SEURB, 2017.

Foram abertos 6.796 processos de licenciamento de empresas e realizadas 1.434 ações de fiscalização, sendo emitidos 583 autos de infração com 562 embargos e 77 interditos.

Quadro 28: Demonstrativo geral dos processos de fiscalização de obras irregulares no período 2013 a outubro de 2017.

Serviço	2013	2014	2015	2016	2017
Autorização	-	-	-	-	37
Notificação	99	132	219	127	175
Auto de infração	452	1.214	1.361	856	583
Embargo	466	1.009	1.184	660	562
Interdito	39	149	264	148	77
Total	1.056	2.504	3.028	1.791	1.434

Fonte: SEURB, 2017.

Na perspectiva de promover habitabilidade e organização do espaço urbano capaz de assegurar qualidade de vida e dignidade à população, a PMB por meio da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) promove a política habitacional de interesse social contribuindo para a produção de unidades habitacionais e redução do déficit habitacional.

Nessa perspectiva a SEHAB promove a implantação de programas e projetos habitacionais que visam a melhoria da qualidade de vida das populações residentes em áreas carentes de infraestrutura básica e salubridade ambiental, garantindo a permanência das famílias no local de origem através da construção unidades residenciais, substituindo as edificações precárias e, com isso, assegurando melhores condições de moradia digna, amenizando os impactos

sociais e promovendo ações de desenvolvimento sustentável, elevando assim as condições socioambientais da comunidade.

Assim, por meio de contratos de repasse com o Ministério das Cidades (Mcidades) via Caixa Econômica Federal (CAIXA), a PMB implementou, ainda em 2014, a 2ª etapa do Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários - PALAFITA ZERO na Vila da Barca (bairro do Telégrafo), com a construção de unidades habitacionais, urbanização e implantação do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS).

A 2ª Etapa, dividida em 3 Fases com a construção de 30 unidades habitacionais cada, totaliza 90 habitações, das quais 12 já foram entregues, e obras complementares de infraestrutura urbana (pavimentação, drenagem, tratamento de água e esgoto com a construção de uma estação de tratamento de esgoto (ETE). A construção das 78 unidades habitacionais sofreu reprogramação no prazo de entrega para o 3º trimestre de 2018, totalizando R\$ 5.253.154,54 em investimentos.

Até a total entrega das unidades as 90 famílias beneficiadas permanecem com acompanhamento técnico e participando de atividades voltadas para a educação ambiental, sanitária e patrimonial, bem como para a capacitação profissional e geração de trabalho e renda.

A 3ª Fase de reestruturação da Vila da Barca prevê a construção de 452 unidades habitacionais em alvenaria, além de 44 unidades comerciais. Nesta etapa serão realizados serviços de arruamento, pavimentação e tratamento de esgoto, beneficiando um total de 5.000 famílias. Até o momento foram entregues 12 unidades habitacionais e a Gestão Municipal encaminhou à CAIXA proposta de migração para o Programa Minha Casa Minha Vida (PAC) a fim de conseguir novos recursos para investimento nas obras das habitações, ficando o saldo do PAC para aplicar na infraestrutura.

O projeto de construção de unidades habitacionais no Residencial Neuton Miranda, financiado pelo Programa PRO-MORADIA – CAIXA (PAC 2/OGU/MCMV) totaliza a implantação de 168 unidades residenciais beneficiando os moradores da comunidade denominada “Ocupação Arthur Bernardes” situada

na Avenida Arthur Bernardes, entre a Avenida Pedro Álvares Cabral e o Canal São Joaquim no bairro do Telégrafo.

Orçada em R\$ 15.085.550,44, as obras tiveram início no 2º trimestre de 2016. Devido ao contingenciamento orçamentário proveniente da crise econômica do país, somado ao decrescente repasse dos valores do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) realizado pelo Governo Federal para que os municípios invistam na contra partida em obras de infraestrutura urbana, a PMB formulou uma proposta junto à CAIXA e Midades para migração do projeto para o Minha Casa Minha Vida - OGU, a fim de conseguir novos recursos para as obras das habitações, ficando o saldo do OGU para aplicar na infraestrutura. Esta proposta aguarda deliberação do governo Federal.

Por meio do Programa Urbanização de Favelas, a SEHAB em conjunto com a SEURB implantou o projeto de Urbanização da Bacia do Paracuri no Distrito de Icoaraci (DAICO). O projeto prevê a construção de 376 unidades habitacionais e a requalificação urbana do Canal Paracuri. Do valor orçado, 17% corresponde à contrapartida da PMB e até 2014, cerca de 65% dos recursos foram empregados e as obras avançaram com a realização de desapropriações de 70 residências localizadas à margem do canal.

Após mais de um ano de paralisação, e realizado auditoria, vários estudos e ensaios, além de elaboração de novo projeto executivo do canal, foi reprogramada, junto ao agente financeiro, o cronograma de entrega das obras com novo contrato assinado em agosto de 2017, e previsão de conclusão o 3º trimestre de 2018.

A urbanização do Portal da Amazônia tem financiamento do Programa Intervenção em Favelas – PAC e prevê a construção de 224 unidades habitacionais, divididas em duas áreas, Rua Osvaldo de Caldas Brito e Rua dos Mundurucus, até o encontro de ambas com a orla do Rio Guamá.

Da obra orçada, foi executado 38,89%, com a construção de 2 blocos habitacionais dos 7 contratados e implantação de infraestrutura urbana como pavimentação de vias, rede de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial.

Em continuidade à reestruturação da área de orla, foi desenvolvido o Projeto de Urbanização da Sub-bacia II da Estrada Nova integrado ao Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), para a construção de 5 blocos habitacionais orçado em R\$ 66.417.340,34 com repasse do PAC/CEF/FGTS e 5% de contrapartida municipal.

O projeto atenderá aproximadamente 3.358 famílias que serão beneficiadas com obras de infraestrutura urbana, além da construção de 547 unidades habitacionais a serem divididas entre as famílias residentes no local e outras beneficiárias oriundas de outros projetos localizados em áreas adjacentes, sendo 150 famílias advindas do Portal da Amazônia e 320 famílias do PROMABEM, além daquelas originárias do próprio projeto, como é o caso da comunidade “Miolo do Jurunas”.

A área de intervenção beneficiará os residentes do bairro do Jurunas, compreendendo o trecho da Av. Bernardo Sayão, perímetro entre Av. Fernando Guilhon e Trav. Quintino Bocaiúva; Tv Fernando Guilhon entre Av. Bernardo Sayão e Rua Honório José dos Santos; Rua Honório José dos Santos entre Tv Fernando Guilhon e Tv Quintino Bocaiúva; Tv Quintino Bocaiúva entre Rua Honório José dos Santos e Av. Bernardo Sayão, incluindo todas as vias que se localizam no perímetro.

Até o momento, foram realizados os serviços de cravação de estacas para a fundação dos blocos e obras de pavimentação e rede de drenagem pluvial do Conjunto Habitacional Aluizio Chaves. O aporte de novos recursos possibilitou o avanço das obras nas unidades habitacionais e aplicação dos investimentos na infraestrutura e na construção da ETE Jurunas.

O Programa Municipal de Habitação VIVER BELÉM - Minha Casa Minha Vida, a PMB, executado em parceria com o Minha Casa Minha Vida (MCMV) do Governo Federal, objetiva a produção de unidades habitacionais para famílias que ganham até R\$ 1.800,00. O subsídio para estas famílias varia de acordo com a renda familiar e a prestação mensal será cobrada em 10 anos, não ultrapassando 5% da renda informada. A menor prestação do programa será de R\$ 80,00 e só começarão a ser pagas após a entrega do imóvel.

O programa terá a execução das obras do empreendimento realizada por construtora contratada pelo Agente Financeiro, CAIXA ou Banco do Brasil (BB), que se responsabiliza pela entrega dos imóveis concluídos e legalizados. Os imóveis contratados são de propriedade exclusiva do Fundo de Arrendamento Residencial do Governo Federal (FAR), e integram seu patrimônio até que sejam alienados ou entregues para as famílias beneficiadas.

De 2013 a 2017 foram inscritas 86 mil famílias, em 10 postos distribuídos conforme demanda por distrito administrativo.

Com o enquadramento no Programa VIVER BELÉM - Minha Casa Minha Vida às condicionalidades a nível federal e devido licenciamento nos órgãos competentes (SEURB, SEMMA, SEFIN), foram contratados com a CAIXA 11 empreendimentos (1 já entregue), totalizando a construção de 9.072 unidades habitacionais e equipamentos públicos. O quadro a seguir apresenta o total dos empreendimentos habitacionais previstos para implantação no município.

Quadro 29: Demonstrativo geral dos empreendimentos habitacionais contratados com a CAIXA.

Bairro	Empreendimento endereço	Qtde uh	Valor do investimento
Tapanã	Viver Primavera Estrada do Ranário - entregue	704	R\$ 43.648.000,00
Pratinha	Viver Pratinha Rodovia do Tapanã - pratinha	768	R\$ 47.616.000,00
Tenoné	Residencial Tenoné 2 – etapa 1 Conj Helena Coutinho - QDS. 28, 30 e 32	386	R\$ 23.932.000,00
Tenoné	Residencial Tenoné 2 – etapa 2 Conj Helena Coutinho - quadra 34	96	R\$ 5.952.000,00
Maracacuera	Viver Maracá Estrada do Outeiro - Maracacuera	550	R\$ 34.100.000,00
Maracacuera	Residencial Quinta dos Paricás Estrada da Maracacuera -	2.720	R\$ 168.640.000,00
Mosqueiro	Viver Mosqueiro Rod. Augusto Meira Filho	1.000	R\$ 62.000.000,00
Outeiro	Viver Outeiro Rua Evandro Bonna	1.008	R\$ 62.496.000,00
Val-de-cães	Viver Val-de-Cães Rua Canário do Reino - Maracangalha	1.184	R\$ 73.408.000,00
Coqueiro	Viver Independência Passagem Monte Sinai nº 1	352	R\$ 21.824.000,00
Tenoné	Viver Portal do Tenoné Rua das Laranjeiras nº 549	304	R\$ 18.848.000,00
Total		9.702	R\$ 562.464.000,00

Fonte: SEHAB, 2017.

Em agosto de 2017 as obras do Residencial Viver Primavera (bairro do Tapanã) foram concluídas com a entrega de 704 unidades habitacionais às famílias beneficiárias.

A partir de 2014 foi implantado o Programa VIVER BELÉM – Servidor que tem como objetivo oferecer aos servidores municipais imóveis na faixa de R\$ 100.000,00 com preços diferenciados. Desde então, foram ofertados 2 empreendimentos com 3 opções de apartamentos, com mais de 40 servidores beneficiados que aguardam a entrega das unidades habitacionais.

Em outubro de 2017 foi realizado o lançamento da 2ª Etapa do Programa Viver Belém Servidor, com assinatura dos termos de compromisso com as construtoras participantes para a construção de 224 unidades habitacionais divididas em seis empreendimentos.

O programa ofertará casas, sobrados e apartamentos alocados em condomínios fechados e com toda a infraestrutura – como área de lazer, vaga de garagem, ruas internas asfaltadas e iluminação pública – garantida. Os valores a serem financiados ficarão na faixa de R\$ 104 a R\$ 140 mil, podendo se candidatar à compra, servidores municipais efetivos ou comissionados, preferencialmente com renda de até dez salários mínimos.

O Programa Cheque Moradia implantado pela PMB em parceria com o Governo do Estado por meio de convênio com a Companhia de Habitação do Estado do Pará – COHAB tem por finalidade responder ao grave problema do déficit e da inadequação habitacional sendo o instrumento utilizado exclusivamente para a aquisição de materiais de construção, em fornecedores legalmente estabelecidos no Estado, como forma de saldar o ICMS por renúncia fiscal. Contribui também para movimentar a economia do Estado com o aumento das vendas de materiais de construção, bem como possibilita a criação de novos empregos e ocupações através da construção civil.

O programa é destinado à famílias com renda de até 3 salários mínimos que têm a possibilidade de construir, ampliar e/ou reformar suas casas, ficando a contratação e pagamento da mão-de-obra sob a responsabilidade do beneficiário. Atualmente o programa beneficiou 1.374 famílias que receberam os cheques moradias priorizando os residentes dos Bengui, Tapanã, Tenoné, Pratinha,

Marambaia, Terra Firme, Aurá, Sacramento, Jurunas, Pedreira, Marambaia, Guamá e Distrito de Icoaraci (DAICO).

Parte integrante da política habitacional implantada pela PMB, o Programa Municipal de Regularização Fundiária Chão Legal implantado e executado pela Companhia de Desenvolvimento Metropolitano de Belém (CODEM), promove a regularização de assentamentos urbanos consolidados, ocupados por população de baixa renda. O objetivo é garantir o direito social à moradia e a segurança jurídica aos moradores de áreas irregularmente ocupadas, aplicando instrumentos disponíveis na legislação vigente, como Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257/01, Medida Provisória nº 2.220/01 e Lei Federal 11.977/2009.

O programa atua, diretamente, em áreas públicas municipais e, em parceria com órgãos estaduais como ITERPA e COHAB, em áreas de propriedade estadual. Nas áreas particulares ocupadas, a regularização dos moradores é realizada por meio de cooperação com a Defensoria Pública do Estado do Pará, conforme quadro a seguir.

Quadro 30: Demonstrativo geral do Programa Chão Legal até outubro 2017.

Projetos em execução	Bairro	2017
Paracuri (SEHAB)	Paracuri	800
Sub Bacia I (PROMABEN)	Jurunas e Cidade Velha	0
Eduardo Angelim etapa 2	Parque Guajará	0
Cabano Antônio Vinagre	Curió-Utinga	88
Fé em Deus	Tenoné e Águas Negras	618
Jardim da Liberdade	Bengui	103
Pantanal	Mangueirão	500
Ranário	Parque Guajará	40
Terra firme	Terra Firme	300
Área central da COHAB	Campina de Icoaraci	70
Água cristal	Marambaia	275
Pratinha	Pratinha e São Clemente	500
Taboquinha	Cruzeiro e Campina de Icoaraci	400
Total		3.694

Fonte: CODEM, 2017.

O programa tem como meta regularizar 9.885 lotes beneficiando 13.698 famílias cadastradas. Deste total, 2.046 lotes foram regularizados nos entre os anos de 2013 e 2015, 1.514 obtiveram os títulos em 2016, restando 6.325 lotes a

serem regularizados até o final de 2017. Até outubro de 2017, foram entregues 3.694 títulos.

Tabela 53: Resultados do Programa Chão Legal de 2013 a outubro 2017.

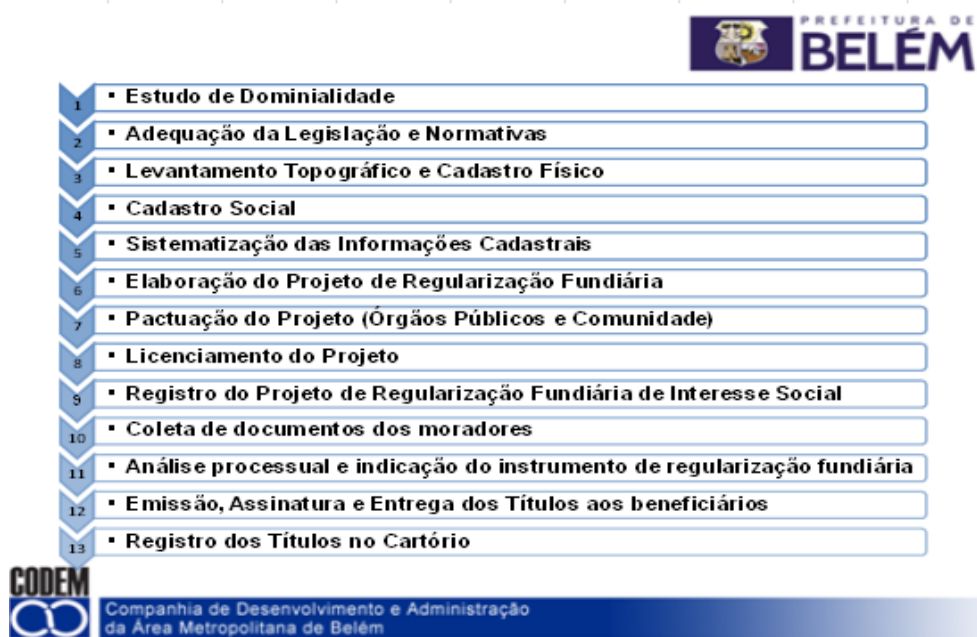
Fonte: CODEM, 2017.

ETAPAS	ANOS					PERCENTUAIS %									
						2014/2013	2015/2013	2015/2014	2016/2013	2016/2014	2016/2015	2017/2013	2017/2014	2017/2015	2017/2016
	2013	2014	2015	2016	2017	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Reuniões com Morador	4	10	22	21	8	250,00%	550%	220%	525%	210%	95%	200%	80%	36%	38%
Levantamento Topográfico	324.958	475.970	632.626	620.393	698.145	146,47%	195%	133%	191%	130%	98%	215%	147%	110%	113%
Cadastro Físico (lote)	1.558	3.464	4.620	3.048	4.471	222,34%	297%	133%	196%	88%	66%	287%	129%	97%	147%
Cadastro Social (família)	12	2.937	6.223	4.250	2.602	24475%	51858%	212%	35417%	145%	68%	21683%	89%	42%	61%
Projeto Urbanístico (ela)	1	1	3	3	1	100,00%	100%	100%	300%	300%	100%	100%	100%	33%	33%
Coleta de Documentos	10	2.413	2.519	1.767	2.267	24130%	25190%	104%	17670%	73%	70%	22670%	94%	90%	128%
Reunião Pactuação do Projeto	0	1	1	3	1	-	-	100%	-	300%	300%	-	100%	100%	33%
Títulos Emitidos	80	360	1706	812	618	450,00%	2133%	474%	1015%	226%	48%	773%	172%	36%	334%

Em uma análise prévia, estes números podem ser pouco representativos.

Mas se considerarmos as etapas que integram todo o processo legal de regularização fundiária, os mesmos apresentam um avanço quando comparados com a totalidade de imóveis sem registro nos município de Belém. A seguir ilustramos as fases que compreendem o processo de regularização fundiária até a entrega dos títulos de propriedade.

Figura 24: Etapas do processo de regularização fundiária (CODEM, 2016).



Fonte: CODEM, 2017.

A PMB atua na regularização patrimonial a partir da adoção de vários procedimentos necessários para a devida instrução dos processos:

1. Orientação ao público para formalização dos processos de regularização;
2. Realização de pesquisa fundiária com elaboração de cadeias dominiais nos casos de processos de resgate de enfiteuse;
3. Realização de vistorias técnicas nos imóveis para a realização de levantamentos topográficos e consequente elaboração de plantas e de memoriais descritivos;
4. Elaboração de laudos de avaliação dos imóveis;
5. Visitas domiciliares para elaboração de laudos sociais, nos casos caracterizados como regularização de interesse social.

No ano de 2017, a PMB atuou na regularização patrimonial por meio da instrução de 916 processos administrativos de regularização, sendo 717 resgates de enfiteuse, 70 compra e venda e 120 pedidos de regularização fundiária de interesse social.

Tabela 54: Resultados da Regularização Patrimonial por atividade realizada até outubro de 2017.

	RESGATE	COMPRA E VENDA	CONCESSÃO	PESQUISA SOLICITAÇÃO	TOTAL
Processos Formalizados	717	70	129	-	916
Topografia (m²)	-	-	-	-	184.477,79
Títulos Emitidos	569	33	56	-	658
Análise Jurídica Processual	1.252	314	238	-	1804
Avaliações	648	52	0	0	700

Fonte: CODEM, 2017.

Visando instruir a análise dos processos de resgate de enfiteuse, foram realizados 1.758 extratos de cadeia dominial (análise documental do histórico de titularidade do imóvel). A análise da cadeia dominial subsidia a atualização da área remanescente pertencente ao município de Belém que, posteriormente, constará no banco de dados cartográfico municipal gerenciado pela Unidade de Cartografia e Geoprocessamento. Foi avaliado um total de 700 lotes, dos quais 648 são de resgate de enfiteuse e 52 processos de compra e venda.

Em 2017 foram efetivamente regularizados (títulos emitidos) por meio de resgate de enfiteuse 569 imóveis, somando-se a 33 alienações onerosas (compra e venda) e 56 concessões – estas quando não puderam ser adquiridas por meio de compra e venda nos casos de baixa renda –, beneficiando um total de 658 famílias. Foi realizado ainda o levantamento topográfico de um total de 297 imóveis, todos enquadrados nos novos procedimentos técnicos exigidos pelas Instruções Normativas nº. 01/2014 e 02/2014, que disciplinam, respectivamente, o resgate de enfiteuse e a compra e venda perante a CODEM.

Como resultado dessa demanda, até outubro de 2017 a PMB obteve como receita o valor de R\$ R\$ 3.494.741,21. Desse total, o resgate de enfiteuse arrecadou o montante de R\$ R\$ 1.580.352,56. Por seu turno, a demanda espontânea de regularização onerosa (compra e venda) arrecadou o importe de R\$ R\$ 1.914.388,65.

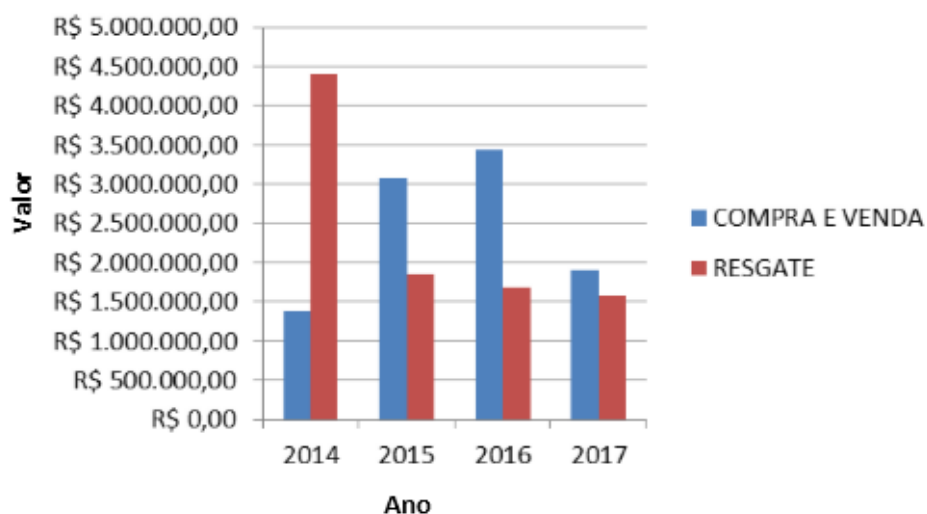
Tabela 55: Comparativo da arrecadação com regularização patrimonial de 2014 a outubro de 2017.

COMPARATIVO DE ARRECADAÇÃO 2014 - 2017					
	2014	2015	2016	2017	TOTAL 2014/2017
COMPRA E VENDA	R\$ 1.378.170,37	R\$ 3.084.254,51	R\$ 3.446.024,51	R\$ 1.914.388,65	R\$ 9.822.838,04
RESGATE	R\$ 4.405.649,10	R\$ 1.864.427,97	R\$ 1.689.417,79	R\$ 1.580.352,56	R\$ 9.539.847,42
TOTAL / ANO	R\$ 5.783.819,47	R\$ 4.948.682,48	R\$ 5.135.442,30	R\$ 3.484.741,21	R\$ 19.362.685,46

Fonte: CODEM, 2017.

Em relação aos anos anteriores, tendo como referência os anos de 2014 a 2017, nota-se um decréscimo ocasionado pelo início da vigência em janeiro de 2015 da Instrução Normativa nº 02/2014 (compra e venda), a exemplo do que aconteceu quando da entrada em vigor da IN 01/2014 quanto ao resgate de enfiteuse que, da mesma forma, provocou um recuo no número de resgates protocolados e emitidos. Igualmente, o Método Comparativo de Avaliação de Mercado é citado como principal fator de desestímulo à regularização onerosa.

Figura 25: Comparativo de arrecadação com regularização patrimonial de 2014 a outubro de 2017.

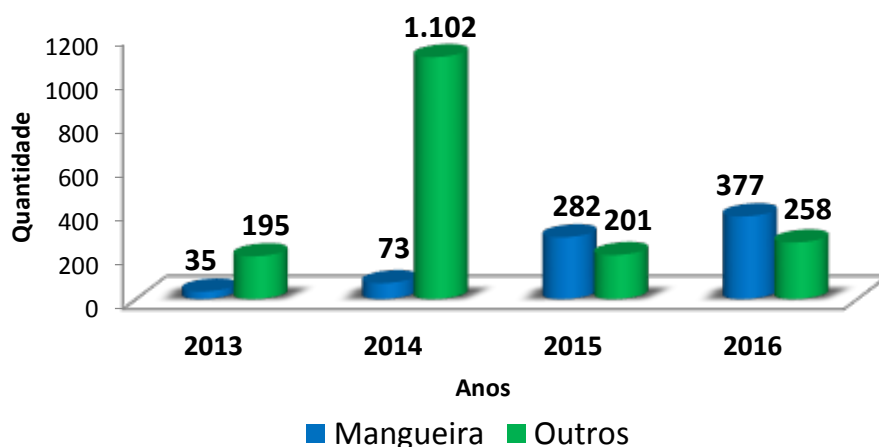


Fonte: CODEM, 2017.

Nos últimos anos, a qualificação da arborização no espaço urbano tornou-se um desafio para assegurar essa condicionalidade como qualidade de vida. Por meio da Secretaria Municipal de meio Ambiente (SEMMA), a Gestão Municipal realizou, de 2013 a novembro de 2017, o plantio de 2.700 árvores, sendo 829 mangueiras (aproximadamente 30%) e 1.871 de outras espécies arbóreas. Se comparado ao exercício de 2016, houve um decréscimo no plantio de arbóreas no ano de 2017, que atingiu 177 espécies plantadas, sendo que o melhor resultado ocorreu no ano de 2014 com o plantio de 1.175 espécies.

Este desempenho flutuante tem origem no desenvolvimento das mudas devido a condições climatológicas adversas ao longo dos anos e expressivo número de obras de infraestrutura urbana em andamento, onde somente é possível novo plantio após a conclusão das mesmas.

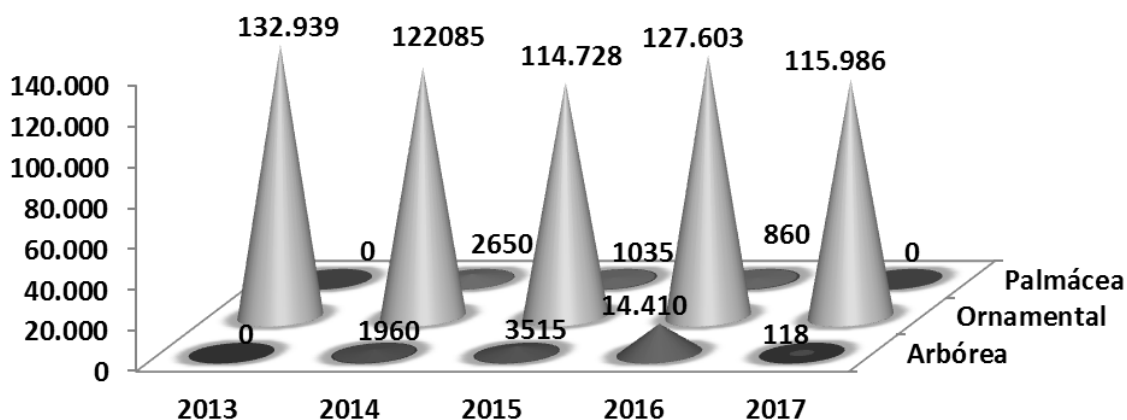
Figura 26: Quantidade de plantio realizada pela SEMMA nos anos de 2013 a novembro de 2017, Belém/PA.



Fonte: DAVP/SEMMA, Novembro/2017.

Completando a arborização urbana, foram produzidas no mesmo período um total de 637.889 mudas, sendo 20.003 espécies arbóreas, 613.341 ornamentais e 4.545 palmáceas (palmeiras, açazeiros, dentre outras), superando a meta estabelecida para os 4 anos que era de 319.620 mudas a serem produzidas.

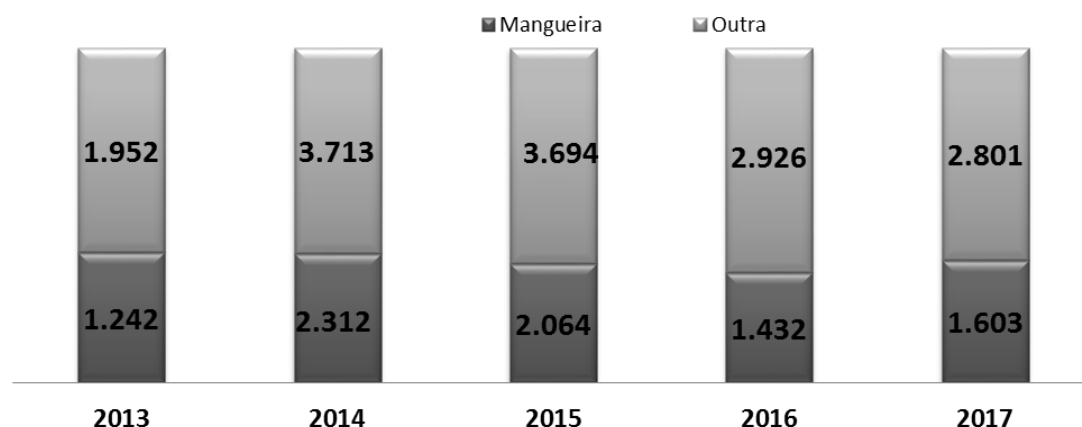
Figura 27: Quantidade de mensal de mudas produzidas por espécie nos anos de 2013 a novembro de 2017, Belém/PA.



Fonte: DAVP/SEMMA, Novembro/2017.

De 2013 a outubro de 2017 foram realizadas um total de 23.739 podas em espécies arbóreas, sendo 8.653 em mangueiras (aproximadamente 36%) e 15.086 em demais espécies, superando a meta estabelecida para os 4 anos que era de 10.752 podas a serem realizadas. Esta ação também engloba serviços de limpeza (retirada de parasitas, desinfecção) do vegetal com retificação do caule, manutenção, roçagem e paisagismo dos logradouros públicos.

Figura 28: Quantidade de Arbóreas Podadas pela SEMMA nos anos de 2013 a outubro de 2017, Belém/PA.

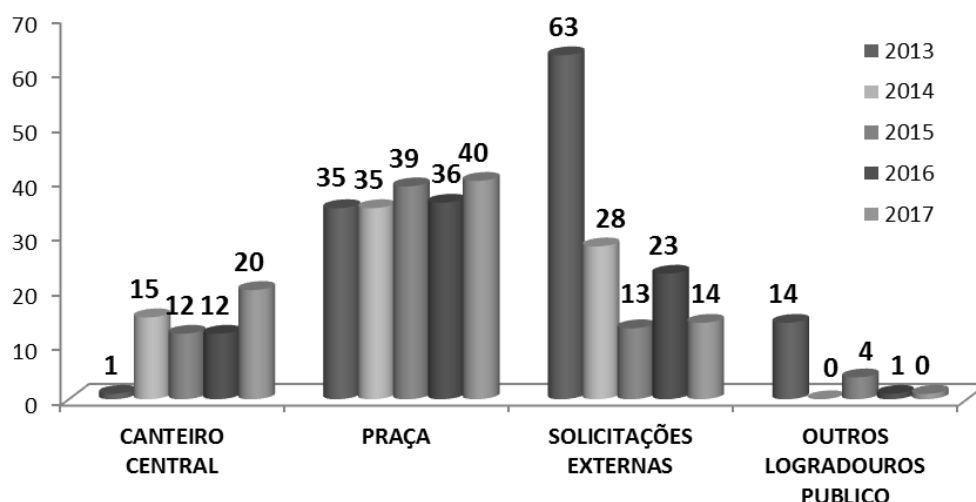


Fonte: DAVP/SEMMA, Novembro/2017.

Neste sentido, foram elaborados 34 projetos paisagísticos de logradouros públicos em processo de requalificação urbana ou caracterizados como novos espaços públicos, sendo de responsabilidade da SEURB a execução da obra conforme Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2013. Até outubro de 2017, a PMB efetivou o tratamento paisagístico de 74 logradouros públicos, dotando-os de requalificação ambiental, com destaque para os projetos de revitalização do Complexo da Praça da República e do Ver-o-rio.

Na manutenção e revitalização paisagística constante e periódica de logradouros públicos já existentes, foram realizados, de 2013 a outubro de 2017, 405 serviços nesses espaços, sendo 185 (aproximadamente 47%) em praças e 141 oriundos de solicitações externas dos munícipes, perfazendo 53% dos serviços executados.

Figura 29: Quantidade de logradouros públicos por tipo, cujo paisagismo foi revitalizado pela SEMMA, nos anos de 2013 a outubro de 2017.



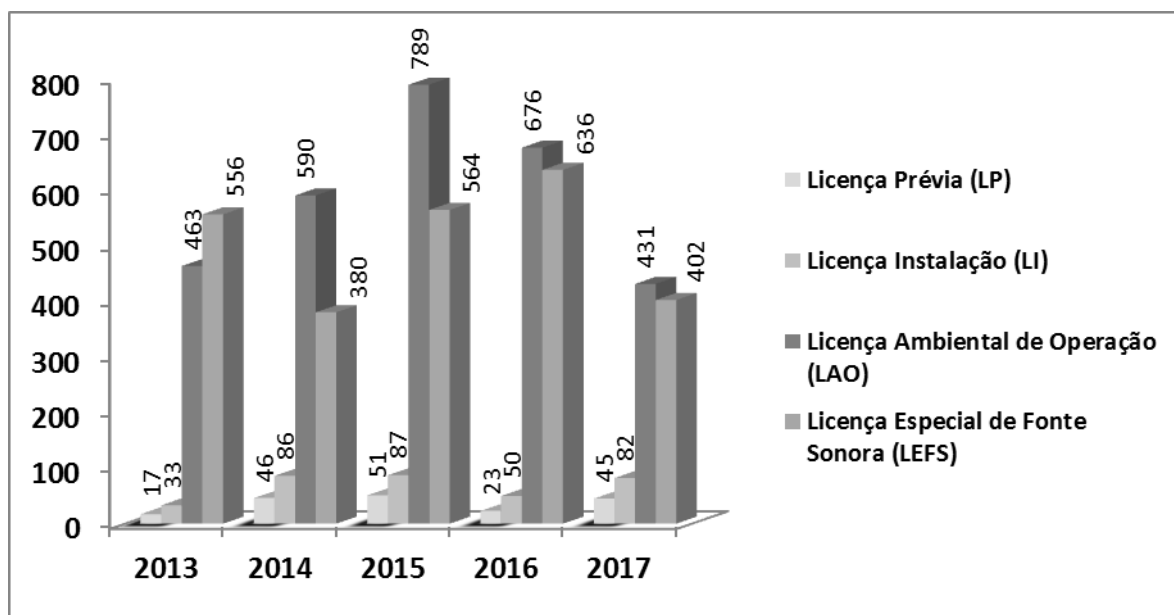
Fonte: DAVP/SEMMA, Novembro/2017.

As ações de Controle Ambiental compreendem o Licenciamento, Cadastro, Monitoramento e a Fiscalização de empreendimentos e atividades potencialmente poluidores, além da solução de infrações ambientais protocoladas junto ao órgão ambiental.

Destas atividades, até outubro de 2017 foram emitidas 558 Licenças Ambientais, sendo 45 Licenças Prévias (LP), 82 Licenças de Instalação (LI) e 431 Licenças Ambientais de Operação (LAO). Se considerarmos que em 2017 houve a expedição de 402 Licenças Especiais de Fonte Sonora (LEFS), emitidas principalmente nos meses de fevereiro e junho por conta das festividades do Carnaval e Quadra Junina, tem-se um total de 960 licenciamentos concedidos à empreendimentos ou atividades.

Com relação ao monitoramento, 498 empresas cadastradas foram devidamente monitoradas quanto ao potencial risco poluidor de suas atividades e passivo ambiental. No período de 2014 a outubro de 2017, um total de 1.847 empreendimentos e/ou atividades potencialmente poluidoras foram monitorados/fiscalizados, ou passaram por mais de uma visita técnica para verificação do cumprimento das condicionantes ambientais.

Figura 30: Quantidade de licenças realizadas pela SEMMA nos anos de 2013 a outubro de 2017, Belém/PA.



Fonte: DCA/SEMMA, Novembro, 2017.

Integrada de forma transversal à todas as atividades desenvolvidas pela SEMMA na qualificação de uma melhor condição de vida urbana, a Educação Ambiental (EA) é realizada em diversos espaços públicos (logradouros, escolas, unidades de saúde, feiras e mercados, dentre outros), no âmbito das ações promovidas pelo Bosque Rodrigues Alves Jardim Botânico da Amazônia (BRAJZA) e nos eventos oficiais do Calendário Municipal (carnaval, quadra junina, férias escolares, dentre outros). De 2013 a outubro de 2017 foram realizadas 2.567 ações de EA, sendo 203 realizadas em 2017, destacando-se as atividades desenvolvidas pelo Circuito Ecocultural no BRAJZA, alusivo aos 401 anos de Belém; Carnaval ambiental no Horto Municipal, comemoração ao “Dia Mundial da Água” e “Dia Mundial da Floresta, XIV Semana Municipal do Meio Ambiente, Eco-Colônia de Férias do BRAJZA.

Atualmente, o município possui 245,64 ha de áreas verdes legalmente protegidas sob a responsabilidade de gestão da administração municipal e, em conjunto com a CODEM, a SEMMA realiza estudos técnicos para ampliação das mesmas, tendo como meta expandir em 279,6 há a extensão territorial de áreas legalmente protegidas, totalizando para 524,6 ha.

Tabela 56: Áreas Protegidas de responsabilidade do município de Belém por dimensão, em hectares (ha) e em m², 2017.

Área Protegida	Dimensão	
	ha*	m ²
Bosque Rodrigues Alves Jardim Botânico da Amazônia	15,18	151.800
Parque Ecológico do município de Belém Gunnar Vingren (Parque do Médici)	40,46	404.600
Parque Municipal da Ilha de Mosqueiro	190	1.900.000
Total	245,64	2.456.400

Fonte: SEMMA, Novembro/2017

Nota: * 1 hectare (ha) equivale a 10.000m²

Para a promoção de ações estratégicas de ampliação das áreas verdes protegidas, ordenamento ambiental e fundiário, estruturação da gestão ambiental no Município, monitoramento do desmatamento e implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), a PMB assinou o Acordo de Cooperação com o Governo do Estado para a adesão ao Programa Municípios Verdes – PMV.

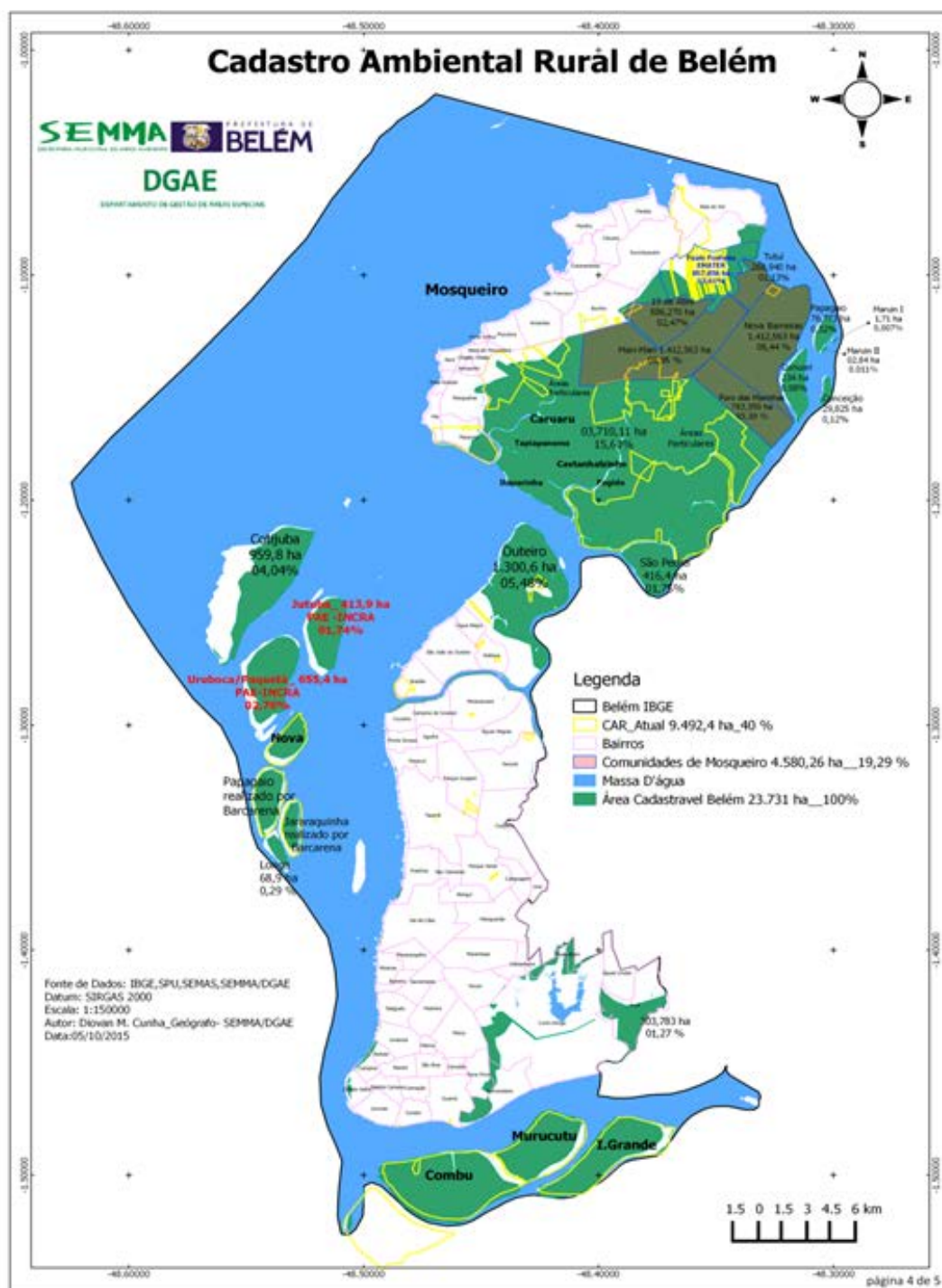
Desta forma, desde a adesão do município em 2013 foi realizado o levantamento das Zonas Especiais de Interesse Ambientais (ZEIA) constantes no Plano Diretor do Município (Lei nº 6.855/2008) para compatibilização entre o CAR e Criação de Parques, estudo do relevo do Município, com levantamento de perfil topográfico, localização de áreas de risco de inundação e alagamento e o mapeamento das áreas cadastráveis do CAR.

Dos 23.731 ha (237,31 km²) de área cadastrável, no ano de 2014, 2.647,46 ha foram cadastrados no CAR correspondendo a 59,89% das áreas referentes às ilhas do Combu (1.200,13 ha), Grande (756,93 ha) e Murutucu (639,40 ha), e áreas institucionais da UFPA, UFRA e Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG/Campus de Pesquisa, correspondendo a 1.773,08 ha, totalizando 4.420,54 ha. Em 2015, 5.528,76 ha foram devidamente cadastrados, perfazendo 9.949,3 ha de áreas cadastradas no CAR. No ano de 2016 foi realizado o CAR nas comunidades do Mari-Mari e Bacabeira, ambas no Distrito de Mosqueiro – DAMOS e iniciados os estudos e levantamentos das áreas do Alphaville, Marina e Rua Tucumaeira, pertencentes à ilha de Caratateua/Outeiro, no Distrito de Outeiro

– DAOUT, atingindo 68% de propriedades rurais cadastradas, em conformidade com a Lei nº 13.295/2016.

Dentre estas destaca-se os títulos de CAR emitidos para os perímetros Combu, Murutucu, Ilha Grande, Caruaru e 90 títulos públicos individuais. Até novembro de 2017, 31,71% do total das propriedades rurais foram cadastradas no sistema.

Figura 31: Mapeamentos do CAR. Atualização - Belém/ PA 2017.



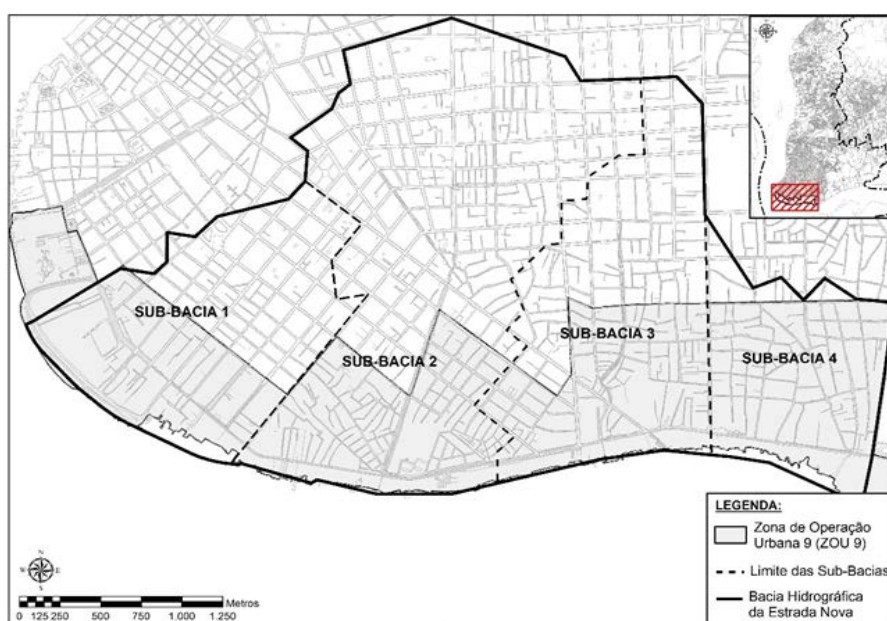
PROGRAMA SANEAMENTO AMBIENTAL

A política de saneamento ambiental envolve ações no âmbito do abastecimento de água e esgotamento sanitário, macro e micro-drenagem urbana, gestão dos resíduos sólidos e tem como objetivo assegurar os direitos fundamentais de acesso à água, a um ambiente saudável, diminuindo os riscos a saúde e com controle social garantido.

O Município de Belém comprometido com a relevância do tema prioriza ações de saneamento ambiental com a recuperação de canais, implantação e ampliação de redes de abastecimento de água, dos sistemas de esgotamento sanitário, obras nos sistemas de macro e microdrenagem urbana e no sistema viário, por meio de programas e projetos e desenvolvimento de estudos técnicos para a obtenção de linhas de financiamento para a execução destas obras.

Para promover infraestrutura adequada em saneamento ambiental, a PMB executa as etapas de implantação do Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN I), com a macrodrenagem das Sub-Bacias 1, 3 e 4, e PROMABEN II (Sub-bacia 2 da Estrada Nova e requalificação urbanística-ambiental da Bacia do Una), em fase de aprovação pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Figura 32: Delimitação da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova subdivida em quatro Sub-bacias.



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM – CTM/CODEM, 2015.

Em 2017, as atividades referentes às obras do PROMABEN I, intervenção da Sub-bacia 1, foram suspensas devido crise econômica do país, somado ao decrescente repasse dos valores do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) realizado pelo Governo Federal para que os municípios invistam na contra partida em obras de infraestrutura urbana. Desta forma, o Município de Belém está firmando nova operação de crédito para financiar as obras remanescentes por meio do Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (FINISA), linha de crédito da CAIXA. Essa operação monta R\$110,0 milhões e esses valores serão contabilizados no Contrato de Empréstimo 1998/OC-BR.

Tabela 57: Produtos obtidos com a execução do Programa PROMABEN (Sub-bacia 1)

Produtos	Unid	2013	2014	2015	2016	2017
Canais construídos	M	349	264	0	0	0
Rede de águas pluviais construída	m	596	616	0	0	0
Área verde implantada	ha	0,07	0,51	0,41	0	0
Famílias reassentadas	Famílias	38	4	22	0	0
Imóveis regularizados	Imóveis	0	0	0	71	0
Vias urbanas implantadas	m	620	122	638	0	0
Avenidas implantadas	m	374	0	0	0	0
Pessoas capacitadas em educação ambiental	Pessoas					

Fonte: Monitoramento e controle da UCP/PROMABEN, 2017.

Contudo, a PMB via Unidade Coordenadora do PROMABEN (UCP) executou ações de infraestrutura de saneamento em continuidade às ações programadas pela coordenação do PROMABEN I, especificamente nas Sub-bacias 3 e 4 e custeadas pelo Contrato de Financiamento nº 10.2.1833.1, celebrado em 2010, com o Município de Belém e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Integrado à execução das obras físicas de melhoria da infraestrutura, foram desenvolvidos programas sociais para elevar a qualidade de vida das famílias afetadas. Os trechos de intervenção foram: Avenida Bernardo Sayão entre Rua Augusto Correa e Avenida José Bonifácio, e no Canal da 3 de Maio, entre a Rua Fernando Guilhon até a Travessa Padre Eutíquio, com a execução de serviços de engenharia em saneamento e 2.140m de vias urbanas implantadas.

Tabela 58: Produtos obtidos com a execução da Infraestrutura em Saneamento Sub-bacias 3 e 4.

Produtos	Unid	2013	2014	2015	2016	2017
Canais construídos	m	0	0	165	825	572
Rede de águas pluviais construída	m	0	0	0	1.386	710
Famílias reassentadas	Famílias	0	109	16	8	43
Vias urbanas implantadas	m	0	0	0	0	2.140
Pessoas capacitadas em educação ambiental	Pessoas			2.269	0	5.707

Fonte: Monitoramento e controle da UCP/PROMABEN, 2017.

No período de 2013 à outubro de 2017, o programa executou 1.562,00m de canais, 6.706,38m de rede de águas pluviais, remanejamento de 176 famílias e implantação de 2.140,00m de sistema viário nas Sub-bacias 03 e 04. Especificamente foram realizados 638 de via asfaltada na Rua Timbiras, 908m de galerias de concreto armado e 654m de canal aberto na 3 de Maio.

Com apoio de mão de obra na área socioambiental, foram negociados 61 processos de desapropriação de imóveis residenciais e comerciais nas sub-bacias 3 e 4.

No 1º semestre de 2017, iniciou-se na sub-bacia 3 (Travessa 03 de Maio) a negociação para indenização parcial de 48 imóveis localizados no trecho compreendido entre a Avenida. Fernando Guilhon e a Travessa Bulgarim. Destes, 43 foram remanejados 43, estando pendente apenas a negociação 5 imóveis para o ano de 2018.

O remanejamento dos imóveis que interferiam nas obras de implantação do sistema de macrodrenagem da sub-bacia 4, no trecho da Avenida Bernardo Sayão entre as avenidas José Bonifácio e Augusto Corrêa, foi concluído no 2º semestre de 2017, respeitando o planejamento da execução das obras para o período.

Além da negociação de imóveis foram realizadas ações de apoio ao remanejamento de famílias, tais como: (a) acompanhamentos das demolições das benfeitorias indenizadas pelo Município; (b) mobilização e organização comunitária (elaboração e impressão de material informativo, com distribuição aos moradores e beneficiários da área de intervenção de obras); (c) participação comunitária e desenvolvimento sócio organizativo (capacitação, reuniões com os moradores e reuniões técnicas); e (d) visitas domiciliares e atendimentos individuais as famílias residentes na poligonal de obras.

Em parceria com a CODEM, foi dada continuidade aos processos de regularização dos imóveis localizados nas quadras da Avenida Bernardo Sayão entre as ruas Veiga Cabral e Mundurucus. A meta é regularizar 450 imóveis. Contudo, estudos técnicos da CODEM indicam uma estimativa de 1.200 imóveis a serem contemplados com a regularização fundiária. Essa execução dessa regularização está prevista no novo contrato de financiamento OCBR-L1369 a ser firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – PROMABEN II.

Integradas às obras de infraestrutura urbana em saneamento, são desenvolvidas atividades de educação ambiental que contam com parcerias de órgãos e entidades públicas e privadas, mobilizando 5.707 pessoas no período de janeiro a novembro de 2017.

Por meio do projeto “Diversão na obra, Perigo toda hora”, voltado para crianças e adolescentes, foram beneficiadas 252 pessoas que receberam orientações e informações sobre o perigo de brincar e frequentar áreas em construção, sendo sensibilizadas nas condições de percepção de riscos no ambiente da obra, bem como o conhecimento dos impactos ambientais e formas de mitigação dos mesmos, promovendo assim um ambiente mais seguro, equilibrado e saudável.

Com relação à problemática dos cuidados com os resíduos sólidos gerados, foi realizada uma ação para sensibilizar sobre os riscos da queima de lixo domiciliar, ocorrência com grande reincidência na Sub-bacia 03; bem como orientações sobre os horários de coleta, atingindo um público de 2.000 pessoas através da distribuição de panfletos.

Quanto à demanda referente à disposição inadequada de entulho e lixo domiciliar ao longo do canal da 3 de Maio, foi realizado trabalho de panfletagem que contabilizou 455 residências acessadas, culminando em dois dias de ação de mutirão com recolhimento de resíduos sólidos (lixo e entulho) e descartáveis (sofá, geladeiras, TV's, dentre outros) na área de intervenção da obra.

Como mitigação dos impactos e dos transtornos gerados pela frente de serviço da execução da construção de galeria de drenagem e passagem de nível no cruzamento da Avenida Bernardo Sayão com a Avenida José Bonifácio, que demandou a interdição parcial do sistema viário, foram executadas as ações

previstas nos planos de Controle Ambiental de Obras (PCAO) e Ambiental da Construção. Em conjunto com a Superintendência de Mobilidade Urbana de Belém (SEMOB), foi desenvolvido um conjunto de orientações de segurança em trafegabilidade para os moradores da área, pedestres e condutores de veículo, e adotadas medidas de sinalização provisória para interdição do tráfego, objetivando minimizar os transtornos causados pelas obras. Esta mobilização de cunho informativo sobre mudança de rotas e croquis de sinalização provisória atingiu 3.000 pessoas com a utilização de carro-som, folders e cartazes.

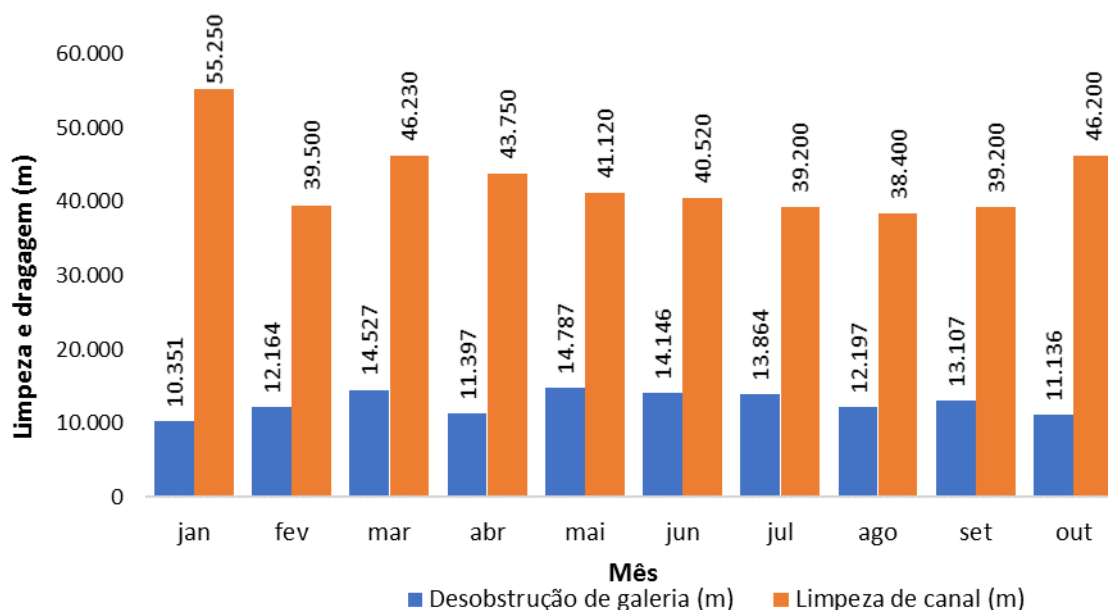
No ano de 2015 a PMB pleiteou nova operação de crédito ao Governo Federal para financiar obras de infraestrutura sanitária, viária e melhoria ambiental e habitacional, além de ações de sustentabilidade socioambiental, e de fortalecimento institucional dos órgãos envolvidos no projeto para contribuir e melhorar as condições socioambientais que afetam os habitantes da Bacia Hidrográfica Estrada Nova e da Bacia do Una.

Esta etapa, denominada PROMABEN II, complementa as obras previstas para o PROMABEN I (Sub-bacia 2) e a requalificação urbanística-ambiental da Bacia do Una. Esta operação de crédito tem valor estimado em US\$ 250 milhões, onde o BID financiará 50% dos recursos e a PMB aportará 50% como contrapartida local num prazo de 5 anos de execução.

No final de 2017, a Prefeitura de Belém assinou, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o contrato de financiamento para execução de obras de infraestrutura urbana em Belém que vai garantir a revitalização completa da Bacia do Una, a maior da cidade e que detém o maior número de canais. O recurso também garantirá a ampliação das obras de macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova, já em execução e que terão os trabalhos intensificados.

Até outubro de 2017, os serviços de limpeza e dragagem de canais e galerias, integrantes do sistema de drenagem de águas pluviais, totalizaram a desobstrução de 127.676m de galerias e dragem/redragagem de 429.410m de canais. Estes serviços são realizados continuamente e atende todo o território municipal, incluindo as recorrências necessárias, como redragagem e retirada de entulhos dos canais.

Figura 33: Serviços de drenagem, 2017.



Fonte: SESAN, 2017.

No mesmo período, foi realizado serviço de limpeza em 4.301 poços de visita e em 11.002 bocas de lobo, incluindo as recorrências necessárias.

As obras de pavimentação de vias incluem serviços de ampliação da malha viária onde não há arruamento e atividades de rotina como asfaltamento, revestimento ou recapeamento asfáltico, totalizando até outubro de 2017, 97m de rede viária.

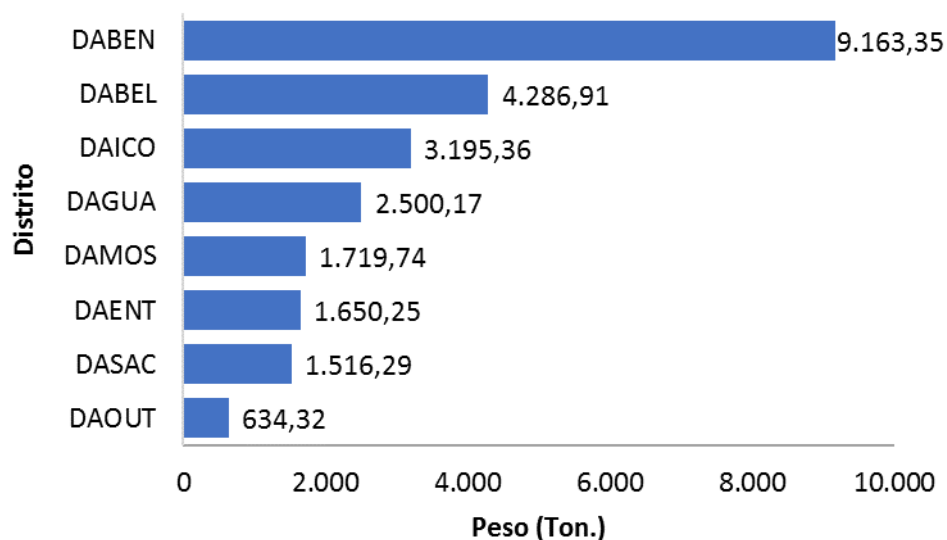
A conservação ou “tapa-buraco” como é comumente mais conhecida, refere-se a serviços diários de restauro do pavimento devido a danos causados por sobrecarga de veículos no sistema viário ou por intempéries ocasionadas pelo clima. Até outubro de 2017, o serviço totalizou 74,178km de preenchimento por concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) ou por pré misturado a quente (PMQ).

Figura 34: Serviços de conservação ou “tapa-buraco” em CBQU/metro realizados por distrito administrativo, 2017.



Fonte: SESAN, 2017.

Figura 35: Serviços de conservação ou “tapa-buraco” em CBQU /tonelada realizados por distrito administrativo, 2017.



Fonte: SESAN, 2017.

Na gestão dos resíduos sólidos, a PMB implantou o Galpão de Triagem de Materiais Recicláveis destinado ao uso dos catadores do antigo Aterro Sanitário do Aurá, que atualmente passa por adequações na infraestrutura visando a melhoria na operacionalização. Para tanto, a Gestão Municipal celebrou convênio com a Universidade Federal do Pará (UFPA) para o aprimoramento dos trabalhadores da Cooperativa de Catadores do Aurá na prestação de assessoria técnica nas áreas de Gestão Social e Administrativa; nos procedimentos de coleta, triagem e agregação de valor aos resíduos; suporte gerencial nas atividades do galpão e comercialização dos produtos gerados, criando um ambiente favorável ao desenvolvimento das atividades econômicas e sociais, com adequadas condições de organização, competitividade e retorno financeiro aos catadores(as).

Em agosto de 2015, em contrato com a Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis (CONCAVES), a PMB realiza a Coleta Seletiva porta a porta inicialmente no bairro de Nazaré. Deste período, até novembro de 2017, a coleta seletiva foi ampliada para os bairros da Pedreira (29 roteiros, sendo 16 passagens, 13 ruas, 03 travessas, 02 avenidas e 03 conjuntos residenciais) em dois dias na semana; Marco (28 roteiros, sendo 21 passagens, 04 travessas e 03 avenidas) em um dia na semana; Marambaia (23 roteiros, sendo 14 passagens, 01 rua, e 08 travessas) em dois dias na semana.

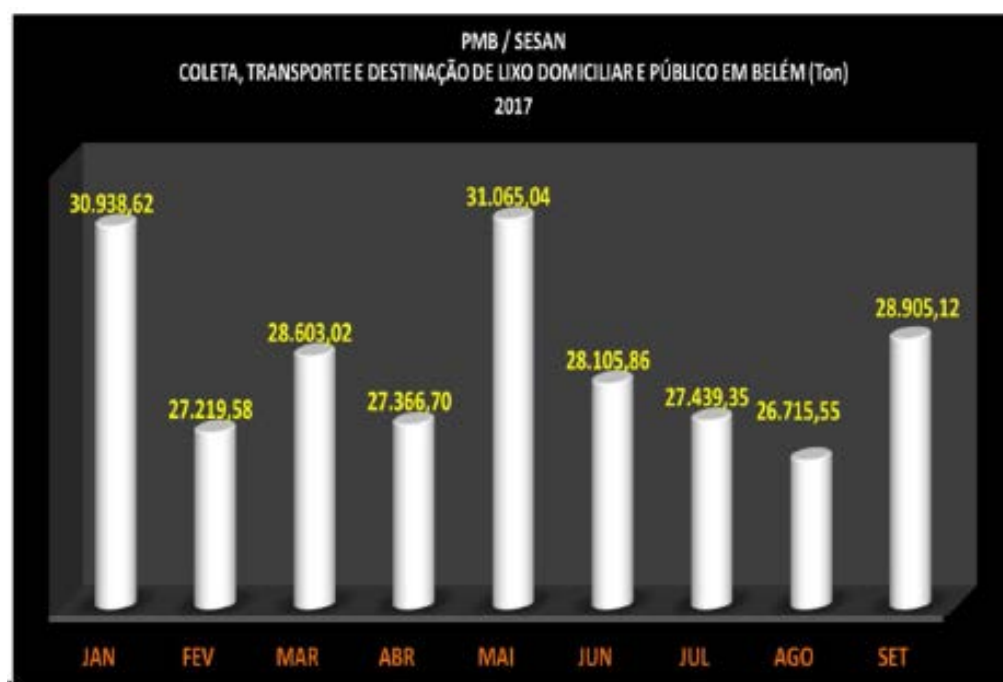
Como apoio à coleta seletiva têm-se atualmente 32 Ecopontos (contentores de grande capacidade, 2.500 kg, que servem para fazer o recolhimento de material reciclável) localizados em vias de grande movimentação, praças com considerável fluxo de pessoas, abrangendo também os distritos de Icoaraci e de Mosqueiro.

Outras cooperativas recebem apoio do Poder Público, as quais citamos: ARAL e ACCBS, atuantes nos bairros da Pedreira, Marco e Marambaia, com 3 caçambas *truck*, 1 caminhão baú, 1 caminhão gaiola e 1 ônibus; a COCAVIPS que opera 2 caçambas *truck*, e a CCBFS, possuindo 2 caçambas *truck*, operando em galpão cedido pela SESAN/PMB.

Para a manutenção da atividade dos catadores e operacionalização da coleta seletiva de materiais recicláveis, a Gestão Municipal possui 3 galpões de triagem utilizados por 4 associações em regime de parceria, sendo ACCBS e ARAL (triagem do Canal São Joaquim, bairros Sacramento e Marambaia) , COCAVIPS (triagem da Travessa Padre Eutíquio, bairros Condor, Jurunas e Batista Campos) e a CONCAVES (triagem da Avenida Bernardo Sayão, bairros Cidade Velha, Jurunas, Condor e Guamá).

A coleta de lixo domiciliar no Município de Belém obedece a 108 roteiros, em dias alternados, atendendo 85% da população por meio do sistema coleta porta a porta, realizado por duas (02) empresas terceirizadas, Terraplina e Belém Ambiental, que contam com um total de 54 caminhões equipados com coletor-compactor.

Figura 36: Serviços de coleta, transporte e destinação do lixo domiciliar (ton.) por mês, 2017.



Fonte: SESAN, 2017.

Figura 37: Serviços de coleta, transporte e destinação de entulhos (m³) por mês, 2017.



Fonte: SESAN, 2017.

Do montante de resíduos sólidos recolhidos no regime de coleta domiciliar, os resíduos inertes e entulhos são depositados no antigo Aterro Sanitário do aurá e os demais seguem para tratamento no Aterro Sanitário de Marituba, administrado pela iniciativa privada, atendendo às necessidades da Lei nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos.

PROGRAMA MOBILIDADE URBANA

Para uma política de acessibilidade e mobilidade urbana sustentável que promova a integração da Região Metropolitana de Belém (RMB), a Gestão Municipal, entre as anos de 2013 e 2017, desenvolveu ações fundamentadas nos princípios que envolvem a priorização de projetos de transporte público coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento integrado, além do deslocamento de pessoas por transporte não-motorizado.

Para tanto, a Superintendência de Mobilidade Urbana de Belém (SEMOB), atua na adequada prestação de serviços públicos com pleno atendimento dos usuários, efetuando ações permanentes de fiscalizações e verificações in loco da aderência dos operadores delegatários às normas e na coibição e inibição da clandestinidade, orientando aos usuários e à população em geral. Com relação à ordenação do trânsito, as fiscalizações ocorrem de forma sistemática, nos principais corredores de tráfego e nos cruzamentos do sistema viário, além de ações volantes que inibem as ocorrências de irregularidades no sistema de circulação da cidade.

Em relação ao efetivo controle social das atividades de trânsito e transporte, foram ampliados os canais de comunicação com a sociedade a partir do SEMOB Virtual, aplicativo desenvolvido para telefonia móvel, seguido do fone 118 e do *twitter*, obtendo expressivo aumento na recepção de manifestações e pronta resposta aos usuários.

De janeiro a novembro de 2017 foram realizadas 505 ações de educação para o trânsito, totalizando um atendimento à 98.352 pessoas, número superior 67.586 atendimentos realizados no mesmo período de 2016.

Dentre as ações de cidadania para o trânsito seguro podemos destacar o projeto “SEMOB na Escola” com 68 atividades educativas realizadas nas unidades escolares para orientação e conscientização de 17.156 crianças e adolescentes ao melhor comportamento no trânsito; 106 campanhas educativas (Volta às Aulas, Carnaval, Verão, Maio Amarelo, Dia Mundial das Vítimas de Trânsito, Semana Nacional de Trânsito, Semana do Bebê, dentre outras) que envolveram um público médio de 11.500 pessoas; 128 operações e Blitz Educativas com atendimento a 21.407 munícipes quando da orientação sobre

mudança de tráfego nas vias, implantação de radares, novas sinalizações, binários e do *Bus Rapid Sistem* (BRS).

Merece destaque as ações de cidadania realizadas em parceria com o projeto “SEMOB e na Comunidade” e na ação “Prefeitura no Bairro”, totalizando 31 atividades que beneficiaram 3.415 usuários; além da realização de 32 capacitações realizadas por meio de palestras, oficinas e cursos, atingindo público de 2.257 pessoas. A SEMOB ainda prestou apoio na promoção de 756 eventos realizados tanto pela Administração Municipal, quanto pela sociedade civil, a exemplo de caminhas, carreatas, passeios ciclísticos, esportes e lazer, utilidade pública, solenidades, religiosos, dentre outros, em um total de 770 atendimentos entre autorizações (160) e ordens de serviço (604).

As ações executadas no sistema operacional de tráfego promoveram a melhoria na fluidez com correções em tempos semaforicos e, ainda, de traçados geométricos em vias importantes de escoamento de tráfego. Destaca-se o acompanhamento da sinalização na área de entorno do Shopping Grão Pará, com a readequação de 3 retornos na Avenida Centenário e implantação de retornos bidirecionais semaforizados; a adequação da sinalização do retorno bidirecional da Travessa Barão do Triunfo; a conclusão da sinalização viária horizontal e vertical da faixa exclusiva para o transporte coletivo com a implantação do sistema BRS nas avenidas Governador José Malcher, Conselheiro Furtado e Castelo Branco; e as etapas de implantação da sinalização turística, incluindo dos distritos de Icoaraci e Mosqueiro.

No transporte fluvial, foram projetados os terminais hidroviários da Praça Princesa Isabel e da ilha de Cotijuba, totalizando um investimento de aproximadamente R\$ 3 milhões na melhoria do acesso à região insular e mobilidade da população ribeirinha, integrando as ilhas ao continente e entre pontos de embarque/desembarque existentes na orla da cidade. Em fase de liberação de recursos tem-se a viabilização do Terminal Hidroviário do Ver-o-Peso e da Ilha de Mosqueiro, este com obra executada pelo Departamento Nacional e Infraestrutura e Transporte (DNIT). Tanto os portos, quanto os terminais hidroviários, estão contemplados como suporte à integração dos modais quando da efetiva implantação do Sistema BRT.

As ações de gestão do transporte avançaram na racionalização do sistema de transporte, com ampliação de atendimentos de origem-destino, ajustes operacionais de frota e de itinerários. A infraestrutura de apoio do sistema ônibus teve, em parceria com a iniciativa privada, o recebimento de 120 abrigos novos instalados ao longo da Avenida Augusto Montenegro e em demais pontos da cidade. Neste sentido foi dada continuidade à construção de 50 abrigos adequados aos portadores de necessidades especiais e mobilidade reduzida, implantação de 70 m² de sinalização vertical (correspondente à 270 placas implantadas), 9.500 m² de sinalização horizontal implantadas e 36 cruzamentos com semáforos, sendo 15 com nova sinalização, 12 modernizados com troca para LED e instalação em 9 cruzamentos críticos.

Foram instalados 355 módulos à LED, perfazendo 116 grupos semaforicos utilizados. Na manutenção do sistema de sinalização, foram substituídos 102 módulos eletrônicos com defeitos, 45 substituições ou novas interseções de controladores eletrônicos 714 lâmpadas de semáforos trocadas e 8.558m de cabos semaforicos trocados.

O sistema de transporte suplementar para o Distrito Administrativo de Mosqueiro - DAMOS se manteve com aproximadamente 30 micro ônibus do tipo van, com as cooperativas recebendo o sistema Passe Fácil, além da linha regular Belém – Mosqueiro que passou por renovação da frota. O transporte fluvial Belém - Cotijuba opera com subsídios da PMB atendendo aproximadamente 21 mil passageiros/mês, tendo como usuários as populações ribeirinhas e turistas.

O sistema de transporte coletivo teve seu cadastro informatizado contabilizando uma frota de 1.379 ônibus municipais e 796 metropolitanos, com 95% da frota, cerca de 2.135 veículos acessíveis à pessoas com deficiência ou de mobilidade reduzida, e idade média de 5,7 anos. O sistema opera com 12 empresas municipais e 8 metropolitanas, que possuem respectivamente, 106 e 57 linhas, transportando 349.207.056 passageiros/ano, com média mensal de 29.100.588 usuários (aproximadamente 970 mil/dia). Complementar ao sistema de transporte coletivo tem-se 3 cooperativas cadastradas com 56 veículos autorizados para a locomoção suplementar de passageiros.

Se considerarmos o sistema de apoio ofertado por táxis e moto táxis, temos que 5.542 veículos receberam autorização para operar enquanto táxis (BA e BE), com 336 pontos cadastrados e 56 fixos; enquanto que a frota de moto taxi opera com 2.123 veículos autorizados em 102 pontos cadastrados até novembro de 2017.

O valor unitário da passagem no transporte coletivo (ônibus e barco Belém - Cotijuba) manteve-se R\$ 3,10, sendo emitidos até outubro de 2017, 69.642 cartões Passe Fácil de Meia Passagem (estudantes) e Gratuitades (sênior, especial e militar); além da emissão de 2.753 credenciais de estacionamento (idosos e deficientes).

Na fiscalização do transporte, foram lavrados 901 autos de infração, 20 empresas de ônibus fiscalizadas; 1.198 ônibus, 6.522 táxis, 2.230 moto táxis e 120 veículos de transporte escolar, vistoriados; e 104 veículos (táxis e mototáxi) apreendidos. Se considerarmos as operações de fiscalização do trânsito, foram aplicados 7.491 autos de infração por negligência às leis.

Até outubro de 2017 foram registrados 853 ocorrências no trânsito, sendo 716 acidentes sem vítimas, 107 com vítimas, e destes, 8 com vítimas fatais; além de 15 atropelamentos de pedestres, 5 choques de veículo com fixo e 2 capotagens.

Até outubro de 2017 foi implantado 15.580 m de ciclovias e 69.804 m de ciclofaixas. A malha de ciclovária no Município de Belém vai se expandir quando da efetivação dos projetos de prolongamento da ciclofaixa na Rua dos Mundurucus (entre a Avenida José Bonifácio e Travessa Teófilo Conduru), no Portal da Amazônia, Avenida Dr. Freitas e nas vias do Distrito de Icoaraci (Ruas do Contorno - Conjunto COHAB, Siqueira Mendes, 2 de dezembro e 15 de agosto, e travessas Souza Franco e Berredos).

Quadro 31: Totalização da rede de ciclofaixas (m) e ciclovias no município de Belém, existente e a ser implantada. Dados até 2017 (SEMOB, 2017).

Subtotal Ciclovias Implantadas	15.580
Subtotal Ciclovias a Implantar	32.710
Total	48.290
Subtotal Ciclofaixas Implantadas	69.804
Subtotal Ciclofaixas a Implantar	12.110
Total	81.914
Total Geral	130.204

Quadro 32: Rede de ciclofaixa implantada até outubro de 2017 (SEMOB, 2017).

Local	Tipo	Trechos	Período	Extensão (m)
Ciclofaixas 1997 a 2004 - Prefeitura				
Avenida Augusto Montenegro	Ciclofaixa	Entre o entroncamento e rua 8 de Maio	1997 - 2004 - Prefeitura	12.900
Avenida Visconde de Souza Franco	Ciclofaixa	Entre a rua Boaventura da Silva e avenida Marechal Hermes	1997 - 2004 - Prefeitura	1.230
Avenida João Paulo II	Ciclofaixa	Entre a travessa Antônio Baena e avenida Perimetral	Estado	2.100
Travessa 03 de Maio	Ciclofaixa	Entre Pedro Miranda e Antônio Barreto	1997 - 2004 - Prefeitura	735
Subtotal				16.965
Ciclofaixas 2004 a 2012 - Prefeitura				
Avenida Senador Lemos	Ciclofaixa	Entre a avenida Dr. Freitas e passagem Santos Dumont	2004 - 2012 - Prefeitura	348
Avenida Pedro Álvares Cabral	Ciclofaixa	Entre Rod Arthur Bernardes e elevado Daniel Berg	2004 - 2012 - Prefeitura	3.100
Rua Lopo de Castro	Ciclofaixa	Entre as ruas Siqueira Mendes e rua 8 de Setembro	2004 - 2012 - Prefeitura	1.500
Avenida Dr. Freitas	Ciclofaixa	Entre as avenidas Senador Lemos e Pedro Álvares Cabral	2004 - 2012 - Prefeitura	377
Subtotal				5.325
Ciclofaixas - Estado				
Avenida Júlio César	Ciclofaixa	Entre Rod Arthur Bernardes e avenida Almirante Barroso	Estado	4.710
Avenida Paulo Frota	Ciclofaixa	Entre as avenidas Centenário e Júlio César	Estado	2.230
Rodovia Arthur Bernardes	Ciclofaixa	Entre a travessa Soledade e avenida Pedro Álvares Cabral	Estado	14.400
Travessa Antônio Baena	Ciclofaixa	Entre a avenida Pedro Miranda e rodovia Arthur Bernardes	Estado	3.060
Avenida Centenário	Ciclofaixa	Entre as avenidas Julio César e Augusto Montenegro	Estado	4.700
Avenida Laércio Barbalho	Ciclofaixa	Entre as avenidas Augusto Montenegro e Mário Covas	Estado	2.296
Subtotal				31.396
Local	Tipo	Trechos	Período	Extensão (m)
Ciclofaixas 2013 a 2016 - Prefeitura				
Avenida Tavares Bastos	Ciclofaixa	Entre as avenidas Almirante Barroso e Pedro Álvares Cabral	2013 - 2014 - Prefeitura	551
Avenida Pedro Álvares Cabral	Ciclofaixa	Entre as avenidas Dalva e Tavares Bastos	2013 - 2014 - Prefeitura	860
Travessa Cruzeiro	Ciclofaixa	Entre as ruas Siqueira Mendes e Padre Júlio Maria	2013 - 2014 - Prefeitura	459
Rua Dois de Dezembro	Ciclofaixa	Entre as travessas Itaboraí e Soledade	2013 - 2014 - Prefeitura	447
Rua Manoel Barata	Ciclofaixa	Entre a avenida Lopo de Castro e travessa do Cruzeiro	2013 - 2014 - Prefeitura	464
Rua Siqueira Mendes	Ciclofaixa	Entre a avenida Lopo de Castro e travessa do Cruzeiro	2013 - 2014 - Prefeitura	424
Avenida João Paulo II	Ciclofaixa	Entre a travessa Antônio Baena e avenida Ceará	Concluída em 2015	57
Avenida José Bonifácio	Ciclofaixa	Entre a rua dos Mundurucus e avenida Duque de Caxias	Concluída em 2015	1.810
Rua dos Mundurucus	Ciclofaixa	Entre a rua Teófilo Condurú e travessa Honório José dos Santos	Concluída em 2015	4.060
Travessa Lomas Valentinas	Ciclofaixa	Entre a avenida João Paulo II e rua Antônio Everdosa	Concluída em 2015	2.470
Travessa Angustura	Ciclofaixa	Entre a avenida João Paulo II e rua Antônio Everdosa	Concluída em 2015	2.470
Rua Teófilo Condurú	Ciclofaixa	Entre a rua dos Mundurucus e avenida Ceará	Concluída em 2015	1.000
Avenida Ceará	Ciclofaixa	Entre a travessa Teófilo Condurú e avenida João Paulo II	Concluída em 2015	60
Travessa Antônio Baena	Ciclofaixa	Entre as avenidas João Paulo II e José Bonifácio	Concluída em 2015	986
Subtotal				16.118
Local	Tipo	Trechos	Período	Extensão (m)
Ciclofaixas a Implantar				
Ciclofaixa Icoaraci	Ciclofaixa	Trav. Itaboraí, rua Siqueira Mendes, trav. Pimenta Bueno e rua Dois de Dezembro	A Implantar	4.140
Ciclofaixa Portal / avenida Tamarandé	Ciclofaixa	Entre a avenida 16 de Novembro e rotatória do Portal da Amazônia	A Implantar	1.240
Avenida Doutor Freitas	Ciclofaixa	Entre as avenidas Duque de Caxias e Pedro Álvares Cabral	A Implantar	1.610
Portal da Amazônia	Ciclofaixa	Alça partindo da rua dos Mundurucus até a orla e retornando a Bernardo Sayão	A Implantar	1.530
Rua dos Mundurucus	Ciclofaixa	Entre a travessa Honório José dos Santos e Portal da Amazônia	A Implantar	1.140
Travessa Vileta	Ciclofaixa	Entre a avenida João Paulo II e rua Antônio Everdosa	A Implantar	2.450
Sutotal				12.110

Quadro 33: Rede cicloviária implantada até outubro de 2017 (SEMOB, 2017).

Local	Tipo	Trechos	Período	Extensão (m)
Ciclovias 2004 a 2012 - Prefeitura				
Avenida Almirante Barroso	Ciclovía	Entre São Brás e entroncamento	2004 - 2012 - Prefeitura	5.260
Avenida Marquês de Herval	Ciclovía	Entre a avenida Doutor Freitas e travessa Antônio Baena	2004 - 2012 - Prefeitura	2.670
Portal da Amazônia	Ciclovía	Orla do Portal da Amazonia	2004 - 2012 - Prefeitura	1.040
Subtotal				8.970
Ciclovias 2013 a 2016 - Prefeitura				
Avenida Almirante Barroso	Ciclovía	Calçada compartilhada entre Tavares Bastos e Pass. Nossa Senhora Aparecida	2013 - 2014 - Prefeitura	1.180
Rua dos Timbiras	Ciclovía	Entre as avenidas Bernardo Sayão e Generalíssimo Deodoro	Concluída em 2015	2.070
Avenida Duque de Caxias	Ciclovía	Entre as avenidas José Bonifácio e Dr Freitas	Concluída em 2016	2.400
Avenida Brigadeiro Protásio Lopes	Ciclovía	Entre a avenida Dr. Freitas e Avenida Júlio César	Concluída em 2016	600
Subtotal				6.250
Ciclovía - Estado				
Elevado Daniel Berg	Ciclovía	Complexo Elevado Daniel Berg	Estado	360
Sutotal				360
Ciclovias a Implantar				
Avenida Pedro Álvares Cabral	Ciclovía	Entre a avenida Visconde de Souza Franco e elevado Daniel Berg	A Implantar	4.810
Avenida Augusto Montenegro (Bidirecional)	Ciclovía	Entre o entroncamento e rua 2 de Dezembro	A Implantar	27.900
Sutotal				32.710
Subtotal Ciclovias Implantadas				15.580
Subtotal Ciclovias a Implantar				32.710
Total de Ciclovias				48.290

GESTÃO E GOVERNANÇA COM TRANSPARÊNCIA

PROGRAMA GESTÃO INOVADORA PARA HOJE E AMANHÃ

PLANEJAMENTO E GESTÃO

O desenvolvimento da qualidade dos processos de gestão e do entendimento do planejamento enquanto instrumento que promove e assegura a governança da administração pública, requer sempre mudança de cultura administrativa, onde somente é possível obter resultados por meio do diálogo com a sociedade a partir da existência de espaços democráticos de participação e negociação, integração entre os entes municipais e multisetorialidade das ações na execução de políticas públicas, monitoramento, avaliação e aprendizado, e fazer-se replanejar.

Assim, no ano de 2017, com término do prazo de vigência do Plano Plurianual (PPA) do quadriênio 2014 – 2017, a Administração Municipal consolidou a gestão por resultados, fortalecendo a cultura do planejamento e avaliação de ações, metas e indicadores, em busca da efetividade das políticas públicas.

Com o agravamento da situação política e econômica do país e, conseqüentemente do município, as funções de planejamento e controle da execução orçamentária ganharam importância para maior racionalização dos recursos, bom uso do erário público e na definição de prioridades conforme as necessidades indicadas pela população. Estes pressupostos embasaram todo o processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA) do quadriênio 2018 – 2021, que intitulado “BELÉM CRIATIVA – Belém do Bem, Cidade para Todos”, teve em todas as etapas de construção, a participação de técnicos da equipe de servidores municipais e da sociedade civil (leitura comunitária), em oficinas, audiências e consultas públicas via *internet*.

Além de definir as diretrizes programáticas, os objetivos estratégicos de gestão para o desenvolvimento do Município e a previsão orçamentária para investimentos no período de 2018 a 2021 a partir da instituição do PPA enquanto instrumento de planejamento de médio prazo (4 anos) que define os programas, ações e metas da Administração Municipal, e que integra na sua elaboração os pressupostos do Plano Diretor do Município de Belém (Lei nº 8.655/2008) e o

Plano de Governo, a PMB por meio da Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEp), desenvolve metodologias direcionadas aos técnicos dos setores de planejamento e orçamento dos órgãos da Administração Municipal para a elaboração dos demais instrumentos de planejamento legalmente instituídos pela Lei Orgânica Municipal (LOMB), tais como Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), Relatório Anual de Gestão e Mensagem do Prefeito à Câmara Municipal.

Além da elaboração dos instrumentos de planejamento, anualmente são elaborados instrumentos de gestão orçamentária e financeira da Administração Municipal, expressos nos relatórios Resumido de Execução Orçamentária (RREO), de Gestão Fiscal (RGF) e o Programa De Análise De Gestão Municipal (PROAGEM), de periodicidade bimestral.

O RREO tem periodicidade bimestral e auxilia o acompanhamento da realização orçamentária, enquanto o RGF é editado a cada quadrimestre e proporciona o controle da despesa de pessoal e dívida públicas pela observação dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Em atendimento a lei de transparência nas administrações públicas, a PMB elaborou o Manual de Procedimentos Administrativos contendo todo o arcabouço legal, jurídico e administrativo da Prefeitura que, totalmente disponibilizado em meio digital via *internet*, garante a democratização das informações públicas, a idoneidade documental, o melhor acesso aos serviços e continuidade das ações e divulgação dos atos e contas da administração pública à sociedade e às próximas gestões.

Tais produtos são disponibilizados em tempo real no Portal da Transparência do site da Prefeitura de Belém, contendo dados referentes ao acompanhamento dos programas e ações do Executivo Municipal, e a execução orçamentária e financeira do Município de Belém, reforçando a política de acesso dos munícipes às informações da gestão pública municipal.

O objetivo é estimular o acesso às informações municipais e ampliar a transparência da gestão pública municipal, contribuindo para a conscientização da importância da participação da sociedade na Administração Pública e o combate à corrupção.

A partir dos dados disponíveis, os cidadãos podem acompanhar o desenvolvimento das ações municipais, fiscalizando a aplicação dos recursos públicos e, ao mesmo tempo, conhecendo a realidade municipal e, exercendo assim, o controle pleno da gestão pública.

Entre os dias 08/09/2015 e 09/10/2015, em atuação coordenada em todo o Brasil, o Ministério Público Federal realizou a avaliação dos Portais da Transparência dos 5.568 municípios e 27 estados brasileiros.

O exame considerou aspectos legais e boas práticas de transparência com base em questionário elaborado pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), objetivando medir o grau de cumprimento da legislação, por parte de municípios e estados, numa escala que vai de zero a dez.

O município de Belém ficou em 1º lugar no ranking dos municípios paraenses e em 5º lugar entre as capitais brasileiras. A pesquisa completa encontra-se no link: <http://www.combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking/o-projeto/ranking/mapa-da-transparencia>.

O Plano Plurianual – PPA

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento estratégico para implementação de políticas públicas. Estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos Programas de duração continuada, conforme disposto nos marcos legais, a saber: (a) Artigo 165 da Constituição Federal de 1988 e no artigo 204 da Constituição Estadual de 1989; (b) Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão (MOG); (c) Lei Federal nº 101/2000 - Responsabilidade Fiscal; e (d) §1º, Artigo 105 da Lei Orgânica do Município de Belém.

O PPA, além de instrumento legal, é documento principal do planejamento municipal de médio prazo (4 anos) e declara as escolhas pactuadas com a sociedade, contribuindo para viabilizar os objetivos fundamentais da administração pública. Organiza a ação de governo na busca de um melhor desempenho da Gestão Municipal.

A elaboração do Plano é um momento oportuno que reúne diferentes agentes sociais, com objetivo de instituir um pacto e um projeto articulado para o desenvolvimento do Município, capaz de enfrentar os grandes desafios da gestão municipal na melhoria da qualidade de vida da população com justiça social.

O sentido geral é o de conferir ao PPA um caráter mais estratégico, criando condições efetivas para a formulação, a gestão e a implementação das políticas públicas. Além disso, a estrutura do mesmo define os espaços de atuação do Plano (planejamento) e do Orçamento (execução) e qualifica a comunicação com a sociedade (resultado).

Breve Avaliação do Plano Plurianual – PPA 2014/20217

Por meio do Plano Plurianual 2014 – 2017 a Gestão Municipal, embasada na metodologia adotada pelo Governo Federal, promoveu uma mudança conceitual na elaboração do planejamento de médio prazo contrapondo os modelos adotados em PPA's anteriores que não integravam plano, orçamento e gestão, objetivando proporcionar um caráter mais estratégico ao Plano Plurianual. As adequações foram promovidas sob a justificativa de que o instrumento havia sido incorporado à lógica orçamentária sendo incapaz de orientar decisões estratégicas e comunicar de forma efetiva as políticas públicas desenvolvidas.

Deste modo, surgiu um grande desafio para a elaboração do PPA 2014 – 2017: reposicionar o protagonismo do Plano Plurianual como instrumento estratégico relacionado a decisões políticas, visto que a instituição responsável pela sua coordenação estava afastada do ciclo de gestão, das estruturas de planejamento dos órgãos setoriais e do âmbito decisório da Gestão Municipal. Assim, em 2013, o Governo Municipal decidiu por romper com a estrutura vigente de PPA's anteriores que apontavam excessiva rigidez valorizando-o mais como instrumento de controle dos gastos públicos do que orientador das prioridades orçamentárias. Os programas finalísticos enquanto unidades de gestão foram redefinidos como Programas Temáticos a partir da adoção de um processo de planejamento onde é declarada a Visão de Futuro (onde se quer chegar), norteando as principais linhas de atuação governamental, considerando primordial a transversalidade e a multissetorialidade como princípios das políticas públicas.

A Lei nº 9.026/2013 que instituiu o Plano Plurianual 2014 – 2017 organiza a atuação governamental por meio de Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção da Administração.

Os Programas Temáticos passaram a orientar a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade, ou seja, o programa deixa de organizar a ação governamental para a resolução de um único problema ou atendimento de uma única demanda relacionada a uma política pública e passa a agregar, em diretrizes estratégicas de atuação, diversas áreas do setor público que concorrem para o alcance de um mesmo objetivo considerando a transversalidade e a multissetorialidade na execução e implantação de projetos, como por exemplo Educação e Cultura, Educação e Esporte, Saúde e Esporte, Assistência Social e Saúde, dentre outros. Enquanto os Programas de Gestão, Manutenção da Administração reuniam ações orçamentárias destinadas ao apoio, gestão e manutenção da administração pública e da atuação governamental.

Aos Programas Temáticos estavam associados 6 atributos: Valor Global, Objetivo e Órgão Responsável, Metas, Iniciativas e Indicadores. Os atributos Meta, Iniciativa e Indicador, apresentaram problemas nas etapas de monitoramento e avaliação do plano.

Com relação à Meta podemos identificar duas abordagens conceituais distintas que guardam uma considerável imprecisão. Uma apresentou a meta como expressão direta da ação governamental, ressaltando a necessidade de não confundi-la com o produto, ou também chamada de Meta Qualitativa; e outra associada à possibilidade de se aferir a avaliar um resultado da política pública, denominada Meta Quantitativa, facilmente confundida com Ação. Outra dificuldade que importa para o monitoramento e avaliação foi a decisão de identificar a Meta total para o período de vigência do PPA (2014 a 2017), não distribuindo-a ao longo dos anos, prejudicando a medição do que realmente foi atingido quando da execução das ações.

A Iniciativa, enquanto atributo novo aos instrumentos de planejamento declara as entregas de bens e serviços à sociedade, sendo o elemento mais próximo à execução de políticas públicas, estabelecendo relação direta com a Lei Orçamentária (LOA). A definição conceitual desse atributo confunde-se com o

conceito de Ação Orçamentária e não enquanto operação da qual resultam produtos (bens ou serviços), podendo ser comparadas com as ações finalísticas descritas em PPA's anteriores.

A entrega de bens e serviços constitui uma das etapas para o atingimento dos Objetivos, não representando o fim almejado. Assim, as entregas definidas como Iniciativas não contribuíram para alterar a realidade e melhorar a qualidade de vida da população uma vez que, assim como as Metas, não foram anualizadas, inexistindo qualquer parâmetro para o monitoramento e avaliação.

O Indicador, enquanto instrumento fundamental de avaliação de políticas públicas teve pouco alcance de resultados, salvo nos casos onde os valores são aferidos por sistemas federais, caso da Educação, Saúde, Assistência e Saneamento. Outro entrave configurou-se na quantidade de indicadores no plano. Dos 55 indicadores distribuídos nos 12 programas temáticos do PPA 2014 – 2017, 21 foram passíveis de aferição.

O PPA 2014 – 2017, apesar de estabelecer uma linguagem mais acessível à sociedade, foi marcado por impressões conceituais e opções metodológicas que o distanciaram de um efetivo instrumento de planejamento e gestão por resultados, aproximando-se mais de um painel de políticas, muito em virtude do exíguo tempo de elaboração (fevereiro à abril de 2013) que não permitiu à equipe técnica municipal o treinamento adequado à nova metodologia e a incipiente instrumentalização do mesmo na verificação do alcance das ações realizadas por meio de mecanismos de monitoramento e avaliação, destacando assim a fragilidade na responsabilização do agente gestor.

Contudo, se considerarmos os 21 indicadores aferidos ao longo de vigência do plano, atestamos a melhoria da atuação da Gestão municipal em 17 desses indicadores, ou seja, 80% dos indicadores monitorados atestaram a melhoria das condições de vida da população do Município, principalmente nas políticas públicas de educação, saúde, assistência e saneamento ambiental.

Tabela 59: Relação dos Indicadores do Plano Plurianual 2014-2017 avaliados.

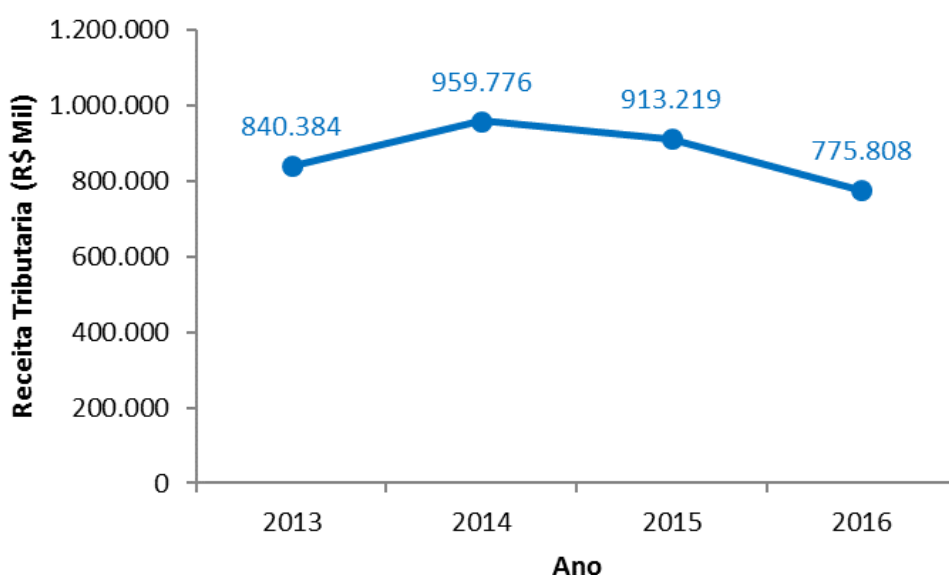
Programa Temático	Área	N	Indicador	Unidade	Índice de Referência - IF	Ano base - IF	Cota Final - CF	Ano Base - CF	Fonte	Direção do indicador
Programa 1. Saúde e Assistência Social	Saúde	1	Taxa de mortalidade infantil < 1 Ano	1.000 / Nascidos Vivos	16,82	2013	15,42	2016	Sistema de Informação de mortalidade (SIM) e Sistema de Informação de Nascidos Vivos (SINAISC)	▼
	Saúde	2	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	%	40,54	2013	50,98	2016	DAB/CINES/DATASUS e IBGE - Estimativas populacionais	▲
	Saúde	3	Cobertura populacional estimada pelas equipes da estratégia saúde da família (ESF)	%	23,95	2013	26,48	2016	DAB/DATASUS e IBGE - Censo Demográfico 2010	▲
	Saúde	4	Proporção de óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio (AMI)	%	13,02	2013	11,16	2016	Sistema de Informação Hospitalar - SHISUS	▼
	Saúde	5	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária	RAZÃO	0,15	2013	0,19	2016	Sistema de Informação Ambulatorial (SIAMUS)/IBGE	▲
	Saúde	6	Razão exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 59 anos e população da mesma faixa etária	RAZÃO	0,28	2013	0,27	2016	Sistema de Informação Ambulatorial (SIAMUS)/IBGE	▲
Programa 2. Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Saúde	7	Taxa de mortalidade materna por 100 mil nascidos vivos	100.000 / Nascidos Vivos	118,66	2013	63,42	2016	Sistema de Informação de mortalidade (SIM) e Sistema de Informação de Nascidos Vivos (SINAISC)	▼
	Saúde	8	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família.	%	33,03	2013	50,78	2015	MDS, Sistema de Acompanhamento das Condicionalidades (SICON)	▲
	Assistência Social	9	Famílias atendidas pelos Centros de Referência à Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS)	Unidade (famílias)	45,715	2013	55,351	2016*	SEVISA/Relatórios Mensais FUNPAPA.	▲
	Educação	10	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb*) - Rede municipal municipal de 1ª a 4ª série	Unidade (0 a 10)	4,1	2013	Anos iniciais = 4,60 Anos finais = 4,00	2015	INEC/INEP	▲
	Educação	11	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb*) - Rede municipal municipal de 5ª a 9ª série	Unidade (0 a 10)	3,8	2013		2015	INEP	▼
	Educação	12	Taxa de Evasão escolar do Ensino Fundamental	%	3,3	2013	2,5	2015	INEP	▼
Programa 3. Desenvolvimento Econômico	Educação	13	Taxa de Alunos em distorção Idade-Ciclo (Idade-Série no Ensino Fundamental)	%	24,30	2013	22,10	2015	INEP-INEC-Censo Educacional	▼
	Educação	14	Quantidade de jovens e adultos alfabetizados	Unidade (pessoas)	7,410	2013	6,563	2016	INEP-Microdados 2013, 2014, 2015 e 2016-INEC/Inep/Dados-Préliminares, CREDES/SEI/EC 2016.	▲
	Economia	15	Volume de crédito concedido para microcrédito	R\$ 1,00	394.001,00	2013	256.500,00	2016	SplWeb/Sector de Crédito (RAG 2013 e 2016)	▲
	Economia	16	Número de pessoas e clientes capacitados para o mercado de trabalho	Unidade (pessoas)	4.883	2013	43.337	2016	Fundo Vero-Sol (RAG 2013 e 2016)	▲
	Saneamento	17	Percentual da população atendida com esgotamento sanitário	%	7,09	2013	12,80	2015	SINIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento/IBGE	▲
	Saneamento	18	Abastecimento público de água potável na área urbana	%	73,33	2013	92,04	2015	SINIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento/IBGE	▲
Programa 7. Saneamento Ambiental	Saneamento	19	Cobertura de coleta de resíduos sólidos e entulhos	%	92,00	2013	92,00	2015	Ministério das Cidades - SINIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento	▲
	Mobilidade	20	Taxa de mortes no trânsito	100.000/hab.	12,54	2013	11,13	2016	Sistema de Informação de mortalidade (SIM) e IBGE - Estimativas populacionais	▼
Programa 8. Mobilidade Urbana										
Programa 12. Gestão Tributária	Gestão	21	Volume de receita própria do município	R\$ 1,00	840.384,057	2013	775.808.000	2016	Balanco Geral do Município. Nota: Valores constantes - PCA/IBGE Base Dez/2016.	▲

Nota: Direção do indicador
 Quanto maior melhor
 Quanto menor melhor
 Fonte: SEGEPI, 2017.

Com relação à redução verificada no 21º Indicador “Volume de Recita Própria do Município”, temos a considerar que o cenário econômico nacional passou por um período de recessão técnica desde 2015 com persistência e constante declínio em 2016, o que afetou negativamente Estados e Municípios. Os índices econômicos não foram favoráveis para a estabilidade financeira. O PIB municipal em 2013 foi de R\$ 27.139 milhões com participação estadual de 22,44% e nacional de 0,51%. Enquanto que em 2015 ambas caíram, passando a ser 22,37% e 0,49%, respectivamente. O mesmo ocorreu com os outros índices como a Inflação. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) que em 2013 foi de 5,91%, passou a ser 6,29% em 2016. Além dos aumentos na Taxa SELIC, de 10,00% para 13,65%, e a média da Taxa de Câmbio de 2,34 para 3,46, o que impactando diretamente nos valores de estoque e pagamento da Dívida Pública do Município.

A retração econômica afetou o ciclo produtivo do país com forte impacto negativo. As políticas de desoneração fiscal e o aumento do desemprego implicam queda nas atividades econômicas, resultando em redução da arrecadação de impostos de competência do Município (como o ISS/QN e IPTU), levando uma queda de 7,68% da receita arrecada própria, passando de 840 milhões de reais para 775 milhões.

Figura 40: Receita Arrecadada Própria, no Município de Belém - 2012 - 2016.



Nota: Valores constantes - IPCA/IBGE. Base Dez/2016.

Processo de Elaboração do Plano Plurianual - PPA 2018/2021

A elaboração do Plano Plurianual - PPA 2018/2021 se deu em um ambiente adverso, de contínua desvalorização dos instrumentos de planejamento e em meio à grave crise política e econômica nacional. Portanto, uma série de mudanças foi promovida na estrutura e no modelo de gestão do Plano, na tentativa de torná-lo mais estratégico e afastá-lo da rigidez da estrutura orçamentária e, com isso, voltar a mobilizar os tomadores de decisão.

Assim, o processo de elaboração do PPA 2018/2021 passou a integrar um projeto de desenvolvimento municipal que concilia inclusão social, com a ampliação do acesso aos bens e serviços públicos, integrada à maior oferta de infraestrutura urbana e ordenamento territorial com vista ao crescimento econômico e à garantia da segurança aos cidadãos.

Ao construir esse novo projeto, a Administração Municipal trouxe como diretriz o resgate do planejamento com base na Visão de Futuro, que antecipa e propõe a concepção de caminhos possíveis e desejáveis. Neste sentido, o PPA 2018–2021 possui uma estrutura que reflete uma concepção de planejamento influenciada pelo Pacto Federativo e no estabelecimento de parcerias com os Governos Federal e Estadual, na formulação e implementação das principais agendas a serem executadas no quadriênio.

Neste contexto, o PPA foi elaborado a partir da visão de desenvolvimento sustentável, da difusão do conhecimento e informação, da diversidade sócio-espacial do território municipal; concepções estas que estimularam a elaboração de políticas públicas, em áreas temáticas prioritárias de atuação integrando políticas de Saúde e Assistência Social, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Segurança Municipal e Cidadania, Saneamento Ambiental, Habitação, Gestão Ambiental, Mobilidade e Acessibilidade, Desenvolvimento Econômico em Base Sustentável e Modernização Administrativa.

Estruturado em Dimensões Estratégicas, o PPA 2018-2021 tem como balizador 3 eixos estratégicos: (1) MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E JUSTIÇA SOCIAL; (2) ORDENAMENTO, INFRAESTRUTURA URBANA E CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL; e (3) GESTÃO E GOVERNANÇA COM TRANSPARÊNCIA, que agregam as diretrizes para a atuação do setor público,

com a prestação de serviços, a condição da garantia dos direitos sociais, econômicos e políticos, o acesso digno aos espaços urbanos e a qualidade na gestão pública.

Em face disto, tornou-se condição prioritária e um dos objetivos da participação social na construção do PPA o debate com a sociedade sobre as prioridades e a consistência estratégica dos investimentos e a seletividade dos programas a serem implementados no período 2018-2021.

Para tanto, foi garantido pela Gestão Municipal, a participação e a interação da sociedade na elaboração do PPA 2018-2021, por meio da realização da Consulta Pública *on line* e de Audiências Públicas, das quais participaram os movimentos sociais, entidades e associações de classe, representantes da Câmara Municipal de Belém – CMB, gestores e técnicos de órgãos e entidades da Administração Municipal e diversos segmentos da sociedade civil organizada para que o governo pudesse ouvir a sociedade sobre as suas necessidades e demandas e sobre os rumos estratégicos do planejamento e do desenvolvimento de Belém.

A Consulta Pública *on line* e as Audiências Públicas totalizaram a participação de 450 pessoas. Destes, 90% corresponderam à participação presencial e somente 10% participaram da consulta em meio digital.

A Consulta Pública *on line* foi destinada à população por meio do endereço eletrônico www.belem.pa.gov.br/ppa2018 durante o período de 10 a 23 de junho de 2017. Esta Consulta Pública disponibilizou à sociedade o Planejamento Municipal, conteúdos relacionados ao processo de formulação do PPA 2018 – 2021, conceitos e metodologia adotados, cronograma e etapas de elaboração, além de um canal de participação no qual foi possível o envio de sugestões de cidadãos, representantes de entidades civis, de órgãos públicos e de Organizações não Governamentais, as quais foram apreciadas pelos órgãos e entidades dos Poderes constituídos.

Do total de participantes, 64% corresponderam a homens e 36% de mulheres, sendo 67% representantes da sociedade civil e 33% da administração pública. Das propostas levantadas, 33,3% corresponderam ao eixo Saneamento Ambiental, Habitação e Mobilidade Urbana, 26% foram feitas ao eixo Trabalho,

Emprego e Renda, e 16,7% contribuições forma feitas no eixo Segurança Pública e Cidadania. Os bairros com maior índice de propostas e/ou participação foram: Nazaré, Batista Campos, Pedreira, Marco, Curió-Utinga, Campina de Icoaraci, Mangueirão, Guamá, Telégrafo, Cidade Velha e Marambaia.

A primeira Audiência Pública ocorreu no dia 05 de junho de 2017 na sede da Fundação Escola Bosque Prof. Eidorfe Moreira – FUNBOSQUE, voltada aos representantes e moradores da região insular do Distrito de Outeiro (DAOUT) e de Mosqueiro (DAMOS), e do Distrito de Icoaraci (DAICO). A segunda Audiência Pública, realizada em 09 de junho de 2017 ocorreu na sede da Fundação Cultural do Pará (FCP/CENTUR), atendendo os segmentos sociais e residentes da porção continental do Município, englobando residentes dos Distritos de Belém (DABEL), Guamá (DAGUA), Sacramento (DASAC), Entroncamento (DAENT) e Bengui (DABEN).

As audiências tiveram início às 08:00 horas com término às 13:00 horas tendo por dinâmica a apresentação da Base Conceitual e Metodológica do PPA 2018 – 2021 e do Diagnóstico Econômico do Município de Belém.

Após as apresentações, os participantes devidamente credenciados foram conduzidos aos Grupos de Trabalho - GT de sua livre escolha, sendo estes: (a) GT 01 - Saúde, Assistência e Segurança; (b) GT 02 – Educação, Cultura, Esporte e Lazer; (c) GT 03 – Saneamento Ambiental, Habitação e Mobilidade Urbana; (d) GT 04 – Trabalho, Emprego e Renda. Nos grupos de trabalho os participantes receberam texto base referente às políticas trabalhadas por eixo e perguntas orientadoras que foram utilizadas para estimular a participação oral da sociedade com a proposição de sugestões e soluções conjuntas para o desenvolvimento da cidade.

As Audiências Públicas apresentaram perfil equilibrado de participantes, sendo 52% de mulheres e 48% de homens. Em ordem decrescente de número de participantes por temas, temos: GT – 01: Saúde, Assistência e Segurança (30%), GT – 03: Saneamento Ambiental, Habitação e Mobilidade Urbana (29%), GT – 02: Educação, Cultura, Esporte e Lazer (24%) e GT – 04: Trabalho, Emprego e Renda (17%).

Das 188 propostas levantadas, 56 (29,8%) foram relacionadas ao GT – 02: Educação, Cultura, Esporte e Lazer, mesmo número de propostas do GT – 03: Saneamento Ambiental, Habitação e Mobilidade Urbana, seguidas de 50 proposições (26,6%) do GT – 01: Saúde, Assistência e Segurança e 26 (13,8%) relacionadas ao GT – 04: Trabalho, Emprego e Renda.

Para assegurar a essa estratégia de desenvolvimento pactuada entre o Poder público e a sociedade nos espaços de participação cidadã, o PPA 2018-2021 apresenta 08 (oito) Programas, sendo 06 (seis) Programas Temáticos do Poder Executivo, definidos a partir da multissetorialidade e da transversalidade na execução das políticas públicas, e 02 (dois) Programas de Manutenção da Administração do Poder Executivo e do Poder Legislativo (Câmara Municipal de Belém - CMB). Como atributos dos Programas Temáticos têm-se: Indicadores (a), Objetivos (b), Órgão Responsável (c), Metas (d) e Ações – Projetos/Atividades (e).

Quadro 34: Comparativo da estimativa das receitas do Município entre o PPA 2014 – 2017 e o PPA 2018 – 2021 (valores a R\$ 1,00).

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	PPA 2014- 2017	PPA 2018 - 2021
1. PRÓPRIA	3.420.634	4.270.294.226
IMPOSTOS	2.380.050	2.771.056.379
TAXAS	289.021	591.653.000
OUTRAS RECEITAS	751.563	907.584.847
2. TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAL	6.687.163	7.331.649.021
2.1-UNIÃO	4.287.330	4.889.310.573
2.2-ESTADO	2.399.833	2.442.338.448
3. (-) DEDUÇÕES DA RECEITA PARA FUNDEB	-860.626	(871.146.518,00)
4. RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (Próprias/transferidas)	1.284.672	1.883.258.864
5. SUB-TOTAL (1+2+3+4)	10.531.843	12.614.055.593
6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	815.402	787.823.851
7. TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	141.039	139.414.257
TOTAL GERAL (5+6+7)	11.488.284	13.541.293.701

Fonte: SEGEP, 2017.

A somatória das receitas previstas para os quadriênios 2014-2017 e 2018-2021 totalizam um montante de R\$ 11,5 bilhões e R\$ 13,5 bilhões, respectivamente. As receitas são distribuídas pelos Programas Temáticos e de Manutenção Administrativa, resultando em R\$ 9,97 bilhões e R\$ 11,32 bilhões,

visto que são excluídas das receitas projetadas as despesas comprometidas com o pagamento de inativos e pensionistas, reserva do regime próprio de previdência, encargos da dívida públicos e precatórios, que não integram o Plano Plurianual, por não contribuírem para o ciclo produtivo, conforme detalhamento a seguir.

Quadro 35: Comparativo entre o PPA 2014-2027 e o PPA 2018-2021 (valores a R\$ 1,00).

Atributos	PPA 2014 - 2017	PPA 2018 - 2021
Programas Temáticos	12	6
Indicadores	55	19 (sendo 1 em construção)
Objetivos	43	26
Valor total/ Programas	9.967.528	11.323.917,860
PODER LEGISLATIVO	327.689	411.213,937
PODER EXECUTIVO	9.639.839,00	10.912.703,923
ATENÇÃO INTEGRAL DAS POLÍTICAS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.513.315,00	1.967.828,416
EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	661.497,00	712.001,276
SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA	13.906,00	379.195,072
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL	36.377,00	37.000,066
MODELO ECONOMICO	6.886,00	-
GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	-	2.293.009,587
ORDENAMENTO, INFRA E GESTÃO AMBIENTAL	1.395.843,00	-
ORDENAMENTO, INFRA E GESTÃO AMBIENTAL	20.828,00	-
SANEAMENTO AMBIENTAL	1.209.946,00	-
BELEM METROPOLE	4.000	-
GESTÃO INTEGRADA E DESCENTRALIZADA	-	1.460.766,402
GESTÃO PARA HOJE E AMANHA	115.552,00	-
MODERNIZAÇÃO FAZENDÁRIA	28.133,00	-
GENTE QUE INOVA	580.689,00	-
MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	4.052.867,00	4.062.903,103

Fonte: SEGEP, 2017.

Da análise dos quadros anteriores podemos destacar o acréscimo de recursos nos Programas de Saúde e Assistência; Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Segurança Pública e Cidadania; além do aporte significativo nos investimentos em obras a serem executadas por meio do Programa Gestão Integrada do Território para o Desenvolvimento Sustentável, que agregou os programas Ordenamento, Infra e Gestão Ambiental, Mobilidade Urbana e

Saneamento Ambiental constantes no PPA 2014-2017. Destaca-se ainda o acréscimo de aproximadamente R\$ 2 bilhões no orçamento total previsto para os programas se compararmos aos recursos disponibilizados no quadriênio 2014 – 2017.

AÇÃO “PREFEITURA NO BAIRRO”

A Ação “Prefeitura no Bairro” promovida pela PMB sob a coordenação geral da SEGEP e instituída pelo Decreto nº 88.454/2017, de 06 de abril de 2017, tem por finalidade promover a integração direta entre o Poder Público e a sociedade, introduzindo um sistema de gestão desenvolvido conjuntamente pela Prefeitura e as comunidades, com vistas a prestação de serviços públicos essenciais à melhoria das condições de vida, à qualidade da salubridade ambiental dos espaços e a garantia de direitos. A ação ainda presta informações sobre os programas, projetos e atividades desenvolvidas pela Gestão Municipal na garantia dos direitos sociais e orienta a população na busca por estes serviços na rede pública de atendimento.

A ação ocorre mensalmente e, a cada quinzena, um bairro do Município é atendido. Durante os 3 dias de realização, a ação oferece diversos serviços de utilidade pública prestados por 21 órgãos e entidades da Administração Municipal e por parceiros institucionais (públicos e representantes da sociedade civil, a exemplo: Polícia Civil do Estado do Pará, SEASTER/Fundação ProPaz, SESI – Cozinha Brasil, dentre outros).

Iniciada no bairro da Água Boa (Distrito de Outeiro, Ilha de Caratateua/Outeiro) em abril de 2017, a ação finalizou o ano com 9 edições realizadas entre os meses de abril e novembro, perfazendo um total de 99 mil atendimentos, entre os quais : serviços em saúde; esporte e lazer; orientações à educação; práticas de alimentação saudável; prestação de serviços da cidadania e segurança pública; além de obras públicas.

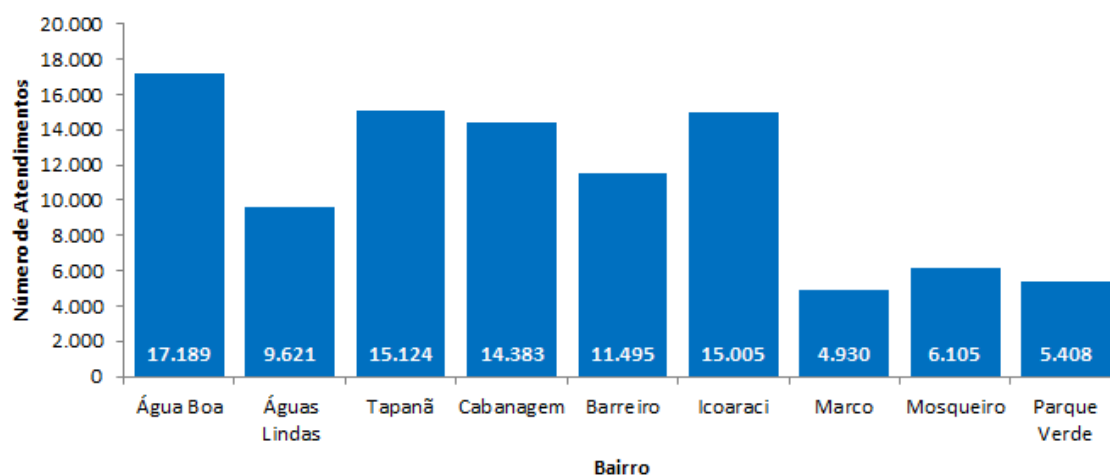
Quadro 36: Demonstrativo de principais serviços (três primeiros) ofertados por órgão e entidade participante e total de atendimentos realizados, 2017.

Órgão/Entidade	Serviços Ofertados	Total de Atendimentos
SESMA	Distribuição de Preservativo Masculino, Feminino e Gel Lubrificante.	22.764
	Emissão de Cartão SUS	3.913
	Imunização de adultos (Febre Amarela, DT - Difteria e Tétano, TRIPLICE VIRAL e Influenza)	3.787
FUNDO VER O SOL	PROGRAMA RESTAURANTE POPULAR	6.578
	PROJETO DE CAPACITAÇÃO	1.535
	PROJETO MICROCRÉDITO	458
SEMOB	Emissão de Passes (1/2 passagem, Sênior, PNE, 1ª e 2ª VIA) Credencial para estacionamento, Sênior e PNE.	4.528
	Orientações sobre defesa de multa, transferências de táxi, solicitação de faixa cidadã, semáforos, dentre outros.	3.398
FUNPAPA	Atendimento CRAS	1.776
	Inscrição no Cadúnico	1.479
	Inscrição Tarifa Social - CELPA	642

Fonte: SEGEP, 2017.

Em números, o bairro da Água Boa obteve o maior número de atendimentos, seguido do bairro Tapanã, Icoaraci e Cabanagem. A edição que ocorreu na Águas Lindas trouxe um diferencial. Por ser bairro limítrofe, os serviços foram ofertados em conjunto pelas prefeituras de Belém e Ananindeua.

Figura 41: Atendimentos por Bairro de Ocorrência da Ação "Prefeitura no Bairro" – 2017.

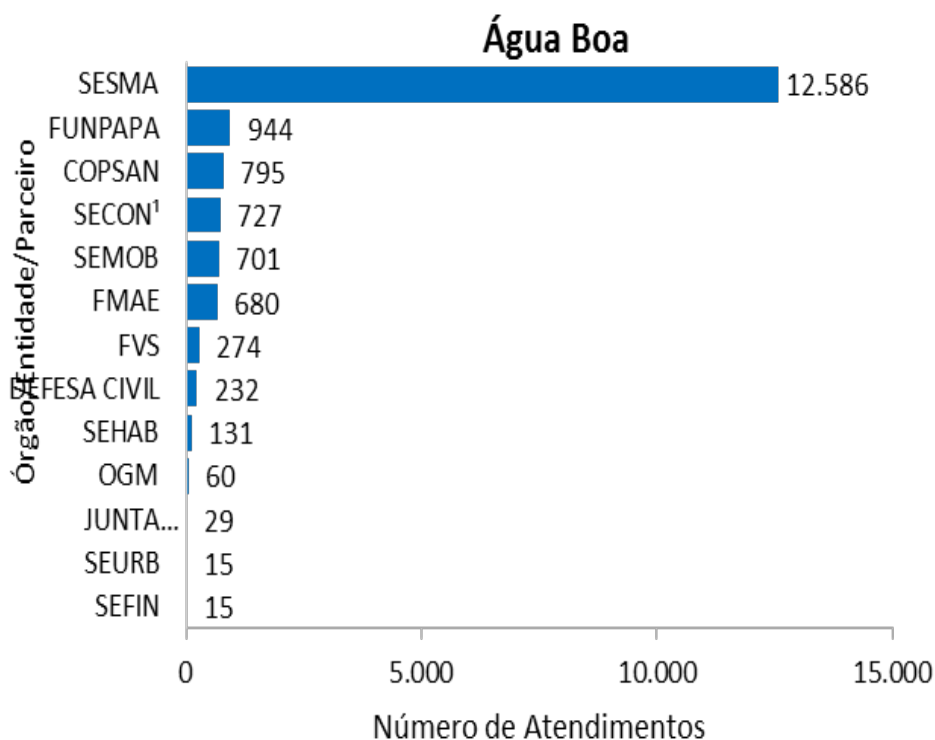


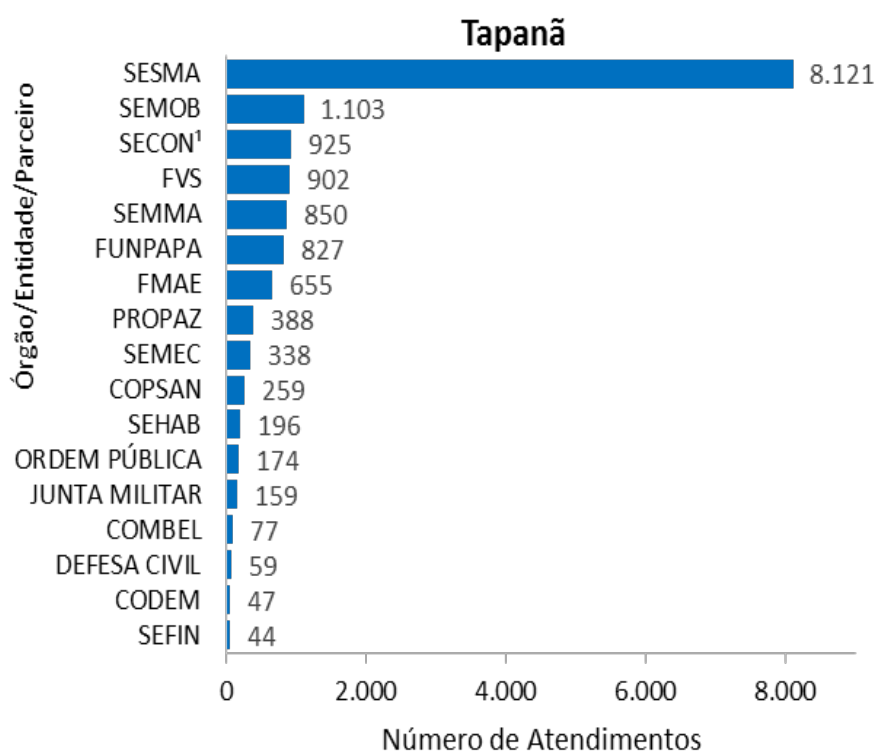
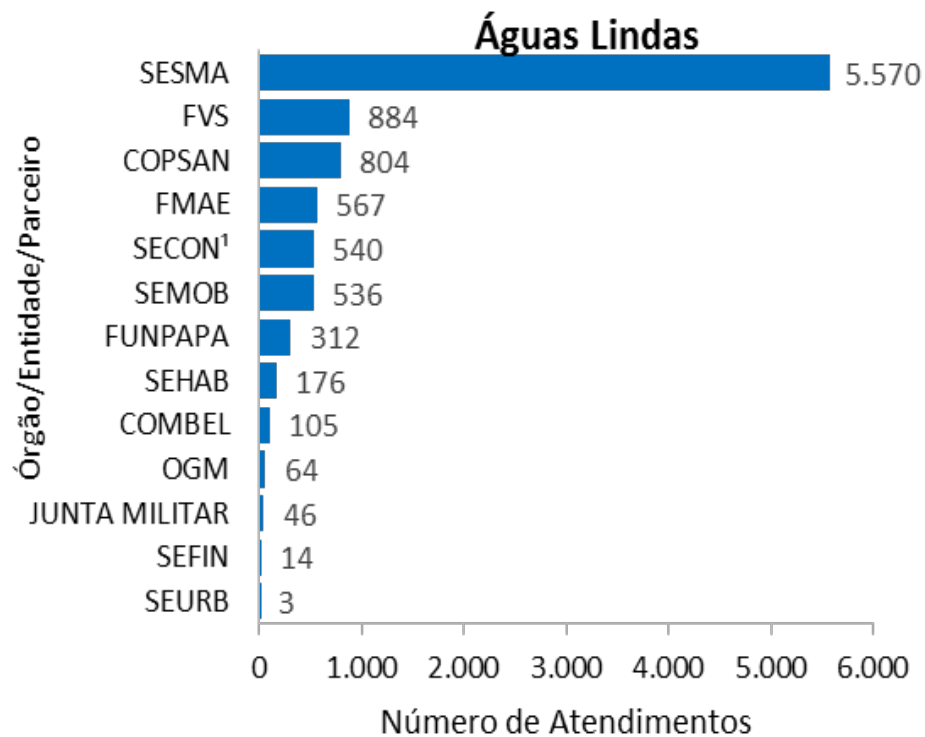
Fonte: SEGEP, 2017.

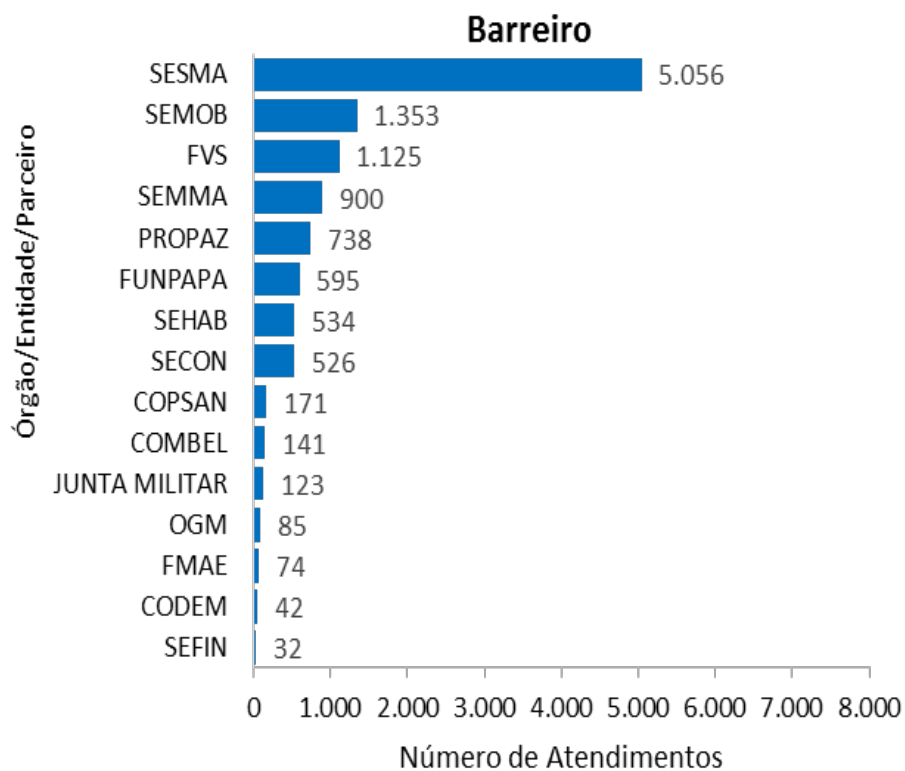
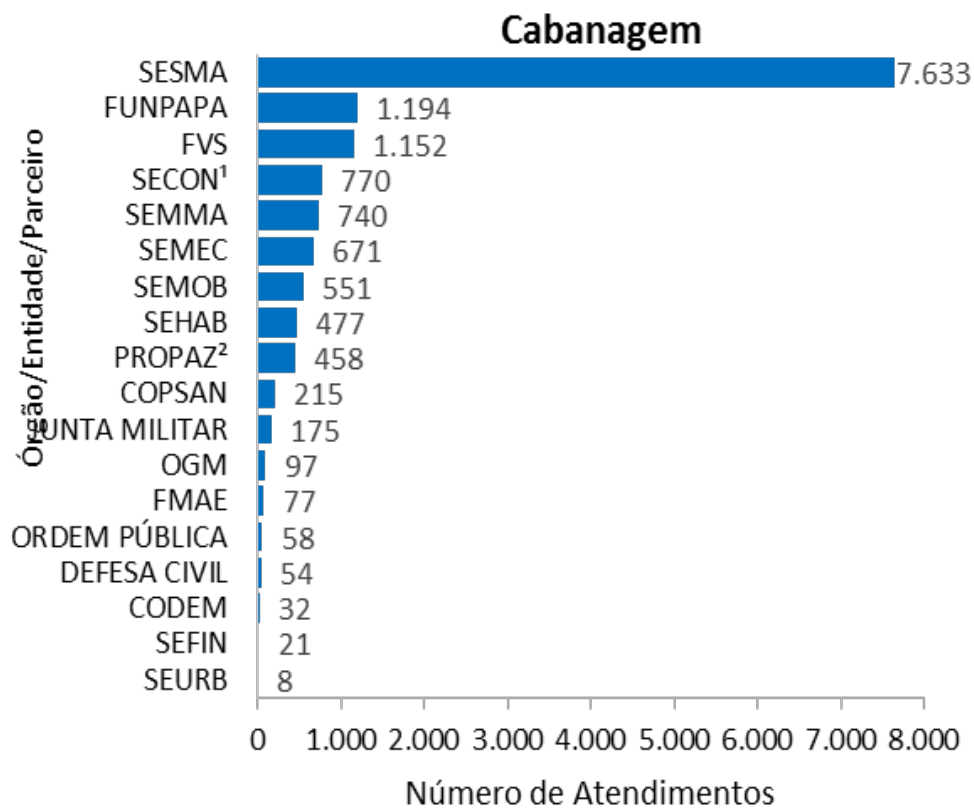
Observou-se que a demanda relacionada à promoção da saúde pública e prevenção de doenças concentrou um maior número de atendimentos realizados em quase todas as edições da Ação “Prefeitura nos Bairros”, conferindo certa padronização.

Contudo, nos bairros do Marco e Parque Verde, e no Distrito de Mosqueiro, destacaram-se os serviços ofertados em mobilidade e acessibilidade urbana, e aqueles relacionados à geração de trabalho, emprego e renda.

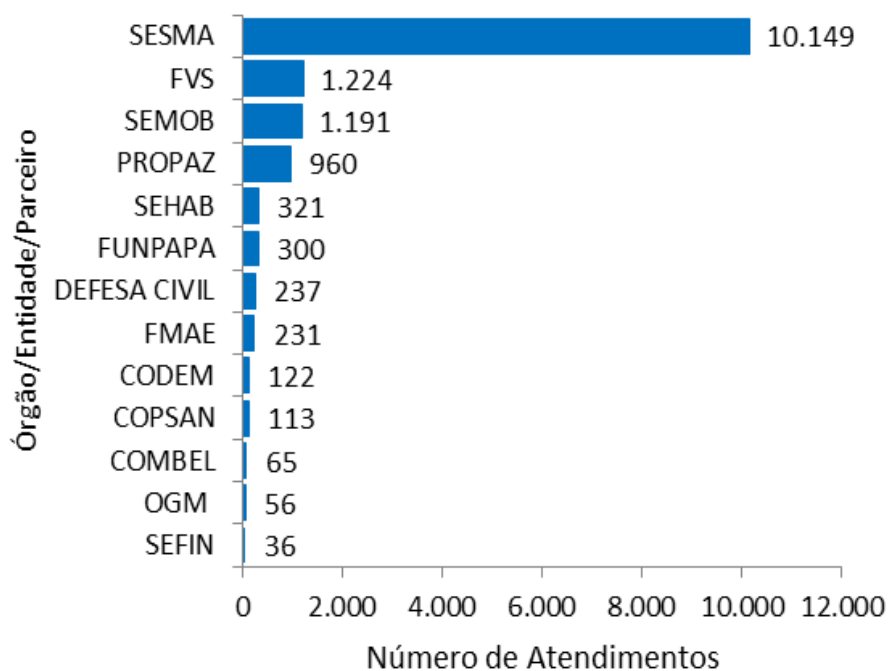
Figura 42: Atendimentos realizados por órgão e bairro de ocorrência da Ação “Prefeitura no Bairro”, 2017.



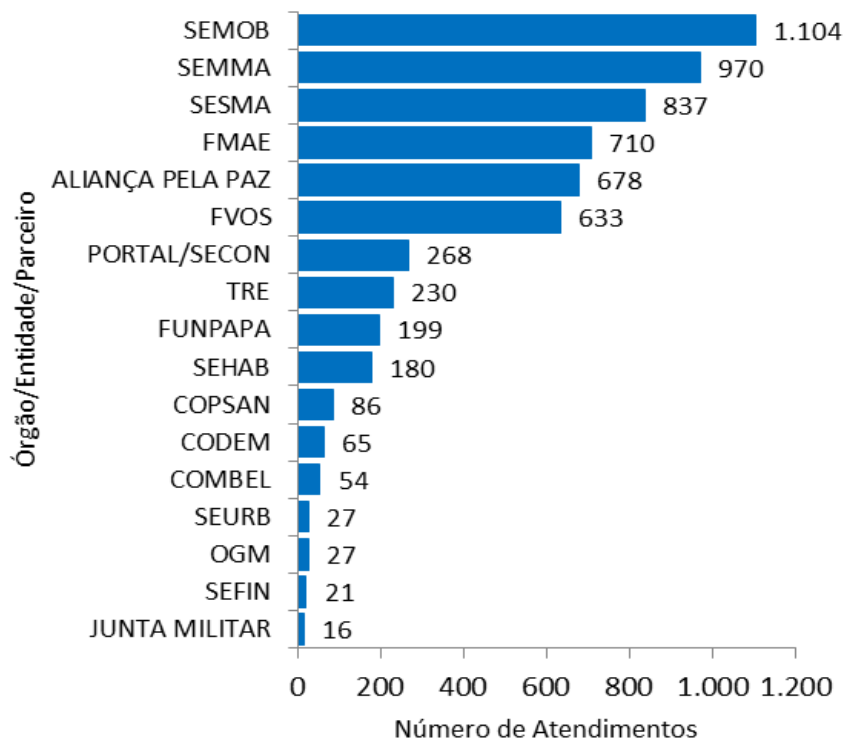


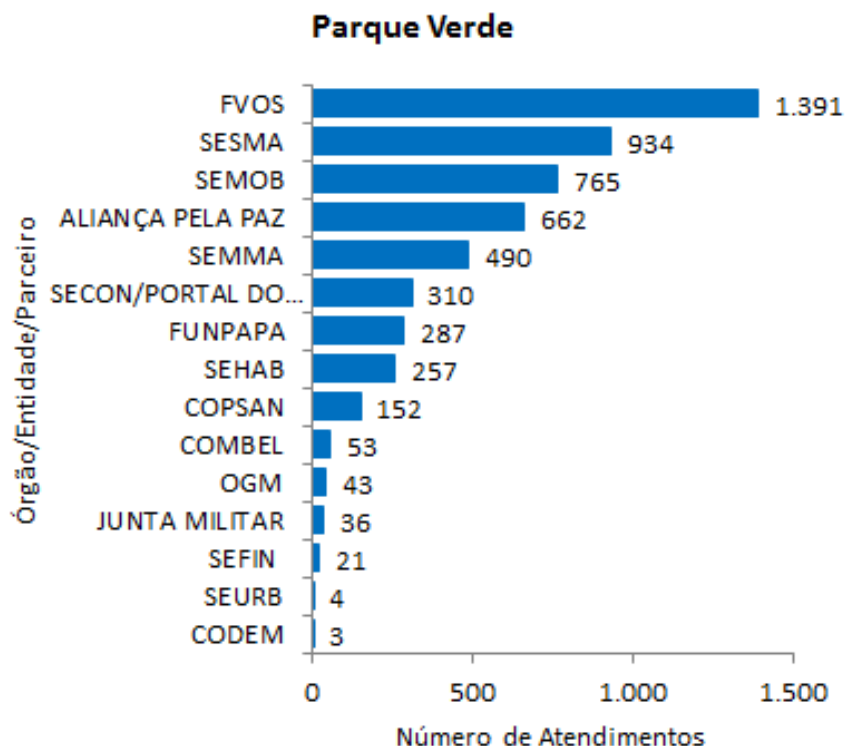


Icoaraci



Mosqueiro





Fonte: SEGEP, 2017.

Na maioria das edições os serviços voltados para promoção e prevenção em saúde foram aqueles com maior destaque (51.597) de atendimentos. A oferta de serviços foi voltada à saúde da mulher com ênfase no câncer de mama, doenças sexualmente transmissíveis, teste rápido de HIV, dentre outros.

Os serviços de mobilidade tiveram grande procura pela população (7.926), sendo ofertados serviços como emissão de cartão passe fácil estudantil e sênior; passe especial para deficientes físicos e credencial para estacionamento; orientações sobre a defesa de multa, transferências de táxi, solicitação de faixa cidadão e semáforo.

A política de assistência social apresentou alta demanda de serviços (4.936). Foram ofertados às famílias diversos atendimentos que são realizados somente no âmbito dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), como o serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), inscrição no cadastro único para programas sociais (CadÚnico) e encaminhamentos para a rede de serviços da assistência social.

Tabela 60: Total de Atendimentos por Órgão, Entidade e Parceiro da Ação “Prefeitura no Bairro” – 2017.

Órgãos/Entidades	Atendimentos	Órgãos/Entidades	Atendimentos
SESMA	51.597	SEMEC	1.009
FVS	8.690	JUNTA MILITAR	607
SEMOB	7.926	DEFESA CIVIL	582
FUNPAPA	4.936	COMBEL	527
SEMMA	4.617	OGM	458
SECON/PORTAL DO TRABALHADOR	4.366	CODEM	399
ALIANÇA PELA PAZ/SEASTER/DEFENSORIA	4.368	SEFIN	249
FMAE	3.246	ORDEM PÚBLICA	232
COPSAN	2.638	TRE	230
SEHAB	2.516	SEURB	67
-	-	Total	99.260

Fonte: SEGEP, 2017.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Ao longo dos últimos 20 anos, a estrutura administrativa da PMB passou por readequações para adaptar-se a novas exigências das políticas públicas pós-promulgação da Constituição Federal de 1988, ocasionando por vezes sobreposições e sobreamentos de competências e atribuições às estruturas já existentes, comprometendo o fluxo interno de procedimentos administrativos com a criação de novas unidades e setores, e uma sobrecarga estrutural no organograma dos órgãos e da própria Administração Municipal.

Neste contexto, a PMB iniciou o processo de Modernização da Gestão Administrativa coordenado pela Secretaria Municipal de Administração (SEMAD). Mediante a Lei nº 9.203/2016 foi proposta a revisão do quadro permanente de pessoal do Município de Belém.

Da mesma forma, visando a admissão de pessoal, foi efetivada a contratação, mediante procedimento licitatório, da empresa Assessoria em Organização de Concursos Públicos Ltda.(AOCP), para a realização de concursos públicos no âmbito da municipalidade.

No exercício de 2017, foram realizados 3 concursos públicos, para o Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém (IPAMB), Companhia de Tecnologia da Informação de Belém (CINBESA) e Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém (CODEM), totalizando a disponibilidade de 135 vagas (IPAMB – 84, CINBESA - 34, CODEM - 17); além

do início do levantamento para realização concursos para a SESMA, SEMEC e FUNPAPA.

Para melhoria do acompanhamento dos processos, redução dos custos e tempo de tramitação, a SEMAD passou a integrar no ano de 2016 os órgãos usuários do Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GDOC), desenvolvido pela CINBESA.

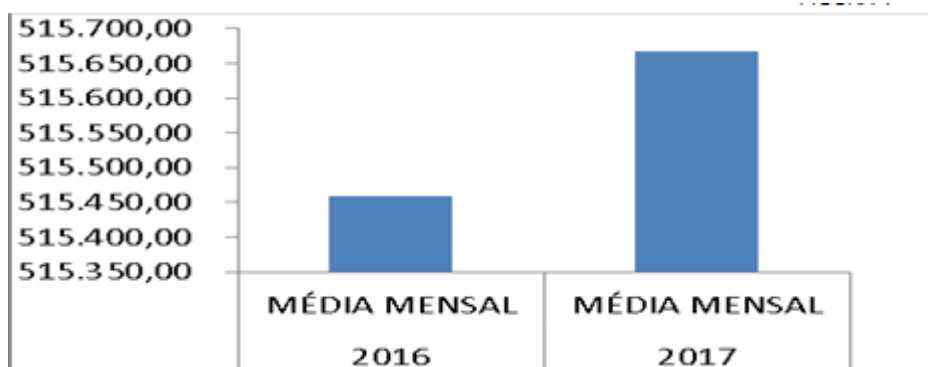
O referido sistema representou um salto de eficiência, ante a possibilidade de tramitação digital dos processos e acesso dos interessados mediante link disponibilizado na internet para consulta dos processos, além de relatórios gerenciais.

Ainda visando redução dos custos contratuais, melhoria na fiscalização dos serviços prestados e controle dos gastos dos serviços, a SEMAD realiza o gerenciamento e acompanhamento dos contratos corporativos dos órgãos da administração direta e indireta de forma integrada através dos sistemas de gerenciamento de frota (TicketLog), telefonia fixa e móvel (Gestor online), vale transporte (PASSEFÁCIL-SETRANSBEL) e vale alimentação (PEDEFÁCIL-SODEXO), que em 2017 apresentou uma redução significativa em seus gastos decorrente da contenção de despesas e redução das cotas telefônicas e da frota de veículos

A contratação dos serviços de gestão de abastecimento da frota foi realizada de forma integrada e no atendimento dos 33 órgãos da administração direta e indireta da municipalidade, sendo gerenciados por bases, de acordo com a respectiva dotação orçamentária

Ao adotar as medidas necessárias de contenção de gastos e redução das despesas com a frota administrativa e considerando o aumento em torno de 11% no preço do combustível, obtivemos um acréscimo de somente 0,04% em seu consumo médio mensal.

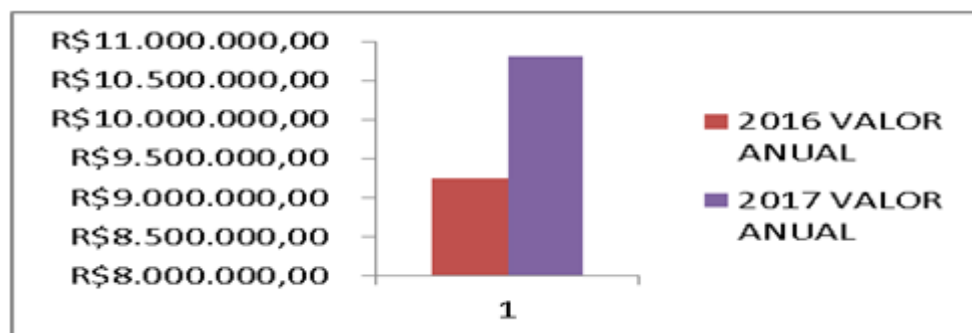
Figura 43: Comparativo de média mensal de combustível entre 2016 e 2017.



Fonte: SEMAD, 2017.

A prestação de serviços de fornecimento de cartões e créditos eletrônicos de vales transportes, “Passe Fácil”, atende em média 3.700 servidores de 24 órgãos da administração direta.

Figura 44: Comparativo de média anual na prestação de vale transporte entre 2016 e 2017.

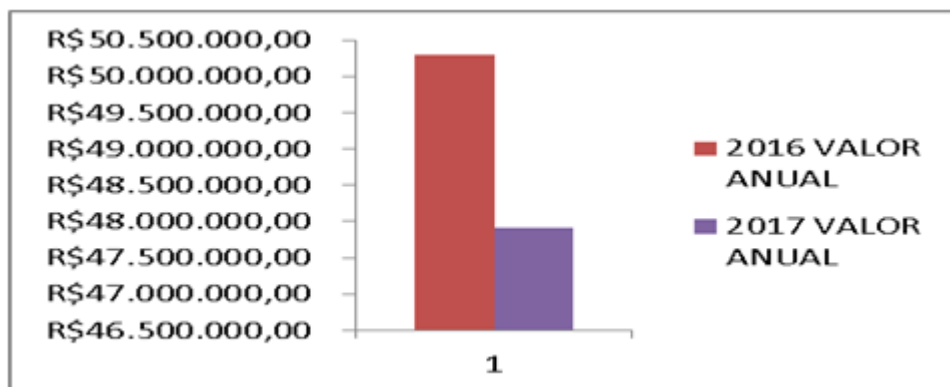


Fonte: SEMAD, 2017.

Justifica-se o aumento das despesas com vale transporte em 2017 em relação ao ano anterior, devido o aumento de 14,81% na tarifa das passagens de ônibus.

O contrato de prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de documentos de legitimação de vale-alimentação com operação de sistema informatizado via internet e tecnologia de cartão magnético, por meio de redes de estabelecimentos credenciados, apresentou redução de 4,73% nas despesas.

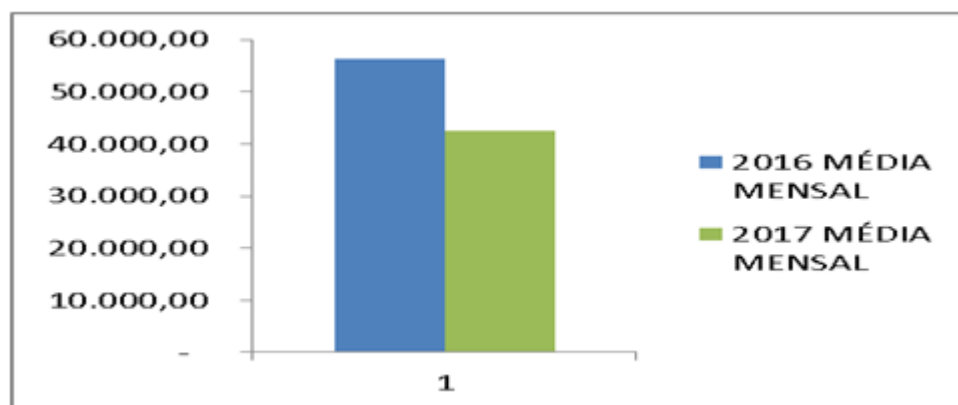
Figura 45: Comparativo de média anual na prestação de vale alimentação entre 2016 e 2017.



Fonte: SEMAD, 2017.

Os custos com telefonia móvel pessoal na modalidade SMP com gerenciamento online de todas as linhas móveis contratadas em solução de conectividade sem fio, área de registro em todo o território nacional, para comunicação de voz via rede móvel, acesso à internet, correio eletrônico, por meio de aparelhos móveis e modems USB fornecido em regime de comodato, com tecnologia 3g/4g, e faturas do plano corporativo, apresentou redução de 24% na média mensal de consumo, em virtude da readequação dos perfis dos usuários, considerando as diretrizes de contenção de gastos.

Figura 46: Comparativo de média mensal de telefonia móvel entre 2016 e 2017.

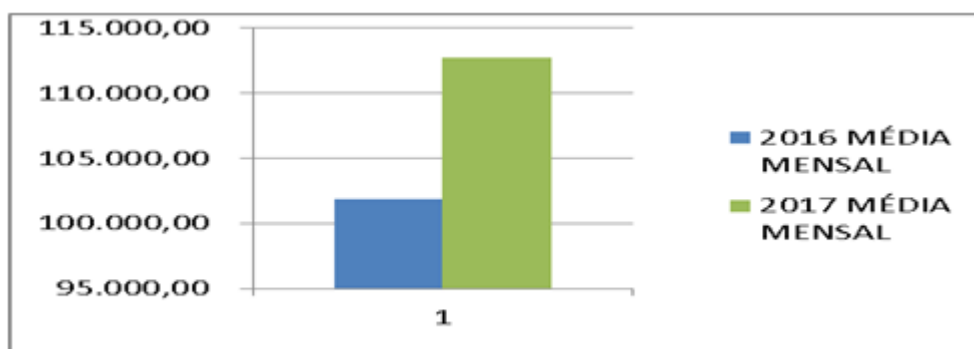


Fonte: SEMAD, 2017.

Contudo, a prestação de serviços de telefonia fixa comutada (STFC), serviços de linhas diretas não residenciais, serviços de internet via ADSL ou equivalente, além da cessão em regime de comodato de centrais telefônicas

(CPCT), destinada a atender as necessidades dos órgãos e entidades do Município de Belém.

Figura 47: Comparativo de média mensal de telefonia fixa entre 2016 e 2017.



Fonte: SEMAD, 2017.

A despesa com telefonia fixa apresentou um aumento de 10,68% em relação ao ano anterior, em virtude da finalização das instalações dos PABX em todos os órgãos da PMB, dentro dos termos contratuais e diretrizes de utilização dos ramais, de acordo com as necessidades dos órgãos.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SISTEMAS DE INFORMÁTICA

Além do processo de reestruturação dos órgãos, da redução dos gastos públicos e modernização dos procedimentos e sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) foram realizadas atividades direcionadas à captação de recursos focada em linhas de financiamento para elaboração dos projetos de modernização, atividades de auditoria da folha de pessoal para prevenção de incorreções nas folhas de pagamento e de registro funcional, recolhimento de encargos, atividades para incremento da arrecadação dos tributos municipais e melhoria da fiscalização por meio de sistemas de administração tributária, implantação do sistema de custos com melhoria na estratégia de compras e melhor uso dos recursos materiais.

Foi iniciada a elaboração do Manual de Procedimentos Administrativos que conta com descrição completa das rotinas administrativas dos órgãos municipais, assim como suas leis, decretos, portarias, instruções normativas, resoluções, regulamentos, missão, visão e valores, regimento interno, organograma, atribuições do órgão e de cada setor envolvido, composição do custo anual, seus

contratos e convênios, sua estrutura de pessoal, de TI, de recursos materiais, estrutura física, estrutura mínima e modelos de monitoramento. Todas essas informações constam no Portal do Servidor e da Prefeitura garantindo desta forma uma maior transparência documental, melhor acesso aos serviços e continuidade das ações e informações à sociedade.

Na Gestão de Recursos Humanos foram atualizados todos os processos administrativos relativos a aposentadorias, acumulação de cargos, averbação e certidões de tempo de serviço, adicionais, abonos, estágios probatórios, férias, licenças, nomeações, exonerações, folha de pagamento e outras atividades de recursos humanos, relacionados aos servidores públicos da PMB. Processos esses que estavam arquivados e reservados desde as gestões anteriores. Em conjunto à CINBESA foi implantado o iniciou-se o Projeto de Digitalização de todo acervo funcional que contém a vida pública de todos os servidores da Prefeitura.

Foram analisados variados processos que resultaram em progressão funcional, aposentadorias, readaptação funcional, estágios probatórios, redistribuição, processos seletivos entre outros, do quadro funcional da Prefeitura, resultando em 191 aposentadorias e o atendimento e arquivamento de 5.731 processos (até 30/11/2017).

No atendimento à gestão de recursos humanos, arquivos e documentos, cadastro e gerenciamento das matérias pertinentes ao Diário Oficial do Município (DOM), a Companhia de Informática de Belém (CINBESA) em conjunto com a SEMAD desenvolveu respectivamente os seguintes sistemas: Sistema de Gerência de Recursos Humanos (Sistema Cinb-GRH), Sistema de Gerência e Arquivo de Documentos (GDOC) e o Sistema DOM.

O Cinb-GRH atende todos os setores de recursos humanos e financeiro da administração municipal e ao Departamento de Previdência do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém (IPAMB), por meio da geração da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas.

No ano de 2017 foram definidas e implantadas as funcionalidades do sistema, houve a redefinição da interface e da operacionalização de rotinas do sistema para flexibilizar a utilização pelos usuários, e a parametrização de novas regras conforme demanda.

No atendimento às condicionantes da legislação estatutária, foram promovidos treinamentos e testes para a implantação da homologação de rotina de folha de pagamento suplementar e da folha extraordinária de pagamento para ex-funcionários; homologação (em fase de construção) da rotina de Apuração de Tempo de Serviço (ATS) com geração automática do provento triênio na folha de pagamento da PMB, atendendo regra da legislação estatutária; e preparação, digitalização, indexação e arquivamento dos documentos recebidos por esta gerência referentes às demandas para o sistema GRH utilizando o sistema GDOC Arquivista.

Atualmente o sistema encontra-se implantado em 33 órgãos, gerando a folha de pagamento de 26.583 servidores, entre ativos, inativos e pensionistas, com 1.304.097 eventos funcionais referentes aos servidores ativos e ex-servidores, e atendendo 280 usuários com acesso ao sistema.

O sistema GDOC oferece, como principal benefício à gestão pública, a formalização digital do fluxo, armazenamento e localização de documentos oriundos dos protocolos e processos da PMB, reduzindo os custos de transporte e impressão, promovendo maior agilidade no trâmite, rastreamento e localização de processos; possibilitando, ainda, um melhor atendimento ao cidadão.

Em 2017, o GDOC foi aperfeiçoado para o melhor atendimento aos usuários, intensificando a implantação nos órgãos municipais, resultando no aumento exponencial de usuários, processos e protocolos tramitados pelo sistema. Para tanto, 300 servidores municipais foram qualificados na operacionalização do sistema, sendo ofertados cursos com carga horária total de 350 horas de treinamento.

O GDOC encontra-se implantado em 25 órgãos com mais de 2 mil usuários cadastrados e cerca de 180 mil processos/protocolos gerados e em tramitação no sistema.

Paralelamente, a CINBESA deu continuidade ao serviço de documentação digital, integrado ao Projeto de Desenvolvimento da Gestão de Documentação Digital e Manutenção dos Meios de Comunicação Digital. Trata-se da digitalização/microfilmagem e indexação de documentos permanentes, bem como a implantação do GDOC-Processos e GDOC-Arquivos, que possibilitam a

virtualização dos processos administrativos, com otimização dos fluxos de trabalho e de utilização de papel. Em 2017 o projeto atendeu ao Hospital PSM Mário Pinotti (Pronto Socorro da 14 de Março), Diário Oficial, IPAMB, SEFIN, SESAN, SEMAD e à própria CINBESA.

O sistema DOM tem por finalidade de receber as matérias geradas pelos órgãos municipais e que deverão ser publicadas no Diário Oficial do Município de Belém (DOM). O sistema registra o controle do fluxo da informação auxiliando o editor (profissional que produz as matérias), e o publicador (servidor que aprova e publica as matérias em uma determinada edição do Diário). O DOM encerrou o ano de 2017 com 38 órgãos atendidos; 190 usuários ativos, e mais de 3.400 matérias publicadas em pouco mais de 5 meses de operação.

No ano de 2017, a CINBESA atuou ainda no desenvolvimento, implantação e aperfeiçoamento de sistemas computacionais atendendo as demandas, especificidades e necessidades de geração da informação dos demais órgãos e entidades que compõem a Administração Municipal.

Para a SEURB em parceria com a SEMAD, foi desenvolvido o Sistema de Administração de Necrópoles (SIAN) que oferece recursos para administração dos serviços realizados no cemitério de Santa Izabel, como a manutenção das sepulturas dos mais de 50 mil inumados (falecidos), os concessionários de cada sepultura e seus averbados; prevê a identificação das sepulturas por georreferenciamento, permitindo uma rápida localização e demais serviços que serão disponibilizados ao cidadão com o desenvolvimento dos módulos de acesso e busca.

Em atendimento ao Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) e da SECON, foi desenvolvido o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e a nova versão do Sistema Cartago, respectivamente.

O SGA compreende o desenvolvimento de ferramentas para o controle da execução das obras implementadas na área de influência da Bacia da Estrada Nova, conforme os critérios adotados pela ISO 14.0001.

O Sistema Cartago garante a integridade dos dados dos permissionários de feiras e mercados já cadastrados no sistema. É possível gerenciar a locação de espaços públicos e definir o perfil de cada feira e mercado por tipo de atividades e

equipamentos instalados. Implantou-se o módulo que permite a identificação dos permissionários por meio de QR Code (código para resposta rápida). Assim, a fiscalização dos permissionários pode ser realizada por aplicativo instalado em qualquer tipo de *smartphone*.

Para dar suporte às atividades desenvolvidas pela SEMEC, foi promovida a manutenção dos sistemas SIGA-SEMEC, Cinb-Lotação e Nutri Mais (SEMEC e FMAE).

O SIGA-SEMEC gerencia os cadastros e movimentação de alunos, unidades de ensino, rendimentos e todas as informações necessárias para o acompanhamento escolar, viabilizando o acesso às informações para técnicos, professores e gestores da SEMEC, agregando diversas informações acadêmicas da Rede Municipal de Ensino da PMB e produzindo informações para o Censo Escolar.

Em 2017 foi implantado o Diário de Classe Online, que permite ao professor informar a frequência da turma e as tarefas realizadas pelos alunos em classe. O sistema também possibilita o registro das avaliações, gerando ao final do ano o Registro Síntese que informará a situação do aluno (progredido ou retido).

O Cinb-Lotação gerencia a lotação anual do grupo magistério e prestadores de serviços, conforme regras e procedimentos definidos pela SEMEC. Em 2017 o sistema registrou o cadastro de 3.009 professores lotados na rede municipal e 53 usuários da SEMEC – ELOT, setor responsável legal pela execução da lotação de professores da rede municipal que utilizam o sistema.

O Sistema de Merenda Escolar Nutri Mais realiza o acompanhamento da distribuição da merenda nas unidades escolares mediante guias de entrega. No ano de 2017, sistema passou por um aperfeiçoamento sendo possível cadastrar e determinar a fonte de recurso para cada etapa do ciclo da merenda escolar, desde a aquisição dos produtos, elaboração dos cardápios e distribuição dos mesmos; possibilita a inserção de novos projetos ao longo do exercício, com remanejamento automático e cálculo de suplementação de produtos para atender a clientela (intolerantes a lactose, intolerantes a glúten, diabéticos, dentre outros) criada pelos novos projetos; exibir, em mapa, das escolas e creches atendidas pela FMAE, disponibilizando os dados de cada unidade com um click do mouse; e

emitir guias de remessa a partir da definição de grupos criados através de critérios pré-estabelecidos.

Como suporte ao Processo Seletivo Simplificado (PSS) promovido pela SEMEC para contratação de profissionais na área educacional, foi desenvolvido um sistema próprio para cadastro de informações dos candidatos inscritos no pleito e acompanhamento das fases. Dos 30.257 usuários que cadastraram os dados pessoais, 21.823 finalizaram a inscrição e 47 acessaram o site em diferentes estados e países.

Em 2017 a CINBESA realizou importantes melhorias no sistema de Arrecadação Tributária (SAT) com acréscimo de novos recursos ao sistema. Desenvolvido para o atendimento às atividades da Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN), o SAT expandiu sua utilização para a SEMAD e SEURB, no ano de 2016, e para a SECON em 2017 (em fase de implantação).

Dos dados cadastrados, até dezembro de 2017, tem-se 452.047 imóveis, sendo 163.967 isentos da cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e 116.700 empresas, com lançamento de R\$ 295.560.000,00. Foram cadastrados 3.716 protestos referentes à cobrança de NTR, Imposto sobre Serviço – Pessoa física (ISS – PF) e Taxa de Licença para Localização e Funcionamento (TLPL), totalizando R\$ 4.940.575,94. Em termos de arrecadação, considerando-se as taxas administrativas cobradas por especificidade de procedimentos e processo administrativos, foram cadastrados R\$ 672.600,00 e R\$ 1.396.600,00 como recursos vinculados à SEMAD e SEURB, respectivamente.

A CINBESA ainda atuou no desenvolvimento e/ou manutenção de demais sistemas corporativos no atendimento as demandas e especificidades dos órgãos da Administração Municipal. Neste sentido, foi disponibilizado à SESMA o Sistema de Gestão da Rede de Unidades da Saúde da PMB (GRBE), implantado na UPA - Sacramenta, UPA – Icoaraci e no Hospital Geral de Mosqueiro. Atualmente o sistema conta com 200 usuários, ultrapassando a marca de 59.699 atendimentos realizados com média de 290 pacientes/dia. De 2016 a 2017 houve um crescimento de 65% no faturamento médio, passando de R\$ 172.000,00 em 2016 para R\$ 284.000,00 arrecadados em 2017.

Na área da segurança cidadã foram desenvolvidos os sistemas SOS Mulher e o SOS da Paz. O SOS Mulher cadastra a notificação de uma ocorrência e envia a informação para Central de Vigilância da GMB, responsável por acionar o agente de segurança municipal mais próximo. O SOS da Paz é direcionado para o atendimento e monitoramento dos casos confirmados de crianças e mulheres em situação de risco. Em 2017, este sistema integra 35 escolas monitoradas e 14 mulheres cadastradas, com 28 agentes da GMB disponibilizados à execução do projeto.

No atendimento à SEMOB foram desenvolvidos os sistemas de Gestão do Transporte e do Trânsito (GTRANS), que viabiliza o rápido atendimento à população, e o SEMOB Virtual, atendendo com celeridade as demandas da população relacionadas à mobilidade urbana no Município.

O sistema desenvolvido para o atendimento do Projeto Habitacional “Viver Belém” (SEHAB) tem a funcionalidade de cadastrar candidatos que se enquadram no perfil do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida. O programa visa beneficiar pessoas em situação de vulnerabilidade social e de baixa renda com a entrega de unidades habitacionais de interesse social. Até o momento foram efetivados 70 mil cadastrados.

O Projeto “Ver-Belém” encontra-se em fase de implantação. Desenvolvido no início de 2017, o projeto opera em sistema de códigos QR-CODE que estão distribuídos pela cidade fornecendo detalhes sobre a arborização urbana, os monumentos, prédios históricos de relevância artística e cultural, logradouros públicos (ruas, praças, largos, dentre outros) que presenciaram fatos históricos. O projeto objetiva o conhecimento e a divulgação da história de Belém para todos os usuários da web, em diversas mídias, plataformas de acesso e tipos de aparelhos.

A CINBESA promove ainda a manutenção dos sistemas de Publicação de Leis e Decretos (Leis e Decretos) e de Publicação de Editais e Licitações (Editais de Licitação), garantindo o gerenciamento da publicação da legislação municipal e dos atos de governo na *internet*, e disponibilizando ao acesso público em consultas que podem ser realizadas por data, número da legislação, tipo de

legislação (lei, decreto, portaria) e palavra-chave e administra a publicação na internet dos editais de licitação da PMB.

Para manter a continuidade na prestação de serviços aos órgãos e entidades da PMB e à sociedade, a CINBESA promoveu a implantação de redes lógicas com análise, projeto, consultoria e treinamento; a instalação e implantação do novo Datacenter com hospedagem de sistemas, portais e serviços; a ampliação da rede de Fibra Óptica em 120 km através da implantação do anel óptico PMB e estações do BRT; e a modernização do Parque Tecnológico com aquisição e implantação de softwares de apoio ao Datacenter.

O novo Datacenter foi implantado após a conclusão da Sala Segura, local adequado para abrigar os equipamentos como servidores de dados e comunicação. A sala tornou a estrutura do Datacenter moderna e dentro dos padrões internacionais de infraestrutura de dados, pois conta com proteção térmica antichama, sistema de combate a incêndio, acesso isolado por biometria, ambiente de dados, rede e proteção elétrica segregada, refrigeração de precisão e confinamento (corredor quente e frio) entre outros. Esta mudança foi crucial para que os sistemas ofertados pela CINBESA estejam disponíveis o maior tempo possível com os dados protegidos, proporcionando ainda uma economia de energia da ordem de 40%.

O novo Datacenter possibilita a realização de tarefas e a inclusão de novos sistemas, que antes não seriam possíveis em virtude das limitações impostas pela tecnologia existente.

Em relação à conectividade, a CINBESA promoveu a expansão do Projeto "Cidade Digital" com a instalação de fibra ótica em todo o percurso da romaria do Círio, do Ver-o-Peso à Praça Santuário de Nazaré, disponibilizando acesso à internet, o ano todo, à população e turistas que visitam nossa cidade.

Na qualificação e capacitação profissional, no ano de 2017 foram realizados treinamentos para 17 servidores do quadro funcional da companhia em cursos como Escrituração Fiscal – Prático em SPED/ECF, Teoria e Prática ECD, Reforma Trabalhista e Conferência AGILE BRAZIL.

JURÍDICO

A Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos (SEMAJ) tem como missão institucional representar judicialmente e extrajudicialmente o Município, com proatividade jurídica, compromissada com interesse público, visando a excelência na advocacia pública, destacando-se o patrocínio de causas judiciais de interesse da Municipalidade, o controle da legalidade dos atos dos órgãos da Administração Municipal, além da elaboração de estudos, pareceres, defesas e manifestações jurídicas das mais diversas temáticas conforme solicitação dos órgãos da Administração Municipal.

Além disso, a SEMAJ via Centro de Estudos Jurídicos promove a atualização do acervo, empréstimos de livros e consultas às legislações municipal, federal e estadual em parceria com a Associação dos Procuradores Municipais (APM), por meio do Fundo de Reaparelhamento (FUNREA). A consulta ao acervo atende prioritariamente a demandas da esfera municipal e diversos entes federados do território nacional com consultas de atos versando sobre assuntos municipais.

O Centro de Estudos Jurídicos promove a sistematização digital da legislação municipal e proporciona a disponibilidade de todo o acervo legal do município em meio digital, democratizando o acesso aos assuntos jurídicos publicados no Diário Oficial do Município (DOM), podendo ser acessado por qualquer cidadão via site SEMAJ, no Portal da Prefeitura e da Transparência.

Atualmente o centro possui em seu corpo técnico 23 estagiários distribuídos nas áreas de direito, informática e administração.

Dentre as atribuições da SEMAJ, estão: a orientação aos órgãos e entidades municipais para a correta instrução processual, com manifestações técnicas e jurídicas exaradas pelos Núcleos Setoriais de Assuntos Jurídicos (NSAJ), sobretudo a apresentação de minutas dos atos respectivos, imprescindíveis à análise da Procuradoria Administrativa; o fornecimento de elementos necessários à uniformização de teses jurídicas na defesa dos interesses do Município, tais como súmulas e pareceres da Procuradoria Administrativa; a adequação de minutas de projetos de lei de autoria do Poder Executivo às técnicas legislativas vigentes; análise da legalidade e conveniência

dos projetos de lei após a tramitação junto à Câmara Municipal de Belém (CMB), submetidos ao Chefe do Poder Executivo para sanção ou veto; e análise de processos administrativos de relevância para a Municipalidade.

Em termos quantitativos, no ano de 2017 a SEMAJ acompanhou 766 processos administrativos, com emissão de 93 pareceres jurídicos e 230 despachos, elaboração de 34 projetos de lei e 40 minutas de decretos a serem expedidos pelo Chefe do Poder Executivo, diligências e respostas aos órgãos de fiscalização e controle externo, principalmente ao Ministério público do Estado (MPE), Ministério Público da União (MPU), Tribunal de Contas do Estado do Pará (TEC - PA), Tribunal de Contas da União (TCU), Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (IPHAN/MINC), dentre outros, a cerca dos projetos BRT – Belém, Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e do Palácio Antônio Lemos (sede da Prefeitura e do Museu de Artes de Belém – MABE).

Foram recebidos 19.815 processos por meio de mandados judiciais ou de remessas semanais do Tribunal de Justiça – 2º Grau e da Justiça Federal. As petições/recursos totalizaram 29.367 processos (média de 4.195 petições/dia), incluindo informações em autos de inventário e petições cotidianas de suspensão e extinção de processos em face de parcelamento e quitação de dívidas.

Seguindo a apresentação dos dados gerados pela SEMAJ, em 2017 foram distribuídos 206 processos para manifestação jurídica dos procuradores; abertos 82 processos de inventário para informação da dívida; foram distribuídos 86 processos de dívida não tributária, que incluem os acórdãos recebidos do Tribunal de Contas do Município (TCM), de Autos de Infração da SEMMA, SEURB e SEURB, e 342 processos de pedidos de prescrição.

No que se refere em patrocinar judicialmente as causas em que o Município seja interessado como autor, réu ou interveniente, com a prestação de informações sobre processos de sua competência, foram totalizados 3.669 processos em andamento, 8.817 ativados e 581 desativados.

Com o apoio jurídico da SEMAJ, foram realizados multirões de regularização/negociação e quitação de débitos, totalizando um valor de R\$ 70.230.578,50 em 14.860 ações.

Quadro 37: Resumo de iniciais protocoladas em regime de mutirão apurado até dezembro de 2017.

TRIBUTOS	QUNATIDADE	VALORES (R\$)
IPTU	7.598	55.852.063,89
ISS/PF	1.726	3.866.044,09
TLPL	5.536	19.512.474,52
TOTAIS	14.860	70.230.578,50

Fonte: SEMAJ, 2017.

As execuções fiscais distribuídas extraordinariamente, decorrentes de parcelamento de inadimplentes, Autos de Infração, Dívidas Não Tributárias e outras não inseridas nos mutirões, totalizaram 221 ações no valor de R\$ 25.209.036,04.

Quadro 38: Resumo das execuções fiscais até dezembro de 2017.

TRIBUTOS	QUNATIDADE	VALORES (R\$)
IPTU	47	484.082,28
ISS/PJ	46	4.856.901,15
ISS/PF	37	139.270,15
TLPL	56	161.288,30
Dívida Não Tributária	41	19.558.494,16
TOTAIS	221	25.209.036,04

Fonte: SEMAJ, 2017.

Com o funcionamento do Sistema de Processo Judicial eletrônico (PJE), foram distribuídas 129 novas ações perfazendo um valor de R\$ 4.153.603,50.

Quadro 39: Resumo das ações do PJE até dezembro de 2017.

TRIBUTOS	QUNATIDADE	VALORES (R\$)
IPTU	84	799.762,93
ISS/PJ	35	3.256.243,71
Dívida Não Tributária	10	97.596,86
TOTAIS	129	4.153.603,50

Fonte: SEMAJ, 2017.

Com relação aos Precatórios, a Prefeitura optou pelo Regime Especial de Pagamento por meio dos Decretos Municipais n°s 62.161/2009, 63.646/2010 e 64.465/2010, de acordo com a Emenda Constitucional n°62/2009, mantendo a regularidade de quitação no pagamento das parcelas anuais.

Para garantir a continuidade regular do pagamento e considerando ser crime de responsabilidade do Chefe do Executivo a não inclusão de valores no orçamento capaz de adimplir os precatórios vencidos, foi atribuído nas propostas orçamentárias para 2014, 2015, 2016 e 2017, o valor correspondente ao parcelamento nos termos da Emenda Constitucional n°62/2009 e a Resolução

nº115/2010 do Conselho Nacional de Justiça, haja vista não haver outra orientação jurídica sobre a matéria.

A SEMAJ disponibiliza recursos financeiros e materiais na manutenção das atividades correlatas dos conselhos municipais da Pessoa Idosa (CMI), de Direitos Humanos (CMDH), da Condição Feminina (CMCF), do Negro e da Negra (CMNN) e do Conselho de Belém; que funcionam em 2 salas alugadas no Prédio da Associação comercial.

OUVIDORIA

A Ouvidoria Geral do Município – OGM, unidade de controle e participação social, é responsável pelo tratamento das reclamações, solicitações, denúncias e elogios, prestados sob qualquer forma ou regime, com vista ao aprimoramento da gestão pública, e por promover a democracia participativa por meio da garantia dos direitos conferidos ao cidadão, estimulando a melhoria das políticas e dos serviços públicos prestados pela municipalidade.

Enquanto um canal de comunicação direto entre o cidadão e o Poder Público, que permite ao mesmo, com suas críticas e sugestões, colaborar na melhoria do serviço prestado pela Prefeitura na busca de um melhor governo para a sociedade, a OGM apura as demandas relativas à prestação dos serviços públicos da administração pública municipal direta e indireta, bem como das entidades privadas de qualquer natureza que operem com recursos públicos na prestação de serviços à população.

Portanto, caracteriza-se pelo fomento aos direitos fundamentais protegidos na Constituição Federal de 1988, na Constituição do Estado do Pará de 1989, na Lei Orgânica do Município de Belém, assim como o Decreto Municipal nº 83.857/2015 que regulamenta a Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei Federal nº 12.527/2011) no âmbito do Poder Executivo no Município de Belém.

Em 2016, com a implantação do Sistema de ouvidoria (SISOUV) e do treinamento para “Ouvidoria Descentralizada” (servidor nomeado em cada órgão/entidade interlocutor da OGM em seu local de trabalho), toda denúncia formalizada via site (www.belem.pa.gov.br/ouvidoria), por telefone (3075.5302 ou Tri-dígito 162) ou pessoalmente, é cadastrada no SISOUV e encaminhada à triagem. Todo cadastro gera um protocolo de atendimento a partir do qual o

usuário pode acompanhar, de maneira presencial ou virtual, todo o processo de tramitação até sua resolução.

De 2014 à 05/12/2017, a OGM recebeu um total 1.004 manifestações, sendo 262 (2014), 152 (2015), 323 (2016) e 267 (2017), representando respectivamente, 26%, 15%, 32% e 27% das manifestações recebidas no período.

Proporcionalmente, das 1.004 manifestações recebidas, 427 foram concluídas, perfazendo um total de 42,5% de resolutividade (manifestações encaminhadas x concluídas). O ano de 2016 apresentou maior taxa de resolutividade (73%), seguido pelo ano de 2017 (53%) e 2014 (35%).

A OGM possui uma equipe destinada ao trabalho de “Ouvidoria Itinerante”, que desloca o serviço de atendimento aos bairros, ratificando e reforçando o vínculo direto com o cidadão para melhoria das atividades da Administração Municipal.

No período de 2014 a março de 2016 a OGM integrou o Núcleo “Cuida Belém, Cuide Também”, que, em parceria com demais órgãos da administração, promoveu ações de requalificação urbana (limpeza, drenagem, calçamento, meio-fio, iluminação, dentre outras) no Complexo do Ver-o-Peso, Distrito de Icoaraci, Tapanã, nas feiras e mercados do Jurunas, Icoaraci, Santa Luzia (Umarizal), Terra Firme, Guamá e Complexo da Cremação.

Também neste período foi implantado o projeto “Ouvidoria nos Bairros” que promoveu atendimento presencial e in loco nos imóveis e logradouros públicos, como unidades básicas de saúde (UBS), sede das agências distritais e dos conselhos, praças, feiras e mercados, dentre outros. Nestas ações houve distribuição de material informativo sobre os serviços prestados pela ouvidoria com divulgação dos canais de acesso aos mesmos.

O projeto percorreu os bairros do Jurunas, Terra Firme, Marambaia, Guamá, Sacramento, Barreiro, Pratinha, Tapanã, Bengui, Cabanagem, Cremação, Condor e os Distritos de Icoaraci, Outeiro e Mosqueiro; além de 8 feiras/mercados, 7 UBS e 14 logradouros públicos entre ruas, avenidas e praças. No bairro da Terra Firme foi realizada limpeza de canais, retirada de entulhos e desobstrução de bueiros, mediação entre a SESAN e os moradores. No Jurunas,

problemas referentes à limpeza urbana foram solucionados; enquanto que no bairro do Guamá houve a revitalização da Praça Frei Daniel (Conjunto Alacid Nunes) após intervenção da OGM junto à SESAN e SEMMA.

Ao longo dos anos de 2013 e 2017 a OGM, em parceria com o Centro de Controle de Zoonoses (CCZ/SESMA) participou da ação “Adoção de Cães e Gatos” em logradouros e férias públicas, levando serviços de serviços de castração e vacinação antirrábica; além de atendimento à população em geral como vacinação contra gripe, febre amarela e hepatite; teste de HIV; verificação de pressão arterial e glicose; e orientações sobre a prevenção de endemias.

No ano de 2017, a OGM integrou equipe técnica do Gabinete do prefeito para o desenvolvimento de ações sociais nos bairros do Barreiro, Mangueirão (Comunidade Pantanal) e Campina (Mercado de Carne Francisco Bolonha – Complexo do Ver-o-Peso).

A OGM participou ativamente da Ação “Prefeitura no Bairro”, ofertando atendimento jurídico gratuito e os serviços atinentes à competência de transparência passiva e recebimento de possíveis solicitações de informações, manifestações, reclamações, denúncias acerca dos serviços públicos municipais.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Coordenadoria de Comunicação Social (COMUS), órgão responsável pela política de comunicação social da PMB, desenvolveu ao longo do período 2013 a novembro de 2017, ações estratégicas para melhor comunicar e divulgar os atos do governo e a implantação de políticas públicas como forma de democratizar o acesso irrestrito da população às informações governamentais.

A COMUS intensificou a presença digital da Administração Municipal no cotidiano da população com a implantação da Gestão de Marketing Digital com produção de conteúdo em múltiplos formatos para as múltiplas plataformas de mídias sociais (*Facebook, Instagram, Twitter*), que proporcionou a ampliação do diálogo da Gestão Municipal com os cidadãos.

Com a criação da Agência Belém de Notícias foram inaugurados novos meios de contatos da população com a Prefeitura, entre eles: lançamento da página da Prefeitura e do prefeito de Belém no *Facebook*, atualizadas e

gerenciadas constantemente *Twitter*, *SoundCloud*, canal do *Youtube*, e diversas ferramentas tecnológicas de comunicação em massa.

Isto significou a ampliação do acesso à informação, maior interatividade entre governo e sociedade e proporcionou maior transparência nas resoluções de governo. Em 2013 foram produzidas 2.800 matérias jornalísticas disponibilizadas no Portal de notícias, 670 sugestões de pautas, 598 notas publicadas em jornais, perfazendo 17 mil seguidores da página oficial da PMB criada no Facebook com 700 mil curtidas, além de 24 vídeos institucionais. Em 2015 houve um salto significativo desses dados com 1.551 matérias publicadas no Portal, 217.277 sessões abertas nas mídias sociais, 62,37% a mais que em 2014, 431.459 visualizações das páginas oficiais com 137.582 usuários e tempo médio de duração da sessão de 2 min. e 36 seg., 413.576 curtidas (interação média/dia) no *Facebook*, com 204.042 de alcance (número de pessoas para as quais a publicação foi executada).

Em 2017, a COMUS passou a produzir e executar o portal Agência Belém de Notícias, promovendo a integração *on line* de todas as assessorias de comunicação da PMB e serve de elo e filtro qualitativo e de consultas permanentes às redações dos principais meios de comunicação tradicionais e de mídias sociais. Até novembro de 2017 a Agência Belém produziu 853 matérias, 223 pautas, 178 notas e 14.857 fotos.

Em paralelo a estas ações, a COMUS desenvolve suas atividades no apoio aos órgãos e entidades da Prefeitura durante os eventos por esses realizados, sejam de qualificação, capacitação, ações comunitárias, dentre outros, atentando para o fato da presença institucional da Gestão Municipal, principalmente na execução e na entrega de obras e serviços à população; além da divulgação de todas as etapas do processo de elaboração do PPA 2018 – 2021.

Foram executadas ações de publicidade e propaganda para divulgar Campanhas de Vacinação (Antirrábica, Febre Amarela, Gripe, Dia D de Imunização), atividades de Promoção à Saúde e Prevenção de Doenças (Semana Mundial da Amamentação, Semana do Bebê, Maio Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul, Dezembro Vermelho), festividades do Calendário Oficial

(Aniversário de Belém, Carnaval, Quadra Junina – Arriá da Capitá, Verão 2017, Semana do Folclore), Campanhas publicitárias (BRT, Macrodrenagem – PROMBEN, Negociação de Impostos, Chão Legal, Anjos da Guarda, Semana do Meio Ambiente e Educação Ambiental, Amigos do Trânsito, Cidade Luz e Cidade para Todos) e promoção de eventos (Círio 2017, Belém – cidade Criativa da Gastronomia), dentre outros.

PROGRAMA GENTE QUE INOVA E TRANSFORMA

GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

A PMB desenvolve a política de valorização de pessoas tendo como público alvo os servidores municipais, por meio das ações implementadas pela SEMAD e Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB.

Para a Gestão de Recursos Humanos, a SEMAD desenvolveu diversas atividades de qualificação à saúde do trabalhador em campanhas de promoção e prevenção à riscos de doenças. Foram realizadas campanhas com temáticas referentes à Saúde do Trabalhador e Salubridade no Ambiente de Trabalho, e apoio às campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul.

Paralelamente foi implantado o Programa 5S para sensibilização do servidor público referente ao descarte consciente de objetos em desuso e melhor organização do ambiente de trabalho. As técnicas trabalhadas resultaram em nova rotina e mudança comportamental como um todo com a melhoria da salubridade ambiental, prevenção de acidentes, incentivo à criatividade, redução de custos, eliminação de desperdício, desenvolvimento do trabalho em equipe, valorização do ser humano, melhoria das relações humanas e cumprimento dos procedimentos operacionais e administrativos.

Visando estabelecer política de valorização do servidor municipal e a revisão dos processos internos com maior eficiência e eficácia, o Município de Belém através de sua Escola de Gestão Pública (EGP) utilizou como estratégia, a capacitação de seu quadro funcional, enfatizando a reciclagem e novos conhecimentos para o perfeito funcionamento da máquina pública e consequentemente a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

De janeiro a outubro de 2017, a EGP, em regime de parceria com a Escola de Governo do Estado do Pará (EGPA) e Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE), ofertou 49 cursos que totalizaram 1.012 horas/aula nas áreas administrativa e específicos das áreas fim como a exemplo da saúde, educação, defesa civil e segurança, todos. Foram capacitados 983 servidores, resultando no maior entusiasmo e comprometimento dos agentes envolvidos.

Se considerarmos o período de 2015 (ano de funcionamento da EGP) à outubro de 2017, tem-se um total de 3.592 servidores municipais capacitados em nos cursos oferecido na escola.

Além disso, buscou-se estabelecer melhorias para o servidor na área da previdência e assistência, dessa forma, o Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém (IPAMB), enquanto autarquia da Administração Municipal é responsável pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e pela Assistência aos Servidores por meio do Plano de Assistência Básica à Saúde (PABSS), que oferece assistência médica, odontológica, ambulatorial e de urgência, laboratório, exames complementares, internações hospitalares e outros serviços aos seus segurados, propicia ações preventivas, curativas e de recuperação que são necessárias ao bem estar físico, social e emocional aos beneficiários do IPAMB.

Neste sentido, o órgão é responsável por efetivar ações voltadas à valorização do servidor municipal, ativos, inativos e pensionistas; objetivando garantir a cobertura previdenciária, buscando a proteção social aos beneficiários e promovendo a prevenção a doenças e a promoção da saúde, visando a melhoria da qualidade de vida do funcionalismo público.

De janeiro a outubro de 2017 foram aposentados 67 servidores. A PMB passou de 2.888 inativos em janeiro de 2013 para 3.359 em setembro de 2016, chegando à 3.426 inativos em outubro de 2017, um aumento de aproximadamente 2% em relação ao ano de 2016, gerando uma folha de pagamento na ordem de R\$ 14.577.197,35, superior à folha de dezembro de 2016, sendo esta de R\$ 13.112.468,10, representando um aumento de R\$ 1.464.729,25.

Em dezembro de 2016 havia 1.902 pensionistas que representavam R\$ 4.332.346,50 conforme folha de pagamento. Se compararmos com os 1.704 pensionistas cadastrados até setembro de 2017 (o quantitativo geral de pensionistas será totalizado em 2018, visto que o recadastramento foi prorrogado até março/2018), houve acréscimo na folha de pagamento na ordem de R\$ 1.165.928,65, totalizando R\$ 5.498.275,15 gastos em folha para o pagamento dos beneficiários.

Para garantir os benefícios previdenciários, o poder público municipal e os servidores contribuem para o sistema previdenciário municipal. Os servidores contribuem com 11% e a Prefeitura com 14%, além de fazer o repasse para cobertura da insuficiência financeira. Portanto, para subsidiar um melhor suporte para a realização do Cálculo Atuarial, assim como diminuir possíveis fraudes na manutenção dos pagamentos dos benefícios previdenciários, está em estudo de viabilidade a realização do Censo Previdenciário ou do Recadastramento Geral dos Inativos e Pensionistas do instituto.

O Plano de Assistência Básica à Saúde (PABSS) funciona como um plano solidário, com modalidade básica de saúde e complementar, com medidas preventivas, curativas e de recuperação, necessário à promoção do bem-estar físico, social e emocional dos beneficiários do IPAMB.

Apesar das contribuições dos servidores e patronal incidirem apenas para a Assistência à Saúde, o IPAMB desenvolve ações de Assistência Social por meio do Serviço Social, não coberto pela contribuição dos usuários, embora todo o funcionalismo em situação de vulnerabilidade tenha direito a ele.

Considerando a capacidade operacional mensal (até setembro de 2017) de 13.363 consultas médicas eletivas ambulatoriais na sede do IPAMB/Belém (12.703) e nos postos de Icoaraci e Mosqueiro (somatório igual a 660), foram realizadas 120.266 consultas. Contudo, a este número pode ser acrescentado 25.831 consultas realizadas na rede credenciada que atendem os beneficiários do PABSS, totalizando 461.097 consultas até setembro de 2017.

Quadro 40: Evolução do quantitativo de consultas médicas eletivas no Ambulatório Central e Postos Avançados, de 2016 a setembro de 2017.

POSTO/ESPECIALIDADE		2016	2017(setembro)	Total
1. AMBULATÓRIO CENTRAL		98.978	74.223	173.201
1.1	Alergista	84	63	147
1.2	Angiologia	7.317	5.488	12.805
1.3	Auditoria Médica*	-	-	-
1.4	Cardiologia	7.101	5.326	12.427
1.5	Cardio Pediatra	63	47	110
1.6	Cirurgia Geral	10.088	7.566	17.654
1.7	Cirurgia Pediátrica	387	290	677
1.8	Clínica Médica	16.368	12.276	28.644
1.9	Dermatologia	6.273	4.705	10.978
1.10	Endocrinologia	1.424	1.068	2.492
1.11	Ginecologia/Obstetrícia	10.602	7.952	18.554
1.12	Homeopatia	600	450	1.050
1.13	Mastologia	3.756	2.817	6.573
1.14	Nefrologia	-	-	-
1.16	Neurologia	591	443	1.034
1.17	Oftalmologia	9.882	7.412	17.294
1.18	Traumatologia	9.594	7.196	16.790
1.19	Otorrinolaringologia	4.548	3.411	7.959
1.20	Pediatria	5.390	4.043	9.433
1.21	Pneumologia	1.898	1.424	3.322
1.23	Prohidi	3.242	2.432	5.674
1.24	Psiquiatria	1.221	916	2.137
1.25	Reumatologia	2.279	1.709	3.988
1.26	Urologia	4.592	3.444	8.036
2. POSTOS DE ICORACI E MOSQUEIRO		7.925	5.944	13.869
2.1	Clínica Médica	4.190	3.143	7.333
2.2	Ginecologia/Obstetrícia	1.908	1.431	3.339
2.3	Pediatria**	1.086	815	1.901
2.4	Urologista***	741	556	1.297
2.5	Mastologia	-	-	-
T O T A L G E R A L - IPAMB		160.354	120.266	280.620

Fonte: Sistema Ametista - Ábaco e postos avançados, 2017.

Quadro 41: Evolução do quantitativo de consultas médicas eletivas na rede credenciada, de 2016 a setembro de 2017.

Especialidade	2016	2017(setembro)	Total
Alergista	293	220	513
Anestesiologia	887	665	1.552
Angiologia	332	249	581
Cardiologista	4.140	3.105	7.245
Cardio Pediatria	9	7	16
Cirurgia Pediátrica	9	7	16
Cirurgia Torácica	86	65	151
Cirurgia Vascular	149	112	261
Cirurgia	477	358	835
Cirurgião Cabeça/Pescoço	162	122	284
Cirurgia Plástica	60	45	105
Clínica Médica	3.935	2.951	6.886
Dermatologia	18	14	32
Endocrinologista	1.209	907	2.116
Gastroenterologista	675	506	1.181
Geriatria	411	308	719
Ginecologia/Obstetrícia	1.685	1.264	2.949
Hematologia	293	220	513
Hepatologista	132	99	231
Homeopatia	-	-	-
Infectologista	216	162	378
Mastologista	140	105	245
Nefrologia	528	396	924
Neurocirurgião	234	176	410
Neurologia	2.190	1.643	3.833
Neuropediatria	156	117	273
Oftalmologista	4.410	3.308	7.718
Oncologista	351	263	614
Otorrino	893	670	1.563
Pediatria	3.188	2.391	5.579
Pneumologista	531	398	929
Proctologia	89	67	156
Psiquiatria	9	7	16
Radiologista	6	5	11
Radioterapia	66	50	116
Reumatologia	522	392	914
Traumatologista/Ortopedia	5.573	4.180	9.753
Urologista	377	283	660
Total	34.441	25.831	60.272

Fonte: Sistema Ametista – Ábaco, 2017.

Até setembro de 2017, o setor de enfermagem totalizou 10.154 atendimentos, conforme quadro a seguir.

Quadro 42: Evolução do quantitativo de consultas de enfermagem no Ambulatório Central e Postos Avançado, de 2016 a setembro de 2017.

Unidade Administrativa	2016	2017(setembro)	Total
Ambulatório Central*	7.205	5.404	12.609
Posto de Icoaraci	1.244	933	2.177
Posto de Mosqueiro**	576	432	1.008
Total	13.538	10.154	23.692

Fonte: SPP/ CPE/ DEAS e postos avançados, 2017.

Até setembro de 2017 foram realizados 41.665 atendimentos de urgência e emergência até setembro de 2017, com maior concentração de atendimentos no pronto atendimento na sede central do IPAMB (30.120), e casos específicos com encaminhados para a rede credenciada (11.545). Quanto aos serviços de urgência e emergência encaminhados ao setor de enfermagem, foram realizados 121.895 procedimentos no mesmo período.

Quadro 43: Evolução do quantitativo de atendimentos de urgência e emergência no Pronto Atendimento e encaminhados à rede credenciada, de 2016 a setembro de 2017.

Rede	2016	2017(setembro)	Total
Pronto Atendimento do IPAMB	40.160	30.120	70.280
Rede credenciada	15.272	11.545	26.817
Total	55.432	41.665	97.097

Fonte: Coordenadora do Pronto Atendimento /DEAS e Sistema Ametista – Ábaco, 2017.

Quadro 44: Evolução do quantitativo de procedimentos de enfermagem* em urgência/emergência, de 2016 (até agosto) a setembro de 2017.

Procedimento	2016 (até agosto)	2017 (setembro)	Total
Aerossol	5.966	4.475	10.441
Bandagem	156	117	273
Curativos	1.734	1.301	3.035
ECG	368	276	644
Glicemia Capilar	7.226	5.420	12.646
Hidratação Endovenosa (Soroterapia)	8.391	6.293	14.684
Medicação Endovenosa	28.325	21.244	49.569
Medicação Intradérmica	2.199	1.649	3.848
Medicação Intramuscular	18.639	13.979	32.618
Medicação Oral	4.178	3.134	7.312
Medicação Subcutânea	1.340	1.005	2.345
Medicação Sublingual	311	233	544
Orientação SRO domiciliar	45	34	79
Oxigenoterapia	243	182	425
Retirada de pontos	191	143	334
Sinais Vitais - Aferição de P.A.	18.915	14.186	33.101
Sinais Vitais - Pulso	489	367	856
Sinais Vitais - Temperatura	7.824	5.868	13.692
Outros	1.811	1.358	3.169
Total	162.527	121.895	284.422

Fonte: SENF / DTS / DEAS, 2017.

Nota: * Não incluem acolhimentos e encaminhamentos

Se considerarmos o atendimento odontológico, foram realizadas 11.285 consultas e realizados 42.827 procedimentos odontológicos no ambulatório Central e nos postos avançados, e um total de 1.159 consultas realizadas na rede credenciada, conforme quadros que seguem.

Quadro 45: Evolução do quantitativo de consultas odontológicas no Ambulatório Central e Postos Avançado, de 2016 a setembro e 2017.

Unidade Administrativa	2016	2017(setembro)	Total
Ambulatório Central	12.503	9.377	21.880
Posto de Icoaraci	2.544	1.908	4.452
Posto de Mosqueiro	-	-	-
Total	15.047	11.285	26.332

Fonte: Seção de Odontologia / DTS / DEAS, 2017.

Quadro 46: Evolução do quantitativo de procedimentos odontológicos no Ambulatório Central e Postos Avançado, de 2016 a setembro de 2017.

Procedimento	2016	2017 (setembro)	Total
Restauração	7.203	5.402	12.605
Exodontia	662	497	1.159
Cirurgia	653	490	1.143
Endodontia	75	56	131
Profilaxia	5.312	3.984	9.296
Tartarotomia/Periodontite	8.616	6.462	15.078
Flúor	2.513	1.885	4.398
Selante	164	123	287
Consulta	10.494	7.871	18.365
Urgências Endodônticas	71	53	124
Orientação Bucal	956	717	1.673
Pulpotomia	-	-	-
Raios-X	930	698	1.628
Outros	419	314	733
Total	57.102	42.827	99.929

Fonte: Seção de Odontologia /DTS / DEAS e postos avançados, 2017.

Quadro 47: Evolução do quantitativo de consultas odontológicas na rede credenciada, de 2016 a setembro de 2017.

Especialidade	2016	2017 (setembro)	Total
Odontologia Geral	44	33	77
Odontologia Cirúrgica	17	13	30
Endodontia	473	355	828
Ortodontia	191	143	334
Periodontia	87	65	152
Prótese	420	315	735
Cirurgia Buco-Maxilar	302	227	529
Odontopediatria	11	8	19
Total	1.545	1.159	2.704

Fonte: Sistema Ametista – Ábaco, 2017.

No Ambulatório Central, os procedimentos ginecológicos e mastológicos são bastante procurados entre as beneficiárias do PABSS. De janeiro à setembro de 2017, foram realizados 103.839 procedimentos dessa natureza. Vale ressaltar ainda os 1.874 procedimentos realizados na Sala de Pequenas Cirurgias.

Quadro 48: Evolução do quantitativo de procedimentos ginecológicos e mastológicos no Ambulatório Central, de 2016 a setembro de 2017.

Procedimentos	2016	2017 (setembro)	Total
Biopsia	77	58	135
Colposcopia	237	178	415
Exame de Mama	1.641	1.231	2.872
Exame Ginecológico	839	629	1.468
Outros	86.273	64.705	150.978
PCCU	1.409	1.057	2.466
Pré- Natal	1.556	1.167	2.723
Toque Obstétrico	30	23	53
Vulvoscopia	239	179	418
Total	138.452	103.839	242.291

Fonte: SOA / DGA / DEAS, 2017.

Quadro 49: Evolução do quantitativo de procedimentos na Sala de Pequenas Cirurgias no Ambulatório Central, de 2016 a setembro 2017.

Procedimento	2016	2017 (setembro)	Total
Aplicação de Ácido	-	-	-
Avaliação	-	-	-
Biópsia	108	81	189
Cauterização	90	68	158
Curativo	503	377	880
Curetagem	-	-	-
Debastamento	-	-	-
Debridamento	-	-	-
Drenagem	23	17	40
Eletrocoagulação	213	160	373
Exerese de Lesão	339	254	593
Infiltração	17	13	30
Limpeza cirúrgica	6	5	11
Matricectomia	2	2	4
Onicocriptose	-	-	-
Punção	-	-	-
Reconstituição de Orelha	3	2	5
Retirada de corpo estranho	-	-	-
Retirada de pontos	5	4	9
Sutura	347	260	607
Unicectomia	8	6	14
Unicoplastia	2	2	4
Total	2.499	1.874	4.373

Fonte: Sala de Pequenas Cirurgias (SPC)/ DTS / DEAS, 2017.

No mesmo período foram realizados 433.191 exames. Destes, 386.989 foram encaminhados para a rede credenciada e 46.202 foram realizados no Ambulatório Central.

Quadro 50: Evolução do quantitativo de exames e procedimentos ambulatoriais na rede credenciada, de 2016 a setembro de 2017.

EXAME / PROCEDIMENTO	2016	2017 (setembro)	Total
ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR	4.137	3.103	7.240
ATENDIMENTO DOMICILIAR/AMBULÂNCIA	9	7	16
CINTILOGRAFIA	921	691	1.612
DENSITOMETRIA	2.052	1.539	3.591
ELETRONEUROLOGIA	17	13	30
ELETRONEUROMIOGRAFIA	969	727	1.696
ENDOSCOPIA DIAGNOSTICA	4.209	3.157	7.366
EXAMES CARDIOLOGICOS	4.647	3.485	8.132
EXAMES DE LABORATORIAIS	257.570	193.178	450.748
EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA	12.575	9.431	22.006
EXAMES DERMATOLOGICOS	216	162	378
EXAMES EM TISIOPNEUMOLOGIA	398	299	697
EXAMES FINANCIADOS	156	117	273
EXAMES FISIATRICOS	95	71	166
EXAMES GINECOLOGICOS	69	52	121
EXAMES NEUROLOGICOS	221	166	387
EXAMES OFTALMOLOGICOS	15.630	11.723	27.353
EXAMES OTORRINOLARINGOLOGICOS	2.528	1.896	4.424
EXAMES RADIOLOGICOS ESPECIAIS	60	45	105
EXAMES RADIOLOGICOS SEM CONTRASTE	3.177	2.383	5.560
EXAMES UROLOGICOS	230	173	403
FISIOTERAPIA-SESSOES	6.177	4.633	10.810
FONOTERAPIA-SESSOES	414	311	725
HEMODIALISE	209	157	366
HEMODINAMICA DIAGNOSTICA	68	51	119
MAMOGRAFIA	9.363	7.022	16.385
MAPEAMENTO CEREBRAL	503	377	880
MEDICINA NUCLEAR	29	22	51
MONIT. AMB. DA PRESSAO ART	1.665	1.249	2.914
PROCEDIMENTOS NÃO COBERTOS	104	78	182
RAIO-X ODONTOLÓGICO	779	5.784	6.563
RESSONÂNCIA MAGNÉTICA (GF)	2.564	1.923	4.487
TESTE DE HOLTER	749	562	1.311
TESTE ERGOMÉTRICO	2.949	2.212	5.161
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA	8.531	6.398	14.929
Total	515.985	386.989	902.974

Fonte: IPAMB, 2017.

Quadro 51: Evolução do quantitativo de exames realizados no Ambulatório Central, de 2013 a agosto de 2016.

Exames	2016	2017 (setembro)	Total
Laboratoriais (até agosto de 2016)	15.956	-	15.956
Raios-X	6.059	4.544	10.603
Ultrassonografias	5.828	4.371	10.199
Eletrocardiograma	5.247	3.935	9.182
Total	61.602	46.202	107.804

Fonte: IPAMB, 2017.

Foi iniciado o processo de renovação do parque tecnológico do instituto com aquisição de 38 processadores completos e DATACENTER, 140 computadores e instalação completa do cabeamento em fibra óptica, em atendimento a todos os setores do instituto, nas unidades Belém, Icoaraci e Mosqueiro, conforme a necessidade e urgência de cada especificidade. Também foram adquiridos roteadores e switches, visando substituição a equipamentos obsoletos e melhoria na rede interna do IPAMB. Ademais, está em fase de implantação o projeto de rede *Wireless Free* nas dependências do Instituto, disponibilizada a servidores e usuários do PABSS.;

A partir da renovação do parque tecnológico, foi implantado o Projeto de Informatização do Pronto Atendimento (P.A.), com instalação de novos computadores nas seções de recepção, triagem, consultórios e medicamentos; além de implantação e utilização de sistema de gerenciamento de atendimentos em saúde.

A modernização tecnológica proporcionou a parcial implantação do Sistema de Assistência à Saúde (SAS). A operacionalização total do SAS prevista para o ano de 2018 garantirá maior agilidade no tráfego de informações referentes à biometria, marcação, cancelamento e remarcação de consultas *on line* (e-mail, aplicativo e SMS); além de proporcionar a implantação do Gerenciamento Eletrônico de Documentação (GED) para a geração, controle e armazenamento digital de documentos (administrativos, médicos e dos usuários) facilitando o trabalho de recuperação das informações e conferindo maior eficiência e transparência nos processos internos.

Ainda em 2017 foi iniciado o processo de implantação do Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos Módulo Arquivo (GDOC Arquivista), com 3 das 5 etapas de implantação concluídas, quais sejam: a) organização e preparação de arquivos físicos; b) digitalização de documentos; e c) treinamento de usuários. Restam as etapas de indexação dos arquivos digitalizados e de implantação final. Após a conclusão da implantação do GDOC Arquivista, será iniciado os procedimentos para a instalação e uso do GDOC Protocolo, com alterações e adequações para utilização pelo IPAMB como um todo, facilitando o relacionamento com o usuário.

PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA

O desempenho da economia tem uma forte relação com a arrecadação dos tributos fiscais do município, uma vez que a variação dos índices de desemprego e renda da população impactam diretamente na receita arrecadada. No período de 2013 a 2017, em meio a crise econômica e política, a dificuldade em manter o equilíbrio das contas foi desafiante para a gestão.

Embora o cenário político e econômico adverso, a Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN), manteve o avanço da política fiscal com a reinauguração da Central de Atendimento ao Contribuinte (CFAC) em 2014, a mudança da sede administrativa e o Programa de Modernização da Gestão Tributária e Financeira, garantido pelo Contrato de Financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).

Assim, a PMB consolidou a política fiscal por meio de ações com efeito a curto, médio e longo prazo, para estimular o crescimento da arrecadação e à racionalização dos processos, e maior proximidade com pequenos e grandes contribuintes para reduzir a evasão fiscal, direcionando atenção especial à arrecadação de receitas próprias desenvolvendo ações focadas no fortalecimento da arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS) e do Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (IITBI), acompanhadas das atualizações de valores de mercado, e do Imposto Sobre a Propriedade Territorial e Predial (IPTU) com aplicação nos próximos exercícios.

A partir de 2014, a Gestão Municipal iniciou a integração de sua base de informações sobre os contribuintes, por meio de Convênios de Cooperação Técnica com várias instituições. Em 2015 foi estabelecida a parceria com Junta Comercial, aderindo ao Sistema de Registro Integrado (REGIN) cuja finalidade é integrar os órgãos públicos ligados ao Registro Mercantil, nas esferas municipal, estadual e federal. Com a implantação do REGIN foi possível o ingresso de novos empreendimentos na economia formal, simplificando e racionalizando o processo de registro e legalização empresarial; as etapas de registro terão maior agilidade, trazendo benefícios a contadores e empresários que não precisarão se deslocar por diferentes instituições para tratar da abertura de empreendimentos; além de reduzir os custos.

Para o Fisco Municipal a adesão trouxe o domínio da informação que possibilitará a ampliação de sua base de contribuintes e o acesso a cadastros atualizados com registros empresariais novos e antigos, além da identificação da natureza dos serviços empresariais realizados e do quantitativo de Empresas que se enquadram para a cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) de responsabilidade municipal.

Este processo permitiu a liberação de licenças emitidas pela SEURB, SEMMA e SEFIN na abertura de novos empreendimentos no prazo de 72 horas; além de permitir que as consultas nos trabalhos de campo sejam realizadas por *tablets*, dando maior celeridade aos procedimentos e com a adoção de arquivos digitais mais adequados às metas da modernização.

Por meio de Contrato de Financiamento com o BNDES na ordem de R\$ 14.095 milhões, sendo R\$ 12.685 milhões financiados pela instituição e o restante como contrapartida do Município foi iniciado o Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT), por meio da atualização do Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM0, proporcionando ao Fisco Municipal maior domínio sobre as potencialidades da arrecadação para garantir o financiamento de políticas públicas para a cidade, e favorecendo diretamente o contribuinte pela cobrança justa dos tributos baseada em um cadastro imobiliário atualizado.

Em 2015 foi realizado o cadastramento imobiliário com mapeamento aerofotogramétrico, atingindo 100% do estabelecido com a conclusão do recobrimento aerofotogramétrico e do perfilhamento a laser das áreas de ambiente urbano e natural, abrangendo cerca de 300 mil imóveis, dos quais 120 mil foram selecionados para vistoria *in loco* com georreferenciamento de lotes, vetorização das edificações e trechos de logradouros; a aerotriangulação da área urbana; a medição de campo e inclusão no Sistema Tributário; a atualização dos croquis dos imóveis com fotografias frontais de fachadas; a montagem do novo banco de dados com visualizador geoespacial e alfanumérico.

Com a conclusão desta ação foram incorporados no Sistema de Arrecadação Tributária (SAT), aproximadamente, 32.000 novos cadastros imobiliários, sendo que desses, 16% são genuinamente novos e 84% são

resultado de alterações nas suas estruturas (desmembramentos, unificações, dentre outras).

No que tange as alterações de uso do imóvel, de residencial para não residencial e de terreno para residencial e não residencial, a atualização do Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) proporcionou um aumento de 31% no lançamento do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) no exercício de 2016.

Com a interligação das áreas fiscais abrangidas pelo PMAT, foi possível iniciar a instalação do Sistema Integrado de Arrecadação Tributária (SIAT), sendo concluídos os módulos Legislação, Revisão de Processos Segurança e Controle de Acesso.

Dentre os módulos em desenvolvimento para homologação está o Cadastro do Contribuinte que será vinculado o REGIN – Registro integrado, sistema integrador de instituições públicas da REDISIM - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, garantindo agilidade no processo de abertura de empresas e irá incentivar o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

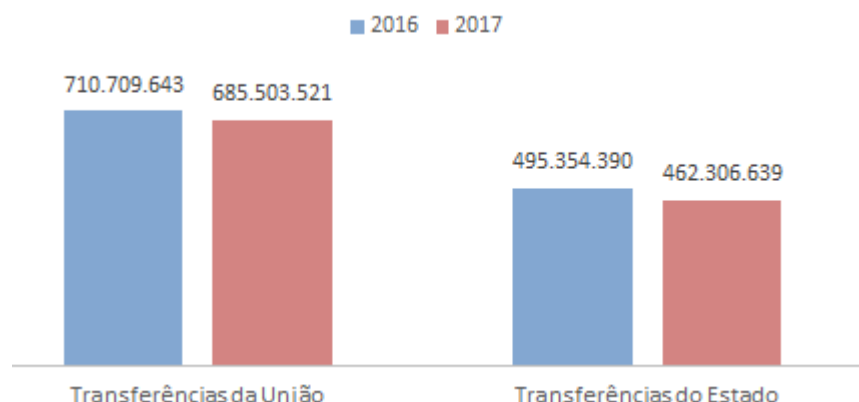
O PMAT também foi responsável para qualificação do servidor fazendário, especialmente daqueles lotados nos setores de fiscalização, que receberam capacitação promovida pela Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF), o que proporcionou resultados positivos na arrecadação municipal que obteve um acréscimo de 22% (de 2013 a 2016), sem aumento da carga tributária.

Apesar dos avanços, a PMB ainda enfrenta desafios frente à crescente redução na arrecadação municipal quando a ela são incorporados os valores transferências constitucionais em decorrência da crise econômica nacional. Neste sentido, em 2017 buscou-se ampliar a integração das informações entre os fisco e a sociedade empresarial, seja na troca de dados, seja em palestras educativas junto à sociedade.

A redução nos índices dos repasses federal e estadual prejudica o aporte de recursos em investimentos no Município e, conseqüentemente, reduz as metas de melhoria dos indicadores socioeconômicos e as condições de vida da população.

Nos últimos 5 anos, o Município acumulou uma perda de R\$ 462.188 milhões de reais, sendo R\$ 315.549 milhões correspondentes aos repasses do Fundo de Participação dos municípios (FPM) e Imposto Sobre Comércio, Mercadorias e Serviços (ICMS). Em 2017, a redução desses repasses atingiu a ordem de 4,8% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Figura 48: Demonstrativo das transferências constitucionais de 2016 à outubro de 2017 (valores reais até outubro de 2017).



Fonte: NUSP/SEFIN, novembro de 2017.

Devido ao comprometimento da Gestão Municipal na desburocratização de processos e ampliação das ações de fiscalização e cobrança, a arrecadação própria do município, apesar de todas as dificuldades a nível macro econômico, apresentou em 2017 um crescimento na ordem de 10,8% em relação ao comparativo com o exercício anterior.

Quadro 52: Demonstrativo da evolução da receita tributária disponível (RTD) de 2016 à outubro de 2017.

R\$ 1,00

FONTE	2016	2017 (jan. a out/2017)	% Crescimento
Receita Tributária Própria - RTP	675.469.946	748.589.412	10,8
IPTU + TAXAS + Multas + Juros	124.462.956	144.984.620	16,5
ISS + Multas + Juros	280.757.365	281.251.709	0,2
IRRF	64.577.759	70.763.611	9,6
ITBI	24.445.782	26.304.324	7,6
TLPL + Multas + Juros	10.672.649	13.150.317	23,2
OUTRAS (Taxas, Multas, e Jur., Rec.)	35.280.155	53.483.274	51,6
COSIP	89.270.026	93.260.428	4,5
DIVIDA ATIVA + Multas + Juros	43.707.158	64.855.717	48,4
RESTITUIÇÕES	2.296.094	535.410	-76,7

Fonte: SEFIN, novembro de 2017.

A partir da atualização dos dados cadastrais dos imóveis e da integração das informações prestadas pelo contribuinte e pelos órgãos fiscais do Estado e União, dentre outras ações, o IPTU alcançou crescimento de 16,5% sem haver majoração do tributo.

O ISS manteve a mesma média de arrecadação devido ao aumento da migração de empresas para o sistema Simples Nacional, cuja alíquota é diferenciada.

Entre os anos de 2016 e 2017, o ITBI apresentou aumento crescimento de 7,6%. Este cenário apresentou modificações se compararmos com o período 2015/2016, quando houve redução de 13% na arrecadação desse imposto. O programa de regularização fundiária, que concedeu benefícios àqueles que optaram pela regularização de débitos cujo fato gerador tenha ocorrido até 31/07/2017, e o trabalho de análise dos processos de ITBI, possibilitaram o acréscimo verificado entre 2016/2017. O registro do imóvel no cartório só é possível após o pagamento do imposto, e o mesmo tem contribuído para a manutenção das despesas municipais.

Em 2017, a Taxa de Licenciamento para Localização e Funcionamento (TLPL) apresentou o maior incremento entre os impostos municipais, atingindo um acréscimo de 23% entre 2016/2017. A partir do pagamento da TLPL, as empresas obtêm o alvará de funcionamento do exercício.

Dentre a arrecadação das principais receitas próprias, a Dívida Ativa destacou-se em virtude do Programa de Regularização Incentivada, apresentando um aumento na ordem de 48% em relação ao mesmo período do ano anterior.

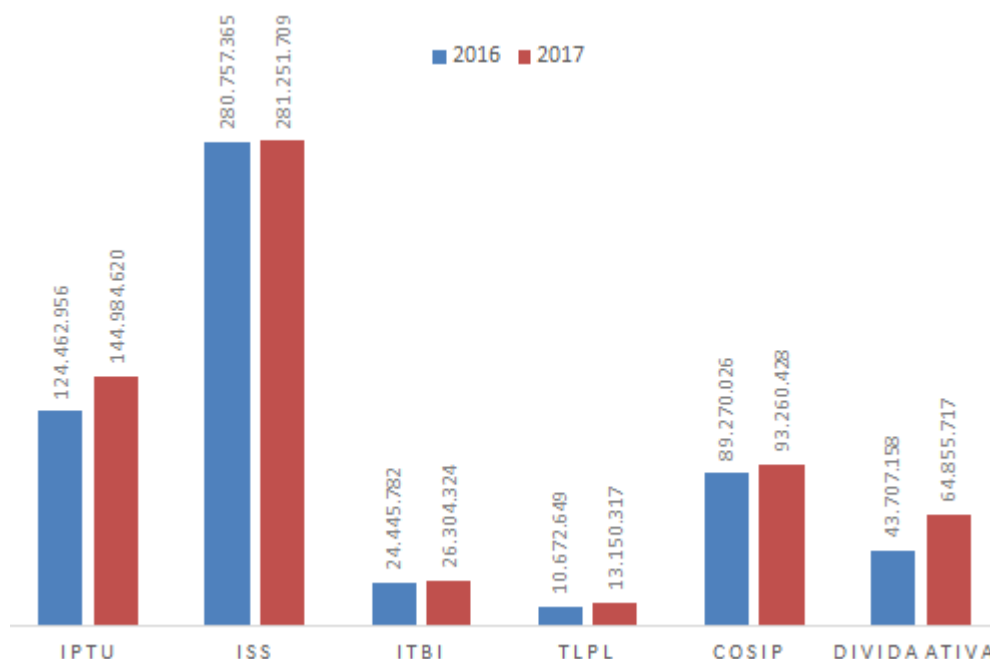
Quadro 53: Demonstrativo da evolução da arrecadação municipal por tipo de fonte de 2016 à outubro de 2017.

R\$ 1,00

FONTE	2016	2017 (jan. a out/2017)	% Crescimento
IPTU	124.462.956	144.984.620	16,49
ISS	280.757.365	281.251.709	0,18
ITBI	24.445.782	26.304.324	7,60
TLPL	10.672.649	13.150.317	23,22
COSIP	89.270.026	93.260.428	4,47
DIVIDA ATIVA	43.707.158	64.855.717	48,39
Transferências da União	710.709.643	685.503.521	-3,55
Transferências do Estado	495.354.390	462.306.639	-6,67

Fonte: SEFIN, novembro de 2017.

Figura 49: Comparativo da receita entre 2016 e outubro de 2017 por fonte de tributos municipais.



Fonte: NUSP/SEFIN, novembro de 2017.

Não obstante, no combate à inadimplência dos impostos municipais, a PMB realiza via SEFIN o monitoramento dos parcelamentos realizados em exercícios anteriores a fim de evitar a execução e aumento da dívida. O Município de Belém

possui um estoque de dívida no valor de R\$ 1.065.000,00 referente ao IPTU dos últimos dez anos.

Por meio do Através do Programa de Regularização Incentivada (PRI) e com o apoio do Tribunal de Justiça do Pará, foi possível negociar R\$ 224.627.765,00, sendo que 41 mil contribuintes regularizaram os débitos junto a fazenda municipal evitando a execução judicial dos débitos existentes.

No primeiro semestre de 2017 foi pago 73% do total negociado, sendo o maior volume referente ao IPTU (61%), seguido do ISS (35%). No segundo semestre, o montante negociado foi de R\$ 59,5 milhões de reais até novembro de 2017.

Ainda no segundo semestre, além dos tributos IPTU, ISS e TLPL, foi criado programa específico de incentivo à regularização imobiliária, por meio do através do parcelamento do ITBI, gerando atualização dos dados cadastrais dos imóveis. Para a regularização do ITBI, no período de agosto à novembro de 2017 foram pagos 43% dos R\$ 1,4 milhões negociados.

O combate à evasão fiscal foi intensificado através de ações de fiscalização efetivas possibilitando o aumento na eficiência da administração tributária e ampliando a capacidade de arrecadação dos recursos municipais. Para tanto, de 2013 a 2017, houve um aumento de 53% das empresas cadastradas nessa modalidade de tributação.

Paralelamente, foram realizadas alterações s na legislação municipal adequando-a as alterações da Lei Complementar nº 116/2003, introduzidas pela Lei Complementar 157/2016, a qual ampliou as bases de incidência e cobrança de ISS sobre serviços como os planos de saúde; além de disciplinar as novas regras e diretrizes gerais sobre o tributo.

Iniciou-se o processo de cobrança de débitos inscritos na dívida ativa atingindo devedores dos tributos municipais e demais créditos devidos ao tesouro. Até setembro de 2017, foram protestados 6.100 títulos, totalizando um valor de R\$ 38 milhões.

Os desafios a superar ainda são muitos, razão pela qual, a Gestão Municipal investe continuamente no processo de planejamento estabelecendo prioridades de atuação, visando, essencialmente, de um lado, melhorar a capacidade de gestão administrativa e, de outro, focar em ações direcionadas ao melhor atendimento da população e o funcionamento da cidade.

Neste sentido, o Poder Público Municipal, enquanto responsável pelo atendimento das necessidades da coletividade, de forma a garantir o bem-estar social, empreendeu esforços no sentido de implementar ações planejadas de modo a alocar os recursos públicos com eficiência e equidade, criando instrumentos para reduzir o impacto negativo da crise da crise econômica nacional e garantir a justiça fiscal.